FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

UMA CIDADE DOS ANTROPÓLOGOS: SÃO PAULO NAS DISSERTAÇÕES E TESES DA USP. 1960 – 2000.

Lilian de Lucca Torres

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da FFLCH da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Titular José Guilherme Cantor Magnani.

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2016

À memória dos meus pais, José Torres Cestaroli e Dirce de Lucca Torres. Ao companheiro de todas as horas, Luis Henrique Martins de Toledo. Com todo meu amor.

Resumo

Este é um trabalho sobre antropólogos pesquisando na cidade. Metodologicamente falando, é uma investigação sobre certo olhar da Antropologia para a cidade de São Paulo – olhar que se encontra em algumas dissertações e teses produzidas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP em períodos bem demarcados. Não se trata, portanto, de toda Antropologia paulistana – nem paulista, nem brasileira – que investigou questões no contexto urbano, mas daquela produzida no período que abrange de 1960 até o ano 2000, presente em trabalhos de alguns professores e seus orientandos cujas trajetórias representam o tratamento de certas temáticas, em pelo menos três momentos distintos da história institucional da FFLCH da USP e da vida da cidade. O enfoque dos trabalhos aqui analisados não foi o fenômeno urbano enquanto tal, mas problemas colocados pelas transformações socioeconômicas, políticas e culturais da realidade brasileira.

Palavras-chave: cidade, São Paulo, Antropologia Urbana, metodologia, etnografia**.**

Abstract

This is a paper about anthropologist searching in the city. Methodologically speaking, it is an investigation about a certain looking from the anthropology to the São Paulo city – a looking that is found in some dissertations and thesis produced in the Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas in Universidade de São Paulo in very demarcated periods. Though, it is not about all the São Paulo city anthropology – neither São Paulo state nor Brazilian – that investigated questions in the urban context, but that one produced in the period that covers from the year 1960 to the year 2000, present in the papers of some mentors and their mentee students which path represents the treatment of certain tematics, in at least three distinct moments of the FFLCH institucional history in USP and in the life of the city. The approach of the papers analised in this paper was not the urban phenomenon itself, but the problems emerged by the socioeconomic, political and cultural transformations of the Brazilian reality.

Key-words: city, São Paulo, Urban Anthropology, methodology, ethnology.

Agradecimentos

Agradeço a esta Universidade que me acolhe desde o ano de 1979, quando ingressei em Odontologia, tendo deixado esta faculdade para cursar Ciências Sociais, Pedagogia e, por fim, prestar os concursos para o PPGAS. Ela tem sido verdadeiramente uma casa para mim. Em especial, os funcionários do Departamento de Antropologia – Soraya Gebara, Rose de Oliveira, Ivanete Ramos, Edinaldo Lima e Celso Gonçalves – foram colaboradores incansáveis.

Agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, principalmente familiares, amigos e colegas de trabalho. Ao meu irmão, José Fernando de Lucca Torres, e à minha cunhada, Ivanilda Monteiro Torres, agradeço pela paciência e compreensão quanto à limitação de tempo nestes anos todos de estudo.

Pela disponibilidade, interesse e atenção, agradeço aos professores que me concederam entrevistas, a saber, Maria Lucia Aparecida Montes, Antonio Augusto Arantes Neto, Guita Grin Debert, Alba Zaluar, Peter Fry e, especialmente, Eunice Ribeiro Durham, João Baptista Borges Pereira e Josildeth Gomes Consorte.

Agradeço, pelas valiosas sugestões e pela leitura cuidadosa da Qualificação, às Professoras Helena Maria Sant'Ana Sampaio Andery e Fernanda Arêas Peixoto.

Agradeço a todos os membros do LabNAU/USP nestes últimos 28 anos, de todos os períodos, e não cito nomes com receio da memória falhar, pelas contribuições inestimáveis resultantes de nossas reuniões de pesquisa. Entretanto, um nome gostaria de deixar registrado: o da amiga querida, que tão cedo se foi, Rita de Cássia de Mello Peixoto Amaral, pelo carinho e pelas deliciosas tardes dedicadas ao trabalho na revista Pontourbe, entre leituras, correções de textos e proveitosas conversas.

Este trabalho não teria sido possível sem a orientação generosa de José Guilherme Cantor Magnani, que me acolheu como orientanda de mestrado, quando decidi sair da área de Etnologia e deixar de pesquisar os índios Bororo para me aventurar pelos caminhos da Antropologia Urbana, e novamente de doutorado.

Agradeço imensamente pelas leituras cuidadosas de meus textos e por toda colaboração durante estes últimos 28 anos.

Agradeço a meus pais queridos, Dirce de Lucca Torres e José Torres Cestaroli, que sempre me incentivaram a estudar, investindo em minha formação e dedicando-se à vida familiar com responsabilidade e amor.

Agradeço ao companheiro de todas as horas, Luis Henrique Martins de Toledo, pelo respeito, bom humor e, sobretudo, pelo carinho com que cuidou de mim durante estes anos de estudo.

A todos com amor.

Sumário

INTRODUÇÃO _____ **11**

A alma encantadora das pesquisas _____ **11**

CAPÍTULO I _____ **26**

Trajetórias de duas antropólogas com pesquisas na cidade de São Paulo nos anos 1950 e 1960: Ruth Corrêa Leite Cardoso e Eunice Ribeiro Durham _____ **26**

1. Duas trajetórias de pesquisa e o contexto do desenvolvimento da área de Antropologia Urbana na Universidade de São Paulo _____ 26

2. Os estudos de comunidade _____ 29

3. As três tarefas da Antropologia e os estudos sobre *aculturação* _____ 34

4. Tempos de renovação _____ 36

5. As classes populares _____ 41

CAPÍTULO II _____ **44**

A caminho de São Paulo: migração, trabalho, família, escola e mobilidade social. _____ **44**

1. A São Paulo dos migrantes rurais: uma pesquisa sobre integração no sistema urbano-industrial (1959 – 1966) _____ 44

a.) Notas sobre tema, objeto de estudo, metodologia e características principais da população pesquisada _____ 44

b.) Trabalho, família, indivíduo e comunidade _____ 48

c.) Análise de um processo particular de urbanização _____ 49

d.) Migração como recurso adaptativo _____ 50

e.) Migração como deslocamento social _____ 51

f.) Migrantes e modo de vida urbano _____ 52

2. Migração, família e mobilidade social: integração dos japoneses na sociedade nacional _____56

a.) Notas sobre tema, objeto de estudo, metodologia e características principais da população pesquisada_____56

b.) Migração e contexto econômico _____59

c.) Relação entre ascensão social e modo de vida urbano _____59

d.) Família, trabalho, associações e profissionalização _____62

3. Migração rural, escolarização e mobilidade social: um ginásio na periferia de São Paulo _____65

a.) Notas sobre tema, objeto de estudo, metodologia e características principais da população pesquisada_____65

b.) Pesquisar na periferia: um ginásio em bairro de formação recente ___67

c.) Relação entre escolarização, ascensão social e obtenção de prestígio 68

d.) Família, escola, migração e modo de vida urbano_____71

CAPÍTULO III_____73

A cidade e os direitos: periferia, classes populares e movimentos de reivindicação urbana _____73

1. Das representações sobre ascensão social à consciência da exclusão _73

2. Temas recorrentes de pesquisa _____76

3. Pesquisas de mestrado e doutorado orientadas por Eunice Durham e Ruth Cardoso. _____80

4. Quadro detalhado dos temas de pesquisa _____92

a.) A base para a ampliação das análises dos temas *trabalho* e *família* nas novas pesquisas _____92

b.) *Trabalho* e *família* nas classes populares e médias em pesquisas orientadas por Durham e Cardoso realizadas na cidade de São Paulo_____101

c.) *Periferias*, *classes populares* e *movimentos de reivindicação urbana* nas pesquisas orientadas por Durham e Cardoso e realizadas na cidade de São Paulo 119

d.) Temáticas predominantes nas pesquisas realizadas e orientadas por Eunice Durham: família, trabalho e classes populares _____144

e.) Temáticas predominantes nas pesquisas realizadas e orientadas por Ruth Cardoso: movimentos sociais, classes populares, participação popular e democracia _____149

CAPÍTULO IV_____152

Os argonautas dos mares paulistanos: lazer, sociabilidade, religião, grupos jovens e migração em pesquisas realizadas no Núcleo de Antropologia Urbana da USP. 1990 - 2000 _____152

1. Apropriações dos espaços da cidade para práticas culturais: espontaneidade e fragmentação ou existência de padrões e lógicas de ação____152

2. Temas recorrentes nas pesquisas orientadas por José Guilherme Cantor Magnani e defendidas de Janeiro de 1990 a Julho de 2015 _____155

3. Trajetória acadêmica, orientação e projetos de pesquisa: bases para a elaboração de uma "família" de categorias de análise _____162

4. O método etnográfico como acesso à cidade_____169

a.) Os shopping-centers e as simulações da cidade_____169

b.) O candomblé metropolitano: orixás na cidade e estilo de vida do povo-de-santo 180

c.) A cidade do futebol _____194

d.) O circuito clubber na cidade: gosto e produção estética_____199

e.) Cinema e cidade _____203

f.) Moradia e representações depreciativas_____207

g.) Cidade e sertão: família, trabalho, lazer e cultura popular entre migrantes nordestinos_____214

CONCLUSÃO _____ **219**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____ **243**

Introdução

A alma encantadora das pesquisas[1]

> *A vocação auto-reflexiva da antropologia, embora enfatizada nas últimas décadas, acompanha o próprio desenvolvimento da disciplina. Pensar o trajeto das ideias e dos modelos analíticos, acompanhar as linhagens intelectuais que vertebram esse campo do conhecimento, assim como a etnografia e suas potencialidades, têm sido exercício ensaiado por muitos, dentro e fora do Brasil (Fernanda Arêas Peixoto, Heloisa Pontes e Lilia Moritz Schwarcz, Apresentação, p. 7).*

Este é um trabalho sobre antropólogos pesquisando *na* cidade. *Uma cidade dos antropólogos* é, claro, uma metáfora. Metodologicamente falando, é uma investigação sobre certo olhar da Antropologia para São Paulo – olhar que se encontra em algumas dissertações e teses produzidas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, tal como hoje é denominada, em períodos bem demarcados. Não se trata, portanto, de toda Antropologia paulistana – nem paulista, nem brasileira – que investigou questões no contexto urbano, mas daquela produzida em uma Universidade específica, no período de quatro décadas que abrangem de 1960 até o ano 2000, presente em trabalhos de alguns professores e seus orientandos cujas trajetórias demarcam abordagens de temáticas particulares, em pelo menos três momentos distintos da história institucional desta unidade educacional e da vida da cidade.

Não se trata, também, de uma Antropologia que tenha escolhido a cidade de São Paulo como objeto de estudo, porque o enfoque dos trabalhos analisados não foi o fenômeno urbano enquanto tal, mas problemas colocados pelas transformações socioeconômicas, políticas e culturais da realidade brasileira. Porém, a cidade de São Paulo emerge destas pesquisas – numa cartografia incompleta, que não coincide totalmente com o mapa geográfico da cidade, por ser constituída de recortes espaciais construídos pelos antropólogos para realizarem seu trabalho de campo. Também neste sentido é *uma cidade dos antropólogos*. As escolhas dos lugares pesquisados são

---

[1] Referência ao livro de João do Rio (1881-1921), pseudônimo de Paulo Barreto, *A alma encantadora das ruas* (1908).

guiadas não só por fatores intrínsecos aos temas de pesquisa ou às abordagens teóricas, mas por injunções do momento de vida dos pesquisadores e mesmo por fatores imponderáveis da própria experiência de campo. Portanto, há aqui outras dimensões desta construção da *cidade dos antropólogos*.

No caso deste estudo, o *campo* são as pesquisas. O deslocamento se dá entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, de um mesmo período ou de épocas diferentes, às vezes dois trabalhos de um só autor, que permaneceu na Universidade e no Departamento não raro com o orientador do primeiro momento. As diferentes temporalidades que permeiam as pesquisas não estão explicitadas apenas nos recortes dos objetos de estudo ou nos autores e escolas teóricas utilizados em suas análises, mas também na materialidade do ato da escrita e apresentação: a época é quase palpável para quem manipula páginas e páginas com caracteres produzidos em máquinas de escrever manuais, com correções às vezes feitas à mão como último recurso para entregar um trabalho ainda melhor revisado, em comparação com a utilização de equipamentos elétricos e, posteriormente, de computadores. Tudo isto também compõe "a alma encantadora das pesquisas". Por outro lado, há a preocupação em transitar com este tipo de material mais antigo – que ainda não possui arquivo digital – e o receio de perdê-lo, causando transtornos para a biblioteca e o autor.[2]

---

[2] Certa vez, levei comigo para a faculdade onde leciono a dissertação de Geraldo Romanelli de 1978. Junto com o volume estavam uma prancheta e folhas de papel sulfite para anotações de leitura. Depois das aulas, ao ir buscar o carro no estacionamento, coloquei a prancheta e a dissertação no teto do veículo para procurar a chave dentro da bolsa. Resultado: esqueci-me de pegar de volta o material. Saí sem que ninguém percebesse o que estava acontecendo. Rodei cerca de 7 quilômetros até minha casa, por avenidas de muito movimento, como a Morumbi e a Giovanni Gronchi. Ao chegar, vi que não estava com a prancheta e o trabalho. Imediatamente voltei pelo mesmo caminho para a faculdade. Lá, procurei em todos os lugares, conversei com os seguranças e o pessoal da limpeza. Nada. Voltei para casa desconsolada. Resolvi retornar mais uma vez para a escola, na esperança de alguém ter achado o material e jogado em alguma lixeira. Revirei as lixeiras... Nada. Ao voltar para minha casa pela terceira vez, algo chamou minha atenção nas guias e calçadas de um trecho da Avenida Morumbi: muitas folhas de papel sulfite espalhadas pelo chão! Parei: eram as minhas folhas, mas e a dissertação? Não tive dúvidas: toquei a campainha da residência em frente à qual estava a maioria das folhas. Pelo interfone expliquei a situação. Um zelador saiu e me atendeu. O Sr. José não tinha visto nada além daquelas folhas, que já estava se preparando para recolher. Sugeriu que perguntássemos aos funcionários de uma espécie de "Garden" do outro lado da avenida. Para minha surpresa, a dissertação de Romanelli da década de 1970 tinha sido resgatada por um jardineiro, que a guardava em cima de uma mesa de madeira junto com vasos e materiais de escritório.

No artigo *Pensamento social da escola sociológica paulista*, Elide Rugai Bastos conta que, certa vez, um sociólogo estrangeiro perguntou a reconhecido especialista em pensamento brasileiro sobre o motivo pelo qual nos preocupávamos tanto em estudar nossos próprios autores, ficando implícita, em seu questionamento, a sugestão sobre nossa importância relativa. O colega daqui ainda tentou argumentar em termos da relevância de se compreender não só as ideias como o lugar social a partir do qual são construídas para a apreensão dos processos gerais que caracterizam uma sociedade. Mas o forasteiro continuou perplexo. Tempos depois, em situação semelhante também presenciada por Bastos, outro sociólogo defrontou-se com a mesma questão e ponderou: acontece conosco "porque somos filhos do jacaré com a cobra d'água" (2002: 183-184). Estas histórias pitorescas remetem, segundo Bastos, "para nossa singularidade, que nos obriga a pensar, simultaneamente, a sociedade e os problemas que a atravessam, uma vez que essa reflexão ancora a própria institucionalização" (2002: 184).

Como quem aqui escreve é uma antropóloga formada pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP – graduada em Ciências Sociais e mestre em Antropologia nesta instituição – mais um problema se coloca: o da proximidade com o objeto de estudo e certa familiaridade com pesquisadores cujos trabalhos são analisados. De qual lugar esta tese está sendo escrita? Qual a relação de quem escreve com as questões tratadas? Como se distanciar do objeto sendo antropóloga formada pela USP, tendo absorvido, durante anos, bibliografias, referências teóricas e temáticas produzidas e discutidas no Departamento de Antropologia desta Universidade? Ao buscar situar trajetórias de pesquisadores da mesma universidade onde se estuda, o grau de proximidade é tal que torna ainda mais importante a reflexão sobre a questão da construção da alteridade.

Em *Antropologia no Brasil; alteridade contextualizada*, Mariza Peirano reflete sobre a mudança gradual que se processou nesta área em relação a se considerar a distância – geográfica ou cultural – que separava o pesquisador dos sujeitos pesquisados como definidora da prática antropológica. A alteridade, segundo Peirano, tornou-se cada vez mais próxima, o que é "não só aceitável, quanto desejável" (1999: 225). Enquanto para os europeus o campo da Antropologia estaria se alargando com os estudos sobre as alteridades menos distanciadas, para os norte-americanos a

investigação *at home* passaria a constituir novo universo teórico – os Estudos Culturais. No caso brasileiro, da *alteridade radical* – colocada pelas investigações sobre as sociedades indígenas – passou-se à *alteridade amenizada*, em que os antropólogos estudaram o contato (a *fricção interétnica*), depois à *alteridade próxima*, com as pesquisas realizadas nos contextos rurais e urbanos, e, especificamente a partir dos anos 1980, os esforços analíticos também foram dirigidos para a produção teórica interna à própria área, constituindo, assim, o que Peirano denominou *alteridade mínima*. Estaríamos lidando, deste modo, com "diferenças relativas e não necessariamente exóticas", o que valeria, no Brasil, até mesmo para a pesquisa em sociedades indígenas, já que tais grupos estão situados em nosso próprio território (1999: 226).

> Se a noção de diferença é definidora da antropologia, a questão é saber onde ela se aninhou no caso brasileiro. Proponho que nos últimos 30 anos a alteridade deslizou de um pólo onde ela é (ou pretende ser) radical e outro onde nós mesmos, cientistas sociais, somos o Outro. (...) Em termos cronológicos, nota-se certa sequência: o projeto de se pesquisar a alteridade radical antecipa o contato; a ele se segue a antropologia em casa, até que se atinge a investigação da própria produção sociológica no país (1999: 234).

A Antropologia possui uma tradição de estudos sobre sua história, sendo que cada antropologia nacional – ou as antropologias regionais, considerando-se a diversidade interna a um país – tem sua trajetória particular. Peirano, no artigo *'In this context', as várias histórias da antropologia*, afirma que, até os anos 1960, a história da disciplina era feita apenas pelos seus próprios intelectuais – e somente ao final de suas bem-sucedidas carreiras acadêmicas. Tal foi o caso de Alfred Haddon, Robert Lowie, Clyde Kluckhohn e Evans-Pritchard (2004: 103). Clifford Geertz, no livro *Nova luz sobre a antropologia*, antes de apresentar uma reflexão sobre os rumos trilhados por este campo do conhecimento, questiona a própria trajetória pessoal em termos de pretensões de linearidade e intencionalidade:

> É complicado vir a público no final de uma vida improvisada e chamá-la sábia. (...) Suponho que o que

> fiz em todos esses anos foi acumular aprendizados. Mas, naquela época, pareceu-me que eu estava tentando descobrir o que fazer em seguida e adiar um balanço: analisar a situação, avaliar as possibilidades, escapar às consequências, repensar tudo. (...) Um bocado de gente não sabe exatamente para onde vai, suponho; mas eu nem sei com certeza onde estive. Mas tudo bem. Tentei virtualmente todos os gêneros literários numa ou em outra época. Posso perfeitamente experimentar também o Bildungsroman [romance de formação] (Geertz 2001: 15).

É ainda Peirano quem ressalta a importância para a Antropologia da linha de trabalho de George Stocking, historiador de formação, inaugurada com a obra *Race, culture and evolution; essays in the history of anthropology*, de 1968, que se tornou referência obrigatória para os pesquisadores posteriores da área que se dedicaram a examinar trajetórias e períodos históricos em diversos contextos nacionais (2004: 103). Peirano distingue, em relação à Antropologia, dois tipos de história da disciplina:

> (...) a primeira é a história da disciplina no sentido propriamente historiográfico que Stocking consagrou entre nós (e que inclui, como um subtipo, a antropologia da antropologia). A segunda é a história teórica, uma história interna à prática da antropologia que indica a orientação e as questões centrais da disciplina, os refinamentos pelos quais passou e, não menos, os insights que, não tendo sido devidamente apreciados na época em que foram divulgados, inspiram a renovação de perguntas tanto empíricas quanto teóricas (2004, p. 104).

A referência a uma “antropologia da antropologia” diz respeito ao trabalho de Peirano para obtenção do grau de Ph.D. em Antropologia, apresentado em 1981, na Universidade de Harvard, Massachusetts, e intitulado *Anthropology of anthropology: the brazilian case*. As teses de doutoramento de Mariza Peirano, citada acima, e de Mariza Corrêa (*As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues* e a a*ntropologia no Brasil*, defendida em 1982, na USP) inauguram uma discussão mais sistematizada sobre, respectivamente, o processo de institucionalização das Ciências Sociais brasileiras,

particularmente da Antropologia, e os autores precursores deste momento de institucionalização.

O empreendimento desta tese não é histórico propriamente dito, porque não pretende fazer uma história da Antropologia, mas também não pode abrir mão, para certas reflexões, de referências históricas, que, por sua vez, não esgotarão totalmente o período e os contextos circunscritos. Foram evitados os grandes panoramas históricos, que vinculariam este tipo de Antropologia que pesquisa nas cidades a uma Antropologia mais ampla, com todas as suas áreas de atuação. Outros o fizeram e o fazem com muito mais propriedade (Corrêa 1987, 1995, 2003; Melatti 1984; Peirano 1999). Não sendo uma abordagem histórica, o que se faz é procurar nexos internos ao trabalho de orientação, os quais não necessariamente refletem um plano consciente de professores e alunos, mas continuidades possíveis a partir de temáticas que já se haviam revelado produtivas para a análise não só de processos sociais da realidade brasileira, mas principalmente do modo de vida cultural dos grupos e sujeitos pesquisados.

A cidade de São Paulo que foi sendo “antropocartografada” neste trabalho vai se transformando ao longo das décadas, deixando entrever como as mudanças de perspectiva dos estudos antropológicos acompanhavam as transformações estruturais da sociedade, as quais se refletiam, por sua vez, na dinâmica do modo de vida urbano. A São Paulo de fins dos anos 1950 e anos 1960, tratada como contexto das reflexões teóricas de Eunice Durham e Ruth Cardoso, era uma cidade que crescia, se urbanizava e industrializava a largos passos, abrigando migrantes e imigrantes em meio ao processo de modernização do país; certa São Paulo participativa (não a cidade inteira, nem toda sua população, é claro) das pesquisas dos orientandos destas duas professoras viu aumentar a desigualdade e exclusão das parcelas mais empobrecidas de seus habitantes e foi pensada principalmente em termos dos movimentos sociais organizados pela sociedade civil nos anos 1970 e 1980; por fim, a São Paulo dos anos 1990, uma cidade muito mais diversificada internamente, com suas novas centralidades e maior segregação, que deixava entrever as ricas possibilidades de apropriação dos espaços urbanos.

Como apontou Cornelia Eckert no artigo *Cidade e política: nas trilhas de uma Antropologia 'da' e 'na' cidade*, tratar da categoria da cidade "é um desafio que nos incita a muitos deslocamentos no tempo do trajeto da disciplina" (2010: 155), tanto no âmbito de sua história geral como nacional. Não cabe neste trabalho revisitar esta produção, já abordada com amplitude e competência por vários autores, mas utilizar referências que lancem luz sobre a jornada particular que aqui se pretende empreender.

Em se tratando da produção nacional no campo mais geral das Humanidades, no início do século XX, encontra-se um conjunto bastante heterogêneo de intelectuais refletindo sobre as profundas transformações estruturais por que passava o país "após anos de política colonial e processos migratórios para a ocupação das terras produtivas" (Eckert 2010: 157). Chamados por Eckert de "comissão de frente", dividiam-se entre os que elegeriam como opção analítica a cultura brasileira, a saber, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Raimundo Nina Rodrigues, Monteiro Lobato, Roquette-Pinto, Amadeu Amaral e Basílio de Magalhães, e aqueles que formulariam ensaios interpretativos sobre o país, dentre os quais se destacavam Manuel Bonfim, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda – uns e outros configurando a geração de pensadores do período pré-institucionalização dos cursos superiores de Ciências Sociais, que vivenciou a transformação da sociedade tradicional diante do avanço do capitalismo no campo e os processos migratórios em direção às cidades (2010: 157). Importante autor deste grupo, como salientou Fernanda Arêas Peixoto, foi o pernambucano Gilberto Freyre, que escreveu, dentre outras temáticas, sobre os traços distintivos da cidade do Recife (Peixoto 2006:179).

Pesquisadores estrangeiros, que aqui estiveram a partir da década de 1930, atuaram como protagonistas na formação das primeiras escolas de ensino superior do país na área das Ciências Sociais, como a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e a Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro. Dentre eles podem ser citados Emílio Willems, Claude Lévi-Strauss, Donald Pierson, Herbert Baldus, Roger Bastide, Radcliffe-Brown e Egon Schaden, que investigaram não só a diversidade étnico-cultural local como realizaram estudos de comunidade e pesquisas exploratórias no meio urbano. Os referenciais teóricos utilizados vinculavam-se, de maneira geral, às tradições do funcionalismo

britânico, do estruturalismo francês, da tradição sociológica alemã e dos estudos urbanos tal como desenvolvidos na Escola de Chicago. Quanto às reflexões com temáticas mais diretamente voltadas para a realidade urbana, é exemplar a obra *Tristes trópicos*, de Claude Lévi-Strauss, na qual o autor reflete sobre as cidades brasileiras que percorreu antes de se dedicar à descrição de sua estada em áreas indígenas (Eckert 2010: 158).

À geração fundadora dos cursos de Ciências Sociais no Brasil seguiu-se a dos sociólogos e etnólogos nacionais com produção teórica significativa

> como Eduardo Galvão, Arthur Ramos, René Ribeiro, Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, Darcy Ribeiro, Luiz Castro Faria etc. (...). Estes dois últimos, junto com o colaborador de docência Roberto Cardoso de Oliveira, organizam o campo de estudos antropológicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o que influenciará anos depois a fundação da Universidade de Brasília e da Universidade Estadual de Campinas (Eckert 2010: 157-158).

Em relação à cidade de São Paulo, merece destaque o sociólogo da USP Florestan Fernandes, que desenvolveu pesquisa sobre folclore abordando as trocinhas do bairro do Bom Retiro, tendo posteriormente analisado a situação do negro, o preconceito racial e as relações raciais no Brasil. Na Antropologia da USP, duas professoras concursadas nos anos 1960, Eunice Ribeiro Durham e Ruth Correa Leite Cardoso, através de seus próprios trabalhos de pesquisa e dos de seus orientandos, empreenderiam mudanças temáticas e teóricas a partir de reflexões sediadas não só, mas também, na cidade de São Paulo, abordando as inter-relações do rural com o urbano em meio a processos de transformação em curso no país desde os anos 1950, cujos reflexos incluíam a aceleração da industrialização e da urbanização. Quanto aos trabalhos dos orientandos de Durham e Cardoso, a politização dos temas de pesquisa, entre fins dos anos 1970 e início da década de 1980, revelou importantes mudanças que ocorriam na sociedade civil ainda durante o período do regime militar. Simultaneamente à consolidação dos programas de pós-graduação, emergiram análises críticas sobre o papel do Estado, as estruturas de poder e as formas de participação dos grupos populares em termos das demandas geradas pelo

empobrecimento e a marginalização a que haviam sido relegados estes segmentos da população. O cotidiano de moradores das periferias das cidades – sua vida familiar, suas relações de parentesco e vizinhança, aspirações de melhoria de vida, participação em grupos reivindicativos, exclusão do acesso à terra urbana e ao consumo, entre outras experiências comuns – será tratado a partir de um novo conjunto de conceitos

> integrando novas teorias sobre relações de poder e dominação, sobre o individualismo e identidade relacional (Foucault, Bourdieu, Turner, Balandier, Geertz, Sahlins, Dumont, Barth, Lévi-Satrauss), não sem uma constante releitura de clássicos como Marcel Mass e Evans-Pritchard, para novos aportes comparativos sobre sociedade moderna /tradicional para o contexto político e social brasileiro (Eckert 2010: 161).

As pesquisas orientadas por Durham e Cardoso envolveriam trabalho de campo realizado em bairros, vilas, favelas, instituições religiosas, áreas periféricas ou centrais, prisões, fábricas, associações de moradores, grupos de reivindicação de direitos – a partir da observação direta destes novos atores sociais em seus espaços de moradia, trabalho, lazer, culto religioso e vivência política.

Em fins dos anos 1980 e na década de 1990, tornaram-se referência quase obrigatória para os antropólogos que pesquisavam no meio urbano os estudos realizados pela Escola de Chicago, que tratavam a cidade como variável independente, geradora em si de uma “cultura urbana” explicativa de diversos tipos de comportamentos, e pela Escola de Manchester, “na qual se destaca Max Gluckman, atento aos processos de transformações sociais e ao dinamismo das relações entre fronteiras simbólicas de grupos e sociedades” (Eckert 2010: 155).

No Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a linha de pesquisa “Antropologia das Sociedades Complexas” proposta por Gilberto Velho, ex-orientando de Ruth Cardoso, consolida o que já vinha sendo considerada uma nova área no interior da disciplina, a Antropologia Urbana, cujas raízes foram estabelecidas por Durham e Cardoso na Universidade de São Paulo. Gilberto Velho, desde sua dissertação de mestrado, intitulada *Utopia urbana: um estudo de ideologia e urbanização*, defendida em 1970 sob a orientação de Shelton Davis na Universidade do

Texas, direcionou seu interesse para as camadas médias urbanas, tratando das relações entre representações, estilos de vida, estratificação social, processo de individualização e estigma, abordando em suas orientações temas tais como projeto, carreira, trajetória, conduta sexual estigmatizada, gênero, envelhecimento, violência, desemprego, entre outros (Peirano 1999: 241).

Outras linhas de pesquisa serão desenvolvidas em várias universidades do país no campo que se convencionou chamar de Antropologia Urbana, com eixos temáticos diversificados que não poderiam ser esgotados nos limites deste texto, por exemplo, “pobreza e violência”, “participação popular e engajamento político”, “individualismo na sociedade moderna brasileira”, “grupos urbanos”, “cidadania e cultura”, “dinâmica cultural urbana”, “produção social do espaço público”, “memória e territorialidades urbanas”, “apropriações diferenciadas do espaço público e suas representações”, entre outros[3]. Em meio aos inúmeros coletivos de pesquisa que surgiram, especificamente no Departamento de Antropologia da USP José Guilherme Cantor Magnani organizará, em 1988, o Núcleo de Antropologia Urbana – NAU – primeiramente um espaço de orientação conjunta que, depois, se ampliou e se estabeleceu como grupo de discussão e pesquisa voltado para temáticas vinculadas às práticas culturais urbanas.

“A cidade é boa para pensar”, pode-se dizer parafraseando Lévi-Strauss. As cidades do Urbanismo, da Geografia, da História, da Sociologia e da Antropologia. A cidade da Antropologia é abordada de uma perspectiva microssocial. Para a Antropologia não há uma totalidade empírica dada de antemão: não existe a cidade “em geral”, mas a das micro vivências. Mesmo somadas, estas realidades particulares e locais não reconstituem, para a Antropologia, uma totalidade – a cidade de São Paulo, por exemplo. A cidade de São Paulo, no limite, é uma totalidade abstrata que existe para o teórico que a construiu para fins de análise. A cidade da Antropologia emerge de uma perspectiva relacional; não está ancorada somente no espaço físico, material, com suas continuidades e fraturas, mas é tecida nas relações entre seus habitantes (e nas relações destes com o espaço): gente que, de fato, ocupa as margens ilegalmente, que inscreve símbolos identificadores em muros e prédios particulares para comunicar-se com outros produtores de símbolos, que subverte o uso

[3] Para uma visão mais detalhada dos autores que pesquisaram estes temas vide Eckert (2010).

oficial de equipamentos urbanos ao utilizar um corrimão como suporte para a prática do skate ou do Parkour, que deposita oferendas para entidades em cruzamentos de ruas e sob postes de iluminação pública escandalizando outros usuários, que ergue habitações oficiosas, que fecha ruas públicas com portões de ferro ou barreiras de cimento, que circula e interliga espaços segundo regras inusitadas, que se relaciona e produz tensões. Michel Agier já disse que, para se compreender a cidade, é preciso "esquecer" a cidade: esquecê-la enquanto totalidade, para reencontrar as diversas cidades presentes nas experiências de seus moradores, nas relações tecidas entre eles, nas reivindicações por direitos, inclusive o "direito à cidade".

Como será tratado neste trabalho, *certa cidade* dos antropólogos pode ser acessada através da sua produção acadêmica, como dissertações, teses, artigos, livros, debates, encontros. Que cidade emerge das questões de pesquisa colocadas pelos antropólogos? Uma cidade incompleta, porque objeto de estudo recortado, selecionado. Quantos objetos de estudo não foram escolhidos e ficaram de fora? Serão ainda incluídos? Por outro lado, a cidade dos antropólogos é erguida através de um fazer próprio: uma *arquitetura etnográfica*, cuja matéria-prima são os muitos dias passados no campo de observação, numa imersão no modo de vida do outro – mais a volta e mais a escrita. Cidade arquitetada etnograficamente.

Também cabe à Antropologia problematizar o próprio divisor "Antropologia Urbana", principalmente em sua interface com a Sociologia. Sociologia e Antropologia caminharam juntas até os anos 1950 separando-se posteriormente. A abordagem da cidade inaugurada pela Escola de Chicago propiciou, em um primeiro momento, uma espécie de ponto de convergência e de intercâmbio entre a Sociologia Urbana e a Antropologia, sendo que só mais tarde estas áreas redefiniram perspectivas particulares (Frúgoli Jr. 2005: 134). Há um campo da Antropologia Urbana? A chamada Antropologia Urbana no Brasil constituiu-se com a finalidade de compreender o processo urbano ou para fazer pesquisa antropológica *na* cidade? Ao longo de sua constituição, passou-se a fazer uma antropologia *da* cidade? (Magnani 2012: 311) São questões importantes que estão, atualmente, no horizonte de muitos antropólogos (Agier 2011) e para as quais este trabalho apenas aponta na medida em que trata de um conjunto de pesquisas de certa forma limitado no espaço e no tempo.

Quanto à estrutura da tese, esta se encontra dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, serão abordadas as trajetórias de Eunice Ribeiro Durham e Ruth Corrêa Leite Cardoso, formadas e pós-graduadas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL/USP), com pesquisas na cidade de São Paulo nos anos 1950 e 1960, que assumiram posturas intelectuais inovadoras em uma época marcada não só por mudanças sociais como também por transformações nos modelos teóricos de análise, inaugurando linhas originais de investigação no campo da Antropologia paulistana com desdobramentos posteriores em várias regiões do país. Serão traçadas correlações com o declínio dos estudos de comunidade e o aumento do interesse pelos fenômenos recentes da industrialização e urbanização. A partir das mudanças no cenário político brasileiro nos anos 1960, cresceriam a agitação popular e as pressões por reformas estruturais, sendo que o marxismo passaria a ganhar espaço dentro e fora da vida acadêmica. Assim, será mostrado como estas professoras e pesquisadoras assumiriam, na área da Antropologia da USP, posturas críticas em relação aos conceitos de *aculturação* e *assimilação*, próprios da abordagem funcionalista, trabalhando com a visão de *mudança social como processo vivido*, para isso utilizando as noções de *integração* e *mobilidade social*. No contexto da relativa abertura política do início dos anos 1980, com os grupos que vinham sendo estudados pelos antropólogos (índios, mulheres, homossexuais, moradores das periferias etc.) assumindo novos papeis sociais, crescia na Antropologia da USP a percepção de que os conceitos muito abrangentes de *classe social* e *proletariado* não dariam conta da realidade de pesquisa muito diversificada com que se lidava. Este capítulo contemplará, deste modo, uma análise inicial das novas possibilidades teóricas e metodológicas abertas pelo trabalho destas duas pesquisadoras, melhor desenvolvidas nas seções posteriores.

No segundo capítulo, serão discutidas mais detidamente as teses de doutorado de Eunice Durham e Ruth Cardoso, que abordaram as temáticas da migração, trabalho, família e mobilidade social, analisando a integração de pessoas e grupos, provenientes de áreas rurais tradicionais, em estruturas muito mais amplas, próprias de um sistema de produção industrial bastante diferenciado internamente. Como contraponto às investigações destas pesquisadoras, foi incluído o mestrado de João Baptista Borges Pereira, cujo trabalho de campo foi realizado em um ginásio na

periferia da cidade de São Paulo, também tratando destas questões, centrando-se, todavia, no processo de busca de ascensão social e prestígio pela via da escolarização.

O terceiro capítulo abordará os trabalhos de mestrado e doutorado dos orientandos de Eunice Durham e Ruth Cardoso, defendidos na Universidade de São Paulo principalmente nas décadas de 1970 e 1980. O marco destas pesquisas será um esforço de análise, segundo novos moldes interpretativos, da percepção que certas camadas da população tinham de suas vivências de exploração e opressão em tempos de ditadura militar. Segundo a opinião destes pesquisadores da área de Antropologia da USP naquele momento, a emergência dos movimentos de reivindicação popular teria estimulado o interesse acadêmico não só pelos processos de transformação em andamento, mas também pelas características da experiência cotidiana de agentes até então relegados à invisibilidade política, pois tradicionalmente mais distanciados do centro das lutas sociais por não serem operários típicos. A noção de *camada ou classe popular* estava sendo utilizada com a finalidade de abranger setores mais amplos e diversificados de agentes sociais e econômicos em relação ao que o conceito de *classe operária* tinha permitido até então referir, e a questão das *periferias* entrava com força nestas análises.

Quanto ao quarto capítulo, serão abordadas pesquisas desenvolvidas durante a década de 1990, sob a orientação do Professor José Guilherme Cantor Magnani, no âmbito do Núcleo de Antropologia Urbana da USP (NAU/USP), cujas temáticas centrais giraram em torno de questões como lazer, sociabilidade, religião, segmentos juvenis e migração na metrópole. A escolha deste conjunto de trabalhos não foi aleatória, mas procurou seguir os desdobramentos das linhas de orientação inauguradas pelas professoras Eunice Durham e Ruth Cardoso nas décadas anteriores, tendo sido Magnani orientado por Cardoso nos anos 1980. Distinguem-se, nas investigações analisadas nesta seção, pelo menos dois fios condutores: o primeiro representa a busca de certos padrões de comportamento e o reconhecimento de lógicas que presidem as práticas sociais e apropriações do espaço urbano; o segundo refere-se ao método etnográfico e às vicissitudes de se lidar com a *alteridade próxima* (Peirano 1999).

Por fim, na Conclusão, serão retomados os argumentos de alguns pesquisadores, cujos trabalhos foram analisados na tese, sobre a questão da proximidade do investigador com o grupo estudado e o problema da construção da alteridade. Quanto às categorias de análise levantadas a partir da leitura deste conjunto de pesquisas, será apresentada uma síntese dos "trajetos" destas noções e seus rendimentos à época, bem como uma avaliação das possibilidades de desdobramentos que ainda estão em aberto. Retomar o contraponto antropologia *da* e *na* cidade fez-se necessário para lançar ainda breve luz sobre as questões teóricas, metodológicas e temáticas trazidas pela diversidade de estudos aqui abordados.

Somente mais uma palavra quanto às fontes empregadas na elaboração deste trabalho. Além das dissertações e teses de orientadores e orientandos, também se recorreu, no caso dos primeiros, a livros, textos publicados em coletâneas, artigos de revistas e jornais, memoriais, alguns relatórios de pesquisa e entrevistas. Foram realizadas entrevistas presenciais com os professores Eunice Ribeiro Durham e João Baptista Borges Pereira e, no que se refere aos seus ex-orientandos das décadas de 1960, 1970 e 1980, com Antônio Augusto Arantes Neto, Alba Zaluar e Guita Grin Debert. Entrevistas feitas por outros pesquisadores também foram aqui utilizadas.

A imersão que ocorre durante o período em que se escreve uma tese – mesmo em um trabalho que não possui um "campo" no sentido tradicional, com observação participante e deslocamentos territoriais – provoca situações inusitadas, já narradas em muitas pesquisas, à semelhança de "rituais de passagem". Neste caso, a pesquisadora também obteve um tipo de "confirmação", embora por um caminho pouco usual, como será narrado a seguir em primeira pessoa.

Em meados de 2015, no Teatro de Arena Eugênio Kusnet, na região central de São Paulo, entrou em cartaz a peça "Insubmissas; mulheres na ciência". As paredes da entrada do teatro estavam cobertas por nomes de mulheres que se destacaram, em diferentes épocas e lugares, no mundo das artes, da saúde, da educação, da informação, do entretenimento e tantas outras áreas do conhecimento. Em questão de segundos, dentre as centenas de nomes escritos em letras pequenas, dois se destacaram: lá estavam Eunice Durham e Ruth Cardoso! Contando o fato a amigos que me acompanhavam e não conheciam em detalhes o tema de minha tese – que

envolvia as trajetórias acadêmicas destas duas antropólogas – fui questionada: “mas, como você viu?”. Na verdade, quem teve “olhos” para ver foi, em mim, o espírito de investigação que tem guiado, nestes últimos cinco anos, meu interesse pelo trabalho não só destas duas professoras, mas de muitos outros pesquisadores que contribuíram para o desenvolvimento das ideias no campo do que pode ser denominado, mas não sem questionamentos, de Antropologia Urbana.

Capítulo I

Trajetórias de duas antropólogas com pesquisas na cidade de São Paulo nos anos 1950 e 1960: Ruth Corrêa Leite Cardoso e Eunice Ribeiro Durham

1. Duas trajetórias de pesquisa e o contexto do desenvolvimento da área de Antropologia Urbana na Universidade de São Paulo

As trajetórias acadêmicas de Ruth Corrêa Leite Cardoso e Eunice Ribeiro Durham estão intimamente vinculadas ao desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil após a Segunda Guerra Mundial e, no interior deste campo do conhecimento, ao crescimento e à diversificação interna da área da Antropologia. Estas pesquisadoras são herdeiras de uma tradição que remonta às origens da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras da USP, porém assumiram posições intelectuais inovadoras em uma época marcada não só por mudanças sociais como também de paradigmas teóricos, inaugurando linhas originais de pesquisa em São Paulo com desdobramentos posteriores em várias regiões do país.

Fundadas, respectivamente, em 1933 e 1934, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP/SP) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL/USP) tinham projetos distintos: a primeira voltava-se para a formação de técnicos administrativos e a pesquisa empírica com finalidade intervencionista; a segunda, para a preparação de professores secundários e o ensino de bases teóricas. Em 1939, a chegada de Donald Pierson, proveniente da Universidade de Chicago, à ELSP imprimiu novos rumos ao projeto desta instituição, substituindo a preocupação com a formação de elites técnicas pela de sociólogos profissionais (Limongi 2001: 267-268). A partir deste momento, o conhecimento produzido pela Escola deixou de se referir exclusivamente ao Estado e, Pierson, em 1941, será o responsável pela

implantação da seção de pós-graduação desta instituição, a primeira do gênero na cidade de São Paulo.

Ruth Cardoso e Eunice Durham iniciaram seus estudos de graduação cursando Ciências Sociais na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1949 e 1951 respectivamente. Nesta época, o número de antropólogos no Brasil era ainda muito pequeno e estava distribuído, de maneira irregular, por algumas universidades e museus.[1] Os principais centros de ensino e pesquisa em Antropologia localizavam-se em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Bahia e nas cidades de Belém e do Recife. Eunice Durham, no artigo *Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil* (1982), traçou um breve histórico da produção antropológica do período 1940-1970, ressaltando que este foi não só o momento da institucionalização da Antropologia como disciplina independente, mas também o da formação da geração que definiria os rumos posteriores desta área em nosso país. No polo instalado na cidade de São Paulo, representado pela ELSP/SP, a FFCL da USP e o Museu Paulista, a formação universitária uniu-se muito cedo à pós-graduação, conferindo novos padrões qualitativos para a prática investigativa e a reflexão teórica.

Os estudos antropológicos beneficiaram-se com a vinda para o Brasil de sociólogos e antropólogos estrangeiros, principalmente franceses e americanos, como Lévi-Strauss, Roger Bastide, Pierre Mombeig, Donald Pierson, Charles Wagley, entre outros, cabendo também uma menção a Radcliffe-Brown, representante do estrutural-funcionalismo britânico. Nos primórdios dos nossos cursos de Ciências Sociais, Sociologia e Antropologia não se distinguiam claramente, ocorrendo não só o trânsito de profissionais de uma área para outra como também a partilha de linhas teóricas e temas de pesquisa. A ponte entre as duas disciplinas dava-se “sob a égide do funcionalismo, quer na sua versão francesa, inspirada em Durkheim e Mauss, quer na sua versão anglo-americana, com Malinowski e Radcliffe-Brown de um lado, os discípulos de Boas do outro”, como observará Eunice Durham (1982: 160). Através do

[1] Na Introdução ao livro *A dinâmica da cultura; ensaios de antropologia*, uma coletânea de artigos produzidos ao longo de mais de quatro décadas de carreira acadêmica, Eunice Durham lembra que, quando ingressou no curso de Ciências Sociais da FFCL da USP, sua turma tinha dez estudantes e havia apenas um professor catedrático, Egon Schaden, e uma assistente, Gioconda Mussolini. O “carro chefe” das Ciências Sociais era a Sociologia, com dois titulares e quatro assistentes (Durham 2004: 19).

conceito de relativismo cultural, o funcionalismo introduziu uma nova forma de abordar a questão da diversidade, atribuindo aos povos não ocidentais a autonomia histórica e social que lhes tinha sido negada pelo evolucionismo. Associado à visão relativista, o pressuposto funcionalista da totalidade reorganizava o modo como a cultura era tratada: de um conjunto de fragmentos autônomos e comparados interculturalmente de forma descontextualizada, como propunha a concepção evolucionista, para uma noção de todo integrado. A nova teoria, como ressaltava Durham,

> (...) implicou a valorização da pesquisa feita em campo com grupos ou sociedades delimitadas e colocou as monografias etnográficas no centro do trabalho antropológico. (...) O funcionalismo institucionalizou a pesquisa de campo feita pelo próprio antropólogo que, através de um contato direto e prolongado com seus objetos de pesquisa e o aprendizado de sua língua, obtém um conhecimento de primeira mão sobre o modo de vida, as crenças e a visão de mundo desses povos de cultura diversa da nossa. Este foi o fundamento da revolução funcionalista na teoria e na metodologia de pesquisa que continuam a organizar, até hoje, muito do trabalho antropológico. E se, atualmente, a validade desta abordagem nos parece óbvia, para os estudantes de antropologia da década de 50 na USP (como eu), estas concepções constituíam uma verdadeira iluminação (Durham 2004: 21).

A vertente funcionalista norte-americana produziu pelo menos dois desdobramentos importantes no campo da Antropologia naquele país, sendo um representado pela Universidade de Colúmbia e outro, pela Universidade de Chicago. Em Colúmbia estavam alocados Franz Boas e seus discípulos, trabalhando com a corrente culturalista, sendo importante ressaltar os desenvolvimentos teóricos posteriores da ecologia cultural com Julian Steward e do neoevolucionismo com Leslie White. Na Universidade de Chicago, entre outras linhas teóricas, desenvolveram-se a da ecologia humana, com Robert Park e Ernest Burgess, e a do *continuum* folk-urbano,

com Robert Redfield, esta última considerada a inspiração teórica mais importante dos estudos de comunidade tal como se deram no Brasil.[2]

2. Os estudos de comunidade

Os estudos de comunidade marcaram grande parte das pesquisas feitas nas Ciências Sociais em nosso país nos anos 1940 e 1950, constituindo uma reação aos ensaios histórico-sociais realizados no período anterior e frequentemente situados em uma região limítrofe com a literatura (Vila Nova 1996: 71).

Mariza Corrêa, no livro *História da Antropologia no Brasil (1930-1960); testemunhos*, identifica três momentos da história das Ciências Sociais brasileiras: o das grandes sínteses, o dos projetos e o da pós-graduação. Para Corrêa, o primeiro momento caracterizou-se pelas avaliações globais da nossa sociedade feitas por autores nacionais como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, sob a forma de ensaios. No momento seguinte, grandes projetos desenvolvidos de forma coletiva, não raro com a presença de pesquisadores estrangeiros e a partir da metodologia dos estudos de comunidade, tiveram como objetivo fornecer subsídios empíricos para uma ação local do poder público, fortalecendo o papel político dos nossos intelectuais e consolidando o campo das Ciências Sociais no Brasil. O terceiro e último momento foi o da "era da pós-graduação", inaugurado com a reforma do ensino universitário e marcado pela crescente especialização das áreas científicas (Corrêa 1987: 19-22). Quanto aos estudos de comunidade, João Baptista Borges Pereira qualificou-os como investigações mais "verticalizadas", ao contrário da "visão horizontalizada" do Brasil presente nas obras ensaísticas dos anos 1930: "Recorta-se o empírico e mergulha-se

---

[2] Sebastião Vila Nova, no artigo *O singular e o universal nos estudos de comunidade*, afirma que os estudos de comunidade foram uma criação típica da Ciência Social norte-americana e estiveram ligados a três tradições distintas: a da ecologia humana da Escola de Chicago, com Robert Park e Ernest Burgess à frente; a do estudo realizado pelo casal de sociólogos Robert e Helen Lynd sobre Middletown, publicado em 1929, que influenciou as investigações desenvolvidas na Universidade de Colúmbia; por fim, a das pesquisas de Lloyd Warner, também vinculado à Universidade de Chicago, voltadas principalmente para as relações de classe. Segundo Vila Nova, o modelo de estudo de comunidade trazido para o Brasil foi o de Robert Redfield, que representava uma abordagem menos simploriamente positivista em razão da preocupação em relacionar os dados empíricos com uma base teórica (1996: 69-71).

na profundidade, não na extensão" (Entrevista realizada em Agosto de 2010). Para Eunice Durham, tais estudos constituíram um método inovador por utilizar "observação participante, documentação censitária, histórias de vida, entrevistas dirigidas etc., formulando um retrato multidimensional da vida social e integrando o estudo das manifestações culturais à análise de seu substrato social e econômico" (Durham 1986: 21).

No Brasil, de modo geral, os estudos de comunidade foram realizados em pequenas cidades do interior e tinham em comum uma preocupação com os problemas gerados pela mudança social e cultural em curso. As transformações ocorridas após o término da Segunda Guerra Mundial, dentre elas o processo de redemocratização, o avanço da industrialização e o crescimento das cidades, foram tratadas por inúmeros autores como definidoras da entrada do Brasil em uma era de desenvolvimento e progresso com o consequente desaparecimento do mundo tradicional. Vigorava, então, a visão dos "dois Brasis": ao "velho Brasil" do interior, representado pelo regionalismo, o coronelismo, o latifúndio e pelas relações de dependência entre trabalhadores e fazendeiros, contrapunha-se o "novo Brasil", identificado com o litoral, o comércio exportador, a industrialização, a urbanização e a consequente quebra dos laços tradicionais. Esta abordagem dualista fez-se presente nos estudos de comunidade e, em vários trabalhos, pequenos municípios de regiões mais interiores eram estudados geralmente aos pares, um representando o polo da "tradição" e outro, o polo do "progresso". A noção de progresso estava associada a mudanças nas atividades econômicas, como implantação de projetos de irrigação, construção de usinas ou barragens, abertura de estradas de rodagem etc. Os problemas investigados eram, assim, equacionados segundo as dicotomias tradição/modernidade, isolamento/contato, permanência/transformação.[3]

[3] Em nosso país, houve estudos de comunidade realizados tanto por pesquisadores individuais quanto no âmbito de grandes projetos. Entre 1948 e 1964, foram publicados 19 trabalhos (Vila Nova 1996: 71). Nomes importantes da Sociologia e da Antropologia, do Brasil e do exterior, figuram na lista de autores: entre os brasileiros destacam-se Oracy Nogueira, Azis Simão, Eduardo Galvão, Esdras Borges Costa, Lucila Hermann e Gioconda Mussolini; entre os estrangeiros encontramos Emílio Willems, Donald Pierson, Kalervo Oberg, Charles Wagley, Marvin Harris e Harry Hutchinson (Vila Nova, 1996, p. 71). Antonio Candido não considera seu trabalho *Os parceiros do Rio Bonito* como um estudo de comunidade, embora vários autores assim o façam (Jackson 2009: 278).

O que Mariza Corrêa chamou de “era dos projetos”, constituindo, para a autora, o segundo momento da história das Ciências Sociais em nosso país, incluiu o “Projeto Columbia University/Estado da Bahia”, o “Projeto do Vale do São Francisco”, o “Projeto UNESCO” sobre relações raciais e os estudos das cidades-laboratório do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, o CBPE, dirigido por Anísio Teixeira e localizado no Rio de Janeiro (Maio 2009: 257). Dentre todos, cabe destacar o “Projeto Columbia University/Estado da Bahia”, coordenado por Charles Wagley e vinculado à então Universidade da Bahia, atual Universidade Federal da Bahia (UFBA), e o “Projeto do Vale do São Francisco”, coordenado por Donaldo Pierson e desenvolvido na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP/SP). Ambos visavam coletar dados *in loco* nas regiões estudadas com a finalidade de subsidiar ações governamentais de intervenção principalmente nas áreas de educação, saúde e administração pública.[4] A preocupação com a aplicabilidade dos resultados das pesquisas estava claramente vinculada ao objetivo de fundamentar o trabalho do governo em um conhecimento científico da realidade social. Alunos e docentes da ELSP/SP e da Universidade da Bahia participaram ativamente das investigações de campo destes dois grandes projetos, tendo sido formada nesta tradição de pesquisa boa parte da primeira geração de cientistas sociais de nosso país.

---

[4] O “Projeto Columbia University/Estado da Bahia” foi idealizado por Anísio Teixeira, à época Secretário de Educação e Saúde do estado da Bahia. Este trabalho começou a se articular em 1949, quando Teixeira convidou o Professor Charles Wagley, da Universidade de Colúmbia, para fazer um pré-projeto de estudos sobre a realidade social do estado da Bahia, com a finalidade de implantar um programa amplo de pesquisas que subsidiassem sua gestão à frente da Secretaria. Como diretores do projeto foram convidados Thales de Azevedo, antropólogo e médico da Secretaria da Saúde do estado, e Luiz Aguiar da Costa Pinto, da Universidade do Brasil. A coordenação geral ficou a cargo de Wagley, que, em junho de 1950, trouxe três alunos de pós-graduação de Colúmbia para ajudá-lo nas pesquisas: Marvin Harris, Harry Hutchinson e Benjamin Zimmerman. No ano seguinte viria um quarto aluno, Anthony Leeds. Dentre os estudos preliminares para o projeto estava a identificação de áreas ecológico-culturais realizada por Azevedo, Costa Pinto e Wagley. O estado da Bahia foi dividido em seis áreas, sendo três escolhidas para sediar os estudos: o Recôncavo, a Chapada Diamantina e o Sertão semiárido, regiões que contavam, respectivamente, com as atividades econômicas de produção de açúcar, mineração e criação de gado (Figueiredo; Oliveira & Damasceno 2009: 202-204).

O “Projeto do Vale do São Francisco”, desenvolvido pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP/SP), iniciou-se em 1951, sendo coordenado pelo Professor Donald Pierson, da Universidade de Chicago, e subsidiado pelo Instituto Smithsonian (Limongi 2001: 267). As verbas da Smithsonian para o projeto foram obtidas através da atuação de Julian Steward nesta instituição (Corrêa 1987: 42). Diferentemente do primeiro projeto, os organizadores do “Projeto do Vale do São Francisco” - Donald Pierson, Octávio da Costa Eduardo e Levy Cruz - escolheram trabalhar somente ao longo deste rio e em localidades com distintas bases ecológicas: uma área de criação de gado em Minas Gerais, uma antiga região aurífera, também em Minas, uma área de criação de cabras e gado bovino em Pernambuco, uma área de pesca na Bahia e uma área de cultivo de arroz em Alagoas (Corrêa 1987: 47).

O estudo de comunidade feito por Emílio Willems na cidade paulista de Cunha foi o primeiro a ser publicado no Brasil, em 1948 (Corrêa 1987: 120). Esta é a data que consta no depoimento de Willems publicado no livro de Mariza Corrêa, entretanto a que aparece em várias referências bibliográficas é 1947. Assim, os primeiros trabalhos realizados no Brasil seriam: *Cunha: tradição e transição numa comunidade rural do Brasil*, de Emílio Willems, 1948; *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*, de Lucila Hermann, 1948; *Cruz das Almas*, de Donald Pierson, 1952; *Buzio's Island,* de Emílio Willems e Gioconda Mussolini, 1952, e *Amazon Town*, de Charles Wagley, 1953.

Donald Pierson tinha realizado, entre os anos de 1935 e 1937, uma pesquisa sobre relações raciais na Bahia, sob a orientação múltipla de Robert E. Park, Robert Redfield e Louis Wirth, à época professores da Universidade de Chicago (Corrêa 1987: 34), da qual se originou o livro *Brancos e pretos na Bahia: estudo de contato racial*, publicado pela Companhia Editora Nacional em 1942. Pierson, como já foi mencionado anteriormente, teve o mérito de ser o primeiro a se dedicar à formação de pesquisadores profissionais no curso de pós-graduação que implantou na ELSP (Limongi 2001: 267-270) e, através dele, a tradição dos estudos de comunidade desenvolvidos na Universidade de Chicago entrou no Brasil, principalmente em São Paulo.

Edgar S. G. Mendoza indica a influência da Escola de Chicago em três campos no Brasil: a) relações raciais (negros, brancos e imigrantes), b) estudos de comunidade (pequenas cidades rurais) e c) estudos na cidade (principalmente em São Paulo). No artigo *Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950)*, Mendoza analisa oito pesquisas feitas em contextos urbanos: a de Lucila Hermann sobre a cidade de Guaratinguetá, de 1938; a de Oscar Araújo sobre imigrantes na cidade de São Paulo e seus locais de habitação, de 1940; a de Emílio Willems sobre relações de vizinhança em São Paulo, feita em 1939 e 1940; a de Donald Pierson sobre habitações em São Paulo, de 1942; a de Frederico Heller sobre uma rua da cidade de São Paulo, em 1943; novamente Lucila Hermann, sobre o crescimento urbano da cidade de São Paulo, de 1944; a de Osvaldo Xidieh sobre uma igreja no município de Mogi das Cruzes, de 1947; e, finalmente, a de Oracy Nogueira sobre habitações de operários em São Paulo, de 1949. Embora o autor

não analise a pesquisa de Florestan Fernandes sobre as “trocinhas” do bairro do Bom Retiro, feita no início dos anos 1960, cita-a em nota de rodapé (Mendoza 2005).

Emílio Willems, por sua vez, embora não tivesse nenhuma ligação institucional com a Universidade de Chicago, adotou em seus estudos de comunidade, tal como Pierson, o modelo teórico do *continuum* folk-urbano de Robert Redfield. A partir de uma pesquisa com quatro comunidades em Yucatán, no México, Redfield tinha elaborado o conceito de *continuum* para analisar as transformações que atingiam desde as comunidades tribais do interior até as comunidades urbanas da costa. Sua tese consistia em comprovar que, quanto mais uma comunidade se aproximava do litoral, mais urbano e menos indígena era seu modo de vida.[5]

Os estudos de comunidade encontraram grande acolhida na Antropologia brasileira,

> (...) porque o mesmo método podia ser aplicado, com poucas adaptações, tanto ao estudo das populações indígenas quanto ao da nossa própria sociedade. Depois do afastamento de Emílio Willems, Gioconda Mussolini continuou nesta linha, pesquisando as comunidades caiçaras. Mesmo jovens sociólogos da USP, como Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Oracy Nogueira, fizeram trabalhos deste tipo. Assim, sociologia e antropologia estavam muito próximas, movendo-se dentro de tendências teóricas e metodológicas que se superpunham (Durham 2004: 21-22).

Ruth Cardoso e Eunice Durham ingressaram na graduação no momento em que os chamados grandes projetos estavam sendo implantados, mas não realizaram estudos de comunidade: utilizaram, tanto em seus próprios trabalhos como em suas orientações, teoria e metodologia funcionalistas acrescidas de referenciais históricos,

---

[5] Marvin Harris, um dos pesquisadores do “Projeto Columbia University/Estado da Bahia”, contestou, em seu doutorado, este conceito de Robert Redfield, evidenciando as rivalidades que existiam entre a Universidade de Colúmbia e a Universidade de Chicago. A comunidade que Harris pesquisou na Bahia, Rio de Contas, estava a quase 600 km de Salvador, mas tinha uma dinâmica tipicamente urbana, representando, ao mesmo tempo, o polo tradicional na comparação com o município que lhe serviu de contraponto (Figueiredo; Oliveira & Damasceno 2009: 207).

sociológicos e demográficos mais amplos. Na época em que estas pesquisadoras conduziam suas investigações, em fins da década de 1950 e durante os anos 1960, a crítica aos estudos de comunidade dominava o cenário das Ciências Sociais em São Paulo. No artigo *Estudo de comunidade e conhecimento científico*, de 1961, o sociólogo da USP Octávio Ianni, ao criticar tais trabalhos, afirma que as Ciências Sociais no Brasil teriam absorvido com muita facilidade este modelo de investigação por ele permitir a associação entre reconstrução histórica e experiência empírica de campo. Segundo seu ponto de vista, a inadequação das abordagens históricas feitas resultou, em muitos casos, no empobrecimento das análises, que permaneceram em um nível descritivo e pouco criativo em termos teóricos.[6]

3. As três tarefas da Antropologia e os estudos sobre *aculturação*

Como foi dito anteriormente, os anos 1940 e 1950 representaram um período de certa indistinção entre Sociologia e Antropologia, porém desde o início da década de 1940 já era possível perceber algumas diferenciações e fronteiras entre os dois campos, como deixa entrever a menção às "três tarefas" da Antropologia feita por Emílio Willems em 1943:

a.) Estudo de culturas indígenas e seus contatos com a civilização;
b.) Estudo das culturas caboclas, indispensável à solução do problema rural brasileiro;
c.) Estudo da aculturação de certos grupos étnicos e raciais (negro, japonês, alemão etc.) (apud Magnani 2012: 26).

Os processos de *aculturação* de populações indígenas, segmentos negros ou imigrantes em contato com a sociedade nacional constituíam, à época, importante linha de pesquisa. Em 1966, após mais de vinte anos, esta linha persistia entre as três

[6] Retrospectivamente, Eunice Durham ressaltou a importância dos estudos de comunidade. "De fato, revendo a produção desta época, considero que a contribuição dos estudos de comunidade para a compreensão da sociedade brasileira não foi nada desprezível. Essas pesquisas de comunidade realizaram uma extensa etnografia da sociedade tradicional, estudando bairros rurais, vilas e pequenas cidades em todas as regiões brasileiras: na Amazônia, no sertão do Nordeste, no Recôncavo baiano, no Sudeste, nas comunidades de imigrantes estrangeiros de São Paulo e do Sul" (2004: 22).

tarefas que ainda continuavam a balizar a pesquisa antropológica em nosso país, embora com algumas alterações conceituais:

a.) Investigação da cultura e da vida social indígena e dos processos de transformação resultantes de contatos intertribais e com populações neobrasileiras;
b.) Análise de comunidades rústicas e de mudanças socioculturais que nelas operam;
c.) Finalmente, estudo dos processos de aculturação e de assimilação de minorias étnicas no Brasil (apud Magnani 2012: 26).

Não passa despercebido o acréscimo do conceito de *assimilação*, colocado lado a lado com o de *aculturação* no terceiro item das orientações para a prática antropológica, o que é um indicativo das diferentes posições assumidas por pesquisadores da época. No entanto, como ressaltou Magnani, a tripartição original mantinha-se:

> (...) mais tarde Roberto Cardoso de Oliveira (...) afirmaria que a Antropologia sempre primou por definir-se com base no seu objeto, que refere, economicamente, como 'índios, negros ou brancos, estes últimos vistos enquanto grupos étnicos minoritários ou segmentos desprivilegiados da sociedade nacional, seja, por exemplo, os favelados urbanos, seja ainda pequenos produtores rurais como bem ilustram os caipiras de São Paulo ou os caiçaras do Nordeste' (Cardoso de Oliveira 1988: 111) (apud Magnani 2012: 27).

Em função de contingências acadêmicas existentes no momento em que terminaram seus cursos de graduação, quando ainda vigorava o sistema de cátedras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Ruth Cardoso e Eunice Durham não puderam escolher de maneira independente o que pesquisar na pós-graduação: os orientadores – catedráticos – definiam os temas e as linhas teóricas que deveriam ser seguidos por seus alunos. Dentro da perspectiva das "três tarefas" da Antropologia, Cardoso e Durham situaram-se na linha de pesquisa sobre imigração e minorias étnicas, pois eram orientandas (e assistentes voluntárias) de Egon Schaden, que, além

de realizar investigações sobre sociedades indígenas, trabalhava também com esta temática. Durham fez seu mestrado com imigrantes italianos em Descalvado, no interior paulista, e o doutorado com migrantes rurais estabelecidos na cidade de São Paulo; Cardoso pesquisou os imigrantes japoneses, no Estado de São Paulo, que se deslocaram para a capital. Embora não tenham tido liberdade para escolher seus temas de pesquisa, ambas se afastaram da linha teórica culturalista de seu orientador, desenvolvendo uma abordagem crítica do conceito de aculturação.

4. Tempos de renovação

No final dos anos 1940, enquanto as três tarefas continuavam a constituir o quadro maior de referência das investigações na área da Antropologia, na Sociologia da USP Roger Bastide e Florestan Fernandes iniciaram uma renovação bibliográfica, temática e metodológica, com repercussões que iriam ultrapassar as fronteiras entre as duas disciplinas: Florestan Fernandes introduziu em seus cursos autores da tradição sociológica alemã, como Mannheim, Tönnies e Freyer; Roger Bastide, da cadeira de Sociologia II, incentivava a prática da pesquisa na cidade, o que produziria o efeito inusitado de instigar o interesse de alguns alunos por algo parecido com uma futura Antropologia Urbana, como ocorreu no caso de Ruth Cardoso (Almeida; Cunha; Dias Jr.; El Far & Frehse 1997/98: 151-153).[7] Quanto à mudança dos temas de pesquisa, já declinando os estudos que trataram das transformações pelas quais havia passado a sociedade tradicional, “tomou corpo um crescente interesse pelo ‘novo’ que eram os operários, os empresários, a industrialização, a urbanização” (Durham 2004: 22). A linha de investigação sobre as religiões africanas se somaria, tanto na Sociologia como na Antropologia, à análise das relações raciais e do preconceito racial no contexto da sociedade industrializada e urbanizada, contestando-se diretamente o mito da democracia racial. Deste modo, principalmente na Sociologia, as análises passaram a

[7] Em sua entrevista à Revista Cadernos de Campo, Ruth Cardoso relembra que, no segundo ano da faculdade, Roger Bastide levou sua classe para visitar favelas da cidade de São Paulo. Segundo Cardoso, os alunos não realizaram uma pesquisa no sentido rigoroso do termo, mas perceberam a necessidade de expandir os horizontes da Antropologia clássica, que se dedicava, até então, prioritariamente a temas e problemas das sociedades indígenas. Ruth Cardoso enfatiza, em sua fala, a influência decisiva exercida por Bastide para a ampliação do campo de estudos da Antropologia (Almeida; Cunha; Dias Jr.; El Far & Frehse 1997/98: 153).

privilegiar as injunções do capitalismo industrial nascente e a constituição de uma nova estrutura de classes no Brasil.

Nos anos 1960, mudou o cenário político brasileiro, crescendo a agitação popular e a pressão por reformas estruturais. O marxismo ganhou espaço "não mais apenas como base para uma opção política exercida fora da vida acadêmica, mas como instrumental para a reflexão teórica e para a formulação de novas pesquisas" (Durham 2004: 24). Sociologia e Ciência Política aproximam-se. A crítica promovida pela teoria marxista atingiu não só a sociologia positivista francesa, mas também o funcionalismo no campo da Antropologia.

> O funcionalismo antropológico, de fato, não continha uma teoria do capitalismo nem uma teoria da história, utilizava um conceito empírico de classe social e privilegiava os processos de integração, deixando em segundo plano o conflito e a dominação, fundamentais na análise marxista (2004: 24).

Na USP, as experiências de pesquisa de Eunice Durham e Ruth Cardoso levaram-nas a perceber que a base conceitual e metodológica funcionalista não se contrapunha necessariamente ao estudo dos conflitos sociais e processos de mudança, pois o funcionalismo antropológico havia produzido uma teoria da mudança centrada nos conceitos de *aculturação* e *assimilação*. Porém esta abordagem revelava-se muito limitada por pressupor que "um dos grupos envolvidos era alvo passivo do processo de transformação, sendo incorporado cultural e socialmente por outro" (Durham 2004: 26). Eunice Durham e Ruth Cardoso produziam seus trabalhos de mestrado e doutorado em meio a estas controvérsias teóricas e, como se verá a seguir, ressaltaram que os dados empíricos provenientes das entrevistas e da observação direta constituíam fontes imprescindíveis de informação, porém deviam ser controlados por material histórico, político, econômico e demográfico.

Em seu trabalho *Assimilação e mobilidade: a história do imigrante italiano num município paulista*, de 1966, Eunice Durham explicita que não realizou um estudo de aculturação nos moldes tradicionais, tendo se aproximado da análise proposta por Julian Steward dos "níveis de integração sociocultural" (1966: 6). Segundo a autora, a integração do imigrante italiano no novo contexto deu-se através de um processo de

mobilidade social tornado possível pela conservação e reinterpretação de determinados elementos de seu equipamento cultural original: os padrões associativos reguladores da vida familiar, as técnicas produtivas e as formas tradicionais de organização do trabalho mostraram-se adequados para aproveitar as oportunidades de ascensão criadas no âmbito das transformações mais gerais da sociedade brasileira (1966: 5). A cidade de Descalvado, local onde Eunice Durham realizou o trabalho de campo, não foi analisada como um sistema isolado, mas referida às tendências históricas gerais da imigração italiana no Estado de São Paulo. Na pesquisa de doutorado sobre migrantes rurais, por sua vez, a busca de uma maior profundidade histórica levou Eunice Durham a complementar as informações obtidas nas entrevistas com a extensa bibliografia existente sobre a sociedade rural tradicional brasileira, relatos de viajantes do século XIX e, até mesmo, estudos de comunidade (2004: 25).[8]

Outro exemplo da maneira como os conceitos de *aculturação* e *assimilação* foram criticados no campo da Antropologia também pode ser encontrado na pesquisa de doutorado de Ruth Cardoso. Na conclusão de sua tese sobre os japoneses no Estado de São Paulo, defendida em 1972 e cujo título é *Estrutura familiar e mobilidade social*, Cardoso também afirmava que, ao contrário da maioria dos trabalhos sobre grupos imigrantes no Brasil, o seu não se definia como um estudo de aculturação. O enfoque aculturativo vinha sendo criticado, como já foi visto, por atribuir uma dinâmica cultural autônoma às transformações resultantes do contato direto entre dois ou mais grupos e abordar o processo de mudança somente em termos de compatibilidades e incompatibilidades, seja entre as culturas envolvidas seja no nível dos processos psíquicos de seus membros. Mesmo os trabalhos que contextualizavam a situação de contato no âmbito maior da estratificação da sociedade, analisando os quadros de dominância e sujeição cultural, não teriam avançado as interpretações por encontrarem-se atrelados ao pensamento culturalista então em voga. Assim como Durham em sua pesquisa sobre os imigrantes italianos, Cardoso também detectou que os mecanismos culturais de ajustamento desenvolvidos pelos grupos de imigrantes

---

[8] O título completo da tese apresentada junto à cadeira de Antropologia da antiga FFCL da USP, em 1966, é *Migração, trabalho e família; aspectos do processo de integração do trabalhador de origem rural à sociedade urbano-industrial*. Este trabalho será posteriormente editado sob a forma de livro com o título *A caminho da cidade; a vida rural e a migração para São Paulo*.

indicavam que, ao participar da sociedade dominante como mão-de-obra assalariada, não era possível recriar, na nova situação, o conjunto de instituições, valores e representações: a situação de integração na sociedade dominante dava-se a partir da seleção de certos aspectos da cultura que manteriam propriedades e orientações gerais da totalidade original. Cardoso observou dentro da família japonesa a permanência de padrões de relacionamento reveladores de valores fundamentais desta tradição cultural. A imigração gerava um processo de mudança cultural, mas criava, ao mesmo tempo, uma situação de contato estruturada e permanente (1995: 174). Sem configurar uma situação propriamente de equilíbrio, o processo era, simultaneamente, estável e dinâmico.

Ruth Cardoso apoiava-se nas proposições de Edmund Leach, para quem a vida social devia ser concebida como experiência descontínua. Leach criticava os modelos sociais de sistemas em equilíbrio, elaborados pelos antropólogos de orientação funcionalista, que não permitiam a apreensão do processo de mudança social. Para ele, os indivíduos assumem simultaneamente diversas posições em diferentes sistemas sociais, posições não necessariamente congruentes, e, na prática coletiva, as tentativas de compatibilizar essas incongruências apareceriam como combinações possíveis entre os vários sistemas existentes. Era, portanto, ao nível da dimensão simbólica dos comportamentos que as recombinações entre formas culturais podiam ser apreendidas. Incorporando esta perspectiva à sua análise da imigração japonesa no Estado de São Paulo, Cardoso utilizou o conceito de integração, mesmo que em sentido amplo, aliado ao de mobilidade social: o “processo de integração do imigrante japonês é caracterizado neste trabalho, por um lado, por sua mobilidade social e, por outro, pela diminuição da distância cultural entre ele e o conjunto da sociedade” (1995: 175). A abordagem da mudança social como processo vivido permitiu a Ruth Cardoso perceber os aspectos culturais que permaneciam organizados e ativos, exprimindo uma linguagem ritual própria daquele grupo étnico, embora se combinando, simultaneamente, com outras expressões rituais e linguagens.

Ao mesmo tempo em que a aplicabilidade e relevância teórica dos conceitos de aculturação e assimilação eram criticadas no interior da área da Antropologia da USP, a proeminência do marxismo nas Ciências Sociais pedia uma tomada de posição da parte dos antropólogos, principalmente após o golpe militar de 1964. Embora o

marxismo fornecesse o arcabouço teórico e conceitual para a crítica do sistema capitalista e do autoritarismo político, não se aplicava de maneira profícua à produção antropológica, caracterizada por pesquisas feitas com pequenos grupos ou categorias sociais que não se enquadravam no conceito abrangente de classe social. Em lugar do proletariado, por exemplo, os antropólogos lidavam com realidades muito diversificadas internamente, em que se misturavam diferentes tipos de profissionais - operários, autônomos, trabalhadores da construção civil, empregados do setor de serviços, domésticas etc. - permanecendo relativamente inalterados o poder de consumo, o nível de escolaridade e as visões de mundo. Que denominação atribuir, então, a este tipo de realidade para efeitos de recortes de pesquisa? A escolha recaiu sobre a expressão *classes populares*, que, embora imprecisa, tinha o mérito de romper com a visão homogênea sobre a população presente na teoria marxista. Segundo Durham, o marxismo foi, para boa parte dos antropólogos, muito mais um instrumento de crítica e oposição ao regime militar do que uma metodologia de pesquisa utilizada de maneira consistente. A principal influência exercida pelo marxismo sobre as pesquisas antropológicas teria sido quanto à escolha dos temas, “que privilegiaram o trabalho com populações pobres, oprimidas e marginais” (2011: 46).

Não houve, para Eunice Durham, uma total incompatibilidade entre o marxismo e a abordagem antropológica, mas, por estarem voltados para diferentes dimensões da realidade social, “os instrumentos de um não eram adequados para a investigação da outra” (2004: 30). Era possível, para Durham, estabelecer entre ambos uma relação de complementaridade, embora a postura funcionalista relativista se opusesse à teoria marxista da história, inspirada na noção de progresso evolutivo própria do século XIX. Em entrevista concedida à revista Ponto Urbe, Eunice Durham fala sobre a relação que ela e Ruth Cardoso mantiveram com o marxismo:

> (...) embora nem Ruth, nem eu, nem nenhum dos meus orientandos tenhamos realizado análises marxistas da sociedade brasileira, tínhamos sempre, como pano de fundo das nossas pesquisas, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sua manifestação nos processos de urbanização e industrialização e na constituição de uma nova sociedade de classes populares, assim como a transformação de características da sociedade

> tradicional nos processos de mudança vividos por estas populações. Não fomos marxistas, inclusive, porque nosso foco nunca foi o da explicação destes macroprocessos, mas o da compreensão de como eles eram vividos e percebidos pelas classes populares e pelas classes médias. É neste 'vivido' que entram o trabalho assalariado ou por conta própria, a família, a casa, a vizinhança, os círculos de parentesco e amizade, o lazer, a religião, a sexualidade (Entrevista realizada em Julho de 2009).

Outra influência teórica marcante sobre os trabalhos desenvolvidos na Antropologia na USP no início da década de 1960 foi a representada pelo estruturalismo de Lévi-Strauss, introduzido por Ruth Cardoso depois de uma estada na França entre os anos de 1962 e 1963. As obras de Lévi-Strauss inspiradas na linguística permitiram aplicar o conceito de estrutura à análise das dimensões simbólicas da cultura, como a mitologia e o ritual, ampliando o uso original relativo aos estudos sobre o parentesco. O conceito de estrutura permitia utilizar o material etnográfico para estabelecer relações de oposição que podiam ser estudadas comparativamente, independentemente de conteúdos particulares que variavam de cultura para cultura. "Trata-se de algo totalmente diferente do marxismo, mas cujo rigor teórico (ao contrário do que ocorria com o funcionalismo) impedia que fosse descartado como irrelevante", observou Durham (2004: 37).

5. As classes populares

Simultaneamente à renovação teórica pela qual passava a Antropologia da USP, ocorria uma reviravolta em termos da pequena visibilidade que a disciplina tinha em relação às demais Ciências Sociais: os grupos que vinham sendo estudados pela Antropologia assumiam, no contexto da relativa abertura política do início dos anos 1980, novos papeis sociais. Antes majoritariamente marginais à sociedade capitalista e a seus mecanismos institucionais de representação, índios, trabalhadores rurais, favelados, moradores das periferias urbanas, mulheres, negros, homossexuais, ativistas religiosos, entre outros, engajaram-se em movimentos de amplo espectro reivindicativo. Estes novos atores políticos tinham a particularidade de atuar fora de

sindicatos e partidos, e muitos cientistas sociais passaram a enxergar neles o motor das transformações necessárias para a superação das injustiças e do autoritarismo político (Durham 2004: 40-41). "Romanticamente eram vistos como 'o povo em movimento'", disse Durham.

No Departamento de Ciência Política da USP, em meados dos anos 1970 e durante os anos 1980, abriu-se espaço para reflexões teóricas e metodológicas sobre a relação entre ideologia e cultura, bem como para a discussão sobre a emergência da periferia paulistana como *lócus* principal dos objetos de pesquisa (Magnani 2012: 39). As reflexões sobre ideologia e cultura "permitiram confrontar a perspectiva antropológica com as contribuições da política, sem, contudo, ter que optar por uma ou por outra" (Magnani 2012: 57). Autores como Antonio Gramsci, Louis Althusser, Nicos Poulantzas, Richard Hoggart, Michel Foucault, Claude Lévi-Strauss, Manuel Castells, Jean Lojkine, entre outros, forneceram os referenciais teóricos não só para as discussões dos seminários como também para as dissertações e teses que Ruth Cardoso e Eunice Durham estavam orientando.

> Tendo descartado a segurança dos paradigmas propostos pela Escola de Chicago, tampouco contavam com a coerência do arcabouço funcionalista e a certeza de suas estratégias de pesquisa conhecidas e aplicadas, seja em sociedades tribais, seja em grupos de migrantes. Era preciso construir quadros de referência ad hoc, levando em conta as especificidades desses novos objetos de reflexão (Magnani 2012: 56).

A bem sucedida abordagem multidisciplinar promovida pelas professoras Eunice Durham e Ruth Cardoso revelou-se não só no entrelaçamento dos conceitos de ideologia e cultura, mas também no emprego dos conceitos de sociedade civil, cidadania, participação política e democracia. Em entrevista que nos foi concedida para ser publicada na revista eletrônica Pontourbe, do Núcleo de Antropologia Urbana da USP (NAU/USP), em 2009, Eunice Durham falou sobre a utilização destes conceitos e referenciais teóricos: "O diálogo com o marxismo e com a Ciência Política foi feito através da utilização do conceito de sociedade civil e da crítica do conceito de ideologia" (Torres 2009). No artigo *Cultura e Ideologia*, originalmente publicado em

1984, Durham explicita este diálogo, fazendo as necessárias pontes teóricas e, ao mesmo tempo, preservando e valorizando o conceito de cultura. Para Durham, no tipo de trabalho realizado por ela e por Ruth Cardoso, o conceito de *ideologia* não substituía o de *cultura*, tendo o primeiro importância na medida em que trazia embutida a noção de hegemonia bem como tratava da dimensão política dos aspectos culturais. Segundo Durham, foi Ruth Cardoso quem introduziu o conceito de sociedade civil de Gramsci para realizar a necessária interligação com as temáticas próprias da Ciência Política, além de ter trazido para aquele novo ambiente de pesquisa a problemática dos movimentos sociais (Torres 2009).

Capítulo II

A caminho de São Paulo: migração, trabalho, família, escola e mobilidade social.

Do conjunto de pesquisas analisadas neste capítulo, emerge uma São Paulo representada, e até certo ponto vivida, da perspectiva dos migrantes de área rural ou pequenas cidades, como o lugar da realização de um projeto de mobilidade social efetivado basicamente através da obtenção do emprego fixo – na indústria, na construção civil, no comércio, no setor de serviços, no trabalho como autônomo ou dono de negócio – aquisição da casa própria, mudança de *status* via escolarização e melhoria geral das condições de vida pelo acesso à saúde, aos bens de consumo e às experiências características de metrópoles industrializadas e cosmopolitas. Serão aqui apresentadas as teses de doutorado de Eunice Ribeiro Durham e Ruth Corrêa Leite Cardoso, defendidas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras das USP (FFCL/USP), mais o mestrado de João Baptista Borges Pereira, desenvolvido na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP/SP) e tomado como contraponto às duas primeiras investigações.

1. A São Paulo dos migrantes rurais: uma pesquisa sobre integração no sistema urbano-industrial (1959 – 1966)

a.) Notas sobre tema, objeto de estudo, metodologia e características principais da população pesquisada

A tese de doutoramento *Migração, trabalho e família: aspectos do processo de integração do trabalhador de origem rural à sociedade urbano-industrial*, de Eunice Ribeiro Durham, apresentada em 1966 à Cadeira de Antropologia da então denominada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, teve como tema central a migração rural para a cidade de São Paulo, analisada “como um fenômeno que

implica o abandono de estruturas sociais tradicionais (...) e a integração de pessoas em estruturas muito mais amplas, próprias de um sistema de produção industrial, complexo, diferenciado e urbanizado" (1966: 1). A pesquisa baseou-se em dados coletados em épocas e situações diferentes, sendo publicada no início dos anos 1970 com o título *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*.

Uma das investigações cujos resultados forneceram subsídios para a análise de Durham foi realizada nos anos de 1959 e 1960, em quatro cidades (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba), pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), como parte de um projeto idealizado e coordenado por Darcy Ribeiro em que seriam abordados problemas advindos do processo mais geral de industrialização e urbanização em curso no país. Com a participação de uma equipe composta por vários pesquisadores foram coletadas, nas quatro cidades mencionadas, cerca de quatrocentas entrevistas com famílias de origem rural. Como este trabalho foi desenvolvido com migrantes já alocados em áreas urbanas, os dados sobre as condições de vida na comunidade rural tradicional, bem como sobre particularidades do processo de deslocamento, foram obtidos apenas enquanto reconstituição de uma situação passada e precisavam ser complementados através da bibliografia disponível sobre o tema, inclusive estudos de comunidade.

Mesmo circunscrevendo seu projeto à cidade de São Paulo, a autora enfrentou problemas quanto à precariedade das informações estatísticas existentes, o que a impossibilitou de planejar o trabalho a partir de dados quantitativos representativos. Diante desta limitação, Durham adotou uma nova estratégia para dar continuidade à pesquisa de campo. Como o segmento da população paulistana composto por migrantes rurais não estava segregado espacialmente, não participava de forma diferenciada de instituições sociais ou políticas nem era descriminado por tamanho, características demográficas, sinais físicos particulares, atividades ocupacionais ou critérios administrativos de nenhuma ordem, a autora decidiu realizar uma análise qualitativa de número reduzido de casos a fim de estabelecer algumas generalizações válidas. Tais casos foram extraídos de uma amostragem elaborada anteriormente por Bertrand Hutchinson para o CBPE. Hutchinson tinha aplicado 976 questionários, a partir de uma seleção casual de domicílios localizados na zona urbana do município, com adultos de ambos os sexos acima dos 20 anos de idade. Nestes questionários

encontravam-se, entre outras informações, dados sobre ocupação – atual e anterior à migração – e lugar de nascimento dos entrevistados, muito embora estes últimos ficassem comprometidos pelo fato de muitos indivíduos nascidos em área rural terem declarado como seu local de origem cidades próximas, fosse por terem sido ali registrados, fosse por uma questão de prestígio pessoal. Mesmo assim, Durham conseguiu retirar da amostragem de Hutchinson um subgrupo de 129 possíveis informantes, alguns comprovadamente de origem rural (por declaração inequívoca), outros que tinham trabalhado na agricultura e outros, ainda, cujos pais tinham tido ocupação rural. Destes 129 prováveis entrevistados, 42 haviam mudado de endereço ou recusaram-se a participar de mais uma pesquisa. Percorrendo as vizinhanças dos domicílios originalmente selecionados, Durham conseguiu incorporar ao trabalho mais 20 residências, chegando a um total de 107 informantes, o que não constituía uma amostra da população migrante de origem rural no sentido clássico, mas também não comprometia a validade da análise de movimento já tão consolidado no país.

Os dados obtidos a partir da nova pesquisa de campo conduziram a autora à elaboração de um quadro geral sobre a migração interna como fenômeno eminentemente familial, apontando a tendência para o deslocamento de famílias completas (de uma só vez ou com intervalos de tempo) ou segmentos de famílias, em oposição a indivíduos isolados. Especialmente quando os movimentos envolveram grandes distâncias, por exemplo, proveniência de Estados da região nordeste, Durham registrou uma predominância numérica de indivíduos jovens do sexo masculino. A distribuição por Estados repetiu os dados do Censo, indicando quantidade expressivamente maior de migrantes paulistas, seguida de mineiros, baianos e nordestinos em geral.

Às pesquisas relatadas acima se seguiram outras mais pontuais, realizadas somente na cidade de São Paulo, junto a migrantes rurais mais recentes, muito pobres e em situação precária em termos de ajustamento à vida urbana. Com a colaboração do Professor Hunaldo Beiker e de alunos do curso de Ciências Sociais da USP, Durham realizou uma investigação entre presidiários de origem rural na Casa de Detenção de São Paulo. Coletou, de modo complementar, entrevistas com moradores da favela do Vergueiro e frequentadores de um Centro Espírita. A delimitação do trabalho de Durham a uma única cidade – São Paulo – justificava-se, pois “desde que

se pretendia compreender a migração como aspecto do processo de industrialização e urbanização do país, é em São Paulo, o maior centro urbano e industrial, que o fenômeno deve se apresentar com a máxima intensidade" (1984: 226).

Embora a análise levasse em conta as transformações estruturais pelas quais passava a sociedade brasileira em meados do século XX, os objetivos da pesquisa voltaram-se para o estudo da migração rural-urbana enquanto fenômeno que representava o abandono de um modo de vida tradicional e a incorporação do migrante em uma nova ordem social: interessava a Durham investigar as mudanças no nível do comportamento concreto e na cultura das populações envolvidas.

> A industrialização e a urbanização significam a quebra de isolamento das comunidades tradicionais, a crise do sistema produtivo rural e da estrutura tradicional de autoridade, a negação dos velhos valores, a adoção de novos padrões de comportamento.
>
> Em nenhum momento essa transformação se apresenta de modo tão dramático ou tão completo como quando dá origem à migração, transferindo indivíduos e grupos das comunidades mais tradicionais e mais pobres para os grandes centros urbanos onde se concentram as inovações, a riqueza e os centros de decisão do país.
>
> Em certo sentido, pode-se dizer que o migrante vive e realiza, de modo concentrado, modificações nos padrões de comportamento e nas relações sociais que refletem, ao nível da ação concreta dos sujeitos, as alterações que ocorrem na ordem estrutural (Durham 1984: 8).

Em seu trabalho, Durham abordou, de um lado, as comunidades rurais tradicionais afetadas pela crise decorrente da implantação do sistema capitalista no campo e, de outro, as "transformações nos sistemas de ações, conhecimentos e valores dos sujeitos" (1984: 10) resultantes de sua transferência para os grandes centros urbanos. Segundo o recorte de pesquisa construído, pode-se dizer que a São Paulo dos migrantes rurais emergia dos interstícios das mudanças verificadas em padrões de comportamento e relações sociais e não de espaços físicos concretamente ocupados onde ocorriam esses mesmos comportamentos e relações: na tese não

apareciam, por exemplo, bairros específicos enquanto locais de moradia ou trabalho, nem deslocamentos reais de um ponto a outro da cidade ou práticas particulares de lazer e sociabilidade, mas, sim, formas e mecanismos socioculturais de adaptação e integração à vida urbana no contexto de uma metrópole industrializada. Deste modo, o urbano foi tratado como um dos contextos nos quais eram estudados problemas relativos aos deslocamentos e à possível mobilidade social que marcavam a trajetória do migrante rural rumo à cidade. Cabe ainda ressaltar que Durham não partiu da noção estanque de "dois Brasis", um tradicional e outro moderno, mas da convivência entre ambos e da interpenetração de formas e elementos do primeiro no segundo. Em sua análise, a formação e organização de uma sociedade urbano-industrial implicavam, fundamentalmente, na desagregação da economia rural tradicional, gerando movimentos migratórios de zonas menos desenvolvidas para zonas em desenvolvimento.

b.) Trabalho, família, indivíduo e comunidade

O foco da análise de Durham recaiu sobre o *trabalho* e a *família*, na medida em que a carreira, entendida como "elemento central do processo de integração da população de origem rural à sociedade industrial" (1966: 6), dependia não só da estrutura do mercado de trabalho e das qualificações do migrante, mas principalmente das características do grupo de parentesco. Este constituía a base para o estabelecimento de uma rede de contatos pessoais que, no contexto da cidade, passava a definir concretamente as oportunidades ocupacionais que se colocariam para os indivíduos.

Na grande cidade, embora fossem mantidos os laços de parentesco e alguns padrões culturais tradicionais, não chegava a se formar uma comunidade de migrantes rurais, como ocorria frequentemente com os imigrantes estrangeiros e suas comunidades étnicas, caracterizadas como sistemas socioculturais relativamente autônomos. Segundo Durham, no caso dos migrantes do meio rural, a diferenciação cultural parecia insuficiente para gerar a consciência de uma situação comum. Se, ao estudar as características do universo de origem do migrante, a análise recaiu sobre a comunidade rural, no contexto da grande cidade o foco deslocou-se da comunidade

para o indivíduo, na medida em que estes trabalhadores, agora dispersos no espaço, não viviam mais em um mundo relativamente fechado que abarcava a totalidade de seus modos de vida, permanecendo apenas a família e o grupo de parentes como as bases que orientavam a participação no novo meio sociocultural e a produção de representações.

c.) Análise de um processo particular de urbanização

A pesquisa de Eunice Durham foi realizada no momento em que a população urbana no Brasil estava prestes a ultrapassar a rural. O Censo de 1960 indicava que 32 milhões de pessoas, ou 45% de nossa população, viviam em cidades. Nos dez anos seguintes, pela primeira vez em nossa história, excederíamos os 50% de habitantes nestas áreas – ou seja, 52 de 93 milhões, o que correspondia a 56% dos brasileiros vivendo em aglomerações urbanas. Na época do trabalho, o aumento da população nas cidades resultava não só do crescimento vegetativo, que ocorria em maior proporção, mas da migração interna e, de forma menos expressiva, da imigração estrangeira. Como a instauração do capitalismo industrial não se deu de maneira uniforme por todo o território nacional, serão marcantes as desigualdades quanto ao desenvolvimento regional e à constituição de grandes cidades, determinando direcionamentos preferenciais da migração interna ao Estado ou da migração interestadual. Dá-se, portanto, uma transferência de mão-de-obra dos sistemas econômicos menos produtivos para os mais produtivos, como analisou Durham.

A expansão da urbanização no Brasil, muito recente no momento em que a pesquisa de Durham estava sendo realizada, não correspondia apenas ao incremento populacional nas cidades, mas também ao desenvolvimento de um novo tipo de cidade: a metrópole industrializada, centro do poder financeiro, do poder político e da produção cultural do país. A rede urbana brasileira diversificava-se, inclusive com o aumento do número de cidades de porte médio. A população de áreas economicamente pouco favorecidas, em busca de melhores oportunidades de trabalho, transferia-se para regiões mais ricas, integrando sistemas mais produtivos, seja no campo seja nas cidades. Assim, ocorria tanto a migração de uma área rural para outra, de áreas rurais para cidades pequenas ou médias, destas últimas para cidades

maiores ou da zona rural diretamente para metrópoles como São Paulo. Rompia-se definitivamente o isolamento relativo que havia caracterizado grande extensão do território brasileiro até pelo menos a década de 1940. A transferência de um número crescente de trabalhadores rurais para aglomerações urbanas não resultava unicamente do fenômeno de atração das cidades, mas da desestruturação da sociedade rural e, consequentemente, da expulsão deste contingente do campo. Parte destes trabalhadores, como foi visto, primeiramente se deslocou para vilas e pequenas cidades pré-industriais, sendo que, nestes contextos, ainda era possível conservar certos traços do estilo de vida anterior à migração. A generalização de uma economia de subsistência entre lavradores pobres, mas relativamente autônomos, fundada na família conjugal como unidade produtiva, organizada em grupos de vizinhança, baseada no acesso precário aos meios de produção e ao mercado, sustentada pela manutenção de um nível vital mínimo, bem como por um mínimo de sociabilidade e cooperação econômica (parentesco, compadrio e mutirão), garantia uniformidade e certa longevidade ao sistema rural tradicional no Brasil, mesmo diante da diversidade regional existente. Por outro lado, a ida para a grande usina de açúcar ou a migração para uma metrópole como São Paulo correspondia à participação em outro tipo de sistema econômico-social e, consequentemente, a transformações mais profundas no equipamento cultural original e no conjunto de valores dos migrantes. Como bem ressaltou Eunice Durham em seu estudo, não se tratava de analisar um processo abstrato de urbanização, mas as relações de dependência de áreas pré-industriais, e seu estilo de vida comunitário tradicional, com um sistema econômico baseado em novas formas capitalistas de trabalho e no modo de vida urbano, tal qual se instauravam no Brasil naquele momento de nossa história.

d.) Migração como recurso adaptativo

Segundo Eunice Durham, “a mobilidade espacial é um recurso adaptativo na economia de subsistência” (1984: 119). A migração apresentava-se, para a população de origem nacional e também para os imigrantes estrangeiros, “como forma de resolução de tensões decorrentes da exploração intensiva da força de trabalho quando são escassas as possibilidades de ascensão social” (1984: 119). Para o trabalhador rural, a migração geralmente vinha associada a uma incorporação maior à economia

monetária, à transformação do produtor autônomo em assalariado, à dissolução das relações clientelísticas e de ajuda mútua, bem como à consequente destruição dos grupos de vizinhança, persistindo, entretanto, laços de parentesco e amizade.

Para Durham, o individualismo, que já se fazia presente nos sistemas produtivos tradicionais, com o homem adulto no centro das relações sociais, era reforçado na economia capitalista, seja quando o trabalhador se inseria na grande empresa agrícola seja quando se empregava na indústria. Nas zonas urbanas, o migrante obtinha ocupação individualmente, independentemente de sexo e idade, e podia valer-se do apoio de instituições de classe, como sindicatos, bem como de organizações assistenciais e outros benefícios característicos das sociedades urbano-industriais, como escolas, hospitais etc. Desde que se mantivesse a inserção em uma rede de contatos, a migração oferecia soluções vantajosas para boa parte dos problemas enfrentados tanto no mundo rural quanto nas cidades, como a dissolução do grupo doméstico por doença, morte ou abandono de lar, a perda da terra por endividamento ou expulsão, a necessidade de abrigo e ajuda monetária na chegada à cidade, a indicação para o novo emprego etc.

e.) Migração como deslocamento social

Eunice Durham analisou o processo migratório não apenas como deslocamento no espaço, mas também como movimentação através do universo social. Refletindo sobre a dimensão social da migração para uma população sem escolarização e, portanto, analfabeta, a autora não faria da mobilidade um sinônimo de deslocamento no mapa, mas a trataria como característica fundamental da cultura tradicional, “que alarga o horizonte geográfico da comunidade” (1984: 136). As referências espaciais do homem do campo eram construídas também a partir dos lugares onde seus parentes e conhecidos tinham estado ou morado. A migração não significava apenas mudar-se para outro lugar, mas ir morar com outras pessoas. Relações pessoais que eram permanentes passavam a ser esporádicas e, inversamente, as que eram intermitentes podiam tornar-se constantes. As rotas percorridas pelos que antecediam um indivíduo - ou um conjunto de indivíduos - na jornada migratória constituíam referencial seguro, pois compunham a memória de seu grupo. A escolha da nova localidade para a fixação

baseava-se mais nas relações sociais do que em parâmetros espaciais ou algum tipo de atividade econômico-ocupacional escolhido de antemão. “É frequentemente o fato de possuir parentes no local que determina a escolha do destino” (1984: 137).

A migração não significava o rompimento das relações primárias próprias da sociedade tradicional, mas uma reestruturação destas relações, que se recompunham, pelo menos parcialmente, no local de chegada – em um universo social mais amplo. Assim, com o deslocamento, não havia uma perda irrecuperável da participação nos grupos de origem, mas a reconstituição dos laços em novos moldes, assegurando as bases para a segurança pessoal, a ajuda econômica e a vivência da sociabilidade. Os migrantes mais antigos abriam as portas da cidade para aqueles que chegavam, o que determinava, em grande medida, as possibilidades de sucesso da empreitada.

f.) Migrantes e modo de vida urbano

Um aspecto importante apontado por Durham foi a possibilidade da migração – principalmente a migração para a cidade – representar o enriquecimento da experiência e da personalidade para o homem do campo, na medida em que o mundo urbano ocupava posição mais valorizada no imaginário social. Às representações de timidez, desconfiança, impotência, ingenuidade, mas também perspicácia do caboclo, reiteradamente veiculadas em obras da literatura nacional, correspondia, por outro lado, o prestígio conferido ao universo citadino como referência de poder, saber e autoridade (Durham 1984: 139).

Nas cidades – centros econômicos, financeiros, políticos, religiosos e culturais da sociedade mais ampla – predominavam relações impessoais e monetárias que exigiam o domínio de padrões de comportamento estranhos à vivência do migrante, o qual entrava em contato com eles através da orientação daqueles que o antecediam na jornada migratória e lhe transmitiam sua experiência pessoal de participação na vida do mundo urbano. A própria inserção no mercado de trabalho citadino, como observou Durham, dependia de pré-requisitos que iam além da simples qualificação técnica e remetiam-se à maior ou menor flexibilidade comportamental e psicológica apresentada pelo indivíduo. No mundo rural, desfrutava-se de ampla margem de lazer, autonomia e irregularidade da atividade produtiva, em grande parte incompatíveis com o regime de

trabalho no sistema capitalista-industrial, que, a seu turno, oferecia empregos melhor remunerados. Além da experiência de um novo tipo de racionalidade econômica, o trabalhador de origem rural enfrentaria, na cidade, a organização burocrática do mercado de trabalho que exigia o reconhecimento legal de sua condição através do porte de documentos, como carteira de identidade, carteira profissional, título de eleitor, entre outros. Se permanecesse à margem da legalidade, lhe restariam atividades de subemprego, ou seja, ocupações temporárias, instáveis, inseguras e pior remuneradas, baseadas, muitas vezes, em relações de dependência entre patrões e empregados que, em parte, se assemelhavam às relações clientelísticas do mundo rural. No caso da cidade, o patrão podia disponibilizar alimentação, alojamento, roupas, remédios, ajuda quanto à locomoção e utilização do transporte público, obtenção de vagas para os filhos nas escolas, orientação para os trâmites nas repartições do governo, assistência médico-hospitalar e tantos outros serviços urbanos. Segundo Durham, o que opunha o modo de vida rural ao urbano era a forma de participação nestas instituições, pois se, no campo, o fazendeiro colocava-se como intermediário entre o trabalhador rural e as instâncias políticas, financeiras e assistenciais, na cidade o mediador tendia a desaparecer, adquirindo o indivíduo autonomia relativa, porém contando sempre com a ajuda da família. Para uma população com baixo ou nenhum nível de escolaridade, a cidade – e toda a complexidade de sua malha viária, rede de serviços e das várias instâncias econômico-burocráticas – apresentava uma gama de obstáculos e dificuldades iniciais que só seriam vencidos mais completamente por aqueles que pudessem contar com o apoio do grupo de referência e conseguissem qualificação, inclusive emocional e psicológica, para melhor lidar com as relações formais e impessoais predominantes no meio urbano.

A mulher migrante continuava a ser, mesmo na cidade, mão-de-obra de reserva (Durham 1984: 152). No universo familiar, o trabalho feminino geralmente era representado como “ajuda”, isto é, subsídio à atividade principal do chefe do grupo doméstico – seja o pai, o marido ou outro homem adulto que exercesse a liderança do núcleo. Principalmente a mulher com filhos pequenos estava mais sujeita à participação irregular no mercado de trabalho, aos piores salários e à precariedade da relação com a cidade, tendo sua circulação diminuída ou restringida e aceitando serviços que pudesse realizar em casa. O problema da marginalização no mercado de

trabalho podia refletir-se negativamente no núcleo familiar, gerando restrição no consumo, manutenção de membros ainda imaturos ou idosos em tarefas mal remuneradas e, até mesmo, separações.

Nas zonas rurais, a família conjugal formava uma unidade produtiva, tendo o pai papel centralizador em termos de distribuição de tarefas e gerenciamento da renda obtida. A vida do jovem, por sua vez, ocorria em grande parte nos limites do grupo doméstico e da comunidade, onde encontrava as oportunidades de trabalho e convivência. Na cidade, ao contrário, os diferentes membros da família – filhos e filhas adultos e solteiros, esposa, pai e até menores, idosos, agregados – trabalhavam separadamente, exercendo atividades diferentes e recebendo, cada qual, uma remuneração que poderia permanecer em seu poder, com exceção dos filhos pequenos. Subvertia-se, assim, a hierarquia familiar e o predomínio da autoridade paterna. Ao frequentarem a escola, os jovens participavam de grupos específicos de sociabilidade, novas atividades de lazer e mantinham maior contato com o sexo oposto, aumentando suas oportunidades de aprendizado dos valores e comportamentos citadinos, o que lhes permitiria, comparativamente aos mais velhos, melhor se orientar no mundo urbano. Dominando com mais desenvoltura os padrões urbanos de comportamento, os jovens também ampliavam suas possibilidades de mobilidade ocupacional (Durham 1984: 203). Mesmo que os indivíduos diversificassem sua participação em instituições e grupos, a família tendia a permanecer como instância social “onde persistem relações que envolvem a totalidade da pessoa” (Durham 1984: 200). Entretanto, a pesquisadora ressaltava a diminuição, na cidade, da importância do parentesco como princípio de organização social.

Se, na cidade, as oportunidades de carreira não eram as mesmas para todos os migrantes, as escolhas ainda estavam orientadas por valores culturais originários da sociedade tradicional. No universo rural, o trabalho autônomo era mais valorizado em relação ao trabalho assalariado, bem como as atividades não manuais, como o comércio, frente às braçais – e este conjunto de representações não sofria mudanças substanciais quando da vinda do migrante para a cidade. A grande atração que a cidade exercia dizia respeito, fundamentalmente, às maiores possibilidades de ganhos monetários. Segundo Durham, se o trabalhador permanecesse mais tempo exercendo ocupações marginais de baixa remuneração, isto se dava, geralmente, por não querer

se sujeitar a horários mais rígidos ou à supervisão constante empregando-se em atividades não características do sistema produtivo capitalista-industrial. A vivência do tempo própria das sociedades tradicionais remetia à valorização do ritmo mais pausado, lento e irregular da produção agrícola, bem como à ausência de controle externo. A este desejo de independência, no caso dos migrantes rurais estudados por Durham, aliava-se o sonho de trabalhar "por conta própria" em ofícios como pintor, pedreiro, encanador, eletricista, mecânico, motorista, caminhoneiro e nas diversas atividades comerciais. O setor de serviços também oferecia boas oportunidades de atuação, pois, além de exigir baixa qualificação inicial, proporcionava liberdade de locomoção, possibilidades de ampliação da rede de contatos através da comunicação com o público e uma maior satisfação pessoal. Nesta medida, o trabalho na indústria raras vezes apresentava-se, segundo Durham, como aspiração de carreira: era visto mais como meio para a formação de uma poupança, que possibilitaria a realização do ideal de atividade "por conta própria". Este ideal, relatou Durham, quase nunca era atingido através dos ganhos salariais, pois a vida na cidade grande implicava em novas necessidades de consumo e em gastos que não existiam no mundo rural. Por outro lado, se fosse demitido o trabalhador poderia obter uma indenização e, assim, capitalizar-se para realizar a tão sonhada independência.

As aspirações em relação aos filhos não estavam voltadas para o trabalho por conta própria, mas para as ocupações disponíveis, na cidade, para quem aproveitasse as oportunidades de estudo. A alfabetização era considerada um instrumento de adaptação à vida urbana, porém os parcos recursos disponíveis para manter os filhos estudando não permitiam às famílias investir na educação de todas as crianças do grupo doméstico e muito menos em capacitação prolongada, mesmo que só de alguns de seus membros: somente os mais novos e, dentre eles, os mais motivados eram enviados à escola, deles esperando-se a obtenção, pelo menos, do diploma do primário. Para esta população de origem rural, a escola não era garantia absoluta de ascensão ocupacional: além da inadequação do curriculum, as possibilidades de se obter uma boa colocação no mercado de trabalho dependiam muito mais do domínio de certas destrezas do trato social – como polidez no modo de falar, adequação do vestuário, gestos contidos e formais, conhecimento de códigos particulares de conduta – do que de conteúdos programáticos específicos. Tais habilidades geralmente eram

adquiridas “no processo de socialização extraescolar” (Durham 1984: 173). Assim, a ascensão econômica do migrante era mais obstaculizada pela inadequação de seu equipamento cultural original para lidar com relações e instituições urbanas impessoais do que pelo baixo nível de escolaridade apresentado por ele. A hostilidade experimentada no trato com os habitantes da cidade, acompanhada do sentimento de desamparo, caracterizavam as primeiras experiências do migrante na grande cidade e o faziam mais dependente do grupo de parentes e conhecidos, mediadores, em última instância, entre o indivíduo e a sociedade mais abrangente (Durham 1984: 185).

2. Migração, família e mobilidade social: integração dos japoneses na sociedade nacional

a.) Notas sobre tema, objeto de estudo, metodologia e características principais da população pesquisada

Em 1972, Ruth Corrêa Leite Cardoso apresentou à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP a tese intitulada “Estrutura familiar e mobilidade social; estudos sobre os japoneses no Estado de São Paulo”, que havia sido orientada por Eunice Durham.[1] O tema central desta pesquisa tratava da rápida e bem sucedida mobilidade social experimentada pelos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil aliada ao deslocamento geográfico rural-urbano, ambos caracterizados pela autora como processo de integração do grupo estudado na sociedade nacional.

Os valores e as relações familiares também foram abordados neste trabalho. Ruth Cardoso analisou as persistências e transformações das relações familiares

[1] Ruth Cardoso iniciou suas atividades profissionais na USP, como visto no capítulo I, como assistente voluntária do catedrático de Antropologia Egon Schaden. Sob sua orientação iniciou o trabalho de mestrado sobre associações de jovens que será analisado no próximo capítulo. Com o golpe militar de 1964, Cardoso interrompeu a elaboração de sua dissertação e exilou-se com sua família primeiramente no Chile, onde deu aulas na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO/UNESCO), na Universidade do Chile e na Universidade Católica do Chile, e depois na França (Gordinho 2009: 213-214). Retornando ao Brasil em 1968, concluiu o mestrado, agora sob a orientação de Florestan Fernandes, defendendo-o com o título “O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses” e, em 1972, obteve o doutorado orientado por Eunice Durham, já que Schaden havia pedido a aposentadoria (Eckert 2010: 160).

japonesas tradicionais diante de mudanças socioculturais geradas, num primeiro momento, pela migração entre países e, posteriormente, pelos deslocamentos internos ocorridos em função da busca por ascensão social. Quanto à especificidade cultural dos processos de mobilidade e integração, Cardoso analisou aspectos do comportamento tradicional dos imigrantes japoneses que pareciam conter um valor estratégico para sua adaptação às situações concretas vivenciadas no Brasil.

> Não se trata simplesmente de averiguar os padrões que foram conservados e os que foram adquiridos através do contato, mas de tentar entender como os japoneses viveram sua experiência em um novo país, usando um repertório cultural que, nesta situação, diante de resistências e incentivos, teve que se ajustar, produzindo uma nova composição que é, também, necessariamente instável (Cardoso 1995: 101-102).

Tal como na pesquisa de Eunice Durham com migrantes rurais na cidade de São Paulo, Cardoso também encontrou dificuldades para obter informações estatísticas, pois os recenseamentos brasileiros indicavam apenas as nacionalidades dos imigrantes, sem oferecer nenhum dado sobre tamanho e funcionamento das colônias ou características dos deslocamentos para o meio urbano. Cardoso pôde contar, no seu caso, com o subsídio de um extenso trabalho de investigação realizado pela Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, publicado em 1964 sob o título *The japanese immigrants in Brazil* e editado pela Universidade de Tóquio. Graças a este levantamento, sabia-se que a colônia japonesa no Brasil era formada, à época, por 32% de imigrantes – *issei* – e 68% de descendentes de imigrantes – *nissei*. Quanto à distribuição desta população por região geográfica, destacava-se a região sul, especialmente os Estados de São Paulo e Paraná. Esta era a região do país que, historicamente, tinha recebido o maior número de imigrantes estrangeiros, uma vez que seu recrutamento se deu em função da necessidade de mão-de-obra para o trabalho na lavoura. No período inicial, o deslocamento dos imigrantes japoneses para o Brasil tinha sido em parte subsidiado pelo Governo do Estado de São Paulo e em parte pago pelo fazendeiro empregador, que podia descontar este valor dos salários dos novos colonos. Este tipo de política imigratória impôs que os imigrantes deveriam vir em grupos familiais, configurando um deslocamento não individual. O resultado foi uma

distribuição equilibrada de homens e mulheres, bem como de indivíduos em idades distintas, diferentemente da época colonial, quando predominaram adultos do sexo masculino.

Para Cardoso, a família constituiu-se como unidade de investigação e, na medida em que o processo de mobilidade social implicava no deslocamento rural-urbano, parte significativa dos dados foi coletada, através de entrevistas, na cidade de São Paulo, destino privilegiado pelas famílias de imigrantes japoneses por oferecer as oportunidades educacionais e profissionais almejadas em termos de ascensão social. A partir de classificação estabelecida no recenseamento feito pela Colônia Japonesa, Cardoso separou amostras de famílias por bairros e tipo de composição do grupo doméstico. Sorteou, posteriormente, 1% do total de cada uma destas categorias, obtendo: a. 75 famílias conjugais; b. 25 famílias lineares (cônjuges, seus filhos e ascendentes ou descendentes em linha paterna); c. 6 famílias com composição variada (cônjuges e parentes colaterais; cônjuges, ascendentes e parentes colaterais; famílias compostas por irmãos solteiros ou viúvos); d. (alterando a porcentagem para 5% da categoria em questão) 15 famílias por afinidade (cônjuges, seus filhos e parentes da esposa). Chegou, então, ao número de 121 famílias, tomando o cuidado de obter, também, residências para fins de substituição. Diante da dificuldade de localizar alguns informantes que haviam mudado de endereço, obteve, finalmente, o total de 75 famílias. A separação inicial por tipo de grupo doméstico mostrou-se improdutiva, pois muitos já haviam alterado sua estrutura. Embora a quantidade de entrevistas em profundidade acabasse sendo menor do que o planejado, principalmente por causa da barreira linguística, o recenseamento em que Cardoso se baseou muniu-a de informações tão completas que, segundo consta na tese, suas interpretações não ficaram prejudicadas. Dados mais específicos sobre problemas enfrentados por jovens descendentes de imigrantes japoneses foram obtidos através de entrevistas com estudantes *nissei* da Universidade de São Paulo e, de modo auxiliar, através de pesquisa realizada com frequentadores de associações juvenis.

b.) Migração e contexto econômico

Segundo Cardoso, a conjuntura econômica da agricultura paulista orientou a dinâmica da migração estrangeira num sentido diferente daquele que caracterizou os Estados da região sul do país, área predominantemente ocupada por agricultores proprietários (1995: 29). Organizada por grandes fazendeiros cafeicultores e subsidiada por ações governamentais, a importação de mão-de-obra assalariada inaugurava, para o Estado de São Paulo, um tipo de relação de trabalho mais flexível, o colonato, baseado no pagamento por tarefa, no acesso à terra para plantação de subsistência e na possibilidade de comercialização dos excedentes no mercado local.

Os primeiros imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil, em 1908, não dispunham de capital inicial para adquirir terras e, diferentemente dos trabalhadores italianos de fins do século XIX, dirigiram-se para o Oeste paulista. Em 1914, o governo paulista rescindiu o contrato de imigração com o Japão para retomá-lo somente após 1917. Em 1921 ocorreu o corte definitivo dos subsídios e o Japão, que já vinha incentivando a organização de empresas de imigração, passou a arcar, a partir de 1925, com todos os custos de transferência de seus emigrantes. A esta altura, já havia empresas japonesas especializadas em “recrutar e encaminhar imigrantes com algum recurso, que pudessem responsabilizar-se pela compra de um pequeno lote” (1995: 35). Tais empresas enxergaram no Brasil uma boa oportunidade de investimento em atividades de compra e venda de terras, construção, engenharia, comércio, finanças, pesca, mineração e, a partir de 1930, atividades ligadas à indústria. Interessava-lhes beneficiar e exportar algodão bem como outras matérias-primas. Assim, dirigindo-se para o Brasil após o período das grandes correntes migratórias do século XIX, os japoneses encontraram condições econômicas bem diversas e novas oportunidades de ascensão social.

c.) Relação entre ascensão social e modo de vida urbano

Um dos principais efeitos da expansão da lavoura cafeeira na direção do Oeste paulista, como ressaltou Ruth Cardoso, foi o surto de urbanização que se seguiu. Antes mesmo do início da imigração japonesa, as principais características do novo ciclo da

cafeicultura, como emprego em grande escala de mão-de-obra assalariada e organização da agricultura em moldes empresariais, apontavam para uma maior articulação entre as esferas produtiva (fazenda), comercial (casas comissárias e exportadoras) e financeira (bancos). O café, em seu deslocamento incessante em busca de terras mais férteis, não deixava atrás de si apenas devastação, mas regiões urbanizadas que continuavam a exercer papeis econômicos relevantes, como atividades agrícolas, comerciais e uma indústria incipiente. A policultura oferecia gama variada de gêneros alimentícios necessários ao provimento das cidades menores e até da capital.

Diferentemente dos imigrantes estrangeiros pioneiros, os que vieram posteriormente encontraram oportunidades factíveis de obter uma poupança que lhes possibilitasse comprar pequenos lotes de terra em áreas já improdutivas para o café ou mesmo nas zonas agrícolas novas e dedicar-se a plantar gêneros alimentícios para o abastecimento das cidades. No caso dos japoneses, incentivados pelas companhias de colonização – que não só compravam terras para lotear e vender a preços acessíveis para seus conterrâneos, mas também ofereciam facilidades de crédito, suporte técnico para as atividades de plantio e garantia de compra da produção – e reunidos em associações de apoio, logrou-se atingir, na maior parte dos casos, rápida ascensão social seguida de deslocamentos em direção às cidades. Como mostrou Cardoso em sua pesquisa, era bastante generalizado o processo “que transformava o colono em arrendatário, depois em proprietário rural e, às vezes, em proprietário ou empresário urbano” (1995: 56). Em alguns casos, a cidade constituía o destino das famílias antes mesmo de se tornarem proprietárias no meio rural e a poupança obtida com o trabalho nas fazendas era empregada na abertura de novos empreendimentos urbanos como tinturarias, peixarias, comércio de hortaliças, na aquisição de um caminhão para o trabalho como feirante ou em qualquer outro negócio por conta própria. Cardoso observou a pré-existência, no Japão, de uma migração rural-urbana “provavelmente orientada para a busca de melhores oportunidades educacionais” (1995: 62).

Segundo o recenseamento realizado junto à Colônia, cujos resultados foram largamente utilizados por Cardoso, os japoneses que, no Brasil, cedo tinham se estabelecido em zonas urbanas haviam encontrado maiores dificuldades de ascensão econômica do que os agricultores, provavelmente devido às barreiras impostas pelo

baixo nível educacional e à parca poupança obtida. Os pequenos negócios por conta própria nem sempre ofereciam oportunidades de expansão, entretanto havia a perspectiva das gerações posteriores conseguirem maior mobilidade social por conta do aprimoramento nos estudos.

Cardoso verificou em sua pesquisa que a maioria de seus entrevistados parecia não ter consciência da relação entre mobilidade espacial e ascensão social, porém quase todos apontaram as razões pelas quais tinham migrado para a cidade: em primeiro lugar, a educação dos filhos e, secundariamente, os confortos do mundo urbano (1995: 67). Como seus informantes eram exclusivamente moradores da cidade de São Paulo, Cardoso buscou apoio na bibliografia existente para confirmar a importância da relação ascensão-urbanização. Os dados do recenseamento da Colônia, abrangendo o período 1912-1958, indicavam que a população urbana de origem japonesa não crescia apenas na capital, mas também em outros municípios do Estado de São Paulo (1995: 69). Principalmente após 1937, perdia importância, para os imigrantes japoneses, a mobilidade geográfica dentro da zona rural, enquanto crescia o número de deslocamentos entre cidades juntamente com uma quantidade maior de mudanças de ramo em ocupações urbanas. Na chegada à cidade, o apoio de amigos e parentes mostrava-se fundamental para o componente da família que funcionaria como “ponte” para a vinda do restante do grupo doméstico. Na maioria das vezes, alguns permaneciam no campo, mantendo o sistema de produção coletiva, para que outros pudessem se mudar para uma área urbana. Em certas famílias, deslocavam-se todos juntos com a finalidade de abrir um pequeno negócio na cidade, transferindo, assim, o sistema de trabalho coletivo para a zona urbana (1995: 76). Em ambos os casos, o objetivo final era proporcionar estudo a membros do grupo vistos como mais aptos ao desenvolvimento escolar, a fim de que a família como um todo passasse a usufruir do prestígio social e da estabilidade trazidos por profissões liberais ou atividades empresariais.

No processo de mobilidade social nas cidades, Cardoso apontou diferenças quanto à participação na divisão social do trabalho de *isseis* e *nisseis*: os primeiros, mesmo chegando às cidades com um pequeno capital, experimentaram uma ascensão econômica limitada em relação à vivenciada na zona rural, enquanto que aos segundos estariam reservadas, em tese, as melhores oportunidades por causa do aumento do

nível de escolaridade. Em tese porque, ao aceitarem trabalhar como empregados, os *nissei* poderiam deixar de usufruir a independência que a atividade por conta própria permitia sem que se abrisse para eles “uma perspectiva de mobilidade social semelhante à que tiveram seus pais” (1995: 79).

d.) Família, trabalho, associações e profissionalização

No trabalho de Ruth Cardoso, a família é um dos principais focos de análise, mas sempre vinculada ao interesse da autora pela urbanização. Como unidade de produção e consumo, a família japonesa estruturava-se em termos de concepções específicas de parentesco e descendência. No sistema familiar japonês, “a maior ênfase não é dada à continuidade do sangue, mas à perpetuação da família como um grupo corporativo através de seu nome e ocupação” (Cardoso 1995: 82). Ou seja, existiam “mecanismos de incorporação de não parentes às famílias, tendo em vista a composição de uma unidade produtiva” (1995: 83). Criavam-se laços para ordenar a cooperação econômica e propiciar a continuidade do grupo. Neste modelo de representação de família, a continuidade social (dos símbolos, do culto aos antepassados e do papel econômico) tinha precedência sobre a biológica (1995: 92). Os recursos utilizados eram variados, como a adoção de um homem adulto para substituir um filho primogênito natural – falecido, fisicamente incapaz ou in competente – ou o casamento de uma filha com alguém de fora da família. A descendência, deste modo, podia ser “adquirida socialmente” (1995: 94).

Outro aspecto da representação ideológica da família entre os japoneses, como ressaltou Cardoso, dizia respeito à autoridade paterna. O pai, embora responsável pela continuidade e honra do nome da linhagem, não impunha seu desejo, mas buscava sempre a aprovação coletiva de sua conduta. Por outro lado, não se cogitava a manifestação de qualquer tipo de rebeldia da parte dos familiares, porque diante de um sistema hierárquico sustentado por obrigações morais não havia lugar para atitudes individuais (Cardoso 1995: 103). A unidade familiar, imprescindível em termos econômicos e sociais, fornecia a base para a convivência em grupos mais amplos, incutindo em seus membros virtudes como lealdade e submissão aos superiores e ao Imperador, formando o homem e, simultaneamente, o cidadão (1995: 104).

Mesmo centrando sua análise na família como unidade de produção e consumo, Ruth Cardoso não se descuidou das formas associativas mais amplas, cuja origem remontava ao Japão feudal, mas que assumiam novo caráter no início do século XX (1995: 110). Segundo a autora, os imigrantes japoneses “utilizaram esse equipamento tradicional para elaborar formas de convivência, quer dentro do grupo étnico, quer em contato com a sociedade nacional” (1995: 112). Tais associações tinham o poder não só de controlar a participação de seus membros, mas também de oferecer ajuda para ampliar e organizar a comunicação das comunidades entre si e delas com o mercado e a sociedade nacional (1995: 125). Esta foi uma das causas, segundo Cardoso, do sucesso destes núcleos de imigrantes, bem como a base que configurou a noção de *Colônia Japonesa* (1995: 125).

Cardoso apontou que, quanto mais avançava o processo de integração dos imigrantes japoneses à sociedade brasileira, mais diminuía a importância das associações tradicionais. Nas áreas urbanas, estas associações, ou suas versões citadinas, continuavam a congregar, mesmo que em atividades diversificadas, *isseis* ou *nisseis*. Se, no Japão, os grupos domésticos reuniam-se em associações que permitiam manter um canal de comunicação com o Estado, no Brasil, as associações remetiam-se à identidade étnica e possuíam força de intermediação entre a Colônia e os bancos, as companhias e, principalmente, o mercado, definindo a participação em uma teia de relações de troca e solidariedade (1995: 129).

Como visto anteriormente, Cardoso mostrou a relação estreita existente entre mobilidade social e urbanização para os imigrantes japoneses. Neste processo, os imigrantes buscavam o apoio não só de parentes que viviam na cidade, mas também da comunidade étnica, junto dos quais encontravam maior facilidade de comunicação e auxílio. Ao contrário da zona rural, onde a representação de “colônia” vinculava-se diretamente aos laços de vizinhança e às associações, na cidade “as possibilidades de auxílio restringiam-se efetivamente ao círculo de relações primárias” (1995: 138). Na área urbana, a Colônia não era mais um grupo, mas “um campo de relações potenciais” (1995: 139). As funções cooperativas, a circunscrição territorial e os mecanismos econômicos que, nos núcleos rurais, forneciam a base para uma representação de Colônia, deixavam de existir nas cidades. Segundo Cardoso, era principalmente através das relações pessoais que se reconstruía, no meio urbano,

“uma rede de ajuda mútua” (1995: 140). Nas cidades, alguns acontecimentos ainda mobilizavam um número grande de japoneses, tais como festas e eventos que se vinculassem à valorização das tradições. Em termos de tendências, entretanto, as mudanças indicavam “uma maior autonomia dos jovens em relação ao controle tradicionalmente exercido pelos velhos nas atividades da associação” (1995: 141).

> Abrangendo uma população dispersa e heterogênea no que diz respeito à ocupação, [as associações] fragmentam-se em vários tipos, sem qualquer coordenação que as integre. Quase poderíamos dizer que sobrevivem clubes de senhoras, de chefes de família e de nissei, como local de recreação e reunião nos quais a participação nem sempre é exclusiva e nunca é obrigatória (1995: 141).

Deste modo, as atividades de lazer e entretenimento no meio urbano, importantes para organizar uma convivência mais ampla do que a baseada nos laços familiares, predominavam nas associações. Em termos numéricos, nestas associações havia uma quantidade expressivamente maior de trabalhadores por conta própria e pequenos empresários, “provavelmente porque têm ainda necessidade de manter um universo comum de comunicação, uma vez que, através de seu trabalho, estão isolados, servindo uma freguesia nacional” (Cardoso 1995: 143). Quando se levava em conta a frequência a associações brasileiras, aumentava a proporção de trabalhadores por conta própria e de empregadores *nissei*, sendo estes últimos muito prestigiados e requisitados para todas as atividades culturais e de lazer (Cardoso 1995: 144).

> Isto parece indicar que este tipo de relação de trabalho, associado à integração em uma estrutura ocupacional aberta e independente de critérios culturais, provoca a diminuição progressiva da participação no universo tradicional (Cardoso 1995: 144).

Para Cardoso, a profissionalização dos descendentes de japoneses abria-lhes novas possibilidades de participação na sociedade mais ampla. Este dado é relevante na medida em que, na cidade, os pequenos comerciantes e empregados não puderam contar com os mecanismos de apoio ou as empresas de colonização que permitiram a rápida ascensão social dos imigrantes residentes no campo.

3. Migração rural, escolarização e mobilidade social: um ginásio na periferia de São Paulo

a.) Notas sobre tema, objeto de estudo, metodologia e características principais da população pesquisada

Outro pesquisador, contemporâneo de Eunice Durham e Ruth Cardoso, que desenvolvia seu trabalho de campo na cidade de São Paulo entre fins de 1950 e início dos anos 1960, era João Baptista Borges Pereira, à época aluno de mestrado da Escola de Sociologia e Política. Como professor efetivo de Sociologia do Ensino Normal do Estado, Pereira foi requisitado, em agosto de 1959, para dirigir um ginásio na periferia de São Paulo onde, posteriormente, realizaria uma investigação. Funcionando há cerca de 3 anos, a escola apresentava, segundo a Sociedade Amigos de Bairro da localidade, sérios problemas administrativos e pedagógicos que demandavam uma mudança urgente de diretoria (Pereira 1976: 15). Pereira assumiu esta função e, paralelamente, orientado pelo Professor Oracy Nogueira, desenvolveu um trabalho de pesquisa junto aos alunos, professores e funcionários durante o ano letivo de 1960.

Dados oferecidos por João Baptista Pereira, na dissertação de mestrado *A escola secundária numa sociedade em mudança; interpretação socioantropológica de uma experiência administrativa,* defendida em 1964, indicavam uma expansão da rede do ensino médio no Estado de São Paulo. Segundo o autor, em 1940, a capital contava com apenas três estabelecimentos de ensino secundário, sendo que este número não pararia de crescer durante aquela década e a seguinte, atingindo 12 unidades em 1950 e 65 em 1958. Era um fenômeno novo, desencadeado pela política educacional do governador Jânio Quadros, que visava uma democratização em termos quantitativos dos ginásios não só na capital, mas, principalmente, nas regiões do interior do Estado, áreas que historicamente tinham ficado à margem desse tipo de educação formal.

> No meu tempo, havia ginásios somente em algumas cidades. (...) Jânio Quadros não podia aumentar o número de escolas, pois isto era de competência do

> Governo Federal. Então, deu um ‘golpe’: criou extensões. Jânio as criou em toda a periferia de São Paulo e nas zonas do interior onde não havia ginásios. Foi assim que a escola democratizou-se quantitativamente e liquidou-se qualitativamente, porque ninguém se preocupou com a continuidade do projeto (Entrevista realizada em Agosto de 2010).

Tal iniciativa vinculava-se ao recente movimento de defesa da escola pública e laica em contraponto ao ensino privado de bases confessionais, notadamente as instituições católicas. Este aumento numérico dos ginásios estaduais traria consigo consequências organizacionais e pedagógicas que, para Pereira, não estavam sendo devidamente tratadas nem pelas autoridades educacionais nem por pesquisadores, os quais, passada a fase de discussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tinham se desinteressado do tema (1976: 13-16).

Em sua pesquisa, João Baptista Pereira analisou, entre os principais problemas advindos do rápido crescimento da rede de escolas secundárias, a quebra nos padrões de qualidade do ensino e a inadequação de uma instituição que, originalmente concebida para outro universo, foi transportada para uma nova realidade social e econômica, demandando não só estratégias específicas de planejamento de recursos materiais, mas, fundamentalmente, atitudes pedagógicas que diminuíssem a defasagem entre o modelo oficial de escola e a experiência de vida de uma população recém-chegada na cidade de São Paulo, proveniente do mundo rural e em processo de integração ao ambiente urbano-industrial.

> (...) o grupo discente de Vila Flávia pode ser considerado representativo de populações citadinas resultantes de movimentos migratórios do campo para a cidade, e que passam por um processo de ajustamento ao mundo sociocultural urbano. A partir deste ponto de vista, o ginásio de Vila Flávia representa para os seus alunos apenas um dos mecanismos – formais e informais – de que lançam mão para este processo integrativo (1976: 76).

b.) Pesquisar na periferia: um ginásio em bairro de formação recente

O ginásio onde a pesquisa foi realizada situava-se, de fato, na Vila Diva, à época área de periferia da cidade de São Paulo, localizada entre as zonas leste e sul do município, mais tarde denominada Sapopemba. Veja-se abaixo como o autor descreveu a paisagem urbana que se descortinava ao seu olhar a partir de uma janela de ônibus, em percurso que durava mais de uma hora entre o centro e a região que abrigava a escola:

> Os bairros populosos, estreitamente unidos entre si, com casario velho indicando formação antiga, onde predominam os estabelecimentos fabris e comerciais, vão sendo aos poucos substituídos por áreas cada vez mais residenciais, com grandes espaços vazios e população rarefeita a denunciar ocupação recente. A partir de determinado ponto, as vias de comunicação vão-se restringindo até ficarem resumidas a uma só, através da qual se desenvolve todo o movimento de veículos e pessoas. Isto significa que o traçado urbano, com ruas paralelas e perpendiculares, que em cenário citadino compõe as alternativas de trânsito, vai pouco a pouco desaparecendo. Em seu lugar surge, então, uma estrada completamente irregular, que corre sobre um espigão paralelo a outro relevo do mesmo tipo, e no meio dos quais se estende leve depressão semi-habitada (Pereira 1976: 23).

As vilas pelas quais se passava no deslocamento entre o centro e aquela região periférica tinham quase sempre, como observava Pereira, nomes femininos. As ruas, designadas somente por letras do alfabeto ou termos associados ora à paisagem geográfica ora ao mundo rural, entravam para o imaginário da população como *rua do toco*, *rua da areia*, *atalho da pirambeira*, *rua da pinguela* etc. As casas, construídas aos poucos, mostravam-se ao observador em diferentes estágios de acabamento, feitas pelos próprios membros das famílias nos dias em que não precisavam se deslocar para o trabalho, o que lhes propiciava permanecer mais tempo no bairro. Embora os moradores de Vila Diva pudessem contar com um pequeno comércio varejista local,

composto de farmácias, quitandas, depósitos de materiais de construção, postos de gasolina e, principalmente, bares, a infraestrutura urbanística, como bem observava Pereira, contrastava com a de regiões da cidade de São Paulo melhor atendidas pelo poder público: faltavam iluminação, rede de água e esgoto; animais perambulavam soltos nas vias, atraídos pelo capim que crescia nos terrenos vazios... Em meio a esta paisagem, em um dos pontos mais centrais da vila, separado por muro alto, jardim e tela de arame, erguia-se o prédio do Grupo Escolar, onde também funcionavam, no período noturno, o Ginásio e dois cursos de alfabetização de adultos.

> Era uma região semi-rural ou, dito de outra forma, semiurbana. Naquele tempo, era um dos extremos da periferia de São Paulo. Para chegar lá era preciso tomar três ônibus: saía daqui e ia até São José do Belém, de lá ia até quase Vila Formosa e, depois, pegava outro ônibus até Vila Diva. Era um bairro em formação. Não havia uma avenida ainda: chamava-se estrada de Sapopemba. (...) era um bairro perdido da periferia de São Paulo. (...) Por exemplo, não havia iluminação, os alunos não tinham onde comer. Criei a Associação de Pais e Mestres, montei cantina, instalei luz elétrica na rua. (...) Os alunos eram predominantemente migrantes da zona rural, geralmente ex-boias-frias desenraizados do campo, pessoas extremamente pobres. O desenraizamento deu-se na década de 1950. Este ginásio foi criado em 1957, 1958. Se houvesse cinco filhos, tinham que escolher quem poderia estudar. Então, predominavam mulheres, que resultavam em um capital econômico menor para a família (Entrevista realizada em Agosto de 2010).

c.) Relação entre escolarização, ascensão social e obtenção de prestígio

Naquela localidade, como nos demais bairros vizinhos, inexistiam escolas particulares. Não fosse a rede de ensino estatal, aqueles jovens provavelmente estariam excluídos deste nível de formação. Entretanto, mesmo o sistema gratuito de ensino não era capaz de absorver, como constatava João Baptista Pereira em sua pesquisa, a demanda da população da periferia por educação de grau médio. Aliado a

estas dificuldades, havia o processo seletivo interno às famílias, imposto por uma situação econômica precária, direcionando para os bancos escolares geralmente as mulheres, como visto acima, ou aqueles indivíduos mais afeitos aos estudos (1976: 71). À busca de benefícios para todo o grupo familiar, através do envio de pelo menos um de seus membros à escola, somava-se, segundo Pereira, o desejo de obtenção de status e prestígio diante da comunidade (1976: 72).

À época do estudo de João Baptista Pereira, a situação de desequilíbrio entre oferta e procura no ensino público brasileiro tornava-se explícita no fato de, na mais importante cidade industrializada brasileira, pelo menos três cursos funcionarem em uma mesma instalação física, competindo por espaço, recursos materiais e prestígio – um Grupo escolar, um Ginásio e duas classes de alfabetização de adultos. Esta contingência fez com que Pereira ressaltasse, em seu trabalho, as tensões decorrentes da convivência compulsória entre aqueles diferentes grupos. Os cursos primário e ginasial mantinham entre si, prioritariamente, uma troca espacial, mas não temporal, na medida em que suas atividades davam-se em períodos diferentes – um ocupando o prédio pela manhã e outro, à noite. Mesmo assim, ocorriam disputas por salas, material pedagógico, infraestrutura e, principalmente, poder e status diante da comunidade e das autoridades educacionais (1976: 80-81).

Por outro lado, o relacionamento entre os alunos do Ginásio e do curso de alfabetização de adultos era mais direto, por compartilharem as mesmas instalações no mesmo período (noturno). Neste caso, Pereira assinalou a predominância de relações de evitação, sendo os alunos do curso de alfabetização – mais velhos e em sua maioria originários dos Estados do Norte e Nordeste – discriminados e chamados pejorativamente de “baianos” pelos ginasianos. Sobre eles recaíam representações como “gente perigosa, briguenta, assassina, portadora de baixo status social” em contraponto à autovalorização dos que apresentavam maior grau de escolarização e procuravam identificar-se com os estratos mais privilegiados da sociedade (1976: 83).

Nas periferias da cidade de São Paulo, a falta de áreas e equipamentos de lazer, a precariedade da infraestrutura, a quase ausência de serviços institucionais e a irregularidade da ocupação do espaço urbano abriam possibilidades para a apropriação, de forma inédita e imprevista, de instalações planejadas pelo poder

público com outras finalidades. Tal foi o caso do Ginásio estudado por João Baptista Pereira.

> Quem vai à Vila Flávia à noite fica surpreso com a aglomeração de rapazes que se forma em torno do prédio escolar. Isto se explica, em parte, pela falta de centros de recreação pública de que moços e moças possam participar. Lá não há clubes nem cinemas; o 'footing' é realizado, nos fins de semana, em praça de bairro próximo. A única rua transitável, que poderia servir de local de reunião dos grupos feminino e masculino, é, na verdade, uma pista estreita e sinuosa, toda esburacada, que cobre o leito de velha estrada que, aos poucos, eufemisticamente, vai sendo chamada de 'avenida'. Nesta estrada, ou melhor, nesta 'avenida', sem calçadas e sem iluminação pública, situam-se alguns bares, onde plateias exclusivamente masculinas se aglomeram para assistir a programas de televisão.
>
> **À vista destas condições, adversas ao desenvolvimento da sociabilidade da população jovem da Vila, é compreensível o fascínio que um quarteirão todo iluminado, regurgitante de vida, ponto de encontro de moças do bairro, exerce sobre o adolescente masculino** (grifo nosso) (1976: 85).

Os ginasianos representavam estes jovens como "maconheiros", indivíduos socialmente desqualificados dos quais procuravam se diferenciar (1976: 85). Tais estereótipos – "baiano" e "maconheiro" – não tinham origem no ambiente escolar, como apontou João Baptista Borges Pereira, mas estavam enraizados nas opiniões dos moradores locais, principalmente daqueles que, através do acesso à formação escolar, buscavam se afastar de pessoas ou grupos portadores de comportamentos vistos como inadequados, ou seja, impróprios ao modo de vida que definia a sociedade urbanizada.

> Vila Flávia, e ao que parece toda a periferia de São Paulo, pode ser considerada parte da cidade onde o fluxo migratório interno se encarrega de propiciar o encontro entre os dois brasis [o rural-arcaico e o urbano-

> moderno] e de desencadear processos de mudança derivados de tentativas de integração dessas populações adventícias ao estilo que define a sociedade urbanizada, e nos quais se envolvem personalidades e numerosas agências socializadoras. Conforme se discutirá oportunamente, (...) a escola secundária representa uma dessas agências encarregadas da incorporação desses estratos populacionais ao ciclo civilizatório identificado às formas culturais inauguradas entre nós com o advento do complexo urbano-industrial. (1976: 92-93).

d.) Família, escola, migração e modo de vida urbano

O próprio contato professor-aluno, como apontou Pereira, constituía-se em importante vetor de transformações que, não raramente, encontrava resistências oferecidas pelos padrões culturais do grupo social de origem, refletindo um distanciamento entre escola, vida cotidiana e família.

> (...) não se pode também deixar de refletir que (...) a escola secundária paulista, em geral, não está preparada estrutural, programática, pedagógica e filosoficamente para corresponder às exigências e enfrentar as pressões de um tipo de população que o processo de mobilidade social se encarrega de colocar dentro de seus quadros. A incorporação dessas levas populacionais ao esquema de vida urbano-industrial, que em São Paulo ganha ênfase inusitada, endereça à escola certas exigências ortodoxamente consideradas extra-educacionais, para cujo atendimento ela não está preparada (1976: 95).

Tais exigências, segundo Pereira, iam muito além do objetivo imediato de obter um emprego, envolvendo expectativas de integração a um estilo de vida considerado como superior e identificado com maneiras sofisticadas de viver (1976: 108). A comparação entre as ocupações exercidas e as desejadas lançava luz sobre os valores que orientavam as escolhas dos jovens ginasianos: a tendência para substituir trabalhos manuais por não manuais, representando os empregos de escritório um objetivo não só conscientemente almejado pelos indivíduos, mas valorizado por todo o

grupo familiar (1976: 108-109). No horizonte destes estudantes estava, certamente, a obtenção de um diploma de nível superior, daí a consequente valorização da escola humanística em relação aos cursos comerciais. Porém, como ressaltou Pereira, não havia clareza suficiente da parte dos alunos sobre o ônus econômico que envolvia este tipo de capacitação (1976: 112). Com que recursos podiam contar para arcar com os custos de uma faculdade?

Embora a sociedade brasileira, ao momento da pesquisa, estivesse abrindo oportunidades para as profissões técnicas, a escola mantinha-se dentro de sua linha tradicional de ação, o que, além de impedi-la de orientar e esclarecer corretamente os estudantes, também a distanciava "daqueles alvos perseguidos pelo sistema socioeconômico em consolidação" (1976: 122).[2]

---

[2] João Baptista Borges Pereira também realizou o trabalho de campo para sua pesquisa de doutorado na cidade de São Paulo. O autor fez este segundo estudo durante o período de 1959 a 1961 e, com pequena interrupção, durante o biênio 1962-1963, tendo simultaneamente desenvolvido a investigação sobre o ginásio de Vila Diva, apresentada neste capítulo, ao longo do ano letivo de 1960. Publicou sua tese sob o título *Cor, profissão e mobilidade; o negro e o rádio de São Paulo*, em 1967, pela Editora Pioneira em coedição com a Edusp. É sabido que o futebol e o rádio constituíram duas esferas de atividade profissional em que os negros, no Brasil, encontravam canais de ascensão social nas décadas em que a pesquisa foi realizada. Pereira tomou uma delas – o rádio – como unidade de estudo, empreendendo uma análise socioantropológica não só da estrutura da empresa radiofônica em suas múltiplas dimensões, mas das relações raciais em nosso país. Nesta estrutura, o negro se inseria, na competição com o branco, como portador de elementos culturais específicos e tendo que lidar com estereótipos segundo os quais era associado a habilidades naturais e instintivas, ou seja, "da raça", para as artes, a música e os esportes. O negro urbano estudado por Pereira, ao adentrar esta nova realidade sociocultural, precisaria criar mecanismos e habilidades para enfrentar seu desligamento, mesmo que parcial, das redes de proteção da sociedade tradicional à qual se manteve historicamente vinculado e inserir-se nas redes de relações que caracterizavam o modo de vida na metrópole industrializada.

Capítulo III

A cidade e os direitos: periferia, classes populares e movimentos de reivindicação urbana

> *Seguramente a "periferia" não é o primeiro tipo de espaço urbano deficiente que existiu em nossas metrópoles, e não foi simplesmente o fato de existir enquanto tal que chamou a atenção de todos. Se ficou tão conhecida foi provavelmente porque, desde meados da década de 1970, seus moradores, armados de faixas e cartazes e reunidos em grupos, aprenderam o caminho da Prefeitura e de como exigir da administração pública aquilo a que tinham direito (...). (Teresa Pires do Rio Caldeira, Imagens do poder e da sociedade, I*).

1. Das representações sobre ascensão social à consciência da exclusão

No conjunto de pesquisas a serem analisadas neste capítulo, à percepção da cidade como o ambiente das oportunidades de ascensão econômica somar-se-ão a ampliação da experiência da desigualdade e a emergência de uma consciência de exclusão social, por parte das parcelas mais pobres da população urbana, diante das diferenças na distribuição dos recursos públicos e da ausência de liberdade de expressão. O sentimento de privação de direitos, fundamentalmente o de exercer com inteireza a cidadania em um regime de exceção, parecia constituir o motor do surgimento das novas formas de ação política, que, por sua vez, exigiriam um esforço de tradução interpretativa deste grupo de pesquisadores. Carmen Cinira Macedo[1], orientada no mestrado e doutorado por Eunice Durham, ressaltava que

---

[1] É preciso assinalar que esta autora aparece citada nas referências bibliográficas deste trabalho a partir de duas entradas: Macedo e Moraes. Em sua dissertação de mestrado, *A reprodução da desigualdade; o projeto de vida familiar de um grupo operário*, o nome completo consta como Carmen Cinira Macedo Pinto de Moraes; em *Tempo de gênesis; o povo das Comunidades Eclesiais de Base*, versão em livro de sua tese de doutorado, consta como Carmen Cinira de Andrade Macedo.

> **O processo de transformação da sociedade brasileira tem sido plasmado por forças que colocam em cena novos atores políticos e (...) os anos 1970 trouxeram à luz uma camada popular mais participante** (destaque nosso). A instauração de regimes militares abriu um período de repressão e criou um quadro negativo de organização da sociedade, mas gestou, também, ainda que embrionariamente, uma percepção agudizada da exploração e da opressão e, na outra face da moeda, o desejo de viver melhor (Macedo 1986: 21).

A expressão *camada popular* carregava consigo certa imprecisão e fluidez, mas sua utilização ajudaria a circunscrever segmentos da população urbana caracterizados, simultaneamente, por diferenças, em termos de sua inserção no universo do trabalho, e semelhanças, em relação ao seu modo de vida. As *camadas* ou *classes populares*, como passaram a ser particularizadas para fins de análise, abrangiam setores mais amplos e diversificados de agentes sociais e econômicos do que o conceito de *classe operária* tinha permitido até então referir e, ao mesmo tempo, remetiam à partilha de condições de existência, valores e aspirações de melhoria de vida. Segundo a percepção de pesquisadores da época, a emergência dos novos movimentos de reivindicação popular estimulava o interesse pela investigação não só dos processos de transformação em andamento, mas também das características da experiência cotidiana de agentes sociais até então relegados à invisibilidade, pois tradicionalmente mais distanciados do centro das lutas políticas por não serem operários típicos. Além do mais, a interpretação das especificidades da situação vivida pelas *camadas populares* bem como de seus modos de apreensão e elaboração do real não poderia se esgotar em uma análise das posições ocupadas no sistema de produção capitalista.

> A compreensão destes problemas revelou-se espinhosa caso se procurasse manter uma utilização rigorosa do conceito de classe social. **A observação sistemática das condições de vida dos trabalhadores mostrou que a compreensão de suas formas de consciência é irredutível à especificidade de sua inserção no processo produtivo e que outros fatores interferem** (destaque nosso). Por outro lado, o modo de expansão

> do capitalismo nas sociedades periféricas criou, para amplos setores da população, condições de vida que pouco se diferenciam, estabelecendo uma uniformidade na existência, também irredutível à especificidade do modo de inserção na produção (Macedo 1986: 21).

A análise das formas de acumulação capitalista no caso brasileiro continuaria a embasar o trabalho daqueles antropólogos, que abordariam de forma original o debate sobre a utilização do conceito de *classe social*.

> O reconhecimento de que a questão das classes sociais implica uma contradição básica e necessária entre o capital e o trabalho é, todavia, o que permite que a noção de classes populares encontre apoio num marco teórico em que a análise fique centrada na expansão capitalista e na acumulação urbano-industrial (Macedo 1986: 22).

Em se tratando de uma metrópole com as dimensões de São Paulo, que, nas décadas de 1970 e 1980, já estava entre as maiores do mundo e possuía problemas de planejamento urbanístico de longo tempo, tanto as condições heterogêneas de vida de sua população quanto a ocupação desigual e excludente do espaço físico ofereceriam ampla matéria para investigações, emergindo com mais força a questão da *periferia*.

> Se, no passado, a condição operária se circunscrevia a um espaço onde trabalho e moradia se vinculavam e se criavam as vilas operárias paralelamente às fábricas, hoje o destino dos trabalhadores fica a seu próprio encargo e **se produz um fato real novo, que são as periferias** (destaque nosso). Estas marcam, na cidade, um padrão de sociabilidade em que as pessoas têm em comum a condição de explorado e expropriado, diferenciando-se mais pela renda e pelo consumo do que pela condição de trabalho ‘strictu sensu’ (Macedo 1986: 22).

Para Carmen Cinira Macedo, em *Tempo de gênesis, o povo das comunidades eclesiais de base,* os antropólogos estavam fazendo escolhas metodológicas, teóricas e conceituais que resultariam em uma alteração não só dos modelos interpretativos,

mas do posicionamento e do *status* de sua disciplina no campo das Ciências Sociais contemporâneas (1986: 21).

> A antropologia, que sempre demonstrou interesse por grupos minoritários e questões 'menores', tem visto ser redefinida, aos poucos, sua posição relativa no quadro geral das ciências humanas, à medida que as preocupações se voltam com intensidade maior para a **abordagem de problemas em que as determinações não podem ser encontradas no econômico 'tout court'** (destaque nosso) (Macedo 1986: 21).

Quais eram as condições concretas de vida nos bairros mais distantes das áreas centrais e melhor equipadas da cidade? Como seus moradores conduziam e expressavam suas vivências políticas? Lançavam mão de canais institucionais tradicionais para colocar suas demandas ou procuravam formas alternativas de relação com as instâncias governamentais? Agiam de maneira espontânea e autônoma na busca de soluções práticas ou permaneciam dependentes de agentes externos que, em alguns casos, de forma imediatista, tomavam a frente dos processos esperando obter vantagens em benefício próprio? Estes eram apenas alguns dos questionamentos que guiavam o olhar dos pesquisadores orientados por Eunice Durham e Ruth Cardoso, nos anos 1970 e 1980, professoras que abriram, no campo dos estudos urbanos na área da Antropologia da USP, novas perspectivas de análise.

2. Temas recorrentes de pesquisa

Uma primeira e rápida passada de olhos pelos títulos e subtítulos das dissertações e teses orientadas por Eunice Durham e Ruth Cardoso – e defendidas a partir do ano de 1970, no caso de Durham, e 1975, no de Cardoso – pode oferecer uma boa medida das posições intelectuais inovadoras assumidas por estas duas pesquisadoras no campo da Antropologia paulista em uma época marcada, como visto anteriormente, não só por transformações sociais, mas por mudanças de paradigmas teóricos no âmbito das Ciências Sociais brasileiras. Isolando-se, inicialmente, termos e expressões – que se remetem às temáticas centrais abordadas – seguidos das datas de defesa dos trabalhos, chega-se a um quadro que abrange cerca de quatro décadas

de atividades de orientação, consideradas as trajetórias de ambas as professoras. Observe-se a sequência abaixo:

1. compadrio (1970);
2. sociedades tribais (1972); índios (1985);
3. identidade étnica (1975, 1980);
4. cangaceiro (1975);
5. tóxicos (1975);
6. relações de trabalho (1976);
7. populações marginais (1976);
8. projeto de vida familiar (1977);
9. família (1977, 1982, 1983, 1986, 1992);
10. trabalho (1977, 1978, 1981, 1982, 1983, 1987, 1989); mercado de trabalho (1977);
11. grupo operário (1977);
12. desigualdade (1977, 1987);
13. representações políticas [populismo] (1977);
14. crime (1978);
15. ativismo [religioso] (1980);
16. periferia (1982, 1985);
17. pobreza (1982, 1984);
18. cultura popular e lazer (1982);
19. trabalho feminino (1983); mulher/mulheres (1986, 1987, 1988); violência [contra a mulher] (1986);
20. práticas mágico-terapêuticas [Umbanda] (1983);
21. favela (1984);

22. militante homossexual (1985);

23. vida operária e política (1985); luta operária/conflito de classe (1986, 1987);

24. classes sociais/conflitos [no campo] (1985; 1987); peões/posseiros (1985);

25. camadas médias (1986);

26. nacionalismo (1986);

27. arte/ofício de artesão (1987);

28. participação popular (1987); associação de bairro (1988); movimentos de reinvindicação urbana (1990, 1992); associativismo (1992); movimento popular (1993);

29. construção de espaços públicos [cidadania] (1994);

30. ensino superior (1994, 1998); evasão [ensino superior] (1994); cultura acadêmica (1999); projeto educacional (1999); inclusão educacional [do aluno negro] (2006);

31. meninos de rua (1997);

32. terceiro setor (1998);

33. imigrantes [brasileiros] (1998).

É importante notar que arrolar datas de defesa não permitiu, por si só, estabelecer cronologia fidedigna quanto a uma sequência temática na atividade de orientação, pois o tempo de duração das pesquisas não obedecia a uma regularidade estrita nos primeiros tempos de implantação da pós-graduação. Por outro lado, termos e expressões podiam não aparecer explicitamente em muitos títulos, mas continuar a integrar o tratamento analítico de problemas recorrentes em vários trabalhos.

No livro *Da periferia ao centro; trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*, José Guilherme C. Magnani fez uma primeira tentativa de classificação das dissertações e teses orientadas por Eunice Durham e Ruth Cardoso a partir dos seus títulos, detectando algumas recorrências que indicavam “linhas aglutinadoras dos temas de pesquisas que marcaram o campo dos estudos urbanos” (2012: 58). Quanto aos orientandos de Eunice Durham, os temas mais recorrentes, acompanhados do número de trabalhos, foram: “trabalho – 8; família – 7; identidade – 5; religião – 4; periferia urbana/classes populares – 4; educação – 3; famílias de classes médias – 3;

trabalho feminino – 2" (Magnani 2012: 60). Nas orientações de Ruth Cardoso, os temas mais recorrentes foram: "classes populares/pobres – 11; política (representações/instituições) – 9; movimentos populares e associações – 9; conflitos sociais – 4; violência urbana – 4" (Magnani 2012: 62). Como bem observou Magnani, os temas e objetos de estudo das primeiras orientações de Durham e Cardoso – compadrio, cangaço, trabalhadores rurais, economia em sociedades tribais, identidade étnica – ainda não definiam uma linha de pesquisa[2], pois

[2] Na medida em que a pesquisa de mestrado de João Baptista Borges Pereira foi analisada em contraponto às teses de doutorado de Durham e Cardoso no Capítulo II, consideramos produtivo, para efeito de comparação, oferecer também uma tabulação e classificação dos títulos dos trabalhos por ele orientados. Este professor orientou, no Departamento de Antropologia da USP, 30 trabalhos, sendo 10 mestrados e 20 doutorados, cujas defesas ocorreram entre 1980 e 2004. Os temas mais recorrentes destas pesquisas foram "negros/relações raciais", com 10 trabalhos, e "religião", com 6 trabalhos. A partir de 2004, as defesas sob sua orientação deram-se na Universidade Presbiteriana Mackenzie e totalizavam, até Julho de 2015, 44 trabalhos, todos sobre as temáticas da religião e práticas religiosas. Portanto, João Baptista Pereira orientou, até meados de 2015, 74 pesquisas, tendo ainda um mestrado e um pós-doutorado sob sua supervisão em andamento. Neste caso, explicitam-se pelo menos duas linhas de pesquisa bem definidas – relações raciais e religião – sendo que a primeira se relacionava a uma corrente de investigação que vinha sendo desenvolvida já de longa data no Departamento de Sociologia da USP sob a coordenação de Florestan Fernandes. O tema da pesquisa de doutorado de Pereira, cujo trabalho de campo ocorreu simultaneamente ao do mestrado, expressará claramente seu interesse pela questão da inserção do negro na sociedade de classes (vide nota 2 do Capítulo II). Tal como nos estudos orientados por Durham e Cardoso, há certa pulverização de temáticas quando se considera o início do seu trabalho de orientação.

A tabulação que será apresentada a seguir utilizou o mesmo critério da coleta das informações dos trabalhos orientados por Durham e Cardoso: foram extraídos, dos títulos das dissertações e teses, termos significativos que apontam para temas e linhas de pesquisa, ordenados dos mais antigos aos mais recentes. Para o nível de mestrado, tomando-se como referência a USP, os termos são: negros/relações raciais, com 4 trabalhos; religião (candomblé), com 2; os demais – vida rural/ensino agrícola, índios, imigrantes bolivianos, cultura e empresa – com um trabalho cada. Para os doutorados, com a ressalva que todos os trabalhos com este grau foram defendidos na USP, os termos são: negros, com 6 trabalhos; religião, com 4; os demais – caiçara paulista, colônia japonesa, cultura caipira, Amazônia/modernização, história ambiental/litoral, televisão, língua (grega), imigração, italianidade, identidade – com um trabalho cada.

Os mestrados orientados na Universidade Presbiteriana Mackenzie, mais especificamente no Instituto Presbiteriano, sem exceção, versam sobre o tema da religião/religiosidade/práticas religiosas, portanto elencar termos torna-se desnecessário. Podem ser somados todos os mestrados e doutorados realizados a partir desta temática, na USP e no Mackenzie, chegando-se a 50 pesquisas, defendidas até Julho de 2015, que tratam sobre: presbiterianismo, com 7 investigações; protestantismo, também com 7; pentecostalismo, com 2; messianismo, com 2; religião e imigração italiana, com 2; candomblé, com 2; as demais – concentração religiosa no bairro do Brás em São Paulo, islamismo, quilombo protestante, judaísmo, religiosidade e periferia, cemitério da Consolação, pomeranos e luteranos, igreja católica apostólica ortodoxa antioquina, igreja cristã reformada do Brasil, igreja evangélica reformada do Brasil, benzedeiras, missionários, reflexões sobre Deus, papel social da religião junto a presos, igreja evangélica árabe, religião e sexualidade, armênios, mórmons, Igreja e Estado, religião e vestuário, igreja cristã de São Paulo, bancada evangélica no Congresso Nacional, igreja católica ortodoxa russa, religião e natureza, negro e igreja católica, umbanda, Jaré, comunidade batista – com um trabalho cada.

> (...) não interagem com uma demanda específica. Era o começo de suas carreiras como orientadoras numa pós-graduação que acabava de ser regulamentada, na USP, para a qual acorriam candidatos de diferentes instituições. Aos poucos, porém, algumas tendências começam a configurar-se e, com isso, forma-se uma demanda mais dirigida (2012: 62).

3. Pesquisas de mestrado e doutorado orientadas por Eunice Durham e Ruth Cardoso.

Primeiramente será disponibilizada a relação total de dissertações e teses defendidas na USP sob a orientação de Eunice Ribeiro Durham e Ruth Corrêa Leite Cardoso, de 1970 até 2006, indicando departamento de origem, data, nome do aluno e título do trabalho. A maioria dos dados foi coletada no *Catálogo de Teses e Dissertações (1942-1997)*, publicado pela Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH/USP), em junho de 1998, sendo o restante obtido através de pesquisa pessoal realizada na biblioteca desta instituição. As siglas utilizadas para a identificação dos departamentos onde ocorreram as defesas são: *DA* para Departamento de Antropologia, *DS* para Departamento de Sociologia e *DCP* para Departamento de Ciência Política. É preciso lembrar que, logo após a reforma universitária, Durham e Cardoso saíram do Departamento de Antropologia e ingressaram no de Ciência Política, orientando alunos provenientes não só destes departamentos como também do de Sociologia. Ao conjunto de trabalhos foram acrescentadas informações breves sobre a atuação profissional de seus ex-alunos, com dados que oferecem referências sobre a influência destas professoras na formação de antropólogos que atuam ou atuaram em universidades públicas do nosso país, como USP, UNICAMP, UNESP, UFRJ, UERJ, UFBA, UFC, entre outras instituições de ensino. Para finalizar, foram relacionados alguns núcleos de pesquisa aos quais estes ex-alunos estão vinculados até o momento (Julho de 2015) e que indicam linhas aglutinadoras de investigações no campo dos estudos urbanos.

É preciso ressaltar que no Lattes de João Baptista Pereira foram encontradas 4 dissertações de mestrado citadas em duplicidade. Por isso, das 58 registradas, somente 54 correspondiam ao total correto.

Abaixo estão listadas dissertações e teses defendidas sob a orientação de Eunice Ribeiro Durham, de 1970 a 2006. Com o grau de mestrado são 9 trabalhos:

(DA) 1970. Antonio Augusto Arantes Neto, “Compadrio no Brasil rural: análise estrutural de uma instituição ritual”.

(DA) 1976. Célia de Carvalho Ferreira Penço, “O sistema de arrendamento e as relações de trabalho na lavoura de algodão”.

(DS) 1977. Carmen Cinira Macedo Pinto de Moraes, “A reprodução da desigualdade: o projeto de vida familiar de um grupo operário”.

(DS) 1977. Elisabete Dória Bilac, “Trabalho e família: análise das relações entre o modo de inserção no mercado de trabalho e a organização da vida familiar em grupos de trabalhadores de uma cidade paulista”.

(DA) 1978. Geraldo Romanelli, “O provisório definitivo: trabalho e aspirações de bancários em São Paulo”.

(DS) 1980. Silvia Jane Sveibel, “Identidade étnica judaica: caracterização e processo de constituição”.

(DCP) 1980. Benedito Miguel Ângelo Perrini Gil. “O ativismo imobilista: Igreja e Estado nas origens dos cursilhos de cristandade”.

(DCP) 1981. Márcia Mendes de Almeida, “Sindicato dos têxteis em São Paulo: História, 1933-1957”.

(DA) 1987. Helena Maria Sant’Ana Sampaio, “Uma experiência de participação popular: o programa ‘Cozinha Comunitária’”.

Os trabalhos de doutorado orientados por Eunice Durham, em número de 15, são os seguintes:

(DA) 1972. Amadeu José Duarte Lanna, “Economia e sociedades tribais do Brasil: uma contribuição ao estudo das estruturas de troca”.

(DA) 1983. Paula Montero, “Da doença à desordem: as práticas mágico-terapêuticas na umbanda”.

(DCP) 1983. Elisabete Dória Bilac, “Família e trabalho feminino: a ideologia e as práticas familiares de um grupo de ‘trabalhadores normais’ de uma cidade do interior paulista”.

(DA) 1984. Alba Zaluar, “A máquina e a revolta”.

(DA) 1985. Carmen Cinira de Andrade Macedo, “Nós, a comunidade: o estudo de uma CEB na periferia de São Paulo”.

(DCP) 1985. Elina G. da Fonte Pessanha, “Vida operária e política: os trabalhadores da construção naval de Niterói”.

(DCP) 1985. Edward B. das Neves McRae, “O militante homossexual no Brasil da ‘Abertura’”.

(DA) 1986. Geraldo Romanelli, “Famílias de camadas médias: a trajetória da modernidade”.

(DA) 1987. Benedito Miguel Ângelo P. Gil, “A produção das conversões: estudo dos tríduos cursilhistas no Brasil”.

(DA) 1987. Maria Sylvia Porto Alegre, “Arte e ofício de artesão: história e trajetórias de um meio de sobrevivência”.

(DA) 1987. Maria Suely Kofes, “Mulher, mulheres. Diferença e identidade nas armadilhas da igualdade e desigualdade: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas”.

(DA) 1992. Marília Gomes de Carvalho, “Vicissitudes na família na sociedade moderna: estudo sobre o casamento e as relações familiares”.

(DA) 1994. Alberto Sanches Paredes, “A Evasão do Terceiro Grau em Curitiba”.

(DA) 1999. Silvia Jane Zveibel, “A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: o projeto educacional e a cultura acadêmica”.

(DA) 2006. Ana Lucia Lopes, “Caminhos e descaminhos da inclusão: o aluno negro no sistema educacional”.

Quanto a Ruth Corrêa Leite Cardoso, são 13 trabalhos de mestrado apresentados abaixo:

(DCP) 1975. Arthur Shaker Fauzi Eid, “Pelo espaço do cangaceiro jurubeba”.

(DCP) 1976. Maria de Lourdes Scarfon, “Populações marginais no Município de Piracicaba”.

(DCP) 1977. Guita Grin Debert, “Representações políticas no período populista”.

(DCP) 1978. José Ricardo G. P. Ramalho, “O mundo do crime: a ordem pelo avesso”.

(DCP) 1981. Eduardo Piragibe Graeff, “A política de investimentos estrangeiros no pós-guerra: a instrução n. 113 e as origens do ‘modelo associado’”.

(DCP) 1982. Teresa Pires do Rio Caldeira, “Imagens do poder e da sociedade: o mundo cotidiano de moradores da periferia”.

(DCP) 1986. Maria Filomena Gregori, “Violência contra a mulher: a prática do SOS mulher (SP), queixas e cenas”.

(DCP) 1988. Célia Sakurai, “Estudo de associação de bairro da cidade de São Paulo”.

(DCP) 1989. Danielle Ardaillon, “O cotidiano de mulheres profissionais: o engodo do individualismo”.

(DCP) 1990. Ana Cristina Braga Martes, “A institucionalização dos movimentos de reivindicação urbana: as Secretarias de Saúde e a participação popular, 1979-1989”.

(DCP) 1992. Simone de Castro Tavares Coelho, “O Estado e os movimentos pró-moradia: a construção de uma relação democrática”.

(DCP) 1992. Atílio Machado Peppe, “Associativismo e política na favela Santa Marta (RJ)”.

(DCP) 1994. Catia Aída P. da Silva, “Os Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente de São Paulo e os segmentos pró-cidadania: conflitos, negociações e impasses na construção de espaços públicos”.

Os trabalhos de doutorado orientados por Ruth Cardoso, em número de 21, são os seguintes:

(DA) 1975. Gilberto Cardoso Alves Velho, “Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia”.

(DA) 1975. Giralda Seyferth, “Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí”.

(DCP) 1977. Ligia Maria Sigaud, “Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco”.

(DCP) 1979. Sérgio Paulo Rouanet. “Imaginário e Poder”.

(DA) 1982. Mariza Corrêa, “As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil”.

(DCP) 1982. Maria de Lourdes Scarfon, “O mundo da pobreza: um estudo sobre as organizações de assistência às famílias pobres no Município de Piracicaba”.

(DA) 1982. José Guilherme Cantor Magnani, “Festa no pedaço: o circo-teatro e outras formas de lazer e cultura popular”.

(DA) 1984. Ana Maria de Niemeyer, “O lugar da pobreza: moradia e controle de espaço na favela São Paulo, 1972-1977”.

(DA) 1985. Cláudia Sá Rego Ribeiro de Menezes, “Missionários e índios em Mato Grosso (os Xavantes da reserva de São Marcos)”.

(DCP) 1985. Neide Esterci, “Conflito no Araguaia (peões e posseiros contra a grande empresa)”.

(DCP) 1986. Guita Grin Debert, “A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)”.

(DCP) 1986. José Ricardo G. P. Ramalho, “Estado-patrão e luta operária: conflitos de classe na Fábrica Nacional de Motores”.

(DCP) 1987. Oscar Ruben Landi, “A trama cultural da política: a Argentina dos anos 80”.

(DS) 1987. Regina Reyes Novaes, “De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo”.

(DS) 1987. Cláudio José Torres Vouga, “Como num espelho, obscuramente... Estudo de caso de uma fábrica e de um grupo operário”.

(DCP) 1993. Ana Maria Doimo, “Movimento popular no Brasil pós-70: formação de um campo ético-político”.

(DA) 1997. Maria Filomena Gregori, “Meninos nas ruas: a experiência da viração”.

(DCP) 1998. Ana Cristina Braga Martes, “Imigrantes brasileiros em Massachusetts”.

(DCP) 1998. Simone de Castro Tavares Coelho, “Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos”.

(DCP) 1998. Helena Maria Sant’Ana Sampaio, “O setor privado de ensino superior no Brasil”.

(DCP) 1999. Catia Aída P. da Silva, “Novas facetas da atuação dos promotores de justiça”.

Em síntese, Eunice Ribeiro Durham, entre 1970 e 2006, orientou 24 trabalhos de mestrado e doutorado, sendo que 5 de seus orientandos obtiveram ambos os graus

sob sua supervisão. Portanto, de um total de 19 ex-alunos foi apurado[3] que até Julho de 2015:

a. 4 não possuíam Currículo Lattes publicado;
b. 11 lecionavam em universidades públicas, sendo que, dentre estes, 4 integravam núcleos de pesquisa destas universidades e 1 atuava tanto no CEBRAP como na FAPESP;
c. 1 era professor aposentado da UNESP e pesquisador do Núcleo de Estudos da população da UNICAMP;
d. 1 não lecionava, mas atuava no Museu Afro-Brasil;
e. 2 eram falecidos.

Ruth Cardoso, entre 1975 e 1999, orientou 34 trabalhos de mestrado e doutorado, sendo que 7 de seus orientandos obtiveram ambos os graus sob sua supervisão. Portanto, de um total de 27 ex-alunos foi apurado[4] que até Julho de 2015:

---

[3] As informações que se seguem sobre os ex-orientandos de ambas as professoras encontram-se disponibilizadas na Web, no sistema de currículos *Lattes*, e não pretendem esgotar todos os seus dados curriculares nem atividades profissionais empreendidas.

Os ex-orientandos de Eunice Durham que não possuem Currículo Lattes publicado (até Julho de 2015) são: Célia de Carvalho Ferreira Penço, Silvia Jane Sveibel, Márcia Mendes de Almeida e Alberto Sanches Paredes. Os ex-orientandos que lecionam em universidades públicas são: Antonio Augusto Arantes Neto (UNICAMP), Geraldo Romanelli (USP – Ribeirão Preto), Benedito M. A. P. Gil (UNESP – Assis), Helena Maria Sant'Ana Sampaio Andery (UNICAMP), Paula Montero (USP), Alba Zaluar (UERJ), Elina G. da Fonte Pessanha (UFRJ), Maria Sylvia Porto Alegre (UFC), Maria Suely Kofes (UNICAMP), Marília G. de Carvalho (Universidade Tecnológica do Paraná) e Edward MacRae (UFBA). Elisabete Dória Bilac é professora aposentada da UNESP-CAr e professora da pós-graduação do IFCH da UNICAMP. Os ex-orientandos que atuam em núcleos de pesquisa (até Julho de 2015) são: Alba Zaluar (NUPEVI/UERJ), Elina G. da Fonte Pessanha (AMORJ/UFRJ), Edward MacRae (CETAD/UFBA), Helena Maria Sant'Ana Sampaio Andery (NUPPs/USP, GEPEDISC/UNICAMP, LPES/UFRJ, LEES/UNICAMP) e Elisabete Dória Bilac (NEPO/UNICAMP). Paula Montero é Presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e Coordenadora Adjunta da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (dados de Julho de 2015). Ana Lucia Lopes foi pesquisadora do NUPES/USP de 2001 a 2005 e é Coordenadora de Planejamento Curatorial do Museu Afro Brasil (informação que não é atualizada desde Março de 2013). Amadeu Lana e Carmen Cinira Macedo são falecidos. Nesta nota e na seguinte fez-se a opção por indicar cada núcleo de pesquisa apenas através de sua sigla, pois, a seguir, no corpo do texto, serão explicitadas as denominações completas e atividades que os caracterizam.

[4] Os ex-orientandos de Ruth Cardoso que não possuem Currículo Lattes publicado (até Julho de 2015) são: Maria de Lourdes Scarfon, Eduardo Piragibe Graeff, Célia Sakurai, Danielle Ardaillon, Simone de C. Tavares Coelho, Atílio Machado Peppe, Sérgio Paulo Rouanet e Oscar Ruben Landi. Os ex-orientandos que lecionam em universidades públicas são: Guita Grin Debert (UNICAMP), José Ricardo G. P. Ramalho (UFRJ), Maria Filomena Gregori (UNICAMP), Giralda Seyferth (UFRJ), Mariza Corrêa

a. 8 não possuíam Currículo Lattes publicado;
b. 13 lecionavam em universidades públicas, sendo que, dentre estes, 6 atuavam em núcleos de pesquisa destas universidades (Lygia Sigaud, que faleceu em Abril de 2009, lecionava na UFRJ e atuava no NuCEC/UFRJ, Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia; Gilberto Velho, que faleceu em Abril de 2012, também lecionava na UFRJ e atuava no NuSIM/UFRJ, Núcleo de Pesquisa sobre Sujeito, Interação e Mudança);
c. 1 lecionava em universidade estrangeira;
d. 1 lecionava em faculdade particular;
e. 1 lecionava na Fundação Getúlio Vargas;
f. 1 trabalhava para o Governo do Estado do Rio de Janeiro com Museologia.
g. 2 eram falecidos.

Na USP, UNICAMP, UERJ, UFRJ e UFBA funcionam atualmente vários núcleos de pesquisa onde atuam ex-orientandos de Eunice Durham e Ruth Cardoso (o NUPPs, anteriormente denominado NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior - foi criado pela própria Eunice Durham, por Simon Schwartzman e Elisa Wollineck, em 1989). São eles: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da UNICAMP; LabNAU, Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana, da USP, anteriormente denominado NAU; NUPPs, Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas, da USP; NEPO, Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, da UNICAMP; NUPEVI, Núcleo de Pesquisa das Violências, da UERJ; AMORJ, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, da UFRJ; NuSIM, Núcleo de Pesquisa sobre Sujeito, Interação e Mudança, da UFRJ; LAH,

(UNICAMP), José Guilherme C. Magnani (USP), Ana Maria Niemeyer (UNICAMP), Neide Esterci (UFRJ), Regina Novaes (UFRJ), Ana Maria Doimo (UFMG), Helena Maria Sant’Ana Sampaio Andery (UNICAMP), Catia Aída P. da Silva (UNB) e Cládio José Torres Vouga (USP). Os ex-orientandos que atuam em núcleos de pesquisa (até Julho de 2015) são: Guita Grin Debert, Maria Filomena Gregori e Mariza Corrêa, todas do Pagu/UNICAMP; Giralda Seyferth (LAH/UFRJ); Elizabete Dória Bilac (NEPO/UNICAMP); José Guilherme Cantor Magnani (LabNAU/USP) e Helena Maria Sant’Ana Sampaio Andery (NUPPs/USP, GEPEDISC/UNICAMP, LPES/UFRJ, LEES/UNICAMP). Helena Maria Sant’Ana Sampaio Andery também é membro titular do conselho científico do NEPP/UNICAMP e do Pagu/UNICAMP. Teresa Pires do Rio Caldeira leciona na Universidade da Califórnia. Ana Cristina Braga Martes leciona na FGV. Arthur Shaker F. Eid é, segundo publicação no Lattes, professor nas Faculdades Integradas Claretianas, porém seu currículo não é atualizado desde Outubro de 2012. Consta no Lattes que Claudia Menezes trabalha para o Governo do Estado do Rio de Janeiro (Agenda 21), porém seu currículo também não é atualizado desde Agosto de 2007. Lygia Maria Sigaud e Gilberto Cardoso Alves Velho são falecidos, como já foi explicitado no texto.

Laboratório de Antropologia e História, da UFRJ; NuCEC, Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia, da UFRJ; CETAD, Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas, da UFBA; GEPEDISC, Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Diferenciação Sócio-Cultural, da UNICAMP; LPES, Laboratório de Pesquisa em Ensino Superior, da UFRJ; LEES, Laboratório de Estudos de Ensino Superior, da UNICAMP; por fim, NEPP, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, da UNICAMP.

A seguir são oferecidas algumas informações básicas sobre o campo de atuação e as linhas de pesquisa de cada um destes núcleos:

A **PAGU/UNICAMP** (Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/UNICAMP); é um centro interdisciplinar de pesquisa voltado para a produção e disseminação do conhecimento em torno da problemática de gênero; as atividades de pesquisa, de natureza acadêmica, congregam especialistas que desenvolvem estudos no âmbito de diferentes tradições disciplinares, contemplando temas variados, abordados a partir de diversas perspectivas teóricas; suas linhas de pesquisa envolvem os temas sexualidade, história das ciências, educação, distribuição de justiça, mídia, teorias feministas e perspectivas disciplinares, demografia da família e difusão de conhecimentos associados à problemática do gênero; entre suas publicações estão “Cadernos Pagu” e “Clássicos do gênero”; várias ex-orientandas da Profa. Ruth Cardoso, como as Professoras Guita Grin Debert, Mariza Corrêa e Maria Filomena Gregori, integram este núcleo; a Profa. Helena Maria Sant’Ana Sampaio Andery é membro de seu conselho científico;

B **LabNAU/USP** (Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana/USP); criado em 1988 como NAU, foi idealizado por um ex-orientando da Profa. Ruth Cardoso, o Prof. José Guilherme Cantor Magnani; consistia, no momento de sua criação, em um grupo de pesquisa e discussões teórico-metodológicas; as reflexões giravam basicamente em torno dos trabalhos de mestrado e doutorado supervisionados por Magnani, o que configurou o LabNAU, em seu início, como um espaço inovador de orientação em moldes participativos; paralelamente, eram discutidas as pesquisas desenvolvidas na cidade de São Paulo por Magnani e alguns de seus orientandos; as linhas temáticas englobavam práticas de lazer, formas de religiosidade, métodos em Antropologia Urbana e

Antropologia das Sociedades Complexas; até Julho de 2015, o LabNAU possuía seis áreas temáticas (surdos, religião, cidade, migração, índios urbanos e acervo), uma revista eletrônica, a PONTO URBE (ISSN 1981-3341), um seminário de âmbito nacional, o "Graduação em Campo", e um acervo de trabalhos de graduação;

C **NUPPs/USP** (Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas/USP); formado em 1989, é coordenado atualmente pelo Prof. José Álvaro Moisés e pela Profa. Elizabeth Balbachevsky; a Profa. Eunice Ribeiro Durham consta como parte de seu grupo de pesquisadores; o NUPPs surgiu da ampliação recente do NUPES, Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, a partir de um enfoque multidisciplinar; promoveu diversos projetos de pesquisa sobre políticas para o ensino superior, formação de professores, carreira acadêmica, pós-graduação e abordagens comparativas entre sistemas de ensino superior na América Latina; as linhas de pesquisa em andamento são: "A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas", "Brasil, 25 anos de democracia; balanço crítico: políticas públicas, instituições, sociedade civil e cultura política – 1988/2013", "Financiamento de campanha e desempenho eleitoral: quem ganha e quem perde em uma perspectiva de gênero", "Inovações em políticas de segurança pública", "Legitimidade democrática e credibilidade econômica", "O Congresso Nacional no contexto do presidencialismo da coalizão", "O sistema educacional e as políticas públicas de ensino superior", "Perfil do professor do sistema público paulista de ensino superior: produtividade, práticas docentes, pesquisa e extensão", "Políticas de erradicação da pobreza"; Ana Lucia Lopes, ex-orientanda de Durham, como visto acima, foi pesquisadora do NUPES de 2001 a 2005; a Profa. Helena Maria Sant'Ana Sampaio Andery (ex-orientanda de mestrado de Durham e de doutorado de Cardoso) é pesquisadora do NUPPs;

D **NUPEVI/UERJ** (Núcleo de Pesquisa das Violências/UERJ); criado em 1997 a partir de uma orientação transdisciplinar e interinstitucional; tem realizado investigações sobre violência urbana, violência familiar, pobreza, vitimização, redes de tráfico e noções de masculinidade; sua Coordenadora é a Profa. Alba Zaluar, ex-orientanda da Profa. Eunice Durham;

E **AMORJ/UFRJ** (Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro/UFRJ); criado em 1987, é um núcleo de pesquisa e documentação voltado para a recuperação, o registro e a preservação do patrimônio material e imaterial referente à história do trabalho, dos trabalhadores e suas organizações; faz parte da coordenação deste núcleo a Profa. Elina Gonçalves da Fonte Pessanha, ex-orientanda da Profa. Eunice Durham;

F **NUSIM/UFRJ** (Núcleo de Pesquisa sobre Sujeito, Interação e Mudança/UFRJ); congrega pesquisas sobre processos de construção e transformação de sujeitos sociais em interação nas sociedades complexas modernas, sobretudo na brasileira, a partir dos temas família, violência, religião, sexualidade, psicologização e estilos de vida metropolitanos; um de seus coordenadores foi o Prof. Gilberto Velho, falecido em 2012, ex-orientando da Profa. Ruth Cardoso;

G **LAH/UFRJ** (Laboratório de Antropologia e História/UFRJ); formado em 2001, reúne diferentes redes de antropólogos e historiadores interessados em ampliar o campo de reflexão e diálogo entre as duas disciplinas; faz parte de seus pesquisadores a Profa. Giralda Seyferth, ex-orientanda da Profa. Ruth Cardoso;

H **NUCEC/UFRJ** (Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia/UFRJ); reúne pessoas interessadas na compreensão do caráter social e cultural da economia no mundo contemporâneo; entre seus coordenadores estava a Profa. Lygia Sigaud, falecida em abril de 2009, ex-orientanda da Profa. Ruth Cardoso;

I **CETAD/UFBA** (Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas/UFBA); é o núcleo de pesquisas onde o Prof. Edward McRae, ex-orientando da Profa. Eunice Durham, vem desenvolvendo seus trabalhos sobre a questão das drogas;

J **NEPO/UNICAMP** (Núcleo de Estudos da População “Elza Berquó”/UNICAMP); foi criado em 1982, durante a gestão do Reitor José Aristodemo Pinotti, com uma finalidade transdisciplinar, mas com ênfase nos estudos de população; é coordenado atualmente pela Profa. Marta Maria do Amaral Azevedo e pelo Dr. Alberto Augusto Eichman Jacob; suas linhas de pesquisa abrangem: “saúde reprodutiva e sexualidade”, “mobilidade espacial da população”, “família, gênero

e demografia", "população e ambiente", "demografia das etnias", "demografia e políticas públicas", "saúde e morbidade" e "geoprocessamento em demografia"; entre seus pesquisadores está a Profa. Elizabete Dória Bilac, ex-orientanda da Profa. Eunice Durham, docente aposentada da UNESP-CAr e atuando atualmente junto ao Programa de Pós-Graduação em Demografia do IFCH da UNICAMP ;

K **GEPEDISC/UNICAMP** (Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Diferenciação Sociocultural/UNICAMP)**;** o GEPEDISC atua na intersecção das Ciências Sociais com a Educação desenvolvendo pesquisas ligadas às diferenças socioculturais (idade, gênero, etnia e classe) e seus reflexos no processo educacional, que podem servir de base para a formulação de políticas públicas no campo do ensino; entre seus pesquisadores está a Profa. Helena Maria Sant'Ana Sampaio Andery;

L **LPES/UFRJ** (Laboratório de Pesquisa em Ensino Superior/UFRJ)**;** o LPES foi criado em 2012, reunindo professores e pesquisadores de várias unidades da UFRJ e de outras instituições; é coordenado atualmente pela Profa. Maria Lígia de Oliveira Barbosa; possui cinco linhas de pesquisa, a saber: "diversificação institucional e expansão do ensino superior", "ensino superior e inclusão social", "ensino superior e inovação", "gestão econômica do ensino superior" e "governança e instituições do sistema universitário"; entre seus pesquisadores está a Profa. Helena Maria Sant'Ana Sampaio Andery;

M **LEES/UNICAMP** (Laboratório de Estudos de Ensino Superior/UNICAMP); o LEES foi criado em 2014, é um núcleo de pesquisa interdisciplinar que reúne professores e pesquisadores de várias unidades da UNICAMP e de outras instituições; busca analisar a expansão e diversificação do sistema de ensino superior no Brasil; é coordenado atualmente pelos Professores Renato Hyuda de Luna Pedrosa e Ana Maria Alves Carneiro da Silva; entre seus pesquisadores está a Profa. Helena Maria Sant'Ana Sampaio Andery;

N **NEPP/UNICAMP** (Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/UNICAMP); o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, um dos mais antigos da UNICAMP, foi criado através de portaria do Magnífico Reitor Professor Doutor José Aristodemo

Pinotti, publicada no Diário Oficial em 1 de junho de 1982; desde antes de sua criação, um grupo de professores da Unicamp, de variada formação, experiência e inserção institucional - sociólogos, economistas, cientistas políticos, educadores - vinha desenvolvendo atividades acadêmicas neste domínio particular das Ciências Humanas que tem como referência o Estado e como objeto específico suas políticas; eram eles: Sônia Miriam Draibe, Geraldo Di Giovanni, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Vilmar Evangelista Faria, José Guilherme Cantor Magnani (ex-orientando de Ruth Cardoso), André Maria Pompeu Villalobos, Paulo Renato Costa Souza e Ana Maria Canesqui; a criação do NEPP gerou o espaço institucional necessário ao desenvolvimento dos estudos e pesquisas que vinham interessando esse grupo originário; o NEPP é uma instituição de natureza multidisciplinar e assim foi concebido desde o início, unindo profissionais de áreas tais como a ciência política, a sociologia, a economia, a pedagogia, de modo a dar conta da variedade de campos de intervenção social do Estado - educação, saúde, assistência social, previdência, saneamento, habitação, transportes; em suas investigações, os pesquisadores do NEPP têm observado três dimensões básicas das políticas sociais: o financiamento e o gasto social; a morfologia e a dinâmica institucional e decisória das burocracias e aparelhos sustentadores da ação estatal; o impacto social da ação pública, considerando sua eficácia e efetividade; para além de sua função acadêmica, o NEPP tem atuado na prestação de serviços à comunidade, respondendo às demandas de órgãos governamentais, associações civis e todos os interessados em seus trabalhos; é coordenado atualmente pelos Professores Carmen Cecília de C. Lavras e Carlos Raul Etulain; entre seus conselheiros está, atualmente, a Profa. Helena Maria Sant'Ana Sampaio Andery, representante da Faculdade de Educação juntamente com o Prof. Mauricío Ernica.

4. Quadro detalhado dos temas de pesquisa

a.) A base para a ampliação das análises dos temas *trabalho* e *família* nas novas pesquisas

Como visto anteriormente, em suas próprias pesquisas de mestrado e doutorado, bem como em trabalhos que produziram ao longo das décadas de 1950 e 1960, Eunice Durham e Ruth Cardoso investigaram aspectos do equipamento cultural e do rol de motivações de populações migrantes relacionados a problemas característicos da situação migratória e do processo de integração na sociedade urbano-industrial. Nestes estudos, observaram que fatores como organização familial da produção, partilha de valores relativos ao universo do trabalho, aspiração grupal de melhoria de vida e manutenção de laços de solidariedade baseados em redes de parentesco e amizade permitiam assegurar, aos que migravam para os centros urbanos, a continuidade dos contatos, do apoio psicológico e das trocas monetárias imprescindíveis ao êxito do empreendimento migratório. Em suas análises, destacaram-se temas como *família*, *trabalho* e *ascensão social*. Nos estudos dos orientandos de Durham e Cardoso, especificamente naqueles mestrados e doutorados cujas defesas ocorreram entre o início dos anos 1970 e meados de 1980, estes temas continuaram presentes, ampliando-se, entretanto, para abranger também o cotidiano de famílias de classes populares e médias no meio urbano, favelas e periferias das grandes cidades. Pensando nas influências exercidas por orientadores sobre orientandos no âmbito do antigo sistema de cátedras da FFCL da USP e comparando este período com o de sua própria experiência de orientação, Eunice Durham relembra que

> (...) o então chefe da cadeira de Antropologia, Egon Schaden, estava interessado em dar continuidade a uma linha de pesquisa iniciada por seu antecessor, Emílio Willems, voltada para a análise da imigração estrangeira no Brasil. Conforme a tradição da época, as pesquisas realizadas pelos assistentes obedeciam às orientações estabelecidas pelos catedráticos, dentro de uma margem reduzida de escolha. Foi assim que Ruth Cardoso

> estudou os imigrantes japoneses e, na sociologia, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni fizeram suas pesquisas de doutorado sobre a escravidão no sul do país.
>
> Não havia apenas desvantagens e autoritarismo nessa tradição. Em virtude dela, as pesquisas dialogavam entre si. Isto permitiu um desenvolvimento cumulativo do conhecimento sobre temas e problemas considerados então relevantes para a compreensão da sociedade nacional, como aconteceu com os estudos de comunidade. Com menos autoritarismo e mais persuasão, continuei esta tradição porque diversos de meus alunos de pós-graduação trabalharam temas nos quais eu estava interessada (...) (2004: 76).

Através da listagem que se segue, poder-se-á verificar que, de um total de 24 mestrados e doutorados defendidos entre 1970 e 2006, 8 orientandos de Durham abordaram as relações entre trabalho e família, seja no contexto rural seja no urbano, em investigações assim distribuídas: 1 realizada no sertão da Bahia, 1 na cidade do Rio de Janeiro, 3 em municípios do interior do Estado de São Paulo (Rancharia e Rio Claro), 1 na região metropolitana de São Paulo (São Caetano do Sul) e 2 especificamente na cidade de São Paulo. Quanto aos orientandos de Ruth Cardoso, de um total de 34 mestrados e doutorados defendidos entre 1975 e 1999, as relações entre trabalho e família estão presentes em pelo menos 4 pesquisas: 1 realizada no interior de Pernambuco e 3 na cidade de São Paulo.[5]

Antes de iniciar a discussão sobre as pesquisas dos alunos de Eunice Durham e Ruth Cardoso cujos trabalhos de campo foram realizados na cidade de São Paulo, serão retomados alguns aspectos de suas trajetórias acadêmicas que oferecerão parâmetros e marcos para o estabelecimento do quadro analítico mais amplo a ser composto.

---

[5] No presente trabalho, foram selecionadas para análise as dissertações e teses que permitiram tratar das maneiras pelas quais a cidade de São Paulo foi abordada e representada, sendo as demais utilizadas como contraponto para fins teóricos e metodológicos.

Em entrevista realizada para a elaboração desta tese no ano de 2009, Eunice Durham abordou os temas da família, do parentesco e do trabalho, deixando entrever as influências que suas experiências de campo e as análises delas decorrentes exerceriam sobre as futuras pesquisas produzidas por seus orientandos.

Recém-formada em Ciências Sociais, Durham tinha participado, em 1955, de investigação junto a um grupo de meeiros pertencentes a uma seita pentecostal, o Adventismo da Promessa, entre os quais eclodira um movimento religioso que enveredara para o exorcismo de crianças e adultos, resultando em diversas mortes e brutal repressão policial. Esta pesquisa permitiria analisar o processo de formação de grandes fazendas na área, a consequente expulsão de pequenos posseiros bem como o surgimento de correntes migratórias como solução possível. A participação de Durham nesta investigação, como ela própria ressaltaria posteriormente, subsidiou seu trabalho de doutorado sobre migração rural-urbana, oferecendo-lhe não só dados de campo valiosos sobre o modo de vida na sociedade tradicional, mas aclarando a importância, em termos teóricos, das relações entre família, parentesco, trabalho, mobilidade espacial e ascensão social. Sobre esta experiência em Minas Gerais Durham escreveu:

> Minha primeira pesquisa de campo foi sobre o Catulé. (...) Não parti exatamente do conceito de função, mas de um problema. Perguntava, nas entrevistas, como tinham se convertido e o que os atraíra na vida da comunidade. A interpretação esteve centrada na estruturação subjacente da comunidade em dois grupos de parentesco e no valor que atribuíam à união que a comunidade havia criado. Na verdade, tratava-se de uma transformação conservadora das formas tradicionais de constituição de comunidades rurais (Entrevista realizada em Julho de 2009).

No estudo de Durham sobre imigração italiana, realizado no município de Descalvado, novamente os temas da família e do trabalho foram tomados como base para interpretar processos de mudança na medida em que o próprio campo indicava serem estas relações fundamentais para os agentes sociais em sua experiência concreta de vida. A partir da perspectiva cultural, representações como “italianos

trabalhadores” e “brasileiros preguiçosos” bem como a associação entre “trabalho manual” e “trabalho forçado” abririam importantes possibilidades de reflexão teórica para futuras pesquisas.

> Não fui para Descalvado estudar a família italiana, mas a família italiana entrou na minha pesquisa por conta própria e permaneceu como tema de pesquisa durante muito tempo. A família italiana era crucial à ‘acumulação primitiva’ que permitia a ascensão social dos imigrantes, a qual era concomitante à assimilação. Da perspectiva cultural, outra característica associada à ascensão social era o valor que os italianos atribuíam ao trabalho. Havia um grande preconceito contra os brasileiros, que, na visão dos italianos, eram preguiçosos e não gostavam de trabalhar. Eles não; eram trabalhadores, esforçavam-se. Acontece que os brasileiros vinham de uma tradição escravocrata, na qual o trabalho denigre as pessoas. Na verdade, naquele momento de introdução do capitalismo no campo, com o abandono das velhas estruturas escravocratas, a valorização do trabalho oferecia um diferencial para promover a ascensão social dos italianos, ao passo que, para os ex-escravos, o importante era a liberdade, pois trabalho manual estava associado a trabalho forçado. Florestan Fernandes também aponta isto no seu trabalho sobre a integração do negro na sociedade de classes (Entrevista realizada em Julho de 2009).

Ruth Cardoso, antes de defender seu trabalho sobre estrutura familiar e mobilidade social entre os japoneses no Brasil, elaborou a monografia *O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses*, sob o patrocínio do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, publicando-a na Revista de Antropologia da USP. No caso deste grupo étnico, em se tratando de imigração estrangeira familiar, cedo se colocou o problema de como tornar os descendentes (*nissei*) herdeiros da tradição cultural de seus antepassados. O papel da família e, no âmbito dela, da autoridade paterna foram fundamentais para tal empreendimento, cabendo às escolas japonesas uma função complementar. A língua e os sentimentos

de patriotismo e civismo mantinham os jovens conectados com os valores do grupo e, não raro, era cultivada também a aspiração à superioridade cultural e racial.

Entretanto, mais do que seus pais, o *nissei* precisava ultrapassar os círculos fechados de referência e convivência. Geralmente, os filhos mais jovens eram instados a participar mais abertamente da sociedade brasileira para ampliar sua rede de contatos e, principalmente, dar continuidade aos estudos desenvolvendo uma profissão urbana, signo de status no grupo (Cardoso 1959: 104). Esta tolerância no interior da família japonesa parecia ter se ampliado principalmente depois da Segunda Guerra.

> Continuam os issei a pensar em termos da "alma nipônica" que querem transmitir a seus filhos, mas ao mesmo tempo a ambição de êxito econômico que trouxeram como imigrantes e a valorização das profissões liberais e das atividades intelectuais fazem deles educadores vacilantes e não rígidos impositores das "virtudes nipônicas" como nos primórdios da imigração (1959: 107).

O *nissei*, por sua vez, vivia o dilema do ser marginal, sem renegar completamente os valores da comunidade japonesa, porque dela dependia seu próprio sucesso individual, e sem viver totalmente como brasileiro. O *issei* ia perdendo terreno em termos de prestígio e os padrões da família japonesa já não apresentavam mais a antiga coerência. Foi nesse contexto que surgiram as novas associações juvenis, independentes da participação dos *issei* e oferecendo prestígio aos *nissei* por colocarem em contato indivíduos com os mesmos problemas e as mesmas necessidades.

Cardoso fez um levantamento das associações existentes na cidade de São Paulo, obtendo dados através de entrevistas e do Jornal Paulista. Sabia, entretanto, que seus dados não esgotavam a diversidade de locais existentes, inclusive dos grupos da periferia. A autora distinguiu "clubes" de "pequenos grêmios": os primeiros, de tipo recreativo-cultural ou esportivo, tinham sede própria e grande número de sócios vindos de toda a cidade de São Paulo e até do interior; os segundos, localizados em áreas mais afastadas das regiões centrais, congregavam grupos de vizinhos e sofriam maior interferência dos *issei*. Os clubes maiores promoviam bailes, jogos de futebol e

basebol, grupos de judô e pingue-pongue, atividades culturais e religiosas. Alguns diretores, não sem receber críticas, pretendiam incentivar a convivência com brasileiros, criando pontes para a participação futura do *nissei* em outros clubes nacionais. Por outro lado, os líderes jovens não perdiam de vista a colônia japonesa e sabiam que o respeito aos mais velhos era fundamental para, inclusive, manter sua identidade cultural.

Ao concluir seu texto, Cardoso salientava a grande heterogeneidade que configurava a própria categoria *nissei*: alguns jovens eram originários do campo e haviam passado por muitas adversidades para se adaptar à vida na cidade; outros eram paulistanos de nascimento, tendo estudado em escolas brasileiras e frequentado ambientes culturais diversificados desde a infância. Mesmo na periferia de São Paulo, existiam condições de vida semelhantes às do campo, com famílias morando em chácaras e mantendo padrões de convivência mais tradicionais. Entre os *nissei* que vinham do interior parecia haver, segundo os dados de Cardoso, maior ímpeto para se urbanizarem, mas, ao mesmo tempo, ocorria a valorização da lealdade para com o grupo de origem (1959: 115). Se a submissão dos *nissei* não era total, os *issei* também pareciam prontos a aceitar inovações, desde que confiassem nos jovens (1959: 117).

Cardoso concluiu seu texto indicando que o bairro não era exatamente a base para a formação da associação de jovens: em todos os núcleos, fossem clubes ou pequenos grêmios, encontrava-se uma população bastante diversificada quanto à zona de origem, porém mais homogênea quanto à posição social. A autora considerava que esta homogeneidade não seria consequência de uma seleção social pré-existente, mas da reunião por experiências similares, ditada pelas aspirações de ascensão social: por exemplo, grêmios só de estudantes universitários ou associações de lavradores que queriam compartilhar informações técnicas.

Uma boa medida da influência das temáticas do trabalho, família e mobilidade social, presentes nas primeiras pesquisas realizadas por Durham e Cardoso, em termos de continuidade no tratamento de problemas teóricos, pode ser encontrada nos trabalhos de suas orientandas Célia de Carvalho Ferreira Penço (1976), Elizabete Dória Bilac (1977 e 1983), Guita Grin Debert (1977) e Célia Sakurai (1988), para

citarmos apenas algumas investigações ocorridas entre os anos 1970 e fins da década de 1980.

Sob o título *O sistema de arrendamento e as relações de trabalho na lavoura de algodão*, Célia Penço analisou, no mestrado, as relações de trabalho e a migração no sistema de arrendamento de terras na cotonicultura da região da Alta Sorocabana. Em meados dos anos 1950, era expressiva a presença de nordestinos entre a população rural e urbana da cidade de Rancharia, onde posteriormente a investigação de Penço seria realizada. Levantamento feito à época pela pesquisadora apontava 53% de nordestinos natos entre os moradores do município e uma expressiva maioria dos 47% restantes (70%) formada por filhos de nordestinos. Quase vinte anos depois, em 1973, a autora voltaria ao tema fazendo observações e coletando dados não só no município de Rancharia, mas nas cidades vizinhas de Quatá, Maracaí, Ilpê, Coroados, Gardênia e Agissê. Como a lavoura algodoeira necessitava de maiores contingentes de mão-de-obra no período da colheita, Penço se propôs a investigar os processos de fixação e deslocamento, bem como as relações entre capital, força-de-trabalho e reprodução da força-de-trabalho.

Quanto à história da região, a fase econômica inicial da Alta Sorocabana esteve vinculada ao café. Depois da crise internacional de 1929, a policultura foi introduzida e a lavoura do algodão transformou a estrutura fundiária da terra. Os fazendeiros, arruinados com a derrocada econômica, fragmentaram suas propriedades reservando as melhores áreas para o cultivo do café e vendendo ou arrendando o restante. O algodão, com a proibição, em 1932, do presidente Getúlio Vargas da ampliação dos cafezais, tinha se tornado a cultura mais adequada à pequena propriedade e ao sistema de arrendamento. A indústria têxtil de São Paulo desenvolvia-se a largos passos gerando uma demanda cada vez maior de algodão de qualidade. Esta situação era ainda mias favorecida pela crise econômica, pois a produção de algodão brasileiro era estimulada em vistas da restrição à importação de tecidos. Poderosas indústrias estrangeiras, principalmente americanas, instalaram usinas de descaroçamento, moagem e produção de óleo na região. A construção da estrada de Ferro Sorocabana tinha influenciado de maneira decisiva o desenvolvimento econômico dos municípios da área. Com a nova concentração de terras nas mãos de grandes fazendeiros, de 1940 até cerca de 1950, voltaria a diminuir o número de pequenos proprietários e

aumentar a entrada de migrantes nacionais e estrangeiros na região. Com o rebaixamento do preço da mão-de-obra e a mecanização da lavoura do algodão nos anos 1970, formavam-se as condições, como analisou Penço, para a criação de um "exército agrícola de reserva", sendo que o peão daquele período em breve se transformaria no trabalhador boia-fria.

Na pesquisa *Família e trabalho feminino; a ideologia e as práticas familiares de um grupo de "trabalhadores manuais" de uma cidade do interior paulista,* defendida como tese de doutorado em 1983, Elizabete Dória Bilac elegeu como foco de análise a família em suas interações com o processo de urbanização e industrialização, partindo da discussão sobre se a "família tradicional" ou "pré-industrial" seria substituída pela família nuclear isolada. A pesquisa de campo foi realizada na cidade de Rio Claro entre os meses de Setembro de 1967 e Janeiro de 1968.

A família tradicional, como descreveu a autora, era caracterizada, na literatura especializada, por baixa mobilidade social e geográfica, alto grau de fertilidade, predominância da autoridade paterna, assimetria de status entre homem e mulher, estabilidade conjugal e presença de parentes e agregados; a família nuclear, por sua vez, se vincularia à diminuição da importância do parentesco extenso, à entrada da mulher no mercado de trabalho e à legalização jurídica do matrimônio. A direção única do processo de mudança sofrido pela família com o advento do mundo industrializado tinha sido colocada em cheque por autores como Parsons, Ogburn e Goode. No caso do Brasil, vários autores, dentre eles Emílio Willems e Procópio Camargo, haviam enfatizado a necessidade de se revisar as conclusões comumente aceitas sobre as características da família em nossa sociedade, marcadas pela visão de Gilberto Freyre sobre a predominância da família extensa patriarcal. No Brasil, vários autores tinham tratado a família nuclear como fenômeno recente, fruto do processo de urbanização e industrialização. Outros, principalmente aqueles que fizeram a revisão crítica dos estudos de comunidade, apontaram a predominância deste tipo de família já entre os próprios trabalhadores rurais. Bilac utilizou as categorias "trabalhador manual" e "trabalhador não manual", abordando de forma original o debate sobre a utilização do conceito de classe social: o trabalhador manual urbano não era propriamente o operário e o trabalhador não manual não poderia ser identificado simplesmente com a burguesia. Dentro da própria família, havia a conjugação da produção doméstica de

valores de uso (cozinhar, passar, lavar, costurar etc.) com a venda da força-de-trabalho no mercado capitalista.

Guita Grin Debert, no trabalho de mestrado *Representações políticas no período populista*, apontou as inconsistências, presentes tanto nas explicações do senso comum como em algumas análises sociológicas (ISEB), de se abordar o populismo como um fenômeno pré-político, pré-capitalista e não ideológico. De acordo com esta última visão, o populismo seria uma transposição para o meio urbano de relações predominantes no meio rural, tais como as relações de confiança e dependência baseadas em vínculos pessoais.

Para a crítica deste modelo, Grin recorreu aos trabalhos de Francisco Weffort e G. A. D. Soares, entre outros, que diferenciavam coronelismo de populismo, mostrando que no coronelismo a relação política era apenas uma das dimensões da dependência social do eleitor, enquanto no populismo era frequentemente a única relação existente. A passagem do campo para a cidade, com a consequente dissolução dos padrões tradicionais de submissão às elites rurais, significaria o primeiro passo da transformação do trabalhador em cidadão politicamente ativo. Sendo assim, não caberia defender a ausência de conteúdos ideológicos no fenômeno do populismo urbano sob a alegação de que as “massas” estabeleceriam com o poder uma relação muito mais econômica do que política.

Se Guita Debert concordava com os autores acima citados quanto à presença de conteúdos sociais e políticos no populismo, afastava-se de suas interpretações quanto à “manipulação” das classes populares pelos líderes populistas, pois nesta concepção o político aparecia como manipulador e o ouvinte como suporte do discurso, o que remetia à impossibilidade de haver uma relação aberta entre práticas discursivas dos líderes e experiências políticas da população. A autora lembrava que, embora os discursos populistas não tivessem um conteúdo de classes preciso, faziam menção às diferenças entre as classes sociais e à necessidade de se estabelecer uma igualdade fundamental entre os indivíduos (mesmo que falem em aliança entre classes). Ao tematizar as diferenças abririam, assim, espaço para a ação política, pois, enquanto ator no processo social, o povo poderia se identificar ou não com o pacto proposto por líderes populistas.

Célia Sakurai, no mestrado intitulado *Estudo de associação de bairro da cidade de São Paulo* realizou uma pesquisa no Jardim Peri-Peri, bairro do Butantã, junto à Sociedade de Amigos do Jardim Peri-Peri. Este bairro predominantemente residencial, marcado historicamente pelas enchentes do córrego Pirajussara, viu ocorrer uma rápida valorização de seus terrenos, bem como uma onda de especulação imobiliária, após o início das obras de canalização deste córrego em 1980. Sakurai traçou, na primeira parte do trabalho, um panorama geral do bairro em termos do tipo de ocupação, da infraestrutura, dos serviços e do perfil da população. Perguntava-se sobre o alcance político-institucional das SAB's em futuro próximo. Se, no início dos anos 80, os estudos tendiam a projetar as SAB's como portadoras de mudanças globais para a sociedade brasileira - a superação do regime militar, por exemplo - sua pesquisa detectava que a ação de uma SAB era local e mais voltada para a melhoria das condições de vida no bairro: uma SAB poderia buscar proximidade relativa com o poder público, sem, por exemplo, empreender campanhas abertas para obter os votos dos moradores, mantendo um caráter essencialmente negociador.

b.) *Trabalho* e *família* nas classes populares e médias em pesquisas orientadas por Durham e Cardoso realizadas na cidade de São Paulo

A maioria dos temas de pesquisa escolhidos pelos orientandos de Durham e Cardoso, ao longo das décadas de 1970 e 1980, estava intimamente relacionada a posições da esquerda política em um contexto de ascendência da teoria marxista no âmbito das Ciências Sociais da USP. Na Antropologia, entretanto, "revolução", "luta de classes", "alienação", entre outros, não eram considerados conceitos adequados para abordar os problemas e populações tratados pelos pesquisadores. Nesta época, os sujeitos sociais estudados pelos antropólogos – imigrantes, migrantes, populações rurais tradicionais, boias-frias, peões, posseiros, moradores da periferia, favelados, trabalhadores urbanos dos mais diversos segmentos da economia formal e informal, membros de grupos religiosos, empregadas domésticas, meninos de rua, mulheres, negros, homossexuais – não faziam parte do operariado ou da burguesia clássicos nem poderiam ser abordados através da utilização do conceito de alienação, "porque o trabalho de campo envolvia uma identificação com os grupos estudados e uma

valorização de sua atuação; classificá-los como alienados seria desqualificá-los politicamente" (Entrevista realizada em Julho de 2009). Segundo Durham

> O que preservamos do marxismo, na Antropologia, foram alguns conceitos-chave como modo-de-produção, relações de produção, força-de-trabalho, infraestrutura, ideologia e capitalismo. Utilizamos, também, os conceitos gramscianos de hegemonia, senso comum e bom senso, que envolviam diretamente fenômenos culturais. Além do mais, sempre trabalhamos tendo como pano de fundo o desenvolvimento do capitalismo no Brasil (Entrevista Realizada em Julho de 2009).

Uma importante dissertação de mestrado em Antropologia da FFLCH da USP a abordar mais diretamente as relações entre trabalho e família em uma área de urbanização antiga na região metropolitana da cidade de São Paulo, a saber, no município de São Caetano do Sul no ABC paulista, teve a pesquisa de campo iniciada em Maio de 1974 e foi defendida por Carmen Cinira Macedo Pinto de Moraes, em 1977, sob a orientação de Eunice Durham. Para compreender e analisar o modo pelo qual a desigualdade era produzida e vivenciada na ordem urbano-industrial, Moraes elegeu, como objeto central de sua investigação "demonstrar de que forma, numa sociedade de classes, a vida familiar se refere ao modo de inserção de grupos de indivíduos no processo produtivo, sendo através dela que, sob muitos aspectos, uma situação de classe determinada é concretamente vivida" (1977: 7).

A opção pelo estudo de famílias operárias – tendo uma indústria cerâmica como unidade de investigação – permitiu à autora equacionar o grupo pesquisado com mais nitidez, sob o ponto de vista teórico-metodológico, na medida em que este segmento formava, à época, um amplo setor da população dos centros urbanos da região sudeste, em especial, no nosso Estado, da Grande São Paulo. Ao investigar a instituição da família, Moraes procurou explicitar, como visto acima, o modo pelo qual mecanismos estruturais eram vivenciados concretamente no dia-a-dia. "Minha intenção, nos limites de um trabalho de mestrado, é compreender de que forma famílias de operários organizam sua experiência e projetam um futuro" (1977: 8). A pesquisadora partiu do princípio de que poderiam ser consideradas operárias aquelas famílias nas quais pelo menos o chefe se enquadrasse na categoria de trabalhador

fabril manual. Além disso, interessava-lhe estudar famílias jovens, nas quais houvesse filhos menores de idade e o projeto de vida ainda estivesse sendo elaborado e constituído.

No trabalho de Moraes, a análise do que se caracterizava como um “bairro operário” não se esgotava no mero levantamento estatístico dos recursos urbanos de infraestrutura a que as famílias estudadas tinham acesso. Emergia de sua pesquisa a preocupação em situar tanto a população quanto o espaço ocupado em um contexto sociocultural mais amplo: o “bairro operário” inserido em uma área operária, ou seja, envolvendo um segmento da população que se apropriava de certas porções do espaço urbano configuradas como “áreas segregadas”.

> A concentração de certos grupos em determinadas porções do espaço parece caracterizar a cidade como um conjunto de áreas segregadas, em cujos limites se confina a heterogeneidade dos grupos, a qual tem sua determinação crucial na participação diferencial dos indivíduos no processo produtivo. Nesse sentido, a cidade aparece não apenas como um certo espaço estruturado, mas como um espaço estruturado onde ocorre uma segregação, cujos fundamentos estão na própria forma pela qual, a nível societário, está organizada a produção (Moraes 1977: 12).

Moraes ressaltava que, nos bairros de urbanização mais antiga, como foi o caso daquele onde se encontrava a fábrica estudada, as ruas eram relativamente largas, calçadas, pavimentadas, com rede de água e luz, bem como servidas por linhas de ônibus diversificadas. Entretanto, longe dos terrenos mais centrais, os bairros tinham ruas de terra, não possuíam iluminação pública nem coleta regular de lixo e as casas, em sua maioria de madeira, eram construídas em terrenos muito estreitos, com 5 a 6 metros de largura.

> Na realidade, esses loteamentos aparecem para seus moradores como a possibilidade de adquirir a cobiçada casa própria, a ser construída lentamente pela família, tendo os terrenos mais centrais, pela expansão urbana do ABC, se tornado proibitivos para as novas levas de

> trabalhadores que aí se fixam à procura de emprego (1977: 12).

Moraes, ainda na Introdução de seu trabalho, ofereceu um panorama muito interessante e detalhado sobre a organização de certo universo material e o desenvolvimento de padrões de sociabilidade, ambos reveladores de expressões culturais e formas de existência da família operária. Quanto às casas, sobressaíam a profusão de cores das fachadas e o uso não menos frequente de pastilhas na decoração externa, “uma marca da casa própria que se quis – e pôde – embelezar” (1977: 13); um espaço interior precariamente ventilado e iluminado; banheiros externos; quintais coletivos; fusão de quarto e cozinha, sendo este o principal espaço doméstico de reunião. Quanto aos equipamentos e itens de decoração, Moraes notou grande homogeneidade em termos de estilo de vida, gosto e padrão de consumo: a mesa, como núcleo da cozinha, era quase sempre de fórmica; os móveis deste cômodo também eram de fórmica colorida ou aço; quando havia uma sala, ocupavam lugar de destaque o sofá-cama de courvin, às vezes coberto por colchas de crochê ou chenile, e a televisão; no ambiente, sobre os móveis, muitas toalhas bordadas ou de crochê, variados tipos de bibelots e flores de plástico; nas paredes, imagens de santos, crucifixos e fotos de família.

Moraes tinha obtido dados sobre o fato das famílias pesquisadas terem uma experiência urbana recente: entre os chefes de família, 77,9% tinham vivido e trabalhado na zona rural e para 39,5% o trabalho atual era o primeiro emprego fabril, tendo sido a última ocupação na agricultura (Moraes 1977: 24). Estas informações aproximavam o universo de pesquisa de Carmen Cinira daquele em que se basearam as primeiras reflexões teóricas de sua orientadora. Outro ponto de contato com as investigações de Eunice Durham era quanto ao trabalho feminino. A atividade remunerada exercida pela mulher, quer trabalhando em casa ou fora de casa, era sempre vista como contribuição auxiliar ao orçamento doméstico, uma “ajuda momentânea” ao marido, sendo a esposa representada, do ponto-de-vista econômico, como não responsável pelo lar. A baixa qualificação da mão-de-obra feminina igualmente apareceu na pesquisa como fator depreciativo do valor do salário. A proximidade espacial dos parentes, outro ponto em comum com o trabalho de Durham, também se revelava como requisito fundamental para a constituição da rede de amparo

mútuo. Na falta dos parentes, tendia a aumentar a importância atribuída às relações de vizinhança. Quanto à possibilidade real das famílias operárias manterem o grupo de parentesco unido, havia o problema da obtenção do emprego perto da área de moradia: nem sempre membros de uma mesma família podiam residir próximos, pois trabalhavam em locais muito distantes entre si (1977: 33).

A valorização do trabalho não manual e do estudo também foi tratada na pesquisa de Moraes, porém uma contradição ficou evidente: na medida em que foram privilegiadas famílias jovens com filhos em idade escolar, apareceu o conflito entre o desejo do aumento da renda familiar, através da colocação dos mais jovens no mercado de trabalho, e a importância atribuída à escolarização. Os dados de Moraes indicavam que os pais procuravam garantir a frequência de seus filhos à escola pelo menos durante o primeiro ciclo e deixavam a cargo deles a reponsabilidade de arcar com a complementação da formação (1977: 45).

Quanto ao consumo e à poupança, Moraes ressaltou que a maior parcela da renda familiar operária era gasta em despesas de primeira necessidade, ou seja, aluguel, alimentação e vestuário. Utilizava-se, inclusive, o recurso da compra a crédito para satisfazer, simultaneamente, várias necessidades de consumo. Se a mulher participava de forma decisiva das questões relativas ao consumo doméstico, isto ocorria principalmente devido à própria natureza dos bens aos quais a família operária tinha acesso. Os hábitos de compra, com as mudanças no setor de serviços advindas da industrialização, também tinham se transformado: a instituição do “fiado” restava inviável diante do crescimento das cidades e da mudança nos padrões tradicionais de sociabilidade, sendo substituída pela venda no “crediário”; feiras-livres e armazéns iam perdendo espaço com a expansão das redes de super e hipermercados, onde eram vendidos desde gêneros alimentícios até eletrodomésticos. Nestes novos estabelecimentos, os preços eram mais convidativos e as famílias passavam a realizar as “compras do mês”, ao invés da compra semanal ou diária em pequenas quantidades. A procura por artigos “bons e baratos” garantia o sucesso de grandes redes que praticavam preços mais populares, como as Pernambucanas, a Buri e a Riachuelo, de ruas de comércio variado, como a 25 de Março, a José Paulino, a Oriente e a Direita, bem como de magazines que trabalhavam com produtos um pouco mais sofisticados e necessários para ocasiões especiais, como a Ducal, a lojas Bahia e

a Favorita. O comércio de bairro também aparecia como opção para as famílias operárias, principalmente pela localização próxima à residência.

A relação entre trabalho e família claramente abrangia os fatores consumo e poupança tal como vivenciados agora no meio urbano e não mais no campo. Na cidade, por causa das novas leis, as crianças estavam impedidas de trabalhar e, portanto, não contribuíam para os rendimentos da família, além de gerarem aumento de gastos. O número de filhos tendia a cair.

> A cidade aparece como um lugar de maiores possibilidades de trabalho, mas, também, de maiores necessidades de consumo, que não é possível satisfazer com muitos filhos. Enquanto na zona rural, em determinados casos, as famílias podem acionar a mão-de-obra dos filhos desde pequenos, na cidade, a legislação trabalhista faz com que, durante muito tempo, os filhos sejam "apenas bocas nunca braços". O significado do número de filhos se redefine no contexto urbano e muitos pais se lembram das coisas que faziam na roça, quando pequenos, para ajudar seus pais e que não podem ser solicitadas, agora, dos filhos. Como diz uma informante: "família grande? Só se viessem crescidos". De fato, os filhos crescidos são um fator de aumento da renda familiar, na medida em que passam a se inserir no mercado de trabalho. Em contrapartida, na fase em que os filhos são pequenos, a família pode contar apenas com o trabalho dos pais. Se a família é numerosa, além de ter mais despesas, a mãe tende a ter menos possibilidades de trabalhar fora, uma vez que o tempo gasto com o cuidado das crianças tende a se ampliar (Moraes 1977: 73).

A comparação campo/cidade não só remetia à consciência das dificuldades de se manter uma prole numerosa no meio urbano, mas também à valorização dos recursos e serviços que proporcionavam um melhor nível de vida para os filhos que efetivamente se tinha: "há escolas, há tratamento médico, há mais chances de obter trabalho" (Moraes 1977: 74). As condições de vida no meio urbano foram avaliadas

pelos entrevistados em termos de relações mais impessoais e formais, deterioração do meio ambiente, carestia e violência urbana.

> Alguns daqueles que não gostam de estar em São Paulo justificam sua opinião pelo fato de que, aqui, dependem dos outros para viver, e isso é ruim. Lembram, contudo, que foram levados a sair da zona rural em virtude das dificuldades em se manterem como sitiantes independentes (...). A maioria lembra que em São Paulo há muita correria, poluição, a vida é cara, há muita criminalidade e quase não se tem contato com a natureza. Apesar disso, aqui há trabalho e, portanto, é aqui que se tem chance de viver (Moraes 1977: 105).

Quanto aos dados sobre poupança, a casa própria era o sonho almejado pelas famílias, ou seja, constituía a base do “projeto familiar”. A casa era o ponto de encontro dos membros da família e, também, compunha o “mundo interior das pessoas” (Moraes 1977: 134). A casa era o lugar da intimidade e, a partir dela, as pessoas se relacionavam com o mundo exterior. Como muitas residências operárias eram conjugadas e possuíam quintais e banheiros coletivos, obter uma casa própria significava alcançar não apenas a independência econômica, mas também o direito a uma vida privada (1977: 135).

Talvez a categoria de análise mais importante do trabalho de Moraes tenha sido a de “projeto de vida”, por permitir o acesso não só ao presente vivido pelo grupo familiar como às suas aspirações para o futuro. Esta categoria, além do mais, remetia à expressão parcial de uma ideologia, na medida em que o esforço dos sujeitos sociais para “construir e integrar significados que possam dar sentido a sua vida concreta (...) se traduz em formas de conceber sua própria inserção na realidade social” (1977: 180).

> O projeto de vida se constrói em torno do significado atribuído pelos operários à própria posição relativa que ocupam no sistema social, significado este que se define por comparação com outras formas possíveis de inserção na sociedade. No projeto de vida se projeta todo um conjunto de representações acerca da sociedade e dos elementos que definem as várias alternativas de participação que nela se configuram. O

> projeto de vida é, portanto, uma expressão da consciência que os agentes sociais têm acerca de sua situação de classe (...) e da sociedade como um todo (...) (1977: 181).

Se o projeto de vida operário, segundo Moraes, expressava a rejeição de determinadas condições de vida que eram avaliadas negativamente – neste caso, as condições de vida no campo – ele também podia ser elaborado em contraponto ao projeto de vida de outros grupos sociais no meio urbano.

O próximo trabalho abordado lançará luz, a partir da realização de uma pesquisa de campo com membros de famílias de classes médias, sobre as diferentes formas de participação das classes trabalhadoras na dinâmica sociocultural de nosso país e na vida de nossas grandes cidades.

Geraldo Romanelli, também orientando de Eunice Durham, desenvolveu dois trabalhos de pesquisa sobre famílias de camadas médias na cidade de São Paulo: um sobre empregados de escritórios, mais especificamente bancários, defendido em 1978, e outro sobre dois grupos de famílias de classe média, selecionados a partir da frequência dos filhos em diferentes escolas da capital, defendido em 1986. A opção por apresentar de forma mais detalhada sua pesquisa de 1978 vincula-se à proeminência nela da questão do trabalho e sua vinculação com a realidade de famílias de camadas médias.

Em *O provisório definitivo; trabalho e aspirações de bancários em São Paulo*, Geraldo Romanelli observava que, embora o campo de reflexões antropológicas viesse se ampliando com o estudo de segmentos urbanos, eram “raras as pesquisas dirigidas àquele setor da sociedade social e culturalmente mais próximo do investigador”, como as camadas médias (1978: 4). As investigações realizadas no meio urbano defrontavam-se

> (...) com a desigualdade estrutural da sociedade urbano-industrial que atinge todos os planos da existência, criando obstáculos para a construção de um esquema explicativo dos vínculos entre ação e representação a partir unicamente do comportamento concreto, uma vez

> que este é afetado pelas diferentes posições dos agentes na sociedade de classes (1978: 6).

Diferentemente das pesquisas realizadas em sociedades tribais, que são realidades sociais internamente mais homogêneas, a análise antropológica de um sistema cuja heterogeneidade sociocultural deriva de um conjunto mais amplo de forças deveria abordar, segundo Romanelli, a estrutura de classes e de poder, introduzir a dimensão diacrônica, utilizar instrumental estatístico e lançar mão de recursos teóricos de outras áreas como a Sociologia, a Ciência Política, a Economia e até a Biologia e a Psicologia (1978: 9).

A escolha do objeto de estudo, no caso de Romanelli, partiu da valorização de sua própria experiência profissional como bancário e de sua inserção de classe: era ex-funcionário do BANESPA (Banco do Estado de São Paulo S. A.) e pertencia às camadas médias da população urbana. Convém notar que a opção pela investigação desta categoria socioprofissional também havia sido influenciada pelo fato do emprego em bancos constituir, nos anos 1970, uma das poucas opções de trabalho não manual abertas ao ingresso da parcela de mão-de-obra com nível médio de escolarização e dotadas de prestígio social, permitindo, ainda, a obtenção de salário nada desprezível para os padrões do mercado à época. Na medida em que os bancários não constituíam uma categoria homogênea, a circunscrição do estudo de Romanelli aos segmentos dos escriturários e administradores permitiria selecionar trabalhadores com remuneração mais elevada, detentores de maior prestígio social no âmbito do conjunto e que usufruíam de benefícios como segurança no emprego, gratificações, assistência médica, licenças etc.

> O exame desta parcela diferenciada de bancários permite esclarecer como avaliam o trabalho, as possibilidades de ascensão sócio-econônica, como concebem sua posição social em uma sociedade de classes e ainda sua percepção dos mecanismos controladores do poder, dentro e fora da empresa (1978: 15).

Quanto às percepções da sociedade mais ampla, recaíam sobre os bancários representações como “mendigos engravatados” ou “bitolados”, que remetiam ao fato

destes trabalhadores exercerem suas atividades como “guardiões solícitos” do dinheiro alheio.

O objeto central da investigação de Romanelli era analisar “o impacto da formação de grandes empresas de crédito, resultantes do processo de concentração do capital, e o efeito das alterações estruturais desse processo sobre os bancários (...)” (1978: 60). A intensificação das atividades industriais nos anos 1950 no Brasil ampliou a demanda por crédito e as instituições bancárias entraram em um período de crescimento vigoroso, aumentando o volume dos negócios e a quantidade de sedes e agências. Já em meados desta década, a renda gerada pelo setor industrial superou a do setor agrícola, indicando profundas transformações na vida econômica do país acompanhadas de um surto de urbanização que atingiu mais especificamente a região sudeste. Nesta área, não só o Estado de São Paulo, mas sua capital se tornariam hegemônicos em termos produtivos. Os bancos, de meros intermediários entre produção, distribuição e consumo, passaram a diversificar seus investimentos, “ocasionando gradualmente a fusão do capital industrial e agrário sob a liderança do capital financeiro” (Romanelli 1978: 36). Foi quando se observou o aumento das participações do setor bancário em negócios como produção de papel, cimento, carne bovina, minérios, tecidos, entre outros. Intensificou-se, paralelamente, a relação das instituições bancárias com grupos políticos, no jogo paternalista da cessão de crédito, comprometendo a rentabilidade e a segurança do capital (1978: 38-39). Após 1964, a Reforma Bancária permitiria racionalizar o sistema financeiro, gerando grande número de fusões e incorporações, com a consequente concentração do capital. Quanto aos trabalhadores do setor, eram avaliados basicamente “em termos de aumento de sua eficiência e especialização, fundamentais para incrementar a produtividade” (Romanelli 1978: 46). Durante a fase do “milagre brasileiro”, entre fins dos anos 1960 e meados dos anos 1970, aumentou a preocupação com a eficiência do sistema e os custos foram reduzidos para ampliar a lucratividade. Enquanto o lucro do setor aumentava 367%, no período 1968-1975, a alta salarial não ultrapassaria 157% (1978: 62). Neste período aumentaram drasticamente as demissões e rescisões bem como ocorreram redução salarial, automação e intensificação do ritmo das atividades:

> O bancário se proletariza: sua remuneração cai e o próprio trabalho, fator de orgulho por ser tarefa não

> manual, perde o antigo prestígio social sendo submetido à mesma cadência da linha de montagem (Romanelli 1978: 78).

Na busca pela redução dos custos, alguns serviços passaram a ser realizados por mão-de-obra externa à instituição e contrataram-se, prioritariamente, efetivos de trabalhadores do sexo feminino com salários mais baixos (Romanelli 1978: 78). Por outro lado, a concentração de capital do setor bancário influenciou o fluxo migratório de trabalhadores do interior do Estado de São Paulo e do restante do país na direção da capital, onde se concentra o maior número de vagas. A vinda para São Paulo era desejada por muitos, principalmente por causa do acesso às novas oportunidades e ao estilo de vida oferecidos pela maior metrópole do país; porém, para alguns, dirigir-se à capital era uma imposição somente atenuada pela possibilidade de retornar à localidade de origem, projeto factível levando-se em conta a rede de agências espalhada pelo interior Estado.

A instituição da contratação através de concurso diminuiu o personalismo e o paternalismo, tornando o recrutamento da mão-de-obra ao mesmo tempo mais impessoal e burocratizado, “abrindo oportunidades de emprego para uma parcela da população constituída de minorias étnicas, mulheres e habitantes do interior, habitualmente colocados em situação e inferioridade no mercado de trabalho” (Romanelli 1978: 145). Para muitos o trabalho no banco, representado no início de suas carreiras como “provisório”, tornou-se “definitivo” e, contrariamente às expectativas, desprovido do prestígio social que o caracterizava no passado.

Novamente sob a orientação de Eunice Ribeiro Durham, Carmen Cinira Macedo, em *Tempo de Gênesis; o povo das Comunidades Eclesiais de Base*, abordou o projeto da Igreja Católica de construir uma comunidade cristã através do estabelecimento de “um novo nexo entre o catolicismo e a sociedade moderna” (1986: 82). A CEB enquanto espaço religioso e social, propiciado pela ação de uma Igreja “emancipada” e “emancipadora”, veículo de articulação da fé com a política, acolhia o “povo” e o colocava no centro do cenário histórico nacional.

Macedo realizou sua investigação em Morro Grande, área vinculada à Administração Regional da Freguesia do Ó, mais especificamente à Brasilândia. A

pesquisa não pôde contar com dados numéricos sobre a população local, mas lançou mão de uma estimativa feita através da contagem de ruas e casas. As terras da região eram, no passado, sítios e chácaras, que haviam sido loteados e vendidos a trabalhadores para a construção da casa própria, daí o aspecto irregular da ocupação. Alguns moradores referiam-se ao bairro como “sítio” ou “mato”, e “morar no sítio” parecia, para eles, uma designação menos depreciativa do que “morar na periferia” (1986: 91). Com uma população essencialmente migrante, os primeiros que chegaram, segundo Macedo, chamaram seus parentes de Vitória da Conquista, na Bahia, para virem para São Paulo. As origens do bairro e da CEB apareceram intimamente interligadas no estudo desenvolvido por Macedo.

A pesquisadora colocou seu objetivo central em termos de “conviver com a população de uma comunidade e verificar como se desenrola a vida cotidiana desse povo pobre que se identifica como povo de Deus e procura caminhar em busca de um mundo melhor” (1986: 140).

Macedo não só analisou as atividades cotidianas no campo do trabalho e da vida religiosa, mas também no do lazer. Citando a pesquisa de José Guilherme Cantor Magnani, afirmou que a “vivência das classes populares não é exclusivamente marcada por mecanismos de opressão sem que haja lugar para atividades prazerosas e gratuitas” (1986: 188). A sociabilidade presente nas festas revelava, segundo Macedo, as conexões entre a vida familiar e as relações de vizinhança com a vida do bairro e as atividades na CEB especificamente. A autora abordou em sua pesquisa como, através da CEB, ocorria a ordenação e legitimação das categorias “união”, “comunidade”, “luta”, “igualdade” e “direitos”, que organizavam a experiência e orientavam a prática política (1986: 288).

Sob a orientação de Ruth Cardoso, pelo menos duas investigações trataram de modo predominante as relações entre trabalho e família e tiveram suas pesquisas de campo realizadas na cidade de São Paulo: a tese de doutorado de Ana Maria de Niemeyer, intitulada *O lugar da pobreza; moradia e controle de espaço na favela; São Paulo 1972-1977*, defendida em 1984, e a dissertação de mestrado de Danielle Ardaillon, *O cotidiano de mulheres profissionais; o engodo do individualismo*, defendida em 1989. Um terceiro estudo, também feito na cidade de São Paulo, abordou de forma

mais indireta a relação que ora interessa analisar: a dissertação de mestrado de Teresa Pires do Rio Caldeira, a qual será tratada na próxima sessão deste trabalho por se encaixar melhor na discussão sobre periferia.

O trabalho de Ana Maria de Niemeyer teve como unidade de investigação a Favela do Riacho, à época localizada no bairro Jardim Paulistano, nas vizinhanças dos clubes Pinheiros e Hebraica, à beira da Marginal Pinheiros, praticamente em frente ao Jockey Clube só que do outro lado do rio. A pesquisa de campo iniciou-se em Setembro de 1972 a partir da colaboração de Niemeyer em um projeto interdisciplinar dirigido por Lucio Kowarick e Ruth Cardoso, que pretendia compreender as especificidades das remoções das favelas na cidade de São Paulo. O fenômeno da favelização em São Paulo tinha características diferentes quando comparado com o da cidade do Rio de Janeiro, não possuindo uma tradição de organização popular contra despejos e remoções, como no caso do outro contexto.

> Foi nessa situação que a equipe de pesquisa colocou o interesse de realizar um estudo de caso com famílias faveladas antes de uma remoção e, em seguida, no novo local de moradia. A ideia era conhecer o mais possível sobre o modo de vida e de pensar desses favelados, sobretudo num contexto de violenta modificação de vida (Niemeyer 1984: 13).

A favela estudada por Niemeyer cresceu dentro de um terreno com limites físicos bem definidos, em área densamente ocupada e muito valorizada da cidade de São Paulo, caracterizada pela verticalização das construções e especulação imobiliária: o entorno da Av. Cidade Jardim, que se configurava como novo local para residências de alta classe, comércio e serviços mais sofisticados, nas proximidades do Shopping Center Iguatemi e do eixo Augusta-Paulista. A favela tinha crescido com o bairro, que, aliás, os favelados haviam ajudado a construir e onde trabalhavam. Dele, entretanto, seriam expulsos tão logo o terreno que ocupavam fosse requisitado pelos proprietários, ou quando a favela ultrapassasse os limites cabíveis segundo determinações sociais ditadas pela organização do espaço em áreas segregadas, como visto anteriormente (1984: 61).

> Em agosto de 1977, por ocasião da remoção, segundo favelados que ainda permaneciam no local já quase vazio, a explicação dos "funcionários" [da Prefeitura] para a "mudança" foi: o Jockey Clube (localizado do outro lado do Rio Pinheiros, quase em frente à favela) teria dado uma quantia em dinheiro para o poder público tirar os favelados dali, pois os sócios apontavam seus binóculos para a paisagem em volta e se defrontavam com a favela. Havia também uma reclamação dos "tubarões" das casas vizinhas contra a sujeira da favela (1984: 62).

Em 1973, a justificativa da Prefeitura para a remoção dos moradores da favela tinha sido a necessidade da canalização de um córrego da localidade e a construção de uma via expressa que cortaria o terreno. Em 1977, os favelados foram transferidos para uma Vila de Habitação Provisória, que, como o próprio nome indicava, não constituía espaço de moradia definitiva: um terreno da Prefeitura em Rio Bonito, bairro da regional de Santo Amaro, próximo da represa de Guarapiranga. Os ex-moradores haviam permanecido "em seus empregos de porteiro, faxineiro etc., nos prédios e residências do Jardim Paulistano, à custa agora de uma viagem de 2 horas por dia de ônibus e de despesa extra em transporte" (Niemeyer 1984: 62).

O objetivo central do trabalho de Niemeyer voltou-se para o estudo das representações sobre moradia em área de favela. Dentro deste quadro, a autora restringiu um campo mais específico de investigação sobre as regras que regulavam internamente a apropriação do espaço, ou seja, do terreno onde se morava e que não era propriedade do morador. Surgia, assim, a hipótese de que o espaço ocupado irregularmente seria causa de conflitos, inclusive familiares. Entretanto, os grupos informais de interesse existentes na favela controlavam este recurso raro e muito valorizado dificultando a obtenção de dados para a pesquisa. Os grupos internos e agentes externos (como religiosos, policiais, funcionários da Prefeitura, vizinhos, políticos etc.) se tornariam mais visíveis por ocasião da construção, pela pesquisadora, de um espaço onde funcionaria uma escola, que se transformaria em objeto de disputas locais a partir das quais emergiriam relações de poder.

Niemeyer tratou as regras que regulavam a apropriação e o uso do espaço da favela como sendo definidas a partir de um campo político que incluía os agentes “de fora”: existia um tipo de direito costumeiro, que se remetia tanto a regras válidas em situações passadas (a vida na zona rural, por exemplo) como a combinações de regras internas e externas à favela (por exemplo, chamar a polícia para atuar como árbitro em um conflito familiar) (1984: 37). Os moradores mais antigos tinham adquirido proeminência sobre o controle do espaço e a venda de barracos, assim representando todo o grupo diante dos agentes “de fora”. Ao logo dos anos, este tipo de morador reunira uma parentela em torno de si, aumentando sua rede de contatos e influência, detendo maior capacidade de articular alianças dentro e fora da favela bem como de mediar conflitos.

> Quanto mais campos a sua teia de relações abranger – parentesco, compadrio, trabalho, amizade, religião – localizados em regiões diferentes de São Paulo e seus arredores, mais força terá.
>
> (...)
>
> A compreensão de um conflito passa pela análise do padrão das relações de vizinhança, parentesco e dos mecanismos de formação dos “grupos informais de interesse” (Niemeyer 1984: 39).

Se havia uma diferenciação entre os moradores da favela e os “de fora”, ocorriam, também, mecanismos de diferenciação interna, principalmente em momentos de competição por recursos básicos e raros ou de crise: em relação aos “fortes”, “ricos”, “tubarões” (aqueles que tinham “capital”, “tesouro”), os favelados se viam como “fracos” e “pobres” (como não tendo “capital”); mas entre os próprios favelados havia o “fraco desinibido” (que tinha casa própria, filhos frequentando escola) e os mais “fraquinhos” (que não trabalhavam e viviam “bestando”) (1984: 41).

Um importante ponto de contato entre o trabalho de Niemeyer e as investigações de Durham e Cardoso foi a questão da migração. Segundo dados levantados por Niemeyer, a favela do Riacho “parecia ser um dos primeiros espaços de reconstituição de um grupo familiar migrante em São Paulo” (1984: 33). Outro ponto comum era a

formação de grupos familiares de ajuda mútua, pois “a família surgia como um arranjo, entre outros possíveis, encontrado por aqueles trabalhadores não especializados migrantes para organizar sua vida” (idem). O estudo de grupos familiares colocava-se como importante recurso metodológico que possibilitava a análise de aspectos da vida comunitária como

> (...) união, cisão e reagrupamentos e, assim, entender mecanismos subjacentes. Além disso, podem-se observar questões como as de conflito dentro de um conjunto de comportamentos familiares no tempo e integrados quanto a pensamento e ação. (...) Porque o quotidiano familiar é um conjunto feito de afeto, conflito, ajuda e violência (1984: 34).

Os dados obtidos por Niemeyer foram remetidos ao contexto político, social e econômico mais amplo da cidade e do país evidenciando que, na sociedade urbano-industrial, a compreensão da heterogeneidade das relações sociais não deve se basear apenas em material obtido através de entrevistas e da observação direta, devendo ir além das representações elaboradas pelos agentes sociais. Para captar as representações do espaço e das relações sociais feitas pelos favelados, Niemeyer utilizou um recurso muito interessante e inédito entre os trabalhos até aqui analisados: o desenho. Nestas ilustrações sobre o espaço aparecem elementos não só da área interna da favela, com sua distribuição de zonas privadas e coletivas, quintais, hortas etc, mas referências ao entorno mais próximo e caracterizações mais gerais da cidade de São Paulo. A Marginal Pinheiros não raras vezes foi referida como símbolo do perigo para crianças e ciclistas, por causa do risco de atropelamento; por outro lado, oferecia uma paisagem urbana singular – o movimento dos carros – a ser disfrutada nos momentos de lazer. Nos desenhos, os domicílios que apareciam sob um só teto eram ocupados por moradores que pagavam aluguel a um só dono e formavam um grupo de interesse. A omissão pelo desenhista de um ou outro morador podia revelar uma inimizade ou conflito momentâneo. Os caminhos colocados nas ilustrações ou ligavam os barracos a entradas e saídas principais da favela ou relacionavam os domicílios entre si, indicando redes de relações sociais formadas por parentes, conterrâneos, colegas e amigos feitos ali mesmo.

Ao fazerem mapas da cidade de São Paulo, vários moradores elegeram um “centro”, que, em alguns casos, foi representado como sendo a Av. Cidade Jardim, desenhada como uma rua larga e colorida. Quanto mais distantes e menos conhecidas eram as vias representadas, mais frequentemente viravam apenas linhas finas. Outros bairros da cidade ou municípios entravam nos mapas para representar locais onde se havia trabalhado, onde moravam parentes e conterrâneos ou para onde os entrevistados já tinham viajado. Hospitais, cemitérios, praças, estádio de futebol e lojas conhecidas apareciam grafados através de símbolos convencionais e relacionados em legendas.

Quando estimulados a fazerem desenhos com temáticas livres, muitos moradores optaram por ilustrações de cenas sobre sua vida na roça; alguns, entretanto, escolheram desenhar prédios onde trabalhavam ou, por vezes, que ajudaram a construir. Nestes desenhos, os edifícios apareciam isolados, quase como monumentos ou estátuas, desvinculados do restante da cidade e vazios de personagens e relações sociais. Nas ilustrações cujo tema era a vida no meio rural, ao contrário, a folha de papel era totalmente preenchida, passando a sensação de um sistema. Quando se tratava do espaço da favela, também havia grande quantidade de detalhes, sendo a referência principal a área do quintal e as plantações, com destaque para as bananeiras. O chefe do grupo doméstico não raro aparecia, nos desenhos, fazendo algum trabalho na roça, sinal de sua ascendência sobre os demais membros da família. Cercas eram utilizadas para demarcar simbolicamente, nas ilustrações e no discurso, não só o espaço físico, mas as diferenças internas que os próprios moradores elaboravam entre os que “andam direito”, são “limpos”, “casados”, “pais de família”, “mulheres casadas” e seus opostos, os “ladrões”, “sujos”, “amigados”, “rapazes solteiros” etc. (Niemeyer 1984: 261).

A associação da favela com um local desprestigiado (“maloca”) emergiu várias das entrevistas, inclusive acompanhada pelo estereótipo mais frequentemente acionado contra seus moradores: os “maloqueiros”. Os informantes de Niemeyer não raro procuravam se desvencilhar destas imagens afirmando que a permanência naquele espaço era passageira ou reforçando seus contatos com “gente boa”, que não bebia, não jogava e até mesmo possuía algum estudo.

Na época em que Niemeyer iniciou sua pesquisa de campo, os favelados ainda não se apresentavam como grupos organizados a dialogar com o Estado ou os partidos políticos. Na próxima sessão deste trabalho (4c) será possível acompanhar investigações que tiveram como objetivo central analisar justamente este aspecto da realidade social brasileira.

A dissertação de mestrado de Danielle Ardaillon, *O cotidiano de mulheres profissionais; o engodo do individualismo*, defendida em 1989, foi elaborada no período em que a sociedade brasileira vivia a fase da redemocratização política e modernização em termos estruturais. A autora enfatizava o processo acelerado de urbanização nas principais capitais do país, com a consequente redistribuição da população economicamente ativa e a burocratização das atividades de trabalho. A classe média diversificava-se internamente e, nas grandes cidades, assumia um maior protagonismo na gerência do desenvolvimento. Estes novos setores sociais, alvos privilegiados da recente mídia eletrônica, passaram a impulsionar o consumo interno de bens, cultura, entretenimento midiático e lazer. A população feminina destes segmentos ainda não tinha sido suficientemente estudada, nem em relação ao mercado de trabalho nem quanto à sua participação na estrutura do grupo familiar. A autora afirmava que, com exceção dos estudos demográficos, “que apontam, em termos amplos, uma mudança nos padrões de reprodução e, supõe-se, de exercício da sexualidade feminina, quase nada foi investigado” (Ardaillon 1989: 4). Deste modo, ao abordar o processo de modernização do Brasil, Ardaillon escolheu tratar de um aspecto pouco privilegiado na literatura especializada: o projeto profissional de mulheres de classe média que decidiam trabalhar fora de casa e enfrentar as contradições de uma sociedade machista em que as relações de gênero eram predominantemente assimétricas.

> Mais do que qualquer outro segmento social, essas mulheres são bombardeadas pela retórica (...) pretensamente libertária e igualitária, que requer mulheres eficientes e atraentes tanto no mercado de trabalho como em casa, e que teima em dotar, perversamente, os dois espaços de racionalidades opostas (1989: 4).

A esfera privada aparecia associada à valorização da família e das relações de afeto, passíveis de proporcionar segurança emocional, enquanto que, no mundo público, elegiam-se a liberdade individual e a participação nas instâncias de decisão e poder como fontes de realização pessoal. Desta forma, como equacionar de modo satisfatório o conflito entre estas aspirações? Como conciliar o fato de sair de casa para trabalhar, a vontade de ser independente, a necessidade de uma sexualidade livre com as exigências dos relacionamentos com os parceiros e filhos, o compromisso de construção de uma vida em comum? Assim, as mulheres assumiam, tateantes, a nova conjunção de identidades de contornos imprecisos, envolvidas em teias ideológicas paradoxais (Ardaillon 1989: 6).

c.) *Periferias*, *classes populares* e *movimentos de reivindicação urbana* nas pesquisas orientadas por Durham e Cardoso e realizadas na cidade de São Paulo

No ano de 1982 vieram a público dois trabalhos orientados por Ruth Cardoso que tratavam da realidade vivida pela população de bairros da periferia da cidade de São Paulo desvendando aspectos pouco abordados nas pesquisas anteriormente analisadas: tempo de lazer e cultura popular, estudados por José Guilherme Cantor Magnani, e vida cotidiana, atuações políticas e representações sobre o poder, investigados por Teresa Pires do Rio Caldeira. No fim desta década e sob a orientação de Eunice Durham, Helena Maria Sant'Ana Sampaio defenderia um mestrado sobre a participação de moradores de favelas no programa "Cozinha Comunitária", abrangendo os municípios de Osasco, Carapicuíba e Mauá, todos da região metropolitana de São Paulo. Estes três estudos serão analisados em conjunto por dialogarem entre si quando se trata das similaridades quanto ao modo de vida e às experiências caracterizadas pela precarização da infraestrutura urbana e ausência ou ineficiência dos serviços públicos básicos. A pesquisa de Célia Sakurai, *Estudo de associação de bairro da cidade de São Paulo*, orientada por Ruth Cardoso e defendida em 1988, no mesmo ano da defesa de Sampaio, abordou um bairro paulistano de classe média predominantemente residencial, o Jardim Peri Peri, pertencente à região administrativa do Butantã na Zona Oeste da cidade, onde ocorriam encontros periódicos de lideranças populares devido à presença da Administração Regional. Esta sessão será

finalizada com três pesquisas também orientadas por Ruth Cardoso que, ao retomarem o tema dos movimentos populares de reivindicação de direitos, analisaram a formação de um novo campo ético-político em um contexto de amadurecimento das relações entre Estado e sociedade civil em nosso país.[6]

Festa no pedaço: o circo-teatro e outras formas de lazer e cultura popular foi a tese de doutorado defendida por José Guilherme Cantor Magnani, no Departamento de Ciência Política da FFLCH da USP, diante de uma banca multidisciplinar formada por Ruth Cardoso, como sua orientadora, Eunice Ribeiro Durham, Izidoro Blikstein (Letras/USP), Marlyse Meyer (Letras/UNICAMP) e Gabriel Cohn (Ciência Política/USP). Tinham se passado sete anos desde a primeira defesa de um orientando de Ruth Cardoso e, neste ano de 1982, quando já se somavam nove trabalhos finalizados, outros quatro foram defendidos, sendo um mestrado e três doutorados. Como visto acima, duas destas quatro pesquisas haviam sido desenvolvidas na periferia da cidade de São Paulo: a de Teresa Pires do Rio Caldeira, realizada no Jardim das Camélias, em São Miguel Paulista, zona leste da capital, e a de José Guilherme Cantor Magnani, abrangendo vários bairros da zona oeste e sul, mas dando ênfase ao Jardim Três Corações, na região do Grajaú.

Naquele momento, na área da Antropologia da USP, já se somavam vários estudos sobre trabalhadores urbanos e rurais, protagonistas de movimentos sociais, vida familiar, pobreza e, de forma mais geral, a realidade cotidiana dos bairros de periferia. O lazer estava entre os temas de estudo que começavam a despertar interesse na área das Ciências Sociais, malgrado a argumentação ainda dominante de que esta não era uma dimensão fundamental e relevante do processo de formação da consciência de classe, ao contrário das esferas do trabalho e da política. Cabe lembrar que, um ano depois da defesa de Magnani, em 1983, outra integrante do grupo que participava dos “seminários das segundas-feiras”, Maria Lúcia Montes, também defendia uma tese de doutorado sobre lazer e cultura popular na periferia de São

---

[6] Dois estudos ligados a gênero e minorias, o de Macrae, *O militante homossexual no Brasil da ‘Abertura’*, e o de Maria Filomena Gregori, *Violência contra a mulher; a prática do SOS mulher (SP), queixas e cenas*, não foram incluídos neste capítulo por se tratar de pesquisas realizadas em instituições, o grupo de militância homossexual SOMOS e o SOS Mulher, porém foram utilizados os dados sobre metodologia.

Paulo, sob orientação do professor Lucio Kowarick do Departamento de Ciência Política, tendo desenvolvido sua pesquisa em estreito diálogo com a de Magnani.[7]

A questão do lazer tinha sido tradicionalmente pensada em relação ao universo do trabalho: tratava-se da contraposição tempo de trabalho *versus* tempo livre, entendendo-se por lazer o conjunto de atividades indispensáveis à reposição das energias físicas e à manutenção e reprodução da força de trabalho. Mesmo sabendo-se que, em termos históricos, a conquista do tempo livre tinha sido fruto da luta do movimento operário, portanto, de um ato político, o tema do lazer não era tratado desta perspectiva pela academia. A pesquisa de Magnani, entretanto, sem negar os fatores constitutivos do lazer na sociedade moderna, escolheu situá-lo no contexto das condições reais e concretas de sua vivência: o espaço do bairro.

Embora o objeto de estudo inicial fosse o circo-teatro e sua dramaturgia, envolvendo a discussão sobre o conteúdo encenado estar ou não contaminado pela ideologia dominante, o trabalho de campo colocou o pesquisador em contato com a rede de lazer mais ampla da qual o circo era apenas um dos componentes.

> Quando (...) percebi que o circo era uma entre outras opções de lazer da periferia, esta já não aparecia mais como uma paisagem monótona e cinzenta nem se opunha de maneira homogênea ao centro. Deparei-me com uma riqueza de formas através das quais as pessoas passavam o tempo livre que, logicamente, não eram aquelas com as quais nós, do lado de cá da avenida marginal, estávamos acostumados. Dei-me conta que a excursão de farofeiro era lazer, que festa de aniversário, batizado ou casamento eram lazer, que futebol de várzea e saída de iaô eram também lazer, no sentido de ocasiões e espaços de encontro, sociabilidade (Magnani 2006: 37).

Como toda pesquisa tem seus imponderáveis, o objeto de estudo inicialmente recortado ficou em segundo plano em relação à relevância adquirida pelo espaço do

---

[7] Título completo da tese de Maria Lúcia Montes é *Lazer e ideologia: a representação do social e do político na cultura popular*.

bairro e as oportunidades de sociabilidade que aí se engendravam. Em um contexto desprovido de formas estruturadas de lazer, a dimensão do desfrute do tempo livre tinha se tornado invisível aos olhos dos analistas, principalmente enquanto momento da vida que permitia efetivar trocas sociais mais amplas. Os modos como as atividades populares de lazer estavam organizadas permitiu ao pesquisador construir, a partir de um cuidadoso trabalho etnográfico, um sistema classificatório que, em trabalhos futuros, iria gerar um conjunto de novas categorias de análise.

Como ressaltado acima, a unidade de investigação do trabalho de Magnani foi o circo-teatro, uma forma popular de cultura e entretenimento organizada, porém, como "empresa, com divisão de trabalho, pesquisa de mercado e um sistema de deslocamento periódico, oferecendo um produto específico, o espetáculo" (Magnani 1984: 47). Situando-se a meio caminho entre a cultura popular e a indústria cultural, absorvia elementos das artes circenses tradicionais, da Commédia dell'Arte do século XVI, do melodrama, dos meios de comunicação de massa e da música sertaneja, "produzindo um espetáculo (...) desfrutado nos bairros mais pobres dos grandes centros urbanos brasileiros" (1984: 74). O circo-teatro, em que cada "praça" onde se instalava, procurava criar vínculos com a comunidade, trocando pequenos favores com comerciantes (por exemplo, anunciando no carro de som a estreia do circo e a liquidação de uma loja das redondezas), requisitando a ajuda da criançada para a montagem do equipamento em troca de ingressos, ressaltando a oferta de um espetáculo feito por uma "família" para todas as "distintas famílias da localidade". Os proprietários e artistas circenses, por sua vez, formavam uma rede de contatos para troca de informações sobre oportunidades de trabalho, reunindo-se às segundas e terças-feiras no Largo do Paissandu no centro de São Paulo.

Para encontrar um circo onde realizar observações de campo, bastava ao pesquisador procurar uma padaria, um bar ou perguntar a qualquer grupo de meninos para obter a informação rapidamente. Escolhido o local, o Jardim Três Corações, passou-se às entrevistas que avaliariam o interesse que o evento tinha despertado. Foram feitas algumas abordagens diretas com frequentadores de uma barbearia das redondezas do terreno onde o circo havia sido montado e, posteriormente, aplicados questionários junto aos alunos de 7ª e 8ª séries de uma escola municipal da região. Estes procedimentos metodológicos permitiram compreender melhor as diferenças das

formas de lazer desfrutadas pelos moradores de acordo com variáveis como sexo, idade e estado civil.

> Cinema, passeios, bailes, TV e circo surgem como as principais modalidades de lazer tanto para os rapazes como para as moças. Se o futebol agrupa o maior número de preferências entre os primeiros, o parque, a lanchonete, ouvir discos e sair com colegas aparecem como opções mais características do público feminino jovem (Magnani 1984:130).

Entretanto, diante de respostas muitas vezes lacônicas e parciais, pois o tema do lazer não parecia despertar tanta motivação como assuntos relativos a trabalho, política e condições de moradia, a alternativa foi fazer observação participante (Magnani 1984: 134). A “entrada” na comunidade deu-se a partir da classificação do pesquisador como “repórter” pelos moradores locais, o que, consequentemente, gerou “inúmeras solicitações para tirar fotos de casamentos, aniversários, bebês, além dos times de futebol (...) (1984: 136).

Ao detectar que o lazer na periferia não era indiferenciado, sendo desfrutado, basicamente, de acordo com o sexo, a idade e o estado civil, Magnani adotou como critério inicial de análise o recorte espacial, o que lhe permitiu distinguir um sistema de oposições. Os dados de campo permitiram contrapor lazer desfrutado “em casa” e “fora de casa”, pertencendo à primeira situação “aquelas formas de lazer associadas a ritos que celebram mudanças significativas no ciclo vital e têm como referência a família, ou seja, festas de batizado, aniversário, casamento etc.” (2008: 32). O segundo termo da oposição, “fora de casa”, remetia a duas circunstâncias distintas: “na vizinhança” e “fora da vizinhança” (2008: 32). A vizinhança, como espaço das relações cotidianas e de proximidade,

> (...) engloba locais de encontro e lazer – os bares, lanchonetes, salões de baile, salões paroquiais e terreiros de candomblé ou umbanda, campos de futebol de várzea, o circo etc. – que se situam nos limites da vizinhança. Estão, portanto, sujeitos a uma determinada forma de controle, do tipo exercido por gente que se conhece de alguma maneira – seja por morar perto ou

> por utilizar os mesmos equipamentos como ponto de ônibus, telefone público, armazém, farmácia, centro de saúde, quadra de esportes (Magnani 2008: 32).

Foi nestas circunstâncias que a categoria nativa *pedaço* adquiriu relevância para o sistema de classificação que estava sendo construído pelo autor. Remetendo-se ao domínio da vizinhança, o *pedaço* afigurou-se como espaço intermediário entre a *casa* e a *rua*, categorias de análise já consagradas por Roberto DaMatta. O *pedaço* relacionava-se a uma forma particular de sociabilidade, mais ampla do que as relações privadas do círculo de parentesco, porém menos formal e individualizada do que as que caracterizavam os contatos entre estranhos no mundo público. Se a casa era o lugar da família e onde os laços estavam estabelecidos de antemão, se a rua era o lugar do perigo e de relações entre estranhos, o *pedaço* era o espaço dos *conhecidos* e *chegados*, que conheciam as regras, os códigos de conduta e as interdições específicas daquele domínio social. Era nele que se desenvolviam práticas e se construíam laços que identificavam e singularizavam uma rede local de frequentadores, com desdobramentos para outros espaços da cidade.

> (...) é principalmente o local de moradia que concentra as pessoas, permitindo o estabelecimento de relações mais personalizadas e duradouras que constituem a base da particular identidade produzida no pedaço. (...)
>
> No pedaço (...) o fato de alguém estar desempregado não significa que deixa de ser filho de fulano, irmão de sicrano, colega ou “chegado” a beltrano; se não puder pagar seu “mé”, sempre haverá quem se disponha a fazê-lo. Pertencer ao “pedaço” significa poder ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que até mesmo os bandidos da vila, de alguma forma, acatam (1984: 138-139).

Na tese *Festa no pedaço: o circo-teatro e outras formas de lazer e cultura popular,* Magnani distinguiu dois elementos básicos constitutivos do *pedaço*: um de ordem espacial e outro de natureza social. Ao território claramente demarcado e caracterizado pela existência de equipamentos urbanos – telefone público, ponto de

ônibus, padaria, bares, lojas comerciais, locais de culto religioso, entre outros – correspondia uma rede de relações internamente bastante diferenciada. Não bastava passar pelo local ou mesmo frequentá-lo com certa regularidade para ser do *pedaço*:

> (...) era preciso estar situado (e ser reconhecido como tal) numa peculiar rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência, vínculos definidos por participação em atividades comunitárias e desportivas etc. Assim, era o segundo elemento – a rede de reações – que instaurava um código capaz de separar, ordenar e classificar; em última análise, era por referência a esse código que se podia dizer quem era e quem não era "do pedaço" e em que grau ("colega", "chegado", "xará" etc.) (Magnani 2012: 88).

Como mostrou Magnani, somado à lealdade existente entre quem pertencia ao *pedaço*, havia o benefício da proteção quando se saía do *pedaço*, como acontecia nas ocasiões em que grupos se deslocavam para partidas de futebol em outros bairros, excursões ou atividades em áreas mais afastadas da cidade. Nestes casos, "leva-se junto o pedaço" (Magnani 2012: 89). Assim, um termo nativo e inicialmente empregado como categoria de análise para formas de lazer (*no pedaço*, *fora do pedaço*) revelou-se bom para pensar, de forma mais geral, a dinâmica do bairro (2008: 33).

> Pessoas de "pedaços" diferentes, ou alguém em trânsito por "pedaço" que não o seu, são muito cautelosas: o conflito e a hostilidade estão sempre latentes, pois todo lugar fora do "pedaço" é aquela parte desconhecida do mapa e, portanto, do perigo. Para desfazer o clima de animosidade e a sensação de insegurança estão o ritual do "mé", a aproximação através das preferências desportivas e a lembrança do encontro, um dia, em algum baile ou jogo de várzea (1984: 139).

Os torneios de futebol de várzea constituíam importante momento de sociabilidade, pois, ao contrário dos jogos locais, envolviam times que vinham de outros bairros da cidade, abrindo o *pedaço* para fora. Além do mais, o jogo não se esgotava na partida disputada concretamente entre adversários, mas virava assunto a ser comentado e discutido ao longo de toda a semana. As "excursões de farofeiros",

outro momento de intercâmbio entre moradores de diferentes localidades, também promoviam trocas e ampliavam a rede de relações, não estando isentas, tal como no caso anterior, de conflitos e tensões.

O próximo desafio colocado pelo emprego desta categoria foi sair do bairro de periferia e fazer a leitura de outros espaços do território urbano, como as regiões centrais, porém este trabalho foi empreendido posteriormente à defesa da tese. A categoria *pedaço* perderia, nestas áreas, sua eficácia na análise das relações de sociabilidade? Ou, dito de outra maneira, na ausência de relações de vizinhança e de parentesco, em locais onde à primeira vista predomina o anonimato e a impessoalidade, seria preciso abandonar a lógica do *pedaço*? (Magnani 2008: 33). Por meio do projeto "Os pedaços da cidade", realizado durante os anos de 1989 e 1990, com apoio financeiro do CNPq e participação de vários alunos, foi possível para Magnani testar a categoria *pedaço* em outras áreas da cidade de São Paulo e, inclusive, detectar novos padrões de uso e ordenação do espaço urbano, o que gerou uma "família" de categorias: *mancha*, *trajeto*, *circuito* e *pórtico*.

Se há um aspecto a ser ressaltado que une os trabalhos de Magnani e Caldeira – para além da relevância da reflexão sobre o modo de vida de moradores das periferias – foi o êxito, em termos teóricos e metodológicos, na formulação de novas categorias de análise ou no tratamento não convencional dado a categorias de uso já consagrado. Do conjunto de pesquisas já analisadas até aqui, a noção de *periferia*, por exemplo, já tinha sido empregada por João Baptista Borges Pereira, no início dos anos 1960, em seu trabalho sobre uma escola de ensino secundário, porém nele não foram encontradas referências a autores ou linhas teóricas que tratassem do tema, até porque o foco das abordagens era a expansão da rede de ensino médio e os consequentes problemas advindos da transposição inadequada de métodos pedagógicos para realidades socioculturais muito distintas daquelas para as quais haviam sido originalmente concebidos. A questão da *periferia*, neste momento, ainda não adquirira relevância em termos temáticos no campo da Antropologia nem seus moradores tinham se constituído em atores políticos de maior visibilidade social, ao contrário do que aconteceria na década seguinte.

Teresa Pires Caldeira, em *Imagens do poder e da sociedade; o mundo cotidiano de moradores da periferia*, observava que a profusão de usos do termo *periferia*, principalmente na década de 1970, acabava por retirar-lhe a profundidade do conteúdo: “quer dizer muita coisa e, ao mesmo tempo, não serve para explicar quase nada” (1982: I). Segundo a autora, a palavra continha pelo menos dois referentes, sendo um de ordem geográfica, por remeter à distância física em relação à área central da cidade, e outro de ordem mais propriamente urbanística, por ressaltar aspectos como precariedade ou carência de serviços públicos e infraestrutura, encontrando, ambos, alguma similaridade com a denominação *subúrbio*, tal como utilizada no Brasil. Entretanto, a estes sentidos veio somar-se uma qualificação mais propriamente política, identificando este tipo de espaço urbano à forma de atuação coletiva de seus moradores, agora pensados como protagonistas de movimentos pelos direitos à cidade. Interessava a Caldeira eleger como objeto de estudo – pensando nos moradores das periferias – “tudo aquilo que existe entre a consciência de sua situação desprivilegiada e sua atuação em movimentos sociais” (1982: II). Dito em outras palavras, de que maneira eram percebidos o Estado e o exercício do poder. A cidade, mais especificamente o Jardim das Camélias, uma vila do bairro de São Miguel Paulista, foi abordada em termos de seu crescimento e diversificação urbanísticos, a partir de um tratamento histórico, demográfico e estatístico, mas sem constituir um objeto propriamente dito: é cenário, diria a autora (1982: II). E, mais adiante no texto, enfatizou o traço característico desta região da zona leste de São Paulo: a desigualdade.

> Para compreender este cenário é preciso olhar para a sua história e tentar identificar quais os processos que lhe dão sentido. Embora não seja minha pretensão fazer uma reconstituição histórica detalhada, gostaria de indicar em linhas gerais, quais os fatores que contribuíram para determinar o padrão de crescimento da cidade, que tece como resultado uma marcada segregação espacial (1982: 11).

Entre os fatores mais importantes para a distribuição desigual da população na cidade de São Paulo, encontrava-se, segundo Caldeira, a visão sanitarista do poder público de proibir cortiços e construções de residências para operários na zona

comercial central, incentivando o investimento em loteamentos e “vilas operárias” fora desta região, principalmente em bairros como Brás, Mooca, Belenzinho, Luz etc. (1982: 13). A ocupação destas novas áreas de habitação popular dependeria, como bem colocou a autora, da existência de linhas de bonde ou da proximidade da estrada de ferro, que provia o transporte dos trabalhadores. Somente no final dos anos 1930, com a consolidação da malha rodoviária urbana e a implantação do “Plano das Avenidas” do Prefeito Prestes Maia, o novo padrão de urbanização de São Paulo assumiu sua configuração mais completa, gerando uma cidade segregada e dispersa.

Outro fator apontado por Caldeira tinha sido a Lei do Inquilinato, decretada em 1942, que proibia o reajuste do preço dos aluguéis, inibindo os investimentos em construção de casas populares e fazendo com que diminuísse consideravelmente o estoque de imóveis disponíveis para habitação.

> Creio que os elementos apontados até aqui permitem compreender a mudança do padrão de urbanização da cidade e do de habitação das camadas de baixa renda, ou seja, a passagem do padrão urbanização concentrada/cortiços/casas de aluguel para o modelo urbanização difusa/loteamentos periféricos/casa própria autoconstruída (...) (Caldeira 1982: 15-16).

Para Caldeira, a instituição do SFH – Sistema Financeiro de Habitação – e do BNH – Banco Nacional de Habitação – em 1964, poderiam ter regulado o mercado imobiliário, mas os investimentos foram canalizados para moradias destinadas aos estratos médio e alto da população. A resolução do problema habitacional para as camadas de baixa renda passou, deste modo, pela conjugação loteamentos periféricos-autoconstrução, que ajudou a compor o quadro de crescimento da periferia e conferiu uniformidade aos bairros que a formaram (Caldeira 1982: 20). Os fenômenos da desigualdade e segregação não se esgotaram, entretanto, no inchaço das áreas periféricas de São Paulo. Outro efeito do déficit habitacional da cidade foi a concentração de moradores sem posses em áreas de favelas e cortiços. De modo geral, estes locais foram ocupados por migrantes recém-chegados que não tiveram condições de adquirir um terreno para construir a casa própria mesmo em bairro sem infraestrutura e distante do centro.

A população do bairro de São Miguel Paulista era composta predominantemente por famílias de migrantes, cujos chefes eram trabalhadores do setor industrial e do segmento de serviços com precária qualificação para o mercado. Para poderem complementar a renda, enviavam para atividades remuneradas mulheres ou filhos menores cujos rendimentos recebidos eram sempre os mais baixos do grupo doméstico. Se as pesquisas da época detectavam uma menor participação das mulheres de São Miguel Paulista na composição da renda familiar em comparação com mulheres residentes em bairros de classes médias ou altas, isto se dava pela falta de creches ou pela impossibilidade de contratar empregadas domésticas para cuidar da casa e das crianças (Caldeira 1982: 57). Com a deficiência de meios de transporte que ligassem o bairro às zonas mais centrais, os trabalhadores despendiam muitas horas com deslocamentos, diminuindo suas chances de frequentar uma escola simultaneamente às atividades de trabalho. Como salientava Caldeira "a cidade está estruturada de uma maneira tal que destina aos trabalhadores de baixa renda não apenas o pior espaço, mas a pior qualidade de vida. Não é uma cidade feita para os pobres" (1982: 66).

Quanto à diversificação das atividades de trabalho exercidas especificamente pelos moradores do Jardim das Camélias, Caldeira apontava uma maioria atuando no setor terciário (42,3%) e no secundário (38,4%), além de trabalhadores por conta própria (14,2%) e pequenos proprietários de empresas familiares (5,1%). Os trabalhadores especializados representavam pequena parcela da população (6%), distribuindo-se equilibradamente pelas categorias citadas acima. Caldeira também dividiu os trabalhadores de acordo com a qualificação da ocupação: "empregos não-especializados nas formas tipicamente capitalistas de organização e (...) atividades de pequena produção organizadas sob formas não tipicamente capitalistas" (1982: 90). O primeiro tipo incluía assalariados dos setores secundário e terciário; o segundo, pequenos proprietários de empresas familiares, trabalhadores autônomos independentes, trabalhadores autônomos subordinados, pequenos prestadores de serviços e prestadores de serviço doméstico (1982: 92). Vê-se aqui claramente como a categoria *camadas populares* respondia adequadamente às novas injunções sociais que se colocavam para a análise antropológica: a ausência de homogeneidade interna no grupo dos trabalhadores de baixa renda. Concluía Caldeira que o Jardim das

Camélias oferecia um retrato significativo do conjunto dos trabalhadores urbanos não especializados da cidade de São Paulo, não havendo nesta localidade apenas trabalhadores marginalizados ocupando os últimos degraus da estratificação profissional do mercado. O máximo que se poderia afirmar, segundo a autora, era que não existiam, naquela região, trabalhadores mais especializados e melhor remunerados. Portanto, ser "habitante da periferia não significa ocupar uma posição 'periférica' ou especial no mercado de trabalho urbano; não há uma relação unívoca entre a ocupação dos trabalhadores e o local de moradia" (Caldeira: 98). A diversidade e heterogeneidade da cidade de São Paulo instalavam-se até mesmo nas áreas de crescimento populacional mais recente.

Ainda relativamente aos dados estatísticos levantados por Caldeira, 73% da população do Jardim das Camélias eram compostos por migrantes, que recebiam os menores salários quando comparados aos paulistanos por nascimento. Um dos fatores que explicavam essa discrepância de renda era o nível de escolaridade: a porcentagem de migrantes sem instrução ou com apenas o ciclo primário completo (55,3%) era bem maior do que a dos paulistanos natos (36,2%). A pesquisa também detectava que quanto maior o tempo de permanência em São Paulo, maior o nível de rendimento (1982: 108-109).

Quanto às relações entre trabalho e família, na medida em que a maioria dos trabalhadores residentes no Jardim das Camélias era não especializada e recebia uma renda baixa, os grupos domésticos tendiam a se organizar não só como unidades de rendimento, mas também como unidades de produção de valores de uso, com alguns de seus membros, principalmente as mulheres, preparando, modificando, preservando e consertando bens para adequá-los aos usos e necessidades de todos (1982: 110-111).

No trabalho de Caldeira encontra-se uma discussão sobre a operacionalidade de conceitos como "família operária" ou "cultura operária" em relação à "família de marginalizados" ou "cultura marginal".

> No meu entender, a existência de uma família ou de uma "cultura" que pudessem ser adjetivadas como "operária" ou "marginal" dependeria da existência de uma

> identidade e de um modo de vida próprios, diferenciados e capazes de se auto-reproduzir, de modo a permitir que os vários tipos de “cultura” e de família se distinguissem entre si. (...) Ao que parece, tanto no caso de haver operários industriais, assalariados no terciário e autônomos, o que existem são famílias de trabalhadores não especializados, com níveis de renda, estratégias de sobrevivência e, como veremos, modos de vida e visões de mundo bastante semelhantes. São famílias que compartilham entre si e no interior de cada uma experiências semelhantes do modo de subsistência e de vida na cidade (1982: 125-126).

A análise da relação dos trabalhadores com a cidade não se esgotava, para Caldeira, na apropriação de um espaço físico – a periferia distante do centro – ou nas atividades profissionais desempenhadas, mas se estendia para o momento do consumo.

> A quantidade de rendimentos impõe os limites daquilo a ser consumido; é ela que vai determinar não só o que pode ser consumido ou vestido, mas também de que maneira a própria cidade pode ser apropriada; ou seja, é a renda que vai ditar, em boa medida, a maneira de viver. Como vimos, o nível de renda das famílias do Jardim das Camélias é bastante semelhante (e baixo) e esse é um dos fatores que garante uma homogeneidade muito grande às suas condições de vida (1982: 126).

Como a conexão entre a renda do trabalho individual e os gastos era feita através da mediação da família – por ser a ela, naquele contexto, a unidade de consumo – a maior parte dos projetos era familiar, sendo prioritária a construção da casa própria. Ser proprietário significava, para aqueles trabalhadores, não apenas ascensão social, mas uma integração mais efetiva à cidade. Caldeira reconhecia que, até aquele momento, ou seja, fins dos anos 1970, a população de baixa fenda não representava a propriedade da casa como um direito incontestável, mas como algo de competência individual, fruto do esforço do trabalhador.

> Pode-se lembrar que entre os movimentos de reivindicações urbanas ainda não surgiu nenhum de maior expressão cujo foco fosse a reivindicação da casa própria. Existem apenas, de um lado, os movimentos relacionados à legalização dos terrenos e, de outro, movimentos de favelados reivindicando a urbanização de favelas e a doação de terrenos para que se tornem propriedade individual. De fato, a casa própria continua sendo uma área que diz respeito ao esforço privado e não à obrigação estatal; nada indica que seja vista como um direito (de todos) e, portanto, passível de ser reivindicada ao estado (1982: 132).

A pesquisa de Caldeira, tal como a de Magnani, ressaltava a importância do bairro como espaço de uma sociabilidade baseada nas redes de parentesco, vizinhança e coleguismo. Caldeira questionava o alcance da noção de "bairro dormitório", cuja referência principal era o "tempo do trabalho": aqueles que ali residiam, só teriam como tempo que não fosse de trabalho – e de locomoção de casa para o trabalho ou vice-versa – o tempo de dormir? Tal expressão, além de indicar a desvalorização das relações sociais existentes nos bairros populares, desconsiderava os moradores que não trabalhavam fora e constituíam maioria: mulheres, crianças, estudantes e idosos. O bairro, como bem analisou Magnani em *Festa no pedaço; cultura popular e lazer na cidade*, era um espaço social (e não somente geográfico) que ficava a meio caminho entre o universo privado da casa e o mundo público do "resto da cidade": era no bairro que se manifestavam as relações que compunham o *pedaço*, categoria nativa transposta para categoria de análise, dando origem a uma família de categorias, já apresentadas anteriormente, que se completava com o *trajeto*, o *circuito* e a *mancha*. O bairro, deste modo, se abria "para fora". Seus moradores passavam seu tempo livre não só em casa ou na vizinhança, mas saíam para se divertir, namorar, praticar esportes, fazer visitas a parentes, ir a festas, participar de excursões, desfrutar de alguma atividade de lazer ou evento cultural, viajar etc. Assim como Magnani, Caldeira detectava que o tempo livre não era desfrutado da mesma maneira por homens e mulheres, jovens e adultos. A passagem do tempo era delimitada através de pequenos ou grandes ciclos – como fim de semana x semana, ano x ano – cujos inícios e términos eram demarcados por eventos mais corriqueiros – ouvir música, jogar

futebol etc. – festas que delimitavam fases da vida – aniversários, batizados, casamentos – ou festividades cíclicas – Natal, Ano Novo etc.

O objeto central de análise na pesquisa de Caldeira foram as representações políticas sobre o Estado e o governo postas em prática pelos trabalhadores, na medida em que iam construindo as sentidos que ordenavam suas experiências. As interpretações dos trabalhadores estudados pela autora continham significados elaborados e compartilhados coletivamente, o que não queria dizer que todos falassem as mesmas coisas ou interpretassem de maneira idêntica a vivência de certa situação social. O lugar do qual se falava não era neutro, nem o próprio universo simbólico o era, tal como já haviam indicado as análises marxistas sobre o tema da ideologia ou as interpretações de Foucault (1982: 199).

> Falar a partir de um lugar na sociedade não significa, contudo, perceber apenas uma posição sócio-econômica. Esta está, em sociedades como a nossa, intrinsecamente ligada a uma posição de poder. (...) A dimensão da dominação sócio-política, como a da desigualdade econômica, é básica nas interpretações que os agentes fazem da sociedade (1982: 199).

Era assim que, além de se perceberem como “pobres”, os entrevistados de Caldeira se diziam “fracos”. Nas formulações simbólicas estava presente a questão do poder, mas a forma de dominação poderia variar (1982: 2000). Por outro lado, à dicotomia pobre/rico acrescentavam-se outras, estabelecendo relações hierárquicas entre classes e, simultaneamente, revelando matizes e diferenças entre os iguais: os “mais pobres” e os “mais ricos”; o “pobre mesmo” ou “pobre de tudo” e o “rico ricão” ou “riquíssimo”; os “de cima” e os “de baixo”, os “melhores” e os “piores”. As palavras “rico” e “pobre”, mais do que substantivos, qualificavam diferentes classes sociais e, quando empregadas sozinhas, faziam referência à desigualdade básica que opunha “nós”, os pobres, a “eles”, os ricos. Por outro lado, havia uma profusão maior de termos para se falar dos pobres do que dos ricos, pois para se diferenciar um pobre do outro – sendo pobre – podia-se recorrer a nuances e detalhes vivenciados ou sentidos pelo grupo: por exemplo, “pobre mesmo” e “pobre bem de vida” (1982: 208-209). As oposições não eram apenas de ordem material, mas indicavam estados morais, o que

permitia falar em “rico pobre” e “pobre rico”. O processo de mobilidade social, o “melhorar de vida”, aparecia vinculado não só ao trabalho, mas também à sorte, ajuda divina, coragem e disposição para continuar “na luta”. A maneira de se medir a “melhoria de vida” era, geralmente, o poder de consumo, mas o desequilíbrio crescente entre o salário e o custo de vida corroía a capacidade de compra dos trabalhadores, tornando cada vez mais distante a realização de seus projetos (1982: 297).

O foco da pesquisa de Helena Maria Sant’Ana Sampaio, em *Uma experiência de participação popular; o Programa ‘Cozinha Comunitária’*, foi a criação e o funcionamento deste programa em três municípios da Grande São Paulo – Osasco, Mauá e Carapicuíba – sendo o trabalho de campo desenvolvido entre Maio de 1984 e Janeiro de 1985. As cozinhas comunitárias tinham sido implantadas a partir de um sistema de autogestão e contavam com o fornecimento, pela Prefeitura ou órgão municipal responsável, da infraestrutura básica para o preparo diário de uma sopa. O objeto de estudo centrou-se na ação do Estado enquanto indutor da organização de populações carentes em áreas de favelas e na maneira como as funções e os papeis exercidos por ele foram reformulados diante das novas formas de manifestação e organização das classes populares. Sampaio buscou analisar, por um lado, as relações estabelecidas entre os agentes do poder público e a população atendida, bem como identificar a ação de outras organizações populares no âmbito deste programa específico. A autora também problematizava a tendência, presente em grande parte dos trabalhos sobre movimentos sociais, para se interpretar a participação popular como contínua e espontânea, propondo a reconstituição da experiência dos moradores através da observação da rotina estabelecida e das dificuldades de engajamento para a realização do programa.

O instrumental teórico e analítico deste trabalho provinha de um espaço interdisciplinar, envolvendo a Ciência Política, com o pensamento sobre as classes subalternas brasileiras, e a Antropologia, cujos estudos privilegiavam o lugar do vivido e do simbólico, recolocando a questão da reprodução social não mais no eixo de uma leitura economicista, mas enquanto expressão de escolhas culturais.

No caso do programa *Cozinha Comunitária*, a autora enfatizou que os movimentos sociais transformaram questões antes tidas como privadas em questões

públicas, ou seja, em direitos dos cidadãos e deveres do Estado, o que redefiniu a relação entre mundo público e privado. A noção de “comunidade”, isto é, de uma coletividade organizada e igualitária, também foi discutida neste trabalho, na medida em que o Estado operava com a “ilusão” da existência de uma unidade de interesses: as populações pobres e desfavorecidas não necessariamente tinham (ou criavam) uma consciência da eficácia da organização coletiva. Assim, ocorreu o engajamento somente de alguns indivíduos em programas específicos e a tendência foi o recrudescimento de segmentações internas pré-existentes. Entretanto, não foi desconsiderada, na análise da autora, a possível constituição de um sentimento de cidadania através da motivação autêntica da minoria participante; por outro lado, sugeriu-se a possibilidade do ressurgimento do clientelismo sob novas formas de expressão.

Sampaio distinguiu, na concepção do programa *Cozinha Comunitária*, dois tipos de objetivo por parte do Estado: um, de cunho assistencial, que visava suprir mais diretamente a carência alimentar dos grupos atendidos; outro, de caráter político, incentivando a mobilização para outros modos de reivindicação. Neste contexto, a noção de “participação popular” adquiria, por sua vez, dois significados: o primeiro, ligado ao poder de decisão da própria comunidade; o segundo, relacionado a um conteúdo prático, ou seja, à operacionalização do preparo da sopa no dia-a-dia (1988: 82). Nos documentos sobre o programa elaborados nos diversos municípios, Estado e população apareciam como “colaboradores mútuos num tipo específico de atendimento público” (1988: 83), estabelecendo uma “parceria social” na qual se prezava o desenvolvimento de um “sujeito coletivo” incentivado pelo governo. Entretanto, como ressaltou Sampaio, na prática muitas vezes “as propostas ‘inovadoras’ do programa caminhavam lado a lado com uma política de atendimento público nos moldes do clientelismo” (1988: 93).

Foram pesquisadas por Sampaio 5 Cozinhas Comunitárias em Osasco, 3 em Carapicuíba e 4 em Mauá, sendo que a implantação de todas havia seguido uma ordem muito parecida: a apresentação do programa pelos agentes do estado, a votação da população pela inclusão ou não da sua área no projeto, a organização das equipes de trabalho, a eleição de uma coordenação e o início da distribuição dos gêneros alimentícios para a preparação da sopa (1988: 113). As sedes das cozinhas

eram construídas pelas Prefeituras locais seguindo quase sempre o mesmo padrão: blocos de cimento, telhas de amianto, piso cimentado, pia, bancada, caixa d'água, luz elétrica e fogão a lenha (1988: 114). Geralmente algum morador cedia parte de "seu" terreno dentro da favela para a construção do barracão, o que se dava "dentro do código particular de relações ali vigente" (1988: 114), reafirmando as posições de prestígio já estabelecidas.

Sampaio detectou, em alguns casos, uma divisão interna no ambiente da favela que desfavorecia a atividade conjunta dos moradores e implicava na produção de representações depreciativas do "outro". Por exemplo: em Osasco havia uma separação entre parte alta e baixa do terreno, sendo que em ambas foram instaladas unidades do programa. Os moradores das respectivas áreas viviam em um clima constante de acusações: os da parte "baixa" alegavam haver "bandidos" na parte "alta"; por sua vez, os da parte "alta" diziam o mesmo de seus vizinhos de "baixo" (1988: 117).

> A rede de intrigas armada entre moradores (...) implica numa construção simbólica de identidade de moradores de ambas as favelas enquanto "pessoas de bem". Em um nível simbólico, isto contribui para reiterar a segmentação da favela (1988: 118).

Instituições externas e seus agentes, como a Igreja católica, por exemplo, podiam manter posições diversas em relação ao programa, ora atribuindo-lhe um caráter meramente "paliativo", em contraponto ao que se considerava a real necessidade daquela população – distribuição de terra –, ora deixando de emitir avaliações e restringindo a ação à assistência espiritual ao grupo. Em Osasco, uma das favelas era dividida por um córrego, sendo um lado vinculado à administração deste município e o outro à de Barueri. Enquanto no lado de Osasco os moradores se identificavam com a Igreja Católica, no de Barueri a identificação religiosa se dava com a Umbanda, o que, mais uma vez, gerava conflitos (1988: 126). Em uma das favelas de Mauá ocorreu outro tipo de disputa: anteriormente à instalação do programa, havia uma Sociedade Amigos de Bairro (SAB), que sofreria uma divisão interna, com parte de seus membros indo participar da montagem da cozinha coletiva e outra parte vinculando-se à organização do novo Centro Comunitário local, passando a existir uma disputa pelo espaço físico ocupado na favela (1988: 142).

Segundo Sampaio, ocorreu uma espécie de “remapeamento” das favelas a partir da chegada das cozinhas comunitárias. Seus moradores não raro elegeram-nas como pontos de referência espacial, passando a se orientar em função dessas instalações: “perto, longe, ao lado, na rua debaixo... da cozinha” (1988: 169). Nas palavras da autora, assim como o ponto de ônibus, a venda ou o terreiro de Umbanda, a cozinha passou a fazer parte do “pedaço”, categoria empregada por Magnani (1984) em trabalho anteriormente discutido.

Para a participação dos moradores das localidades pesquisadas no programa, Sampaio chegou a uma porcentagem acima de 50% quanto ao consumo e abaixo de 50% quanto à participação na elaboração da sopa, esta última agravada pela frequência esporádica e divisão desigual das tarefas (1988: 177). O envolvimento no programa também não chegou a alterar a rotina doméstica das famílias, não gerando, por exemplo, a reorganização do tempo de trabalho feminino nas atividades da casa. De acordo com a concepção original do governo, se as mulheres tivessem revisto sua dedicação aos afazeres domésticos, poderiam ter se engajado em trabalhos remunerados fora de casa (1988: 181).

Nos dados levantados pela pesquisadora, aparecia uma resistência por parte dos moradores a se reconhecerem como beneficiários do programa, pois isto implicava em se vincular publicamente a uma situação de “carência”, “necessidade” (1988: 187-188). Segundo as representações dos moradores, era sempre o “outro” o mais necessitado, produzindo-se, assim, uma visão estratificada da carência, composta por categorias como “mais necessitados”, “desempregados”, “velhos”, “crianças” e “doentes”. Por outro lado, quando questionados sobre suas reais condições de vida, apontavam a ausência de infraestrutura e serviços públicos na área, como pavimentação das ruas, transporte coletivo, limpeza e canalização do esgoto, ligação de água e luz, loteamento de terrenos, parques, centros esportivos, creches, centros de saúde, hospitais e de escolas (1988: 201-203). Deste modo, o diagnóstico da “carência” na favela, feito por eles, referia-se, sobretudo, à esfera pública e não à esfera privada; no segundo caso, a carência estava sempre alocada na casa do vizinho (1988: 228). O reconhecimento da necessidade da presença da administração pública nessas áreas de habitação popular, segundo a pesquisa, remetia-se muito mais à

eficácia em atender as necessidades infraestruturais do que à de indução de práticas de autogestão (1988: 230).

Em *Estudo de associação de bairro da cidade de São Paulo*, Célia Sakurai apresentou os resultados de sua pesquisa na Sociedade Amigos do Jardim Per-Peri realizada entre os anos de 1980 e 1984. O bairro em questão, de pequenas dimensões – apenas 26 quarteirões – situa-se no distrito do Butantã, Zona Oeste da cidade, sendo, à época, quase inteiramente residencial. Abrigava as sedes da Administração Regional e da Secretaria da Família e do Bem-Estar Social da Prefeitura, configurando-se, em função da presença destas instituições, como local de encontro de representantes de movimentos de bairros e favelas, bem como de políticos. Em relação aos bairros vizinhos, por sediar estes órgãos municipais, o Jardim Peri-Peri havia recebido primeiro uma série de benfeitorias, como asfaltamento e iluminação pública, mas os transbordamentos do córrego Pirajussara marcavam a vida de sua população e mantinham a região em certo estado de estagnação. O início da canalização gerou uma remodelação urbanística mais ampla, com a renovação da infraestrutura e do comércio, a valorização dos terrenos e imóveis, bem como a construção de casas com um padrão melhor, o que atraiu para lá novos moradores. A lama, o mato e os terrenos baldios, anteriores às obras, cederam lugar a uma paisagem melhor ordenada e associada ao “progresso”. Antigos e novos moradores formavam, segundo Sakurai, um conjunto em que 65% dos chefes de família eram proprietários de seus imóveis e de automóveis – o que tornava o Jardim Peri-Peri “um típico bairro de classe média modesta” (1988: 17).

As melhorias urbanísticas levadas ao bairro incluíam o aumento da rede de vias públicas e o incremento do transporte coletivo, tornando o Jardim Peri-Peri uma área intermediária em relação ao Morumbi e Jardim Guedala, que contavam com melhor infraestrutura e uma população de alta renda, e ao Jardim João XXIII e Educandário, caracterizados no outro extremo da escala social (1988: 20-21). Estes fatores definiram a realização do trabalho de campo nesta área e nesta SAB especificamente. Como o período estudado incluiu as obras de canalização do córrego, tanto a SAB como a pesquisadora acompanharam as modificações ocorridas no bairro, do problema com as enchentes, que era prioritário, às reivindicações quanto ao sistema de transporte, creches e melhorias gerais em logradouros públicos. Sakurai também ressaltou em sua

pesquisa a utilização da sede da SAB como ponto de encontro e sociabilidade para festas de confraternização de fim de ano das empresas da região, casamentos, batizados, missas, cursos, aulas de ginástica, bailes, gincanas e até comemorações natalinas.

Sakurai retomou, em termos teóricos, os primeiros estudos sobre movimentos sociais feitos nos anos 1970, principalmente aqueles baseados nas análises de Castells e Jorge Borja que demonstravam certa perplexidade diante do potencial combativo dos grupos populares. Neste contexto, as SAB's eram vistas como formas de organização mais antigas e geravam muita dúvida quanto ao seu potencial transformador da sociedade brasileira. Para Sakurai, entretanto, "as SAB's não têm nem papel transformador mais profundo, nem papel oposicionista" (1988: 286), consistindo em um canal, entre outros, para as demandas do bairro diante do poder público. Diferentemente de outros movimentos sociais urbanos, as SAB's mantinham um espectro de ação mais restrito, sem mobilizar um número muito expressivo de moradores, concentrando suas ações, às vezes, em um membro mais ativo da comunidade que, em certa medida, também podia se colocar como intermediário de um partido ou de políticos frente à população. Todavia, não existiria, para Sakurai, uma relação de dependência ou obrigatoriedade com o poder estabelecido por parte das lideranças locais. Os bairros, além do mais, ofereciam espaço para a atuação de mais de uma liderança, inclusive de grupos cujas finalidades seriam diversas das de uma SAB. As SAB's certamente se orientavam pela necessidade de representatividade, organização formal e pelo reconhecimento do poder público (1988: 294), mas remetiam a uma das "dimensões reais dos polos da política da cidade" (idem).

Ana Cristina Braga Martes, em *A institucionalização dos movimentos de reivindicação urbana; as Secretarias de Saúde e a participação popular; 1979-1989*, pesquisou o tema dos movimentos sociais, mais especificamente os Movimentos de Reivindicação Urbana (MRU's) no Brasil. Seu trabalho de campo privilegiou a atuação dos grupos de saúde da Zona Leste da cidade de S. Paulo, especialmente do Movimento de Saúde da Zona Leste (MSZL), e seu foco teórico recaiu sobre a questão da institucionalização dos MRU's, ou seja, da integração dos MRU's nas instituições políticas e governamentais, em contraponto com abordagens que tendiam a atribuir uma autonomia exagerada aos MRU's. Para isto, escolheu analisar as relações de

poder que se estabeleciam no interior destes movimentos e entre estes e seus diversos interlocutores institucionais.

Na introdução do trabalho, Martes colocava a necessidade de delimitação do conceito de “movimentos sociais” por duas razões básicas: em primeiro lugar, porque existiam diferentes tipos de manifestações populares sendo tratados como “movimentos sociais”; em segundo, porque na bibliografia nacional utilizavam-se largamente interpretações produzidas na Europa (sobre os Novos Movimentos Sociais – NMS’s) para a análise do contexto brasileiro. As caracterizações iniciais das manifestações populares, na opinião da autora, tinham sido muito rapidamente transformadas em conceitos, cristalizando-se. Como Martes observou, o caráter autonomista e anti-institucional, típico da primeira fase destes movimentos, acabou sendo postulado *a priori* e encobriu as mudanças que estavam ocorrendo na organização e nas relações institucionais dos MRU’s.

Para Ana Cristina B. Martes, diversas linhas marxistas de interpretação, especialmente as baseadas em Lojkine e Castells, influenciaram os autores nacionais à época. Segundo estas interpretações, os movimentos sociais teriam se originado das contradições estruturais do sistema capitalista e, com o acirramento destas, superariam sua forma espontânea original, passando a atuar no plano-político partidário na direção da solução de tais contradições (principalmente na implantação de um regime democrático). Assim, nestas análises continuava-se a enfatizar a existência de relações antagônicas entre movimentos sociais e sistema político.

No Brasil, com a abertura política na década de 1980, direitos e reivindicações foram reconhecidos pelas novas leis constitucionais, modificando a relação entre movimentos sociais e administração pública. Porém, diversos autores interpretaram a intensificação do diálogo entre setores governamentais e populares como uma tentativa de cooptação que repetia o modelo populista, ao mesmo tempo em que insistiam na autonomia e no caráter anti-institucional de tais movimentos. Poucos perceberam que os movimentos sociais poderiam desenvolver novas relações de poder e não apenas negar o poder instituído. Foram duas as linhas de investigação que procuraram fornecer novas referências para as análises do tema: a que via os movimentos sociais a partir de seus aspectos culturais, buscando, entre outras questões, interpretar o

sentido que os agentes atribuíam às suas práticas de participação (Eder Sader), e aquela que privilegiava as relações de afastamento e aproximação (no sentido de escapar do controle do Estado x obtenção recursos materiais) entre movimentos sociais e aparelho estatal (Ruth Cardoso e Boschi).

Martes comparou os chamados Movimentos de Reivindicação Urbana (MRU's) brasileiros aos Novos Movimentos Sociais (NMS's) tais como estavam se estruturando no contexto europeu. Justifica esta comparação por carecermos, no Brasil, de uma teoria satisfatória sobre os MRU's e por transportarmos para cá interpretações mais adequadas a outras realidades. A seguir serão listadas as características, apontadas por Martes, de cada um destes movimentos.

Os MRU's organizaram-se inicialmente em torno de uma ou várias demandas por melhorias urbanas circunscritas a um território; possuíam uma base de atuação e representação local de pequeno porte, embora pudessem estruturar-se em regiões, subcomissões, bem como eleger uma coordenação geral; tinham comissões de representantes mobilizadas permanentemente e suas redes de apoio eram institucionalizadas (igrejas, partidos, sindicatos, técnicos de órgãos públicos); criticavam o clientelismo político; buscavam participação no sistema político-institucional; selecionavam mediadores políticos que respeitassem sua autonomia; queriam ter maior acesso aos recursos públicos e suas demandas compunham as agendas governamentais; colocavam-se contra o Estado patrimonialista baseado nos privilégios de classe; exigiam, enquanto novos interlocutores, que os governantes respeitassem a coisa pública através da adoção de critérios claros para alocação de recursos e ampliação dos canais de acesso às decisões; reivindicavam a estatização dos setores nos quais atuavam (educação, habitação, transporte e saúde principalmente).

Os NMS's, por sua vez, prescindiam de qualquer tipo de organização formal, hierarquizada e com representação territorial; eram integrados por diversos segmentos sociais e profissionais; organizavam ações de forma direta (tática de protestos); não estavam adequados ao sistema político e sindical; valorizavam o consenso na tomada de decisões; não possuíam comissões de representantes; demandavam identidade e autonomia diante de um aparato estatal e tecnocrático, sendo seu objetivo a expansão

e reconstituição das forças sociais e da capacidade autorreguladora da sociedade civil; mobilizavam a opinião pública através de meios não convencionais, deixando clara a natureza principista e não negociável de suas demandas por direitos, identidade e autonomia. As várias dimensões de ação dos NMS's não podiam ser reduzidas ao nível político, na medida em que produziam novos códigos culturais, modelos de comportamento e relações sociais. Ao denunciar o poder tecnocrático invisível, podiam modificar o paradigma da participação política.

Quanto aos NMS's, está-se falando da crítica ao Estado de Bem Estar Social pelos movimentos europeus; quanto aos MRU's, no Brasil, eles reivindicavam um Estado de Bem Estar Social. A autora finalizou seu trabalho questionando se as novas práticas dos MRU's no Brasil podiam instituir novos atores políticos e em que sentido seu desempenho era democrático.

Simone de Castro Tavares Coelho, em *O Estado e os movimentos pró-moradia: a construção de uma relação democrática*, estudou o Movimento dos Loteamentos Clandestinos (MLC), o Movimento de Defesa do Favelado (MDF) e o Movimento dos Sem Terra (MST) com o objetivo de analisar a importância da participação política no processo de democratização pelo qual o país estava passando nos anos 1980. Para esta autora, os movimentos sociais, como veículos de expressão das necessidades de determinados segmentos, foram adquirindo visibilidade e sendo reconhecidos como interlocutores pelas agências governamentais e por partidos políticos, influenciando o processo de democratização de nossa sociedade. O diálogo entre os movimentos sociais e o Estado teria acarretado transformações na própria máquina burocrática, no sentido de uma adequação das políticas públicas para melhor responderem às demandas populares. Os movimentos sociais, segundo a autora, podiam ser tratados como um canal participativo alternativo aos partidos políticos.

A participação popular em movimentos sociais foi analisada, também, como prática educativa, por promover o aprimoramento das reivindicações, aumentar o conhecimento sobre a disponibilidade de recursos e exercitar a tolerância nas negociações. Além disso, a prática dos movimentos sociais contrariava seu discurso anti-institucional, na medida em que evidenciava que não havia um antagonismo tão grande entre eles e o sistema político.

A autora perguntava-se como os movimentos sociais podiam resolver o problema da representação organizada e formal dentro de um órgão institucionalizado sem perderem a autonomia. Por outro lado, lembrava que, perante a possibilidade de institucionalização, o Estado também temeria perder o controle sobre suas decisões e sofrer maiores desgastes políticos. O aspecto positivo para o governo seria o envolvimento da população nas políticas públicas. A autora finaliza suas reflexões pensando se a institucionalização só seria possível para algumas áreas reivindicativas ou se poderia dar-se de forma generalizada.

Ana Maria Doimo, entre 1982 e 1985, durante um dos mais prolongados períodos de recessão econômica em nosso país, acompanhou um movimento social de desempregados, o Movimento de Luta Contra o Desemprego (MLCD), cujas reivindicações eram cestas básicas, isenção de taxas de água e luz e abertura de frentes de trabalho. Desta pesquisa nasceu o doutorado *Movimento popular no Brasil pós-70: formação de um campo ético*-político, defendido no ano de 1993. Ainda sob o impacto da grande onda de movimentos sociais do final da década de 1970, a questão da possibilidade de transformação das relações de produção, do Estado e da cultura política autoritária, a partir da participação popular, permeava a maioria dos estudos realizados na época. Doimo não se colocou especificamente estas perguntas, mas partiu da tese de que era possível, mesmo em face de movimentos de natureza fragmentária, emergir um campo ético-político de caráter universalista com capacidade de influir na esfera pública.

Segundo a autora, mesmo que desprovido de institucionalidade própria e orientado por valores genéricos, tal campo foi desenvolvido através da participação continuada de inúmeras redes sociais *movimentalistas* espalhadas pelo Brasil, sustentadas por instituições de natureza não política, principalmente a Igreja Católica, o ecumenismo “secular”, setores da academia científica e as chamadas Organizações Não-Governamentais (ONG’s) – pelas quais atuavam também segmentos de esquerda, na condição de “militância anônima”. Estes movimentos seriam fundamentalmente reivindicativos e portadores de uma dupla face: a expressivo-mobilizadora e a integrativo-corporativa.

d.) Temáticas predominantes nas pesquisas realizadas e orientadas por Eunice Durham: família, trabalho e classes populares

Como visto anteriormente, os temas da família e do parentesco estiveram presentes nas pesquisas realizadas por Eunice Durham desde os primeiros momentos de sua trajetória acadêmica, quando ainda não tinha iniciado seu trabalho de orientação na pós-graduação da FFLCH da USP. Investigar a família no contexto urbano não foi, como afirmou Durham, uma escolha consciente, mas uma temática cuja importância se impôs a partir de suas investigações sobre migração estrangeira e nacional (2004: 238). Para os meeiros do Catulé, os italianos de Descalvado e os migrantes rurais em São Paulo por ela estudados, eram as relações de parentesco que, fundamentalmente, orientavam as tomadas de decisão e forneciam referências para a reconstituição dos laços de sociabilidade e da rede de informações no novo ambiente para onde haviam se deslocado (2004: 28).

Segundo Durham, no ambiente intelectual das Ciências Sociais da década de 1970, dominado pela teoria marxista, os estudos sobre a família eram tratados como secundários. Neste momento privilegiavam-se as investigações sobre a sociedade capitalista industrializada e o operariado urbano, visto como portador por excelência de uma consciência de classe revolucionária. As famílias de migrantes rurais estudadas por Durham, entretanto, não eram constituídas por operários clássicos e dificilmente poderiam ser enquadradas em abordagens teóricas que privilegiassem o recorte de classe. Seus membros eram trabalhadores da construção civil, ambulantes, biscateiros, empregadas domésticas, empregados do comércio e do setor de serviços, entre outras ocupações caracterizadas pela baixa qualificação profissional e por ganhos parcos. Em uma mesma família podiam ser encontradas profissões e atividades diferentes, tornando o conceito de classe operária, central para a sociologia marxista, inapropriado para o estudo destas realidades (2004: 28-29). Na contramão das análises marxistas, Durham apontava que, mesmo não sendo mais uma unidade de produção, como na economia campesina e no artesanato pré-industrial, a família continuava a ser uma unidade de consumo e ajuda mútua (2004: 29). O sonho da casa própria e da melhoria das condições de vida teria sido, segundo a autora, erroneamente tratado como

absorção de valores burgueses e incapacidade de desenvolver uma verdadeira consciência de classe.

Para Durham, a importância que os operários brasileiros atribuíam à família e à vida doméstica também foi mal interpretada como sendo “persistência de um passado rural recente” ou “influência da ideologia das classes médias”. Segundo a autora, a solidez e valorização da família não seriam fenômenos exclusivamente brasileiros nem restritos a sociedades de industrialização recente. Não significando uma conservação irracional do passado rural, o apego à família seria, em determinados contextos históricos, um tipo de resposta ao estágio de desorganização característico do início do processo de industrialização. No caso brasileiro, as transformações nas relações tradicionais de trabalho no campo, que geraram migrações, desestruturação das redes de informação e mobilidade ocupacional, teriam constituído os fatores mais importantes da valorização da família entre os operários.

No artigo *A família operária: consciência e ideologia*, originalmente publicado em 1980, Durham ressaltava que, enquanto as análises de inspiração marxista tratavam a família como “instituição burguesa a ser superada”, a abordagem antropológica permitia entrever a valorização, por parte dos operários brasileiros, da vida familiar e da divisão sexual do trabalho em moldes tradicionais, com a mulher cuidando da casa e dos filhos (2004: 239-240). Para Durham, os intelectuais marxistas não estavam sozinhos nesta empreitada “contra” a família, mas outros segmentos progressistas também denunciavam os pretensos aspectos repressivos desta instituição, considerando-a, como foi visto, fator secundário para a compreensão da realidade social brasileira por ter perdido, ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, suas funções tradicionais de unidade de produção e educação. A justificativa predominante nestas interpretações era a de que o surgimento do trabalhador livre resultaria não apenas de sua separação dos instrumentos de produção, mas, fundamentalmente, de sua separação “da família” (2004: 241). Este posicionamento, como mostrava Durham, estava condicionado por uma ótica da produção em sentido restrito. Entretanto, quando o foco da análise se deslocava da “família como unidade de trabalho produtivo” para a “reprodução das condições de produção”, a instituição familiar reassumia um lugar relevante nas investigações sobre a prática social dos operários, bem como sobre os movimentos sociais populares (2004: 242). Foi nestes

termos que a família em populações urbanas constituiu importante tema de reflexão no campo da Antropologia, sendo analisada, simultaneamente, como unidade de rendimentos, consumo e produção de valores de uso, sendo o consumo o “fim” que interligava todas estas dimensões (2004: 243).

A referência ao consumo remetia à forma pela qual, historicamente, os trabalhadores definiam suas necessidades mínimas e estabeleciam o que consideravam uma vida melhor. Para além da lógica estritamente economicista da “reprodução da força de trabalho”, reaparecia a perspectiva do trabalhador de realização de “um modo de vida”, tornando-se relevantes para a análise “questões como o cuidado com os idosos e os inválidos, a utilização do lazer, a expressão da criatividade pessoal, a obtenção do prazer, a definição da masculinidade e da feminilidade, todas elas irredutíveis a uma concepção simplista da necessidade de reprodução da força de trabalho” (Durham 2004: 244). Quando a problemática era deslocada para a família como “uma unidade de vida social articulada internamente pela referência a fins e valores” recolocava-se, então, a questão da ideologia (2004: 244).

Durham propunha abordar a família *na ideologia*, isto é, analisar os significados e valores que as pessoas atribuíam à sua vida familiar cotidiana. Entretanto, eram as condições materiais de existência, fundamentadas na experiência de classe, que proporcionavam os elementos necessários para a compreensão do processo de formulação destas representações, o que tornava a análise do universo simbólico por si só insuficiente. Desta perspectiva, a ideologia se constituía, segundo Durham, também *na família* (2004: 245).

A partir destas proposições mais gerais, era possível analisar a importância da família “como referência das representações dos trabalhadores sobre seu lugar na sociedade, isto é, de sua consciência de classe” (2004: 246). Um primeiro ponto a ser ressaltado referia-se à separação do trabalhador do produto de seu trabalho, o que conferia à sua ação um caráter meramente instrumental e aparentemente destituído de liberdade de decisão. O significado do trabalho só se tornaria explicitado através da reflexão sobre os mecanismos de sujeição impostos pelo sistema capitalista. Por outro lado, havia uma dimensão segundo a qual o trabalho aparecia como atividade

individual, regulada por um contrato e, com exceção dos momentos em que ocorriam movimentos políticos reivindicatórios, desprovida de vínculos com os demais trabalhadores. O uso de bens coletivos, como os meios de transporte, serviços de saúde e educação, entre outros, também aparecia como ação individual. O consumo individual, ao contrário, realizava-se coletivamente, dentro da unidade familiar e regulado por ela. Neste sentido, “a família aparece como núcleo de atividades coletivas, em oposição à individualidade das atividades de trabalho” (2004: 247).

No interior da família eram elaboradas as estratégias que associavam a venda da força de trabalho e a produção de valores de uso (produzir alguns alimentos, costurar ou reparar peças de roupa etc.), propiciando a poupança, assegurando o nível de consumo do grupo e possibilitando certo grau de liberdade na organização dos recursos. Estas ações baseavam-se numa divisão sexual do trabalho que mantinha a mulher no âmbito da casa e o homem no mercado de trabalho. Este arranjo tradicional tendia a ser rompido geralmente quando a mulher adquiria uma formação profissional que permitia auferir rendimentos compensadores para o grupo doméstico. Se na ótica do capital a família é “condição de reprodução”, do ponto de vista do trabalhador ela passa a ser um “fim” para o qual o trabalho é um “meio” (Durham 2004: 248). Segundo Durham, o trabalho é vivido não através de sua relação com o sistema capitalista de produção, mas em termos de sua instrumentalidade para o consumo.

Tudo o que foi exposto até aqui corresponderia, segundo Durham, à valorização tradicional da família e não resultava de um “apego ao passado”, mas de expectativas e valores vigentes no presente, que se baseavam em uma ordenação considerada “natural” da vida social, constituindo, assim, uma *ideologia*. Ao se caracterizar fundamentalmente pela reprodução biológica, a família interligava passado e presente, bem como presente e futuro. Se, no presente, atendia às condições materiais mais imediatas de seus membros, projetava para o futuro os planos de uma vida melhor, principalmente para seus membros mais jovens não sofrerem as mesmas privações e dificuldades pelas quais haviam passado os mais velhos. A família, como ressaltava Durham, não é uma “mistificação”: está inserida em um modo de produção e no processo de reprodução da sociedade, não podendo ser superada pela força da crítica intelectual. Eunice Durham concluía suas considerações afirmando que a família

> (...) é uma base a partir da qual as pessoas tomam consciência das deficiências e injustiças próprias de sua condição, e ponto de partida necessário em relação ao qual se podem erigir tentativas individuais e parciais ou coletivas e organizadas para superar essa condição, transformando a sociedade (2004: 253).

No final da década de 1970, paralelamente ao processo de transição política, assistiu-se, no Brasil, à emergência de diferentes tipos de movimentos sociais. No artigo *Movimentos sociais: a construção da cidadania*, de 1984, Durham apontava as dificuldades de interpretação deste fenômeno decorrentes, em grande parte, das expectativas de pesquisadores e militantes políticos quanto ao papel destes movimentos para a contestação do Estado. Segundo a autora, ao se reduzir o significado dos movimentos sociais à sua relevância para a ação político-partidária, muito de sua riqueza e especificidade se perdia. Por outro lado, as abordagens de cunho antropológico também se mostravam insuficientes por analisarem os movimentos sociais sem inseri-los no processo mais amplo do qual faziam parte. Uma revisão teórica destas interpretações fazia-se, então, necessária.

Em primeiro lugar, propunha Durham, seria preciso superar a abordagem dos movimentos sociais como formas inferiores de mobilização que deveriam evoluir para formas mais complexas de ação política, como a partidária e a sindical (2004: 284). Para a autora, os movimentos sociais, como formas específicas de organização popular, ocupavam um espaço próprio e autônomo em relação a partidos e sindicatos. Outra questão a ser tratada remetia às transformações da sociedade industrial capitalista que, ao aprofundarem a divisão social do trabalho, geravam novas necessidades associadas a novos padrões de consumo. No contexto destas transformações, as reivindicações populares não se reduziram à defesa contra o empobrecimento crescente, mas buscaram a ampliação do acesso à participação política e aos benefícios que o Estado e suas agências poderiam proporcionar em um contexto de desenvolvimento econômico, como educação, transporte, atendimento médico, creches, serviços de infraestrutura urbana e equipamentos culturais.

e.) Temáticas predominantes nas pesquisas realizadas e orientadas por Ruth Cardoso: movimentos sociais, classes populares, participação popular e democracia

No artigo *A trajetória dos movimentos sociais*, de 1994, Ruth Cardoso propunha analisar o modo como os movimentos sociais foram estudados na área das Ciências Sociais já a partir dos anos 1970 e, mais frequentemente, ao longo da década seguinte. Relativamente aos próprios movimentos, a autora distinguia duas fases: “emergência heroica” e “institucionalização da relação com o Estado” (1994: 81-82).

As interpretações sobre a primeira fase enfatizavam, segundo a autora, a espontaneidade, a autonomia e o rompimento com as relações clientelísticas e o sistema político tradicional. A ideia segundo a qual havia emergido uma nova forma de participação política, que substituiria os partidos, as associações etc., era central nestas análises, constituindo o próprio conceito de “movimento social” (Cardoso 1994: 82). Tal produção científica, vista retrospectivamente de forma crítica, não estaria isenta de problemas, como apontava Cardoso. A partilha de ideais políticos entre pesquisadores e pesquisados aliada à ausência de uma discussão sobre a natureza do conhecimento científico e o papel da subjetividade como instrumento de conhecimento levaram a um descuido em relação ao estranhamento como forma de compreensão do outro, transformando a observação participante em “participação observante” (1995: 193-194). Cardoso mostrava que os pesquisadores, ao mesmo tempo em que precisavam resguardar seus informantes - não revelando, por exemplo, que um antigo militante do PC estava mobilizando moradores em um bairro -, também produziam interpretações bastante “coladas” ao discurso dos próprios movimentos. Em virtude destes fatores, os aspectos de espontaneidade e autonomia, supervalorizados nestas análises, foram relativizados posteriormente (1994: 84-85).

A segunda fase dos movimentos sociais correspondia, como indicava Cardoso, ao novo contexto político de redemocratização do país, iniciado a partir de 1982 com as eleições estaduais. Naquele momento, os movimentos passaram a se relacionar mais diretamente com as agências públicas e a criação de espaços de negociação foi não só legitimada pelo Estado, mas vista como condição para a modernização dos seus

processos de gestão. Por outro lado, como o Estado mudou seu posicionamento, os movimentos sociais foram obrigados a rever suas estratégias e seus discursos de participação, pois não cabia mais continuarem centrados na oposição ao autoritarismo burocrático (Cardoso 1995: 195). As formas de ação adotadas mantinham uma relação direta com a maneira como estes movimentos se organizavam internamente: uma ausência de hierarquização entre dirigentes e participantes e a busca do consenso como condição para a ação. Estes aspectos dificultaram muito a participação institucionalizada, pois entravam em confronto com as regras da administração pública. Na base das dificuldades enfrentadas pelos movimentos estava a questão da representação: quem representaria quem, que demanda seria prioritária, negociação setorial ou geral - estes eram apenas alguns dos problemas práticos colocados pelo jogo da negociação. Por outro lado, o Estado não havia criado uma política específica de relacionamento com os movimentos sociais. Se, de fato, abriram-se novos canais de comunicação e participação, principalmente através dos Conselhos, o processo que se instaurou foi parcial e fragmentado: o que acontecia na área da saúde, por exemplo, não se refletia na dos transportes públicos; tinha sido criado um conselho da mulher, mas não se implantaram conselhos para atender outras demandas. Um exemplo citado por Cardoso mostrava a dificuldade enfrentada pelas agências públicas ao dialogar com movimentos cujas demandas, muitas vezes, competiam entre si: favelados pediam a legalização de sua permanência na favela baseando-se na noção de que o uso social definia a propriedade; por outro lado, militantes do movimento de loteamentos clandestinos reivindicavam o reconhecimento do título de propriedade como tal, pois as pessoas tinham pagado pelo lote mesmo que de forma ilegal (1994: 88). Isto se dava por causa da existência de grupos muito distintos e setorizados: os movimentos populares de reivindicação urbana tinham redes já constituídas (Igreja, ONGs), enquanto outras categorias não localizadas territorialmente (negros, mulheres, ecologistas) não contavam com uma organização mais centralizada para promover a comunicação (Cardoso 1995: 197).

Como foi visto, diferentemente do que ocorreu nos anos 1970, momento em que os movimentos sociais reuniam várias categorias sociais e eram basicamente oposicionistas, os movimentos dos anos 1980 tornaram-se mais setoriais (creches, saúde, moradia etc.) e entraram em diálogo direto com as agências públicas. Se a

visão teórica sobre a primeira fase ("heroica") é marcada por uma euforia a respeito da constituição de uma nova cultura política, os balanços sobre a segunda fase ("institucionalização") falavam em cooptação, refluxo e fragmentação destes grupos de pressão. Segundo Cardoso, esta impressão de certa forma pessimista decorria do fato de que a história dos Conselhos e dos órgãos colegiados, criados no âmbito do Estado, não era cumulativa.

> Condicionados por conjunturas políticas, quase todos os colegiados sofreram esvaziamentos e mudanças que se assemelharam a derrotas. Como sempre, as relações entre partidos e movimentos foram difíceis e às vezes conflitivas. E, durante este período, estas dificuldades se ampliaram porque a administração pública também estava procurando um novo modelo de funcionamento, o que implicava redefinir não só suas relações com a clientela, como já vimos, mas também retomar a convivência com partidos políticos que fora amortecida durante os anos de autoritarismo (Cardoso 1995: 196).

Os novos espaços participativos não se estruturaram em um vazio social, mas se combinaram com as maneiras já tradicionais de fazer política, em parte renovando-as e, também em parte, sendo por elas influenciados. Se os movimentos sociais contribuíram para mudar as formas de apresentar e legitimar demandas coletivas frente aos poderes constituídos, tudo isto fez parte do processo de democratização das instituições que estava em curso. Segundo Cardoso, as novas formas de participação e a própria democratização não eram (nem deveriam ser) processos lineares e cumulativos. Vista deste ângulo, a contribuição dos movimentos sociais reassumia sua real importância e as descontinuidades deixavam de ter um peso definidor (1995: 198). Cardoso encerrava sua análise perguntando-se: "Mas será possível pensar a democracia como um aperfeiçoamento contínuo?". E respondia: "Avaliando a eficácia das pressões fragmentadas dos movimentos, argumentamos que seria útil pensar a democracia como um regime de ajustes entre descontinuidades" (1995: 199).

Capítulo IV

Os argonautas dos mares paulistanos: lazer, sociabilidade, religião, grupos jovens e migração em pesquisas realizadas no Núcleo de Antropologia Urbana da USP. 1990 - 2000

Exército de torcedores organizados dos times de futebol que, numa guerra de conquista, subvertem em dia de partida o uso do espaço urbano para nele plantar suas bandeiras e seus símbolos de vitória. Pedantíssima tribo dos 'clubbers', com a babilônia de seus códigos cifrados e seu 'bricolage' de fragmentos heteróclitos, citações literárias, musicais ou da moda, que se agenciam segundo (...) o modelo de um 'dandy style', metalinguagem de iniciados. Boa gente da periferia pobre da cidade, migrantes nordestinos e seu divertimento simples, no forró de fundo de quintal, que a violência da cidade grande tornou inviável e, no entanto, sorrateiro se refaz em outra escala, através dos equipamentos e meios de comunicação que a própria cidade lhe oferece. Nos terreiros de candomblé, ritos que, para manter sua tradição, se transfiguram (...) apropriando-se dos espaços da cidade para neles reinventar o simbolismo da natureza em meio à selva de pedra. Sofisticados 'habitués' da Mostra Internacional de Cinema, ao lado de frequentadores do circuito de shopping centers (...). Onipresente, a festa que, no candomblé, (...) transborda por sobre o espaço da cidade, marcando com seu espírito um jeito de ser do povo-de-santo. O que, nisso tudo, pode existir de comum? (Maria Lúcia Montes, Posfácio, p. 302-303).

1. Apropriações dos espaços da cidade para práticas culturais: espontaneidade e fragmentação ou existência de padrões e lógicas de ação

À primeira vista, a diversidade de práticas culturais descritas nesta epígrafe remete a um conjunto fragmentado de situações, comportamentos, identidades, gostos,

interesses e estilos de vida que, em comum, parecem ter pouco mais do que o cenário urbano que lhes serve de palco para suas manifestações. Sob esta perspectiva, cada um destes grupos se resguardaria em seu espaço, com seus integrantes compartilhando experiências, valores, e símbolos, excluindo outros dos quais se diferenciariam. Assim recortada, “a cidade estilhaçada se converte em arquipélago que (...) mostra apenas memórias comuns, mas exclusivas, territórios pontuais, descontínuos, histórias evanescentes” (Montes 2008: 303). Entretanto, se num primeiro momento predominam as sensações de desarticulação, isolamento e certa incomunicabilidade, um olhar informado pela etnografia, “de perto e de dentro” (Magnani 2002), vai apreender os sentidos e as lógicas que os habitantes da cidade conferem, em suas práticas, não só ao espaço físico, mas às relações que mantêm com ele e entre si. Tais elaborações não constituem privilégio de um só grupo ou prática, mas configuram produtos embasados nas subjetividades dos agentes sociais e que permanecem, em grande medida, inconscientes. A pesquisa científica, por sua vez, procura capturar tais representações e, de forma intersubjetiva, produzir instrumentos conceituais adequados à compreensão da realidade. A noção de *pedaço*, por exemplo, presente nas falas e experiências dos nativos, referida às relações de proximidade e pertencimento próprias do local de moradia – o bairro – quando transposta para a interpretação antropológica, revelou-se também propícia à abordagem dos espaços mais abrangentes e impessoais das regiões centrais da cidade, onde os sujeitos das práticas sociais podem não se conhecer, mas se reconhecem enquanto portadores de símbolos externos, gestual, comportamentos e linguagem que os unem em termos de partilha de gostos, interesses e valores.

Distinguem-se, nas pesquisas analisadas a seguir, pelo menos dois fios condutores: o primeiro remete-se a certo olhar do pesquisador para a cidade o qual implica na busca de padrões de comportamento e no reconhecimento das lógicas que presidem as práticas sociais e apropriações do espaço urbano (aparentemente espontâneas e aleatórias); o segundo refere-se ao método de pesquisa que permite abordar objetos de estudo tão heterogêneos tais como os citados na epígrafe, a etnografia. Etnografias realizadas na cidade por pesquisadores cujas experiências de vida também não podem ser desvinculadas deste contexto.

Como visto anteriormente, pesquisar na cidade remete, em termos metodológicos, não só à questão da *alteridade próxima* (Peirano 1999), mas às especificidades que as práticas sociais assumem na ambiência urbana. Escolher como objeto de estudo a festa de candomblé e suas relações com o estilo de vida do povo-de-santo, realizando, porém, a investigação numa metrópole com as dimensões de São Paulo significa, em primeiro lugar, acessar os modos como esta religião e seus membros adaptaram-se a "uma realidade bastante diferente daquela das regiões de onde são originários os praticantes que a trouxeram para cá" (Amaral 1992: 3). Como enfatizou Rita de Cássia Amaral, a apropriação do candomblé pelo público das grandes cidades, mais do que a adoção de uma nova religião, passaria a significar a opção por um gosto e estilo de vida específicos (idem: 4). Por outro lado, o fato do pesquisador, que realiza o trabalho etnográfico, também ser um morador da cidade coloca-o na posição de ter que lidar de forma pouco convencional, quando se pensa na investigação antropológica clássica, com o distanciamento necessário à construção da relação sujeito da pesquisa/sujeito observado, como, por exemplo, ao vivenciar a experiência de frequentar o salão de cabeleireiro de uma mãe-de-santo, situado na mesma rua onde se mora, no qual caboclos e boiadeiros vêm dançar e dar consultas em dias e horários específicos (idem: 10).

A pesquisa de Amaral ressaltava, assim, as particularidades e processos próprios do contexto no qual se inscrevia a prática estudada – a metrópole – trazendo contrapontos entre individualismo, massificação e homogeneidade *versus* convivialidade grupal e heterogeneidade, estas últimas propiciadas pela prática religiosa geradora de valores e identificações próprios, ao invés de ater-se simplificadamente a uma análise da dimensão de massificação do fenômeno urbano. Ao abordar a festa como *fenômeno social total* (Mauss 1974), tratando de suas relações com as esferas da economia, política, arte, lazer etc., Amaral construiria uma análise instigante não só dos aspectos da vida do povo-de-santo, como também da complexidade das interações com outros grupos, o espaço urbano e a cultura nacional, analisando a reinvenção do sagrado para a constituição de novos estilos de vida metropolitanos.

2. Temas recorrentes nas pesquisas orientadas por José Guilherme Cantor Magnani e defendidas de Janeiro de 1990 a Julho de 2015

Neste item, o objetivo é oferecer um quadro de referências dos temas desenvolvidos em um conjunto de dissertações, teses e pós-doutorados orientados e supervisionados por José Guilherme Cantor Magnani, ex-aluno de Ruth Cardoso, no âmbito do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, a partir da abordagem que empreendeu sobre lazer e práticas de sociabilidade em seu doutorado *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. Sem pretender esgotar a produção efetivada até o momento em que este texto é redigido (Julho de 2015), será analisado um montante de trabalhos que abrange os primeiros dez anos da atividade de orientação de Magnani, de 1990 a 2000, e inclui apenas investigações cujas observações foram realizadas na cidade de São Paulo. Nestas pesquisas encontram-se certa continuidade em termos teórico-metodológicos, discutida ao longo deste capítulo, e três eixos temáticos predominantes, a saber: lazer e sociabilidade, religião e segmentos juvenis.

Sob a orientação de José Guilherme Cantor Magnani foram defendidos, no Departamento de Antropologia da FFLCH da USP, de Janeiro de 1990 até o momento em que esta pesquisa estava sendo realizada (Julho de 2015), 45 trabalhos, sendo 29 mestrados, 11 doutorados e 5 pós-doutorados. Os temas de investigação que os perpassam podem ser agrupados em, pelo menos, 16 categorias[1]:

1. lazer, sociabilidade e festa (12)

---

[1] Desta vez não foram listadas palavras que aparecem nos títulos, mas os temas enfocados, e, quando houve duplicidade de enfoques, foi escolhida a abordagem predominante. A razão para isto é que em alguns títulos não aparecem palavras-chave que possam ser elencadas como referência temática (ex: *Abaixo da linha: Casoni, uma vila da cidade de Londrina*; *Sertanejos contemporâneos: entre a metrópole e o sertão; Navegar e viajar: a construção dos caminhos no transporte fluvial no Amazonas*). Na listagem, o número que aparece ao lado do tema refere-se à quantidade de pesquisadores que o abordaram. É digno de nota que o termo *periferia* apareceu em dois títulos, porém não foi elencado como tema, pois se escolheu o enfoque do grupo/estilo jovem. Eis os dois trabalhos: *Num país chamado periferia: identidade e representação da realidade entre os rappers de São Paulo*, de Pedro Guasco, e *Baladas em Cidade Ademar: apropriações juvenis de um bairro da periferia de São Paulo*, de Alexandre Barbosa Pereira. Nenhum dos dois trabalhos foi analisado diretamente nesta tese, pois foram defendidos após o ano 2000.

2. religião/práticas esotéricas (10)
3. identidade/estilo juvenil (6)
4. moradia/habitação (3)
5. sociabilidade indígena (2)
6. migração (1)
7. família (1)
8. agronegócio (1)
9. deslocamentos (por via fluvial) (1)
10. direitos do consumidor (1)
11. gênero (1)
12. surdez (1)
13. museologia (1)
14. substâncias psicoativas (1)
15. disputas simbólicas pelo espaço (1)
16. teoria/metodologia antropológicas (2)

Abaixo está listado o conjunto de dissertações, teses e pós-doutorados defendidos de Janeiro de 1990 a Julho de 2015. Com o grau de mestrado, como visto acima, são 29 trabalhos:

1990. Heitor Frúgoli Júnior, “Os shoppings centers de São Paulo e as formas de sociabilidade no contexto urbano”.

1991. Lilian de Lucca Torres, “Tem amigo na linha: um estudo sobre o serviço telefônico de encontros Disqueamizade”.

1992. Vagner Gonçalves da Silva, “O candomblé na cidade: tradição e renovação”.

1992. Rita de Cássia de Mello Peixoto Amaral, “Povo-de-santo, povo-de-festa: estudo antropológico do estilo de vida dos adeptos do candomblé paulista”.

1993. Deise Maia, “Abaixo da linha: Casoni, uma vila da cidade de Londrina”.

1994. Luiz Henrique de Toledo, “Torcidas organizadas de futebol: lazer e estilo de vida na metrópole”.

1994. Marinês Antunes Calil, “A aventura do estilo: um pequeno estudo dos *fashion clubs* do gênero *Dance Music* na cidade de São Paulo”.

1995. Maria das Graças Furtado, “O Casarão da Cleveland: representações depreciativas e práticas sociais em espaço deteriorado de moradia”.

1995. Heloísa Buarque de Almeida, “Cinema em São Paulo: hábitos e representações do público (anos 40/50 e 90)”.

1997. Rosani Cristina Rigamonte, “Sertanejos contemporâneos: entre a metrópole e o sertão”.

1997. Antônio Carlos Fortis, “O Buscador e o Tempo: um estudo antropológico do pensamento esotérico e da experiência iniciática na Eubiose”.

2000. Silvana de Souza Nascimento, “Romaria do Divino Pai Eterno: uma festa para a cidade”.

2001. Pedro Paulo Marques Guasco, “Num país chamado periferia: identidade e representação da realidade entre os rappers de São Paulo”.

2002. Adriana Carvalho Capuchinho, “O corpo sonoro: um estudo antropológico dos discursos e do uso da música nas práticas neo-esotéricas na cidade de São Paulo”.

2002. Rosa Maria Monteiro López, “Uma família institucional à brasileira: a experiência na aldeia infantil SOS”.

2004. Vânia Feichas, “Os donos do centro: o discurso da requalificação do centro da cidade de São Paulo e as práticas de apropriação do espaço”.

2005. Alexandre Barbosa Pereira, “De rolê pela cidade: os pixadores em São Paulo”.

2006. Bruna Mantese de Souza, “Os straight edges e suas relações com a alteridade na cidade de São Paulo”.

2006. Carolina de Camargo Abreu, “Raves: encontros e disputas”.

2008. Daniela do Amaral Alfonsi, “Para todos os gostos: um estudo sobre classificações, bailes e circuitos de produção do forró”.

2008. Natacha Simei Leal, “É de agronegócio! Circuitos, relações e trocas entre peões de manejo, peões de rodeio e tratadores de gado nas feiras de pecuária”.

2009. Thomas Antonio Burneiko Meira, “‘Da força da grana que ergue e destrói coisas belas’: uma etnografia dos circuitos de lazer noturno em Londrina/PR a partir do Bar Valentino”.

2011. Rafael Adriano Marques, “Cidade lúdica: um estudo antropológico sobre as práticas de *Parkour* em São Paulo”.

2011. Carlos Andrade Rivas Gutierrez, “‘Bnei anussim’: uma experiência de judaísmo na periferia paulistana”.

2011. Pierina Angélica Soratto Jacinto, “Pobreza e alianças: análise das relações entre uma comunidade de vida e aliança no Espírito Santo e a cidade de São Paulo”.

2012. José Agnello Alves Dias de Andrade, “Indigenização da cidade: etnografia dos circuitos Sateré-Mawé em Manaus-AM e arredores”.

2014. Rodrigo Valentim Chiquetto, “A cidade do futebol: etnografia sobre a prática futebolística na metrópole manauara”.

2014. Lucas Lopes de Moraes, “Hordas do metal negro: guerra e aliança na cena Black Metal paulista”.

2014. Yuri Bassichetto Tambucci, “Navegar e viajar: a construção dos caminhos no transporte fluvial do Amazonas”.

(em andamento). Mariana Luíza Fiocco Machini, “Hortas urbanas na cidade de São Paulo”.

(em andamento). Ana Luísa Sertã, “Seguindo sementes: um estudo sobre circuitos e trajetos Sateré-Mawé na Amazônia”.

(em andamento). Cibele Assensio, “Liderando surdos, representando diferenças: um estudo sobre líderes da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos”.

Os trabalhos de doutorado orientados por Magnani, em número de 11, são os seguintes:

1998. Vagner Gonçalves da Silva, “O antropólogo e sua magia; trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras”.

1998. Rita de Cássia de Mello Peixoto Amaral, “Festa à brasileira: significados do festejar, no "país que não é sério"”.

1999. Sandra Jacqueline Stoll, “Entre dois mundos: o Espiritismo da França e no Brasil”.

1999. Márcia Fantin, “Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis”.

2000. Luiz Henrique de Toledo, “Lógicas no futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional”.

2001. Elisete Schwade, “Deusas urbanas: encontros, espaços e experiências neo-esotéricas no Nordeste”.

2002. Ciméa Barbato Bevilaqua, “O consumidor e seus direitos: um estudo de conflitos no mercado de consumo”.

2004. Antonio Maurício Dias da Costa, “Festa na cidade: o circuito bregueiro de Belém do Pará”.

2005. Silvana de Souza Nascimento, “Faculdades femininas e saberes rurais: uma etnografia sobre gênero e sociabilidade no interior de Goiás”.

2010. Alexandre Barbosa Pereira, “A maior zoeira: experiências juvenis na periferia de São Paulo”.

2010. César Augusto de Assis Silva, “Entre a deficiência e a cultura: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos”.

(em andamento). Lilian de Lucca Torres, “Uma cidade dos antropólogos: São Paulo nas dissertações e teses da USP. 1960 – 2000”.

(em andamento). Daniela do Amaral Alfonsi, “Museus e esporte no Brasil: um estudo dos processos de musealização de práticas esportivas”.

(em andamento). Giancarlo Marques Carraro Machado, “Rumo à ‘meca do skate’: análise etnográfica do circuito skatista São Paulo-Barcelona”.

(em andamento). José Agnello A. D. de Andrade, “Saterização da cidade: identidade, multi-localidade e cultura entre aldeias e cidades habitadas pelos Sateré-Mawé na Amazônia”.

(em andamento). Valéria Oliveira Santos, “Técnica, materialidade e imaterialidade nos processos de patrimonialização”.

(em andamento). Ana Letícia de Fiori, “Como se formam índios acadêmicos? Um estudo sobre trânsitos de cotidianos e saberes entre os discentes dos Cursos de Pedagogia Intercultural da Universidade Estadual do Amazonas”.

Quanto aos trabalhos de pós-doutorado, são 5 supervisões:

2006. Edlaine de Campos Gomes, “Intolerância religiosa e espaço público”.

2009. Sandra Jacqueline Stoll, “Ritos de saudade: a memória dos mortos nas práticas rituais e narrativas contemporâneas”.

2011. Marcelo Simão Mercante, “O uso terapêutico e ritualístico da ayahuasca no tratamento de dependência química e alcoolismo (Brasil/Peru)”.

2014. Piero de Camargo Leirner, “Etnografia em uma cidade-estado: militares, índios e índios militares em São Gabriel da Cachoeira”.

(em andamento). Gilberto Geribola Moreno, “Circuitos juvenis e fluxos culturais entre fronteiras”.

No período que ora interessa investigar – que compreende o intervalo de 1990 até 2000 – e segundo o critério de localização espacial escolhido (pesquisas de campo realizadas na cidade de São Paulo) foram desenvolvidas 11 investigações, sendo 8 mestrados e 3 doutorados, junto a um total de 8 orientandos, pois 3 alunos defenderam ambos os graus sob a orientação de Magnani. Estes trabalhos estão listados abaixo e distribuem-se, em termos temáticos, predominantemente segundo os eixos "lazer, sociabilidade e festa", compreendendo 6 pesquisas (Frúgoli Júnior, Amaral, Calil, Almeida e Toledo, este último com duas pesquisas), e "religião", com 3 pesquisas (Amaral e Silva, este último também com duas pesquisas)[2]. O tema da migração nordestina foi tratado por Rigamonte e o da moradia em espaços deteriorados (cortiços), por Furtado. Seguem-se os 11 autores e títulos:

1990. Heitor Frúgoli Júnior, "Os shoppings centers de São Paulo e as formas de sociabilidade no contexto urbano".

1992. Vagner Gonçalves da Silva, "O candomblé na cidade: tradição e renovação".

1992. Rita de Cássia de M. Peixoto Amaral, "Povo-de-santo, povo-de-festa: estudo antropológico do estilo de vida dos adeptos do candomblé paulista".

1994. Luiz Henrique de Toledo, "Torcidas organizadas de futebol: lazer e estilo de vida na metrópole".

1994. Marinês Antunes Calil, "A aventura do estilo: um pequeno estudo dos *fashion clubs* do gênero *Dance Music* na cidade de São Paulo".

1995. Maria das Graças Furtado, "O Casarão da Cleveland: representações depreciativas e práticas sociais em espaço deteriorado de moradia".

1995. Heloísa Buarque de Almeida, "Cinema em São Paulo: hábitos e representações do público (anos 40/50 e 90)".

---

[2] A tese de doutorado de Rita de Cássia de M. Peixoto Amaral, *Festa à brasileira; significados do festejar, no "país que não é sério"*, foi incluída no eixo temático "lazer e sociabilidade", porém transita entre os dois eixos, pois aborda algumas festas de caráter religioso. Eis as 7 grandes festas tratadas em seu trabalho: Octoberfest, realizada na região sul, Festa de Nossa Senhora da Achiropita e de Peão Boiadeiro, realizadas na região sudeste, São João, na região nordeste, Círio de Nazaré e Festa de Parintins, na região norte, e as festas do Divino Espírito Santo, na região centro-oeste. O eixo temático que envolve identidade/estilo juvenil não foi desmembrado para este conjunto de pesquisas, pois perpassa vários trabalhos (Frúgoli Júnior, Toledo, Calil e Almeida) cujos públicos pesquisados não se reduzem a faixas etárias ou períodos da vida muito específicos.

1997. Rosani Cristina Rigamonte, “Sertanejos contemporâneos: entre a metrópole e o sertão”.

1998. Vagner Gonçalves da Silva, “O antropólogo e sua magia”.

1998. Rita de Cássia de M. Peixoto Amaral, “Festa à brasileira: significados do festejar, no "país que não é sério"”.

2000. Luiz Henrique de Toledo, “Lógicas no futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional”.

Em síntese, José Guilherme Cantor Magnani, entre Janeiro de 1990 e Julho de 2015, orientou e supervisionou 45 trabalhos, entre mestrados, doutorados e pós-doutorados, sendo que 6 de seus alunos obtiveram dois graus sob sua orientação. Portanto, de um total de 39 alunos foi apurado[3] que, até Julho de 2015,

---

[3] Os 3 ex-orientandos de José Guilherme Cantor Magnani que não possuem Curriculum Lattes publicado até Julho de 2015 são: Marinês Antunes Calil, Antônio Carlos Fortis e Márcia Fantin. Os 16 ex-orientandos que lecionam em universidades públicas são: Heitor Frúgoli Júnior (USP), Vagner Gonçalves da Silva (USP), Deise Maia (UEL), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar), Maria das Graças Furtado (Universidade do Estado do Rio G. do Norte), Heloísa Buarque de Almeida (USP), Silvana de Souza Nascimento (USP), Adriana Carvalho Capuchinho (UFT), Alexandre Barbosa Pereira (UNIFESP/Campus Baixada Santista), Thomas Antonio Burneiko Meira (UEM), Sandra Jacqueline Stoll (UFPR), Elisete Schwade (UFRN), Ciméa Barbato Bevilaqua (UFPR), Antônio Maurício Dias da Costa (UFPA), Edlaine de Campos Gomes (UNIRIO) e Piero Leirner (UFSCar). Os 6 ex-orientandos que lecionam em universidades públicas e, simultaneamente, atuam em núcleos ou centros de pesquisa (até Julho de 2015) são: Heitor Frúgoli Júnior (integrante do Núcleo de Pesquisa em São Paulo: cidade, espaço, memória/USP; coordenador do GEAC/USP – Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade), Vagner Gonçalves da Silva (coordenador do CERNE/USP – Centro de Estudos de Religiosidades Contemporâneas e das Culturas Negras/USP), Silvana de Souza Nascimento (LabNAU/USP – Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP; Gueto/UFPB – Grupo de pesquisa em etnografias urbanas/UFPB; Núcleo de Direitos Humanos e da Cidadania da UFPB), Adriana Carvalho Capuchinho (coordenadora do CECLLA/UFT – Centro de Estudos Continuados em Língua, Literatura e Artes/UFT), Alexandre Barbosa Pereira (pesquisador do LabNAU/USP) e Edlaine de Campos Gomes (LabNAU/USP) . Os 6 ex-alunos (sendo uma ainda orientanda de doutorado) que lecionam em instituições de ensino superior particulares são: Lilian de Lucca Torres (FAAP e FIAM/Laureate), Rosani Cristina Rigamonte (Faculdades da Fundação de Ensino de Mococa), Natacha Simei Leal (Centro Universitário SENAC/SP), Rafael Adriano Marques (Faculdade Cruz Azul), César Augusto de Assis Silva (UNINTER – Centro Universitário Internacional) e Marcelo Mercante (UNISINOS). Destes, 4 integram núcleos de pesquisa de universidades públicas: Lilian de Lucca Torres (LabNAU/USP), Natacha Simei Leal (Hybris/USP-UFSCar – Grupo de estudo e pesquisa sobre relações de poder, conflitos e socialiades; NuAP/UFRJ – Núcleo de Antropologia Política), César Augusto de Assis Silva (LabNAU/USP) e Marcelo Mercante (LabNAU/USP). César Augusto Silva também atua no CEBRAP. Daniela do Amaral Alfonsi, em Julho de 2015, exercia o cargo de Diretora do Museu do Futebol (desde 2014) e era pesquisadora do LabNAU/USP e do LUDENS (Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol e Modalidades Lúdicas). Os 6 alunos e ex-alunos que não lecionam, mas integram núcleos de pesquisa de universidades públicas são: Carolina de Camargo Abreu (NAPEDRA/USP; GRAVI/USP), José Agnello A. D. de Andrade (LabNAU/USP), Rodrigo Valentin Chiquetto (LabNAU/USP), Lucas Lopes de Moraes (LabNAU/USP), Gilberto Geribola Moreno (LabNAU/USP) e Yuri Bassichetto Tambucci (LabNAU/USP). Os 6 ex-orientandos que não indicaram em seus Lattes atividades de trabalho ou de

a. 3 não possuíam Currículo Lattes publicado;
b. 16 lecionavam em universidades públicas, sendo que, dentre estes, 6 integravam núcleos ou centros de pesquisa destas universidades ou de outras unidades de ensino superior públicas (segundo dados do Lattes publicados até Julho de 2015);
c. 6 lecionavam em instituições de ensino superior particulares, sendo que, dentre estes, 4 integravam núcleos de pesquisa de universidades públicas e 1 atuava no CEBRAP;
d. 1 era diretora de museu e integrava 2 núcleos de estudos;
e. 6 não lecionavam, mas integravam núcleos ou centros de pesquisa de universidades públicas;
f. 6 não indicaram atividades profissionais ou de pesquisa recentes;
g. 1 era falecido.

3. Trajetória acadêmica, orientação e projetos de pesquisa: bases para a elaboração de uma "família" de categorias de análise

A trajetória acadêmica de José Guilherme Cantor Magnani inicia-se no Brasil com a formação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Em razão de consequências advindas das atividades de militância estudantil durante a ditadura militar, seus estudos de pós-graduação continuaram no Chile, país onde se exilou. Na ELAS/FLACSO (Escola Latino-Americana de Sociologia da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) fez um mestrado sobre o tema da ideologia a partir do recorte dos contos da tradição oral camponesa, trabalhando no campo da semântica estrutural. A escolha pelo estudo de tal manifestação da cultura popular tinha sido, de certa forma, influenciada pela conjuntura político-ideológica pela qual passava o Chile, com a eleição de Salvador Allende no início dos anos 1970 e a implantação do socialismo pela via pacífica. Muitos trabalhos desenvolvidos na área das Ciências Sociais, como destacou Magnani, foram contagiados pelo clima político contemporâneo (2006: 31). Entretanto, de certa perspectiva marxista então dominante, a ideologia dos

pesquisa recentes são: Pedro P. M. Guasco, Rosa M. M. López, Vânia Feichas Vieira, Bruna Mantese, Carlos Andrade R. Gutierrez e Pierina Angélica S. Jacinto. Rita de Cássia de M. P. Amaral é falecida.

camponeses era considerada conservadora, reacionária e impeditiva para a implantação da experiência socialista. Magnani havia direcionado seu interesse em pesquisar a questão da ideologia para um grupo de pequenos proprietários de terra de uma região do sul do Chile, que não tinham nenhuma vinculação com o projeto socialista, justamente para compreender e valorizar os significados simbólicos e as estruturas profundas de suas narrativas.

De volta ao Brasil em 1978, Magnani foi recebido como orientando de doutorado pela professora Ruth Cardoso e apresentou uma temática de estudo que, de certa forma, dava continuidade às suas preocupações teóricas anteriores, porém a partir de um recorte diferente: não mais os contos populares, mas o circo-teatro e sua dramaturgia, o que gerou o trabalho *Festa no pedaço; o circo-teatro e outras formas de lazer e cultura popular*. O espaço de pesquisa passaria do campo para a cidade e a metodologia se deslocaria da análise do discurso para a etnografia. Tratava-se, também, de uma manifestação da cultura popular, só que agora no contexto urbano e numa cidade com proporções metropolitanas – São Paulo.

Anos depois de terminado o doutorado e agora pesquisando em regiões mais centrais da cidade, Magnani identificou outras especificidades em relação à aplicabilidade inicial da categoria *pedaço*. A pesquisa *Os pedaços da cidade* passou a abordar espaços de encontro, lazer e sociabilidade onde os equipamentos principais eram bares, danceterias, galerias etc. e, diferentemente do que tinha sido observado no contexto da vizinhança

> (...) os frequentadores não necessariamente se conheciam – ao menos não por intermédio de vínculos construídos no dia a dia do bairro – mas se ‘reconheciam’ como portadores dos mesmos símbolos que remetem a gostos, orientações, valores, hábitos de consumo e modos de vida semelhantes (Magnani 2012: 92).

Assim, o que Magnani chamou de “efeito pedaço” ainda se mantinha: o espaço funcionava como ponto de encontro para a construção e o fortalecimento de laços sociais, bem como os códigos de reconhecimento explicitavam a dimensão simbólica da identidade. O projeto *Os pedaços da cidade* previa duas etapas para o trabalho de

campo: a primeira, mais extensiva, com caminhadas para reconhecimento e observação de várias áreas de lazer da cidade de São Paulo; a segunda, em que foram delimitados apenas dois espaços que concentravam equipamentos de lazer, envolvendo algumas ruas do Bexiga e a esquina da rua da Consolação com a avenida Paulista.[4] Tais espaços foram classificados como *manchas* de lazer.

A *mancha*, para Magnani, constituiu outra forma de apropriação do espaço urbano e remetia "a lugares que funcionam como ponto de referência para um número mais diversificado de frequentadores" (2008: 40). Sua base física era mais ampla que a do *pedaço*, sendo marcada por uma atividade ou prática predominante. Na *mancha* circulavam pessoas de diversas procedências. Em uma *mancha* de lazer, por exemplo, encontravam-se bares, restaurantes, cinemas, cafés, livrarias, teatros etc., equipamentos que, ora competiam entre si ora complementavam-se, constituindo pontos de referência para a prática que lhes caracterizava. Havia *manchas* da área da saúde (a região do Hospital das Clínicas, em São Paulo, por exemplo, com a Faculdade Paulista de Medicina, clínicas, consultórios, lojas de artigos médicos etc.), de comércios específicos (eletrônicos, carros importados, instrumentos musicais, vestidos de noiva etc.), entre outras.

A cidade, entretanto, não foi tratada como um aglomerado de pontos excludentes, fossem *pedaços* ou *manchas*: "as pessoas circulam entre eles, fazem suas escolhas entre várias alternativas (...)" (Magnani 2008: 43). Magnani referia-se aqui aos *trajetos*, que constituíam fluxos tanto no espaço mais amplo da cidade como no interior das *manchas*. No interior das *manchas*, o *trajeto* era de curta extensão e resultava de escolhas guiadas por hábitos mais duradouros ou circunstâncias ditadas pelo momento. A noção de *trajeto* "abre o *pedaço* para fora, para o espaço e âmbito do público" (2008: 45). A abertura das manchas e dos pedaços para fora de si mesmos

---

[4] Para a primeira etapa da pesquisa, as unidades de observação escolhidas foram: a) na região do centro velho, praça da República, rua Barão de Itapetininga, rua 24 de Maio, viaduto do Chá, rua Direita, rua XV de Novembro, praça da Sé e estação São Bento do Metrô; b) no Bexiga, a região situada entre as ruas Santo Antônio, Rui Barbosa e Treze de Maio até a esquina com a avenida Brigadeiro Luís Antônio; c) rua Augusta; d) avenida Paulista em sua totalidade e, em especial, a esquina desta avenida com a rua da Consolação; e) a área de lazer dos Jardins; f) avenida Henrique Schaumann, no trecho compreendido entre avenida Rebouças e a rua Cardeal Arcoverde; g) avenida Ibirapuera, do cruzamento com a avenida República do Líbano até a avenida dos Imarés; h) Parque do Ibirapuera; i) praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro (conhecida como praça Pôr-do-sol), no Alto de Pinheiros, praças Buenos Aires e Vilaboim, em Higienópolis.

permitia o acesso a outras lógicas, com outros códigos de reconhecimento e paisagens simbólicas.

Havia espaços, entretanto, que não pertenciam especificamente a nenhum *pedaço* ou *mancha*, estando “entre” regiões, escapando dos sistemas de classificação próprios de cada lado: eram os *pórticos*, que se configuravam como áreas fronteiriças, passagens de um território para outro, onde as regras não estavam claras, verdadeiros territórios de ninguém.

Por fim, a noção de *circuito* permitia apreender

> (...) o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço em estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, sendo reconstruído em seu conjunto pelos usuários habituais: por exemplo, o circuito gay, o circuito dos cinemas de arte, o circuito neoesotérico, dos salões de dança e shows black, do povo-de-santo, dos clubbers, dos evangélicos gospel e tantos outros (2012: 97).

O projeto *Os pedaços da cidade* iniciou-se em 1989, tendo contado com a participação de um grupo de alunos de José Guilherme Cantor Magnani, dentre os quais seus primeiros orientandos. Parte destes alunos já participava de um espaço de orientação, pesquisa e discussão teórico-metodológica, o NAU (Núcleo de Antropologia Urbana da USP), que, de certa forma, remetia-se à experiência de Eunice Durham e Ruth Cardoso dos “seminários das segundas-feiras”.

Criado em 1988 por Magnani, o então denominado NAU tinha por objetivo estimular o debate sobre a área de Antropologia Urbana e promover o intercâmbio de pesquisadores voltados à investigação de temas característicos da sociedade urbano-industrial contemporânea. Reunindo regularmente alunos com objetos de estudo variados e em diferentes etapas de pesquisa, a participação no NAU permitia estabelecer uma discussão muito estimulante sobre a dinâmica cultural urbana, além de enriquecer a formação dos estudantes ao ampliar o espaço da orientação individual. Um dos produtos da primeira fase de trabalhos do NAU foi a publicação, em 1996, da

coletânea *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*, atualmente em sua terceira edição.

Ao projeto *Os pedaços da cidade* seguiram-se mais quatro, todos ligados a uma nova linha de reflexão cujo recorte passou a se situar no campo da religiosidade, mais especificamente no universo das práticas esotéricas ou místicas: *Os pedaços sagrados da cidade* (1991/1992), *Sob nova direção: práticas mágico-esotéricas na cidade* (1993/1994), *Espiritualidade em ritmo metropolitano: os novos espaços de encontro, vivência e culto na cidade* (1995/1996) e *O xamanismo urbano e a religiosidade contemporânea* (1997/1999). Nestas pesquisas podia ser encontrada, de certa forma, uma continuidade em relação à temática do lazer, pois alguns eventos eram desfrutados como forma de entretenimento e todos dentro do tempo livre (feiras esotéricas, leitura de tarô, rituais xamanísticos de cura etc.). A aplicação da noção de *circuito* permitiu evidenciar as estratégias de divulgação de informações, combinações entre práticas, escolhas de estabelecimentos e circulação pela cidade. Mais uma vez, entre outros produtos, cabe ressaltar a publicação de dois livros de autoria de José Guilherme Magnani: *Mystica Urbe: um estudo antropológico sobre o circuito neoesotérico na metrópole* (1999) e *O Brasil da Nova Era* (2000).

Depois de quatro projetos sobre práticas de religiosidade no campo do neoesoterismo, Magnani sentiu-se estimulado a investigar uma temática que vinha atraindo a atenção de vários de seus orientandos de iniciação científica e pós-graduação: juventude e sociabilidade na cidade de São Paulo. Em 1999, apresentou novo projeto de pesquisa ao CNPq, *Os caminhos da metrópole*, cujo objeto de investigação inicialmente seria um programa musical destinado ao público jovem chamado *Musikaos*, gravado no SESC Pompeia e transmitido pela TV Cultura. Pretendia tratar o programa à maneira de um “observatório” da cidade, um “posto avançado” que aglutinava uma diversidade de tendências da cultura juvenil contemporânea. Os participantes, com seus valores, gostos, vestimentas, estilos musicais, preferências por espaços de encontro, ofereceriam pistas para a análise dos diversos arranjos e possibilidades abertos pela dinâmica cultural metropolitana. Entretanto, alguns meses após o início da pesquisa, o programa saiu do ar. A solução encontrada foi diversificar a observação escolhendo outros espaços, grupos e práticas, inclusive aqueles com os quais seus alunos de iniciação científica e pós-graduação já

estavam trabalhando: straight edges, pichadores, góticos na internet, b. boys e streeteiros (streetwear), jovens músicos instrumentistas, frequentadores do forró universitário, raves, baladas black, gospel e a mancha de lazer da Vila Olímpia.

A partir deste momento, as atividades do NAU ampliaram-se e tornaram-se mais especializadas internamente. Três grupos passaram a atuar de forma relativamente independente, mas ainda resguardando o espaço de discussões mais gerais sobre temáticas urbanas: Cultura Brasileira, NAU Estudos da Comunidade Surda e NAU Jovem. O grupo sobre "Cultura Brasileira" organizou-se em torno do vice-coordenador do NAU e ex-orientando de Magnani, Prof. Vagner Gonçalves da Silva, e reuniu pesquisadores que realizavam trabalhos em cinco estados brasileiros com o objetivo de analisar as relações existentes entre as práticas locais e a cultura nacional. Quanto ao segundo grupo, constituiu-se a partir de 2002 quando Magnani recebeu um convite para participar de uma pesquisa conduzida por linguistas e historiadores da USP sobre surdos na cidade de São Paulo. A contribuição de Magnani, que se somaria ao estudo da língua de sinais (LIBRAS) e ao registro de histórias de vida, seria identificar e interpretar a rede de sociabilidade dos surdos da cidade de São Paulo através das categorias *pedaço*, *mancha*, *trajeto* e *circuito*. Por fim, no NAU Jovem, que se vinculava ao projeto *Os caminhos da cidade*, ocorreu uma discussão sobre as noções de "tribos urbanas" e "culturas juvenis" em contraponto ao emprego da categoria "circuitos de jovens" proposta por Magnani. Para o autor, "circuitos de jovens" é uma categoria que privilegia a inserção dos grupos na paisagem urbana, enfatizando regularidades, relações de trocas e até mesmo situações de conflito, enquanto a categoria "tribos urbanas" remete à fragmentação e fluidez, e "culturas juvenis" à identificação por estilos de consumo. Um dos produtos do trabalho conjunto deste grupo foi o livro *Jovens na metrópole: uma análise antropológica dos circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*, mais uma vez uma coletânea de artigos.

Em 2003, no seu 15º ano de existência, através da criação de um site próprio (http://n-a-u.org), o NAU empreendeu um projeto de divulgação e disponibilização dos artigos e livros de autoria dos integrantes do núcleo, trabalhos de alunos de graduação apresentados nas reuniões anuais do evento "Graduação em Campo" e links de interesse para a comunidade de estudantes e pesquisadores da área de antropologia e áreas afins. O site passou a abrigar, também, uma revista eletrônica, a Pontourbe

(http://pontourbe.revues.org**)**, atualmente no 16º número e com periodicidade semestral. Desde 2009 o NAU vem mantendo uma parceria com a Editora Terceiro Nome e organizando a coleção Antropologia Hoje. Cabe mencionar que, aos projetos apresentados acima, se somam ainda mais dois: *Os sinais da diferença: etnografia no circuito dos surdos na cidade de São Paulo* (2005/2008) e *Experimentos urbanos e sua contrapartida na etnografia* (2008/2011).

Atualmente, os grupos internos que compõem as atividades de pesquisa do LabNAU ampliaram-se ainda mais: NAU Cidades, NAU Migração, GERM (Grupo de Estudos da Religião na Metrópole), GESD (Grupo de Estudos Surdos e da Deficiência), NAU Acervo e GEU (Grupo de Etnologia Urbana), sendo este último vinculado ao projeto *Paisagens ameríndias: habilidades, mobilidade e socialidade nos rios e cidades da Amazônia*, do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica da CAPES (PROCAD), envolvendo uma parceria entre a USP e a UFAM. Durante 2013, o NAU transformou-se em Laboratório (LabNau) e a revista Ponto Urbe entrou em processo de indexação junto ao grupo francês *Revues*.

Pela sucessão de projetos que se desenvolveram ininterruptamente desde os anos 1980 até hoje foi possível para José Guilherme Magnani propor novas categorias de análise e experimentar propostas teórico-metodológicas em torno, principalmente, de três eixos temáticos – lazer, religião e jovens – "tendo a cidade às vezes como contexto, às vezes como tema de análise" (Magnani 2012: 71). Deste modo, os projetos de pesquisa tomados isoladamente não fornecem a real dimensão do trabalho desenvolvido em sua trajetória acadêmica, necessitando ser articulados às dissertações, teses e iniciações científicas por ele orientadas. Entretanto, como não é o objetivo deste trabalho analisar toda a produção acadêmica dos intelectuais aqui tratados, o presente recorte privilegiou, como vem sendo feito até aqui, dissertações e teses[5].

---

[5] Como contraponto à atividade de orientação desenvolvida por José Guilherme Cantor Magnani, no Departamento de Antropologia da USP, serão listados os temas de pesquisa que apareceram nos trabalhos orientados por Gilberto Cardoso Alves Velho, na UFRJ, mais especificamente no Museu Nacional, incluindo mestrados e doutorados cujas defesas ocorreram de 1976 a 2011. De um total de 100 investigações, há 63 mestrados, 32 doutorados e 5 pós-doutorados. É preciso dizer que no Lattes do Professor Gilberto Velho, ainda disponível on line mesmo depois de seu falecimento, há 3 trabalhos citados em duplicidade.

4. O método etnográfico como acesso à cidade

a.) Os shopping-centers e as simulações da cidade

Em pesquisa de mestrado realizada na segunda metade da década de 1980 e defendida com o título *Os shopping-centers de São Paulo e as formas de sociabilidade no contexto urbano* em 1989, Heitor Frúgoli Júnior abordava a diversidade das formas de ocupação social de alguns shopping-centers da cidade de São Paulo a partir da atribuição, pelos próprios usuários, de significados que transcendiam "as finalidades definidas apenas pela lógica de consumo de mercadorias e serviços" (1989: 11).

Os shopping-centers, ressaltava Frúgoli Júnior, embora fossem locais de acesso público, possuíam caráter semiprivado, sendo regulados de modo controlado e homogeneizante. A metáfora da "bolha institucional" cabia-lhes apropriadamente, na medida em que remetia a recintos muito bem equipados e autossuficientes, os quais mantinham "um tênue equilíbrio com a exterioridade" (1989: 9). Devido ao seu caráter de nova centralidade de consumo e lazer, os shopping-centers atraíam, à época da pesquisa, usuários não só de suas cercanias, mas de bairros e regiões mais afastados, dando lugar a apropriações por grupos bastante heterogêneos quanto à composição de classe social e às práticas de sociabilidade. Oferecendo uma concentração de equipamentos e serviços em um só local, os shoppings configuravam-se, no início dos anos 1980, como espaços de encontro e entretenimento de certo modo alternativos em

---

Para este levantamento, seguiu-se basicamente o mesmo critério utilizado na tabulação das pesquisas orientadas por Durham, Cardoso e Pereira: com pouquíssimas exceções, se não apareceram nos títulos dos trabalhos palavras-chave que pudessem ser elencadas como referências temáticas, escolheu-se um termo apropriado para tal finalidade. Os temas mais recorrentes dos mestrados são: carreira/trajetória/projeto, com 12 trabalhos; identidade, com 7; sociabilidade/sociabilidade e lazer, com 6; instituição, com 5; religião, com 3; mulheres, com 3; cultura popular, com 2; estilos/identidades juvenis, com 2; política e vida associativa, com 2; os demais – literatura, gosto, família, raça, trabalho, etnografia urbana, distância social, ethos, gênero televisivo, paixão, doença e meios de comunicação de massa, arte, psicanálise, cultura e contracultura, arquitetura de espaços urbanos, moradia urbana, movimentos sociais urbanos, cemitério, sexualidade, ecologia, desvio – todos com um trabalho cada. Os temas mais recorrentes dos doutorados são: família, com 6 trabalhos; política, com 4; vida urbana, com 3; identidade, com 3; carreira/trajetória, com 3; cultura urbana, com 2; trabalho, com 2; sociabilidade, com 2; os demais – sexo/sexualidade, redes sociais, terapias corporais, estilos/identidades juvenis, arte, cultura popular, classes trabalhadoras – todos com um trabalho cada.

Quanto aos pós-doutorados, constam no Lattes 5 nomes de alunos, porém só há um trabalho com título disponível, desenvolvido a partir do tema da identidade.

relação às praças ou ruas de comércio e lazer, recriando ambientes urbanos tradicionais em interiores modernos, com ar atemporal.

> No Eldorado Shopping, por exemplo, há uma praça artificial no último andar (Praça Esplanade), em estilo normando, destinada principalmente ao uso de uma elegante confeitaria, numa atmosfera que mescla a praça de interior (poderia ser poços de Caldas ou Campos do Jordão) com equipamentos que "citam" o início do século, cercada por um cenário de "casas coloniais", com um fotógrafo que faz o papel do antigo "lambe-lambe", tirando fotos de pessoas com vestuário antigo, em meio a uma fonte luminosa, coreto, bancos, flores. Tudo isto envolto numa cobertura de vidro e refletores, com som de FM confundindo-se com o de realejo e presença de famílias, casais, jovens e idosos, num curioso cruzamento entre tradição e modernidade: uma simulação de uma praça perdida no tempo (1989: 7).

Em meio a um processo de revitalização de áreas urbanas deterioradas e criação de novas centralidades, os shopping-centers representavam símbolos de desenvolvimento para o imaginário social, muitas vezes se contrapondo à atmosfera mais restrita do bairro, da escola ou do centro da cidade. Os shoppings, na visão de Frúgoli Júnior, acenavam para uma utopia urbana, sendo "simulações da cidade no interior da própria cidade" (1989: 196), simulacros daquilo que o capitalismo moderno não teria conseguido produzir, microcidades eficientes, segregadas e assépticas.

Os primeiros shopping-centers da cidade de São Paulo estabeleceram-se em áreas nobres, com população de bom poder aquisitivo e infraestrutura completa em termos de equipamentos urbanos, como no caso do pioneiro Iguatemi, inaugurado em 1966, do Ibirapuera, em 1976, e dos shoppings Eldorado e Morumbi, abertos ao público respectivamente em 1981 e 1982 (Frúgoli Júnior, 1989: 41-46). As regiões e avenidas da Zona Sul de São Paulo onde foram construídos estes empreendimentos já constituíam – ou passaram a constituir após sua implementação – "novos centros expandidos". Em relação ao centro histórico de São Paulo, ou seja, a região das ruas XV de Novembro, Boa Vista, Direita e São Bento, estas novas centralidades tinham

como eixos aglutinadores avenidas como a Paulista, a Faria Lima e a Luis Carlos Berrini, áreas de concentração de escritórios, bancos, comércio variado etc.

O surgimento do Center Norte, na Zona Norte da cidade, em 1984, voltado para consumidores de camadas mais populares, rompeu a tendência da concentração destes empreendimentos apenas em áreas privilegiadas e revelou-se um sucesso comercial em termos de número de frequentadores e volume de faturamento. O Center Norte, como mostrou Frúgoli Júnior em sua pesquisa, “fortaleceu a tendência presente nos grandes shoppings da década de 1980 – principalmente no Morumbi – de contar com uma consistente estrutura de lazer paralela à de consumo” (1989: 45) e, juntamente com o shopping Interlagos, inaugurado em 1988 em uma área mais longínqua da Zona Sul, tornou-se uma espécie de vetor de expansão urbana na cidade de São Paulo. A pesquisa de Frúgoli Júnior encerrou-se antes que outros shoppings de grande porte iniciassem seu funcionamento, como os que seriam em breve inaugurados nas regiões do Paraíso e da Lapa, à época gerando muitas discussões acerca dos impactos provocados pela instalação dessas megaestruturas em termos principalmente de fluxo de tráfego e alteração da paisagem urbana (1989: 47).

Quanto à questão metodológica, Frúgoli Júnior evitou tratar os shopping-centers como isolados empíricos, buscando as mediações destas instituições com a dinâmica cultural urbana através de recortes e variáveis mais abrangentes. Na medida em que uma cidade das dimensões de São Paulo continha diversas centralidades, Frúgoli Júnior levantou dados etnográficos em locais com características próximas ou antagônicas para fins de comparação, como áreas de comércio varejista e de lazer. Percorreu a Rua José Paulino, no bairro do Bom Retiro, “‘calçadões’ como a Rua Direita e a Rua Barão de Itapetininga, no centro, o comércio de artesanato e produtos regionais na Praça da República, uma feira de verduras e frutas na Vila Madalena, o comércio na Rua Augusta, além de várias galerias situadas no centro e na Rua Augusta” (1989: 66).

O primeiro shopping-center brasileiro, o Iguatemi, situado na Avenida Faria Lima, no Jardim Paulistano, Zona Sul de São Paulo, atendia, desde sua inauguração em 1966, o público consumidor de mais alto poder aquisitivo da cidade, proveniente dos Jardins, de diversos bairros da própria Zona Sul, da região do Alto de Pinheiros etc. Era

o shopping com maior volume de faturamento por m² em todo o país até o momento em que a pesquisa de Frúgoli Júnior estava sendo realizada, conforme ele mesmo citou. Por ser um empreendimento mais tradicional e por atrair uma clientela de classe alta, o Iguatemi não havia sido concebido para proporcionar atividades diversificadas de lazer, sendo seu objetivo principal a presença de lojas de grifes conhecidas. A paisagem urbana externa da Avenida faria Lima era igualmente constituída por um comércio sofisticado – incluindo a presença de galerias de arte, livrarias, lojas de móveis – e por prédios com estilo arquitetônico arrojado que abrigavam escritórios de multinacionais, bancos etc. Para a concepção espacial deste shopping-center, seus arquitetos haviam se baseado na ambiência de uma das vias mais importantes para o imaginário da elite paulistana da década de 1960: a Rua Augusta. Boa parte do público inicial era de frequentadores da Augusta, "que demarcava, na época, certo estilo sofisticado de consumo, lazer e encontro no 'footing' motorizado" (Frúgoli Júnior 1989: 81). Com a deterioração dos espaços urbanos centrais, aumento da violência, crescente dificuldade para estacionar os automóveis, entre outros fatores, os shoppings tornavam-se cada vez mais referência de convergência de facilidades em um mesmo local sem os inconvenientes do comércio de rua. Ao pretenderem se tornar marcos com certa permanência na cidade, não só dialogavam com ela, reproduzindo em seu interior ambiências típicas do espaço urbano – praças, ruas, chafarizes, bancos, floreiras – mas promoviam constantes reformas e inovações com a finalidade de se manter como instituições dinâmicas e personalizadas na área de consumo (1989: 85).

Nas dependências de um shopping, os espaços não são ocupados igualmente pelos diferentes grupos, ocorrendo, em certa medida, uma especialização quanto ao uso e apropriação (Frúgoli Júnior 1989: 87). Há espaços de encontro e sociabilidade jovem, locais onde predomina uma circulação adulta mais masculina ou feminina, estabelecimentos frequentados por casais e famílias bem como áreas para a permanência e lazer infantis. A dinâmica das relações dos frequentadores entre si e destes com os espaços também varia de acordo com o dia da semana e o horário: durante os fins-de-semana, principalmente a partir dos fins de tarde de sextas e sábados, os fluxos e personagens se alteram. Quanto ao Shopping Iguatemi, embora houvesse variações como as explicitadas acima, mantinha-se inalterado o perfil econômico dos grupos frequentadores, configurando um público de alto poder

aquisitivo. Acompanhando a descrição etnográfica dos ritmos de ocupação deste shopping feita por Frúgoli Júnior, podem ser percebidas as práticas sociais mais consolidadas ali existentes até o momento da realização da pesquisa: durante as manhãs de segunda a sexta predominava o público feminino adulto para um uso quase exclusivamente voltado para o consumo de produtos; no horário de almoço, afluíam trabalhadores de escritório, bancos e outras instituições presentes na Avenida Faria Lima e adjacências; no início da tarde, novamente as mulheres, agora acompanhadas de crianças ou adolescentes, bem como grupos de jovens que para lá se dirigiam após o término das aulas; às sextas à tarde, o número de jovens tornava-se expressivamente maior; durante a semana ocorria certo afluxo de público masculino e de casais para a fruição do "happy hour" após o expediente, as lojas permaneciam abertas e os cinemas em funcionamento, atraindo públicos específicos; aos sábados, exacerbava-se o uso do shopping, com predominância de adultos pela manhã e início da tarde, com o aumento do número de jovens do meio da tarde em diante; aos domingos o movimento era bem baixo devido à ausência de equipamentos mais variados de lazer comparativamente a outros shoppings da cidade (1989: 92-95). À época da investigação, uma Feira de Antiguidades era realizada no estacionamento coberto, atraindo um público também elitizado e de uma faixa etária mais adulta. Considerando o perfil da frequência deste shopping, Frúgoli Júnior constatava a predominância do público feminino adulto em todos os dias e horários, "perfazendo 80% do movimento de compras" (1989; 96). Segundo o autor, para este segmento o shopping não chegava a constituir um lugar de encontro e sociabilidade propriamente dito, tal como ocorria com o público jovem, principalmente dado o caráter familiar da ocupação deste espaço pela maioria das frequentadoras adultas.

Os shopping-centers dialogavam com outras instituições presentes na cidade, como clubes, condomínios fechados e escolas, remetendo à noção de espaço fechado e seguro, com um contato relativo com a dimensão pública da cidade. Frúgoli Júnior detectava, em suas entrevistas, a representação do shopping como "segunda casa", ou seja, um ambiente no qual prevalecia uma seletividade propiciadora de certa continuidade em relação à esfera privada, portanto de realização de uma diversidade limitada (1989: 108).

Para o público jovem frequentador do Iguatemi, a prática do consumo não se encontrava separada do lazer: a entrada efetiva no papel de consumidor era vivida paralelamente às experiências de lazer, as quais, na maioria das vezes, também implicavam em consumo (lanchonetes, cinemas etc.) (Frúgoli Júnior 1989: 113). Grande parte destes jovens, batizados pela imprensa de “iguaboys” – o que reforça a representação deles como pertencentes a um grupo restrito e diferenciado – realizava, segundo a pesquisa, uma contestação relativa dos códigos de consumo predominantes neste ambiente, como “zoar” dentro do cinema, fazer fila na porta da loja de discos para ouvir trechos de músicas etc. Por outro lado, por não ter acesso a todas as mercadorias sofisticadas comercializadas no shopping, pois dependiam de mesadas dadas pelos pais, consumiam adereços, perfumes e acessórios que permitissem reproduzir e reafirmar as distinções socioculturais próprias de tal classe; alguns trajando roupas mais despretensiosas, ainda assim portavam símbolos de status indicativos de posição social.

> Com isso deve-se diferenciá-los de uma forma mais geral da grande parte dos jovens frequentadores de outros shopping-centers, que além de realizarem certas transgressões não participam efetivamente do circuito do consumo, com um uso de roupas e outros apetrechos mais populares, numa ruptura mais clara com o universo da “grife” (Frúgoli Júnior 1989: 120).

Na pesquisa de Frúgoli Júnior, o Shopping Center Norte, inaugurado 18 anos depois do Iguatemi, em Abril de 1984, mantinha um fluxo médio diário de 80 mil pessoas durante a semana (contra 40 mil do shopping da Zona Sul), e estava integrado a um centro comercial especializado na venda de móveis e artigos domésticos, o Lar Center, permitindo ao autor comparar não só os hábitos de consumo, mas as apropriações para fins de entretenimento e sociabilidade de dois agrupamentos de consumidores de classes sociais distintas.

Ao contrário do Iguatemi, o Center Norte tornou-se o primeiro shopping-center de apelo mais popular que obteve sucesso enquanto empreendimento de vulto (ao contrário do Continental). O potencial de consumo da população da região onde o Center Norte foi instalado era, inicialmente, uma incógnita para os lojistas, além da

insegurança gerada por experiências negativas em shoppings da Zona Sul, como o Eldorado, o Morumbi e o Ibirapuera, onde algumas marcas haviam demorado para obter um retorno em termos de volume de vendas. Entretanto, o Center Norte não só atraiu o público consumidor da Zona Norte como conquistou a fatia do mercado da Zona Leste e dos municípios da região metropolitana vizinhos da Zona Norte, locais carentes de equipamentos urbanos e espaços de consumo e lazer integrados, configurando-se, segundo Frúgoli Júnior, como uma "praça interbairros". Os idealizadores deste shopping pretendiam torná-lo "o novo centro de São Paulo", slogan adotado nas peças publicitárias a partir do terceiro ano de seu funcionamento (1989: 129).

Se no caso do Iguatemi a referência para sua concepção tinha sido a Rua Augusta da década de 1960, espaço de consumo e lazer já sedimentado no imaginário das elites paulistanas à época em que este shopping foi inaugurado, o modelo para o Center Norte foi a São Paulo dos anos 1940, com seus sobradões e fachadas altas, homens de paletó e chapéu caminhando pelas calçadas de seu centro histórico (1989: 129). Uma cidade idealizada, portanto, um retorno a um passado ainda mais distante, reação à deterioração do espaço urbano vivida no início dos anos 1980. O Center Norte havia sido planejado "como carro chefe de um empreendimento maior" (1989: 128), vinculado a supermercados já existentes (Eldorado, Lar Center) e à "futura criação de um polo atacadista nos moldes do CEASA, de um grande hotel de luxo para turistas vindos do Aeroporto de Cumbica (...)" (1989: 129). Tratava-se, nas palavras de Frúgoli Júnior, "de um grande centro urbano multifuncional sob a égide da iniciativa privada" (1989: 129). Aparecia embutido, na concepção deste conjunto de empreendimentos, um ideário de paisagem urbana "civilizada", através da utopia "da criação de uma nova centralidade apenas com os elementos e símbolos urbanos considerados positivos, um novo território marcado pelo controle, interiorização, assepsia" (1989: 132).

Como Frúgoli Júnior apontou em seu trabalho, no caso do Center Norte houve uma reinvenção de determinados aspectos da região central de São Paulo, procurando-se eliminar os grupos marginalizados e a menção à pobreza, "numa tentativa de resgate de uma cidade repleta apenas de consumidores" (1989:133). Não foi à toa que a Rua Barão de Itapetininga, e não a Rua Direita, constituiu a referência

para o projeto original do Center Norte, “possuindo várias lojas de bom gosto, vitrinas discretas, ausência de anunciantes nas entradas chamando consumidores, banquinhos para descanso etc., dados que foram, de certa forma, recriados no shopping-center” (1989: 132). A Rua Direita compunha, na região central, talvez o território “onde a contraposição ao shopping-center é mais radical” (1989: 132), com seu consumo popular, lojas abertas para a rua, banquinhas nas calçadas, autofalantes e letreiros excessivamente grandes.

Mesmo havendo esta inspiração em cenários urbanos relativamente mais ordenados e homogêneos, a análise dos espaços interiores do Center Norte mostrava a permanência de certos apelos populares, que, ao contrário dos outros shopping-centers, constituía sua força fundamental de atração: mercadorias com plaquinhas de preços expostas nas vitrines, atendentes nas portas das lojas etc. No entorno do Center Norte havia um comércio semelhante ao encontrado em estações ferroviárias ou rodoviárias (e, de fato, ele está situado nas proximidades do Terminal Tietê e do Metrô), a marginal era a via de acesso principal e a paisagem urbana circundante estava composta principalmente por indústrias. O contraste com a região da Avenida Faria Lima, um dos centros do poder financeiro da cidade, com a disposição dos espaços internos e a concepção das fachadas das lojas do Iguatemi vão compondo os universos sociais diferenciados destes dois shoppings da cidade de São Paulo. O Center Norte era o único, à época, a fazer propaganda durante a transmissão de jogos de futebol pelo rádio e enfatizar, em outdoors, que se tratava “de um shopping-center para todos” (1989: 135).

De acordo com a descrição de Frúgoli Júnior, quanto ao movimento de pessoas e grupos ao longo da semana e em diferentes horários, havia certa semelhança entre o Center Norte e o Iguatemi, com exceção dos sábados, dia em que uma verdadeira multidão circulava pelos espaços de compra e lazer do shopping da Zona Norte, atingindo cerca de 120 mil pessoas. O comprador deste estabelecimento realizava um tipo de compra mais objetiva, pesquisando os preços nas próprias vitrines e comparando-os às ofertas do comércio de rua (Arouche, José Paulino, Bom Retiro e Brás). Quanto ao estilo de consumo, Frúgoli Júnior observava que a presença de algumas lojas mais sofisticadas no Center Norte indicava uma inserção daquele público

consumidor mais heterogêneo no universo da moda e no consumo simbólico de bens de prestígio social.

Grupos jovens masculinos predominavam, segundo Frúgoli Júnior, nas noites de sexta e sábado no Center Norte. Moradores da periferia de São Paulo reagrupavam-se no shopping a partir de “redes já formadas nos bairros, nos locais de trabalho ou no centro da cidade” (1989: 148), não excluindo os novos contatos travados naquele espaço. O shopping-center aparecia, assim, “ora como espaço de diferenciação com relação ao bairro de origem, ora como espaço de reafirmação e continuidade da turma de bairro” (1989: 152). Os office-boys formavam, segundo Frúgoli Júnior, um grupo diferenciado por frequentarem, durante a semana, o centro tradicional de São Paulo (ruas 24 de maio, Dom José de Barros, galerias) e transformarem o shopping em um “centro” alternativo para suas atividades de lazer nos dias ou horários de folga do trabalho (1989:152).

As formas de apropriação juvenis de espaços urbanos como galerias (Galeria Presidente, Grandes Galerias) e estações de metrô na região central da cidade de São Paulo, a partir da delimitação de territorialidades caracterizadas por comportamentos e símbolos de identidade e pertencimento específicos, foram comparadas por Frúgoli Júnior aos usos dos espaços dos shopping-centers. Corredores internos de shoppings, por exemplo, não constituem espaços públicos, estando sujeitos a regras universalizantes que obrigam os grupos frequentadores não só a negociarem sua permanência entre si como com os seguranças do local. A prática da “zoada” implicava em comportamentos que “desordenavam” as destinações do espaço aceitas como apropriadas pela instituição e era, com frequência, reprimida pelos agentes de controle (1989: 159). Grande parte dos jovens do sexo masculino frequentadores do Center Norte, ao contrário do que se verificava quanto a este segmento juvenil da Zona Sul, conhecia e dominava “a geografia das ruas”, transferindo para o espaço institucional formas de sociabilidade e relações típicas de outros domínios da cidade, inclusive as disputas entre turmas das diversas zonas geográficas (ZL, ZO, ZN e ZS).

No trabalho de Frúgoli Júnior, os contrapontos entre o Iguatemi e o Center Norte foram ampliados a partir da análise dos perfis de ocupação social de outros três estabelecimentos: o Morumbi e o Ibirapuera, situados na Zona Sul, e o Center 3,

localizado no cruzamento de dois eixos urbanos muito importantes da cidade, a Rua Augusta e a Avenida Paulista.

Situado próximo à Marginal Pinheiros e à Avenida Luís Carlos Berrini, que despontava à época da pesquisa de Frúgoli Júnior como novo centro financeiro-administrativo da cidade de São Paulo, o shopping Morumbi atraía tanto um público de classe média, como o do Brooklin, Chácara Santo Antônio, Moema, Santo Amaro, Alto da Boa Vista, Jardim Marajoara, como moradores de bairros de perfil mais popular, como a Vila Cordeiro. Por causa da vizinhança com a Marginal, em seu entorno encontravam-se desde indústrias até bancos, restaurantes, supermercados, lojas de materiais de construção, residências etc. À época de sua inauguração, em março de 1982, o slogan “Morumbi Shopping Center, um Shopping Show” enfatizava a complexa estrutura de lazer e promoção cultural levada para uma região que, embora contasse com moradores com bom poder aquisitivo, era carente em termos de oferta de serviços. A pista de patinação, o boliche e o aquário (que exibia um boto cor-de-rosa para desespero dos grupos ecológicos) constituíam suas principais atrações. A infraestrutura em termos da presença de restaurantes, lanchonetes, agência dos Correios, casa lotérica, lavanderia, loja de aviamentos, estabelecimentos para consertos variados, sapataria, joalheria etc. supria a falta de opções naquela área.

Quanto às formas de ocupação deste shopping, foi detectada por Frúgoli Júnior, principalmente pela proximidade com a Avenida Luís Carlos Berrini, forte presença de um público masculino adulto, assalariados de escritórios e empresas das proximidades, no período do almoço e final da tarde durante a semana. O perfil dos consumidores situava-se entre o caráter mais popular do Center Norte e a sofisticação do Iguatemi. Aos sábados, o movimento, como em todos os outros estabelecimentos estudados, ampliava-se e diversificava-se notoriamente, mas a grande surpresa ficava por conta dos domingos. Com as lojas fechadas, podia-se observar um grande fluxo de jovens de camadas populares (à semelhança do Eldorado, Ibirapuera, Center Norte e Interlagos), o que se contrapunha à imagem do Morumbi como um shopping unicamente das elites da região (1989: 181). Esses grupos afluíam para o local buscando basicamente oportunidades de sociabilidade e lazer em contraponto às atividades de consumo.

Frúgoli Júnior observou que no Morumbi Shopping os conflitos davam-se mais regularmente entre membros de camadas sociais diferentes, ao contrário do Center Norte, onde predominavam as disputas entre jovens de um mesmo estrato social, mas de áreas diferentes da cidade (ZN x ZL, por exemplo). No Morumbi, os jovens de camadas privilegiadas imprimiam um uso mais individualizado ao shopping, centrado no consumo de bens e serviços, enquanto os jovens pertencentes às classes populares apropriavam-se deste espaço institucional mais em termos de territorialidade e fruição do lazer (1989: 187-188). As pistas de boliche e patinação também se configuravam enquanto espaços diferenciados: a primeira com uma apropriação predominante por jovens de camadas médias, em função dos preços; a segunda, com uma frequência mais popular e um uso que permitia aproximações, exibições e até provocava tensões.

O Shopping Ibirapuera, localizado em uma área de consumidores de bom poder aquisitivo, Moema, tornou-se, ao longo do tempo, um centro de sociabilidade jovem daquela região. Inaugurado em 1976, trouxe para seu entorno um conjunto variado de lojas que comercializavam produtos relacionados a um estilo de vida ligado à natureza (surf-shops, produtos artesanais, restaurantes de comida natural, artigos para praia etc.). Logo, o estacionamento externo deste shopping passou a ser conhecido, nos fins-de-semana, como “praia de Moema”, reunindo jovens adeptos de um modo de vida saudável, porte atlético e pele bronzeada (Frúgoli Júnior 1989: 189). No interior do estabelecimento, ao contrário, viam-se grupos de rapazes e moças mais magros, cabeludos, vestidos de forma displicente e que cultuavam espaços mais fechados. Estas distintas formas de apropriação do local remetiam-se ao jogo de identidades grupais e ao caráter dinâmico e mutante destas ocupações.

O Shopping Center 3, dada sua característica de passagem entre a Paulista e a Augusta, pertencia a um circuito de lazer que incluía cinemas, bares e livrarias, estabelecimentos frequentados por um público bastante heterogêneo que, inclusive, interligava esta área da cidade com outras regiões, cujas ofertas de lazer e sociabilidade eram semelhantes ou complementares. Por estar neste cruzamento, o Center 3 integrava uma área de frequência homossexual, incluindo o Parque Trianon, as boates Acrópolis e Ritz, a calçada da lanchonete Baguette e a frente do Cine Belas Artes.

b.) O candomblé metropolitano: orixás na cidade e estilo de vida do povo-de-santo

Em *Povo-de-santo, povo de festa; estudo antropológico do estilo de vida dos adeptos do candomblé paulista*, dissertação de mestrado defendida no ano de 1992, Rita de Cássia Amaral ofereceu, inicialmente, um quadro abrangente de teorias e autores que refletiram sobre as possibilidades e os limites de se tratar a cidade como categoria explicativa. Perguntou-se, também, sobre o alcance da noção de *homem urbano* e procurou circunscrever quais seriam suas características distintivas para, somente então, aderir ao tratamento da cidade como construção simbólica de determinados grupos (1992: 38) e do candomblé como um estilo de vida (1992: 41).

A cidade como categoria sociológica foi tratada, em diferentes momentos históricos, como *variável dependente*, *variável independente* e *variável contextual*. Para Marx e Weber, a cidade não se explica por si mesma, sendo a objetivação de uma totalidade maior na qual se insere. Para atingir a compreensão dos fenômenos sociais que nela se inscrevem seria preciso estuda-los como efeitos de diversas causas – históricas, econômicas e sociais. Segundo ambos, a cidade devia ser compreendida como o lugar do mercado – de bens, de dinheiro (de capitais), mas também do trabalho. Assim, as cidades deveriam ser tratadas como partes integrantes de sociedades mais abrangentes.

Entretanto, teóricos que vivenciaram a realidade das cidades americanas, que se transformavam rapidamente sob as injunções da industrialização, urbanização e imigração, consideravam a cidade uma *variável independente*, uma força social capaz de gerar, inclusive, uma cultura urbana, concedendo um forte valor explicativo ao urbano em si. Neste caso, os autores da escola de Chicago passaram a pressupor que a urbanização enfraqueceria ou destruiria os laços tradicionais que uniam os homens em áreas rurais, dando lugar a um ambiente social em que predominariam o anonimato, a fragmentação, a superficialidade, a instrumentalidade e a transitoriedade das relações. A cidade foi encarada como a causa de patologias sociais como desvios de comportamento, criminalidade e violência.

Uma terceira forma de abordagem foi a que levou em conta a penetração não só do tecido urbano, mas do modo de vida das cidades no campo, rompendo o tratamento dos fenômenos como polarizações entre rural-urbano, campo-cidade, tradicional-moderno. Principalmente para autores das áreas da Antropologia e Sociologia, a cidade passa a ser o contexto no qual os fenômenos sociais são estudados.

No que diz respeito ao seu objeto de estudo – o candomblé como estilo de vida no meio urbano – Rita de Cássia Amaral mostrou que, em contraponto à visão sobre a obrigatoriedade do processo de urbanização gerar secularização, neste caso específico "não só inexistia secularização, como também a própria religiosidade servia (...) de elemento integrativo dos grupos e classes sociais" (1992: 32). A inserção de alguns grupos nas relações capitalistas certamente gerava mudanças em suas práticas religiosas, mas não uma secularização. O crescimento da umbanda, do candomblé e das religiões pentecostais no Brasil, como observou Amaral, apontavam para a complexidade do fenômeno. O estilo de vida metropolitano, por sua vez, embora gerasse certa efemeridade, anonimato e impessoalidade das relações sociais, por outro lado proporcionava inúmeras oportunidades de reconstituição de laços e redes de contato entre os habitantes das cidades. Este *homem urbano* recriava códigos e regras integrando-se a novos grupos e relações de sociabilidade. Se a própria cidade "parece apresentar-se como uma sociedade sem estilo é justamente porque sua feição é a somatória dos estilos dos grupos que vivem nela" (1992: 36).

Amaral propunha que, para se compreender a relação entre religião e cidade, em suas dinâmicas sociais específicas e integradas, era preciso analisar os modos de vida de cada grupo, abordando as inserções de seus adeptos nas várias esferas – trabalho, lazer, família, escola, política, preferências, relações com outros grupos etc. (1992: 39). Cada terreiro de candomblé se distinguia dos demais através dos ritos que praticava, denominados *nação* (ketu, angola, jeje, fon, nagô etc.). Embora formassem nações específicas, estabeleciam uma rede de relacionamentos sociais entre si e, às vezes, com outros grupos, como os da umbanda, em um constante intercâmbio social e religioso, principalmente através das festas. Era o que tornava possível utilizar a categoria *povo-de-santo*, que remetia à identificação dos fieis dos cultos afro-brasileiros como pertencentes a uma comunidade mais ampla. Os adeptos organizavam seu estilo de vida a partir da vivência religiosa, mas não deixavam de participar dos demais

aspectos da sociedade moderna “como o individualismo, a busca do poder, a liberação sexual, o que explica a adesão de uma população metropolitana, atual, a ele” (1992: 50).

Segundo a pesquisa de Amaral, o termo candomblé foi empregado inicialmente para designar as festas que ocorriam nas comunidades religiosas, passando a indicar, posteriormente, o lugar onde tais festas ocorriam e, por fim, a própria religião. Para mostrar a importância das festas para o candomblé, Amaral descreveu o panteão desta religião em São Paulo, composto por uma média de 16 orixás e algumas entidades como Caboclos e Boiadeiros, todos cultuados através de oferendas, comidas e, principalmente, festas (1992: 55). Toda iniciação de um adepto do candomblé é finalizada com a realização de uma festa e deve ser confirmada após 1, 3, 5, e 7 anos. As festas são oferecidas para o orixá principal do iniciado, que, geralmente, tem dois ou mais *santos*, todos igualmente cultuados, ou seja, festejados. A frequência das festas é, assim, bastante alta levando-se em conta que os terreiros têm, em geral, muitos filhos. Seja nas festas do calendário anual seja nas *festas de saída* (término da iniciação) muitos recursos econômicos e simbólicos são mobilizados, dentro e fora do terreiro, envolvendo todo o grupo. Os membros devem colaborar com trabalho, oferendas ou dinheiro, muitas vezes com tudo isso ao mesmo tempo (1992: 60). Se o terreiro não tiver condições financeiras para arcar com os custos da festa, será mobilizada sua rede de contatos, que envolve desde lojas de artigos religiosos até escolas de samba, boates gays e outros terreiros com que se mantém parentesco de santo e de nação (1992: 62). É possível que, na época de alguma grande festa, os membros de um terreiro faltem ao trabalho, tirem férias ou, em casos mais raros, até peçam demissão.

A quantidade de itens a serem adquiridos para a realização de uma festa de iniciação, por exemplo, pode mobilizar todo o grupo, que ajuda o iniciado com dinheiro ou presentes. Segundo Amaral, na cidade de São Paulo não existia, à época da realização da pesquisa, um mercado especializado, com uma concentração de lojas para a venda do material necessário aos cultos afro-brasileiros, como a feira de São Joaquim, em Salvador (BA), ou o Mercado de Madureira, no Rio de Janeiro (1992: 80). Em São Paulo as lojas estavam dispersas por toda a cidade, sendo que algumas vendiam por atacado, o que diminuía o custo no caso das iniciações coletivas. Nestes

locais, além da venda de artigos especializados, trocavam-se informações, comentários sobre terreiros e seus pais e mães de santo etc.

Segundo Amaral, para os diferentes autores que trataram da festa em termos teóricos – Durkheim, Bataille, Caillois, Duvignau, Isambert e outros – sua importância estaria fundamentalmente vinculada à homogeneização da sociedade, à celebração da unidade e não à ênfase nas diferenças (1992: 194).

> (...) a festa pressupõe a existência de uma sociedade mais ou menos homogênea, sendo um espaço propício para a construção de sua identidade enquanto grupo, para a reafirmação de valores comuns ou a elaboração de valores novos, incluindo a contestação, inversão ou transgressão das normas que organizam a vida social desse grupo (...) (Amaral 1992: 193).

Entretanto, a abordagem antropológica deste fenômeno na metrópole exigiria uma revisão das teorias sobre a festa (1992: 194). Para se aplicar os conceitos clássicos às festas que ocorrem na cidade (baile funk, futebol, carnaval, quermesses, Natal, 7 de Setembro, 1 de Maio e, inclusive, as festas de candomblé, entre outras) seria preciso considerar

> (...) o fato de que na metrópole coexistem inúmeros grupos que têm estilos de vida e visões de mundo completamente diferentes e, às vezes, até antagônicos. Se estas diferenças podem gerar conflitos ou acordos temporários, não geram estabilidade ou consenso que pudessem ser denominados de “cultura dominante metropolitana”. Ou seja: não existe uma cultura “dominante”, onipresente, impondo suas características e nem se poderia, por isso mesmo, pensar que as festas tinham a “função” de preservar, regenerar ou reforçar (ou mesmo destruir) algo que não existe como tal, já que tem características tão dispersas (Amaral 1992: 194).

Amaral mostrou como alguns autores, principalmente os durkheimianos, viram nas festas a possibilidade de negação do individualismo através da “entrega ao coletivo”, enquanto outros ressaltaram justamente as oportunidades criadas para que o

indivíduo expresse sua vontade soberana. O candomblé permitiria a satisfação de ambas as vivências (1992: 195). Amaral discordou de DaMatta quanto à inversão de papeis e quebra de valores que ocorreriam durante o carnaval, pois não seria viável identificar valores dominantes e fixos em nossa sociedade. Até mesmo a liberalidade sexual não significaria uma transgressão da norma, na medida em que está presente em várias esferas como na publicidade e na televisão. A festa, para os adeptos do candomblé, significa a adesão a uma "'filosofia' de vida hedonista, cheia de beleza e sensualidade, que transgride no sentido do ultrapassamento, que excede, que desperdiça (...)" (Amaral 1992: 197).

O povo-de-santo estabelece, como mostrou Amaral, laços sociais com outros grupos que compartilham, de alguma forma, seu ethos, muitas vezes por abrigarem adeptos do candomblé e da umbanda (1992: 249). Este é o caso das escolas de samba, da capoeira e dos afoxés. Muitos centros religiosos deram origem a escolas de samba famosas do Rio de Janeiro e São Paulo, como Mangueira, Império Serrano, Portela, Rosas de Ouro, Vai-Vai, entre outras (1992: 250). Houve também quem percorresse o caminho inverso, indo da escola de samba para o candomblé. Esse diálogo entre instituições deixa marcas nos dois lados: as cores das escolas referem-se ao orixá da casa de candomblé relacionada a elas; a ala das baianas constitui uma homenagem às mães-de-santo que, na Bahia, se vestiam assim; sambas-enredos aludem a situações da mitologia africana; "ebós" são feitos pelas escolas antes de entrarem na avenida etc. O mesmo ocorreu com os afoxés e a capoeira.

Amaral apontou, também, atividades e circuitos de lazer desfrutados pelo povo-de-santo que expressam um estilo de vida distintivo: filmes com temática religiosa afro-brasileira, exposições de arte africana e de fotografia, apresentações de dança, cursos de línguas, consumo de literatura especializada, jornais, novelas, minisséries, shows de cantores ligados à religião, programas de rádio, estes últimos, inclusive, com pais ou mães de santo jogando búzios e respondendo às questões dos ouvintes etc. O povo-de-santo, "em todas as esferas de sua vida, religiosa ou não, mostra as marcas da identidade, (...) do gosto criado pela vivência do candomblé" (Amaral 1992: 271). Pode-se, então, recuperar "o caráter positivo da cidade", que abriga a proliferação de grupos com estilos de vida distintos e, até mesmo, opostos, "resultados da experiência de lógicas diversas" (1992: 279).

Dando continuidade, de certo modo, ao seu trabalho sobre as festas no candomblé, Rita de Cássia Amaral desenvolveu, no doutorado *Festa à brasileira; significados do festejar no país que 'não é sério'*, defendido em 1998, o tema do sentido simbólico da festa na cultura brasileira. As associações com o caráter nacional ("No Brasil tudo acaba em festa") apontariam, segundo a autora, para certa displicência e descaso em relação à lei e à ordem, "significando que um mundo às avessas nos é familiar ou pelo menos aceito sem maiores problemas" (1992: 6). Amaral partiu de três hipóteses: a primeira, de que a festa é uma das linguagens através das quais o povo brasileiro expressa experiências, expectativas e, inclusive, resolve contradições da vida social, transformando estes momentos em oportunidades de aprendizado de cidadania; a segunda, de que nossas festas seriam capazes de estabelecer a mediação entre a utopia e a ação transformadora, negando aspectos disruptivos e reafirmando valores do povo brasileiro; por fim, a terceira hipótese, a de que tais festas tornaram-se excelentes negócios capazes de revigorar economias locais (1992: 7-9). Ao analisar cinco grandes festas brasileiras, em cinco diferentes regiões do país – a Oktoberfest, de Blumenau, as festas paulistas (Nossa Senhora da Achiropita, na cidade de São Paulo, e Peão de Boiadeiro, em Barretos), as festas juninas (o São João do Nordeste e o Boi-Bumbá de Parintins), as festas do Divino Espírito Santo e o Círio de Nazaré, em Belém do Pará – a autora pôde coletar dados tanto sobre especificidades locais quanto sobre a estrutura comum que as une.

Se o festejar brasileiro, como propôs Amaral, pode ser considerado uma dimensão da cidadania e a apropriação, por parte do povo, de sua própria história, a organização da festa – todo empenho, energia e solidariedade grupais nela investidos – reafirma valores e projetos coletivos, muitas vezes revertendo em benefícios sociais, como é o caso de certas festividades religiosas (1998: 12). Uma destas festas, que faz parte do ciclo de festas italianas da cidade de São Paulo, a de Nossa Senhora da Achiropita, foi priorizada no trabalho de Amaral.

Em meio à grande diversidade cultural que caracteriza a metrópole, a festa, como apontou a autora, também pode se constituir como modo "de expressão dos grupos de origem, raciais, étnicos, religiosos ou ideológicos, como instrumento políticos destes" (1998: 125). A experiência da associação, envolvendo, neste caso, uma comunidade étnica, revelava-se propícia para a construção e o fortalecimento de

relações de sociabilidade, ações solidárias duradouras, laços afetivos, todos a partir de contatos diretos e personificados entre moradores, comerciantes, agentes públicos, empresários etc. A arrecadação obtida era revertida para as obras assistenciais da paróquia e, principalmente, para os projetos do Centro educacional Dom Orione e a Casa Dom Orione, que atendiam crianças, jovens e adultos carentes (1988: 138). Deste modo, ao interpretar o processo de produção das festas religiosas, Amaral ressaltou tanto o aprendizado popular, em termos de associação grupal e negociação com as diversas instâncias governamentais, como a tomada de consciência em relação à ausência do Estado, principalmente na área social, lacuna preenchida em parte por este tipo de ação popular (1988: 122).

Outro autor, Vagner Gonçalves da Silva, ao percorrer as ruas do Centro Velho de São Paulo, no exercício de construção de seu objeto de estudo sobre o tema do candomblé metropolitano, encontrava sinais da religiosidade afro-brasileira na paisagem urbana: nas calçadas, em meio ao fluxo ininterrupto de pedestres, pequenas mesas adornadas com toalhas de renda, nas quais se dispunham colares de contas coloridas, sementes e imagens de santos católicos, servindo de suporte para o jogo de búzios; mulheres com amplas saias rodadas, turbantes na cabeça e muitos adornos carregando tabuleiros de pipoca, oferecendo às pessoas punhados em troca de alguma contribuição em dinheiro para custear sua iniciação religiosa; lojas especializadas na venda de artigos para os rituais; “despachos”, nas esquinas, com galinhas mortas, velas, farofa e garrafas de pinga. Onde o olhar comum somente divisaria uma multidão de transeuntes anônimos, Silva distinguiu personagens tão diversificados como adivinhos, consulentes, camelôs, pregadores evangélicos, “baianas” e devotos católicos, entre outros. Assim, locais públicos, profanos e de passagem, como o Viaduto do Chá, a Praça João Mendes (nos fundos da Catedral da Sé), a calçada em frente à Capela da Santa Cruz dos Enforcados (na Avenida Liberdade), o Parque do Ibirapuera, os jardins do Museu do Ipiranga ou o lado de fora dos portões do Cemitério da Consolação, iam sendo pontuados pelo autor no mapa da cidade de São Paulo, emergindo como espaços em que a presença do sagrado afro-brasileiro adquiria visibilidade, incorporando-se ao cenário da vida urbana paulistana, indicando “novas formas de interlocução entre o candomblé e a sociedade” (Silva 1992: 4).

O trabalho de Silva, *O candomblé na cidade; tradição e renovação*, nos conduz ao mundo cotidiano das comunidades dos terreiros de candomblé e, através da abordagem comparativa, às mudanças das tradições da cultura religiosa afro-brasileira em função das condições do ambiente metropolitano no qual passaram a se desenvolver (1992: 4). Tido pela literatura religiosa especializada como religião de sobrevivência étnica ou de resistência cultural de grupos negros de camadas subalternas, o candomblé foi tratado por Silva como uma prática religiosa que "ao preencher as necessidades do fiel urbano (agora também branco, formalmente instruído e de classe média) o faz expressando novos problemas e conteúdos, a partir de transformações significativas da linguagem simbólica" (1992: 5). Interessaram ao autor, portanto, "os mecanismos de legitimação social a partir do diálogo que os grupos religiosos vêm estabelecendo com outros valores, instituições e dimensões da cultura urbana" (idem). Perguntava-se sobre como conciliar o estudo de uma religião iniciática, de transe e com forte apelo mágico com o modo de vida metropolitano, cosmopolita, tido como predominantemente laico, impessoal, racional e pautado por relações monetárias. Preocupava-se, igualmente, em se afastar das abordagens que tratavam as manifestações da cultura popular na cidade como "sobrevivências" mais ou menos autênticas, preservadas fora de seu lugar de origem (1992: 8).

Discordando dessa abordagem, Silva dizia

> (...) interessa-me ver o candomblé em sua interlocução dinâmica com a sociedade abrangente, isto é, no modo como se reproduz de maneira renovada, pois, como tentarei mostrar, é a renovação ou a seleção do que deve ou não mudar uma das características marcantes das tradições culturais (1992; 9).

Em meio a estas reflexões, Silva se colocava na posição de um antropólogo atuando "no âmbito de uma antropologia da cidade e da cultura religiosa afro-brasileira" (1992: 6).[6] Buscava entender "como realizar recortes para uma análise antropológica na profusão empírica das relações pessoais e objetivas quando se quer trabalhar no

[6] Em sua tese de doutorado, defendida em 1998 e intitulada *O antropólogo e sua magia*, Vagner Gonçalves da Silva analisou aspectos do trabalho de campo antropológico, a produção dos textos etnográficos, as relações intersubjetivas estabelecidas entre pesquisador e pesquisado, bem como os diálogos entre a pesquisa acadêmica e os grupos junto aos quais ela é realizada.

plano das representações culturais realizadas por atores sociais que desempenham múltiplos papeis em sua vida social?" (1992: 7). Um dos objetivos centrais de seu trabalho implicou em abordar a existência e expansão do candomblé na cidade sem cair na armadilha de "privilegiar as supostas deturpações que o contexto urbano (tido em geral como dispersivo, secular e antagônico) teria causado nos supostos valores tradicionais de uma religião de 'preservação' étnica africana" (1992: 20). O candomblé, por fim, não poderia ser tratado isoladamente em relação a outras formas de religiosidade ou de práticas mágico-iniciáticas, como os diversos tipos de esoterismos, na medida em que a expansão do campo religioso nas cidades colocava em questão as características de secularização e racionalização tradicionalmente associadas ao modo de vida urbano, em contraponto com o suposto sentido religioso de mundo próprio do meio rural.

> O candomblé na era do 'chip', os jogos de búzios em pleno Viaduto do Chá no centro de São Paulo, tanto quanto os sacrifícios ainda realizados nas avenidas das principais cidades da África Ocidental ou em Miami, indicam que religiões mágicas e politeístas também podem se expandir e atuar em contextos nos quais já se dissolveram as antigas lealdades tribais ou rurais. Hoje, aos deuses outrora clânicos (como os orixás) é permitido "baixar" em negros e brancos, pobres e ricos, homens e mulheres, na metrópole como na aldeia, indistintamente (1992: 31).

Considerando os autores que analisaram o fenômeno urbano, como Simmel, Park, Wirth e Redfield, bem como os que abordaram a religião a partir de uma teoria do social, como Durkheim e Weber, a escolha teórica feita por Silva implicou na análise do campo religioso nas cidades como constituído num processo de disputas entre grupos pela legitimidade do controle dos "bens simbólicos" e de sistemas de representação do mundo, tendo como referência Pierre Bourdieu. Para Silva, não estava em jogo apenas a "ressacralização do mundo", mas a possibilidade de vivenciar uma prática religiosa em que as pessoas podiam "sentir-se um pouco autoras do sagrado" (1992: 30). Na iniciação do candomblé, o momento máximo de identificação do fiel com a religião expressava-se no ato de "fazer o santo", ou seja, na construção de uma personalidade religiosa e na ritualização do cotidiano em termos não só mágicos, mas mitológicos,

“uma experiência diferente que os adeptos podem desfrutar paralelamente à ‘vida secular’ com todas as imposições urbanas de uma metrópole” (1992: 31).

O sagrado na metrópole, convivendo lado a lado com o pensamento racional e secular, não representava, segundo Silva, uma contradição do moderno com o rural ou tribal (africano, no caso do candomblé): tratava-se de duas linguagens simbólicas que possuíam o “poder de representar a realidade e fornecer padrões orientadores do comportamento coletivo (...), seja para entender o mundo tal como ele ‘é’ ou como ‘deveria ser’, seja para expiar a dor ou aludir às dimensões ontológicas da vida humana” (1992: 31).

Silva também se perguntou sobre o lugar da cidade nos estudos das religiões afro-brasileiras. Espaço reconhecidamente importante para o surgimento e desenvolvimento de terreiros de candomblé, a cidade era o lugar mais propício para a circulação e reunião de negros libertos ou ainda cativos, que se agrupavam em confrarias profissionais ou religiosas. Por outro lado, a cidade era tratada na literatura especializada como principal elemento desarticulador deste culto, devido a características que se acreditava fossem antagônicas ao modo de ser comunitário e sacralizado dos terreiros (1992; 33). Como Nina Rodrigues já havia observado, “o surgimento e desenvolvimento dos terreiros de candomblé no Brasil foram possíveis enquanto fenômeno tipicamente urbano, mostrando que, na cidade, os terreiros puderam proliferar uma vez que estavam mais a coberto da ação repressora direta dos senhores de escravos” (1992: 36). Porém, este autor tinha vaticinado que o culto tendia a desaparecer no novo meio social, pois seus rituais perderiam progressivamente influência diante dos atos da vida civil, como casamentos, batismos e enterros, regulados por leis que não admitiam interferências exógenas, ou ainda, por causa do preconceito que recaía sobre práticas tidas como “bárbaras” em prejuízo do progresso e da modernização.

Para outros autores, como Roger Bastide, em áreas industrializadas do sudeste do país a vivência do sagrado teria sofrido uma maior pressão do individualismo e da modernização fragilizando-se (1992: 48). Especificamente na cidade de São Paulo, Bastide não reconhecia, segundo Silva, formas de cultos afro-brasileiros preservadas, que acreditava existirem nos candomblés baianos, no tambor de mina maranhense,

nos xangôs pernambucanos e nos batuques gaúchos. Diante das mudanças das práticas religiosas afro-brasileiras quando sediadas neste novo meio social, Bastide enxergava apenas desagregação das tradições. Além do mais, os negros, segundo sua interpretação, constituíam minoria na população paulistana, estavam mais sujeitos ao contato com migrantes e imigrantes de diversas origens culturais, possuíam maior acesso às práticas espíritas ou à devoção aos santos católicos e viviam muito perto de homens ligados à marginalidade e criminalidade, que faziam da religião um meio de explorar a credulidade alheia (1992: 50-52).

Segundo a análise de Silva, a cidade desempenhava

> (...) papel crucial na definição dos limites entre pureza e sincretismo, religião e magia, integração e degeneração, que se reflete na imagem dicotômica e ambígua do terreiro, que ora aparece como o lócus de preservação da identidade étnica e ora como espaço anômico de uma frágil solidariedade de classe; enfim, espelhos, onde a religião se debate tentando refletir um mundo arcaico com suas antigas lealdades étnicas dissolvidas na impossibilidade de acompanhar o mundo moderno, que se instala a partir de novas relações que unem e separam os indivíduos por classes e outros critérios de uma nova ordem social (1992: 49).

Silva também se remeteu à pesquisa de Renato Ortiz sobre Umbanda e Espiritismo na cidade de São Paulo, publicada no livro *Morte branca do feiticeiro negro*, em 1978, segundo a qual a umbanda representaria “a síntese do heterogêneo pensamento brasileiro, realizada pela ideologia da classe branca no processo de integração de vários grupos sociais (negro, branco e indígena) no interior da sociedade nacional” (1992: 64). Para Ortiz, a racionalidade presente no modo de vida urbano alteraria definitivamente os valores da tradição religiosa africana, reestruturando-os, entretanto, no âmbito dos terreiros e centros espíritas (idem).

Estes não foram os únicos autores que Silva utilizou em seu trabalho, mas os que mais diretamente pensaram nas influências da cidade nas práticas religiosas afro-brasileiras. As representações das crenças de origem africana como tendo um fundo de “degeneração”, “patologia”, “inautenticidade” e até “criminalidade”, mesmo que

revestidas da capa do argumento científico, remetiam, para Silva, à dificuldade de compreensão das mudanças culturais em curso na sociedade brasileira, bem como à ausência de percepção das estratégias de negociação destes grupos (1992: 70).

Quanto ao crescimento do número de terreiros de candomblé na cidade de São Paulo, verificado principalmente a partir dos anos 1960, o fator explicativo preponderante, segundo Silva, parece ter sido a migração nordestina, que forneceu aos quadros desta religião uma quantidade expressiva de adeptos. Buscando em São Paulo melhores oportunidades de colocação no mercado de trabalho, muitos migrantes deram também continuidade à sua experiência religiosa, aderindo primeiramente à Umbanda, mais acessível à época, para retornar em momento posterior ao candomblé, sua crença de origem. Como ressaltou Silva, “a reconstituição da família-de-santo em muitos casos também funcionou como importante rede informal na estratégia de sobrevivência dessas e de novas levas de migrantes sob as novas condições de vida na metrópole” (1992: 74).

Uma religião originalmente de aldeia, como é o caso do candomblé, sofreu não só várias formas de adaptação, como teve que fazer frente à discriminação e perseguição, desenvolvendo estratégias de permanência e legitimação cultural na cidade. Esta prática religiosa de culto aos elementos naturais necessita, para a realização de seus rituais, de materiais e espaços que só existem, muitas vezes, fora dos limites e da paisagem do meio urbano, mas que encontram similares passíveis de ser resignificados para fins religiosos, como árvores, praças, lagos artificiais, esquinas, postes e outros. É de forma inusitada que os deuses – orixás – do candomblé se inscrevem no ambiente da cidade, por exemplo, emprestando seus nomes a estabelecimentos comerciais, como oficinas mecânicas, lojas de roupas infantis etc. (Silva 1992: 152-153).

Ao contrário da segregação dos cultos afro-brasileiros em áreas periféricas da cidade até pelo menos meados do século XX, a pesquisa de Silva detectou que, na década de 1980, os terreiros de candomblé de São Paulo não só haviam se multiplicado numericamente como tinham chegado a bairros de classe média e alta – Pinheiros, Vila Mariana e Jardins – ou ainda se instalado nas proximidades de estações de metrô e em zonas mais centrais, como a Liberdade e o Bom Retiro, usufruindo das

facilidades urbanas representadas pela boa rede de transportes públicos, água encanada, luz elétrica e proximidade de estabelecimentos comerciais, demonstrando a adaptabilidade do sistema simbólico desta prática religiosa às contingências espaciais da metrópole paulistana (1992: 156-157). Devido à falta de espaço nas áreas centrais e de maior concentração de população, os terreiros de candomblé da cidade de São Paulo funcionavam em sobrados antigos, conjuntos habitacionais e até em garagens ou "puxadinhos" construídos nos fundos do quintal da residência particular do próprio pai-de-santo (1992: 157). O remanejamento necessário para a disposição dos objetos de culto e atividades ritualísticas em espaços muitas vezes exíguos demonstrava como as prescrições eram reinterpretadas a partir das condições possíveis e não das ideais, como o demonstrou a pesquisa de Silva.

> Se os Exus não podem ter sua própria casa, conviverão, então, com outras divindades num único peji coletivo, às vezes separados por uma cortina. Se no terreiro não há espaço para os assentamentos dos deuses que são cultuados em altares externos, então estes serão recolhidos em um quarto; e se, aí, nem todos os deuses podem ficar no chão, de onde provém a força vital que garante o dinamismo do sistema cosmológico, serão então dispostos em prateleiras seguindo, contudo, certas regras: orixás mais "quentes", relacionados com o fogo ou a terra (como Ogum, Xangô ou Obaluaiê), ocuparão as posições na prateleira mais próximas ao solo; já os orixás mais "frios", relacionados com a água e o ar, ficarão nas posições altas. Exu, guardião das fronteiras, ficará sempre próximo à porta do peji e isto acabará por reproduzir, mesmo num único cômodo, todas as representações simbólicas relevantes do sistema religioso do terreiro (1992: 161).

Alguns terreiros revelam, em sua estrutura física e organização, a ascensão social dos pais-de-santo, relacionada ao sucesso de sua atividade sacerdotal ou a condições financeiras anteriores. Como descreveu Silva, são locais com arquitetura planejada, acabamento esmerado, aspecto asséptico, luminosidade bem distribuída e decoração muitas vezes dispendiosa. Todos esses elementos denotam o prestígio relacionado às comunidades religiosas através da exibição de "símbolos de poder

econômico, pois, no candomblé, a riqueza material está diretamente associada à ascensão espiritual, à detenção de axé e do poder mágico” (1992: 179).

Encontramos, nos terreiros, as marcas do urbano e, na cidade, as referências ao candomblé. Há cidades onde existem símbolos da presença religiosa afro-brasileira, como a estátua de Iemanjá na Praia Grande no litoral paulista. É a partir deste monumento que a Prefeitura do município dividia o espaço da orla entre as federações de Umbanda e Candomblé para a ocupação dos terreiros a elas associados (1992: 184). O grande fluxo de pessoas que se dirigia para esta praia exigia que, todos os anos, a Polícia Rodoviária montasse a “Operação Iemanjá” nas rodovias Imigrantes e Anchieta. Para muitos adeptos, os rituais já começavam na Serra do Mar, com a oferta de pinga, flores, perfumes, velas, entre outros, para os orixás. Muitos adeptos do candomblé realizam seus rituais no próprio terreiro, fora dos dias oficiais da festa, por considera-la uma festividade umbandista, deslocando-se de carro para o litoral somente para a entrega das oferendas. Silva conta que, certa vez, acompanhou até a Praia Grande uma mãe-de-santo incorporada pela “própria” Iemanjá, que, deste modo, valeu-se de um deslocamento de carro para ser “homenageada em seu domínio natural” (1992: 187).

Além de Iemanjá, outras divindades de água doce, como Oxum, Logunedé, Nanã, Obá e Oxumarê, precisam ser homenageadas em seus próprios domínios, sejam águas paradas ou em movimento. Áreas de mananciais como Guarapiranga, Billings, Cabuçu, Taiaçupeba etc. seriam fartamente utilizadas pelos adeptos do candomblé paulistano e paulista, assim como o lago do Parque do Ibirapuera, córregos etc. Entretanto, a canalização de córregos, o aterro de áreas lodosas, a criação de reservatórios, bem como o estranhamento por parte de moradores destas regiões muitas vezes constituíam-se em impedimentos para a realização dos rituais tradicionais, como o demonstrou Silva (1992: 188). Para cultuar os orixás que estão relacionados aos bosques e matas, a utilização de folhas é imprescindível, mas os adeptos tiveram que desenvolver estratégias para substituí-las por material de mais fácil acesso, utilizando vegetais desidratados, promovendo o cultivo de plantas no próprio terreiro ou comprando estes elementos em lojas especializadas. A religião, como demonstrou Silva, havia criado ou sacralizado espaços onde a natureza tinha sido “construída” para fins ritualísticos, como era o caso do Vale dos Orixás e do

Santuário Ecológico da Serra do Mar. A institucionalização de “bosques sagrados” apresentava vantagens em termos de conforto e segurança, pois os espaços naturais eram mais desprotegidos, deixando os adeptos expostos a assaltos e atos de violência.

Mais especificamente nas áreas urbanas, acontecia, segundo Silva, um processo de “naturização” de espaços públicos como praças, ruas, cemitérios, parques etc. Se o problema para o qual se pede ajuda envolver dinheiro ou trocas comerciais, por exemplo, o “trabalho” (ebó) deve ser feito para Exu e depositado à porta de um banco ou em locais de grande circulação de gente, como feiras livres, mercados e até shopping-centers. Se a futura mãe quiser realizar o ritual da placenta e do cordão umbilical, que devem ser enterrados ao pé de uma árvore, provavelmente encontrará entraves para obter estes materiais junto aos médicos dos hospitais, portanto faz-se um ebó para propiciar uma reação favorável destes profissionais. Pais-de-santo geralmente não são aceitos dentro de UTI’s depois da morte de pacientes internados. Atos como a lavagem das escadarias do prédio da TV Gazeta, na Avenida Paulista, ou da escadaria do Bexiga, na Praça Dom Orione, representam como os orixás foram conquistando espaços físicos e sociais na cidade para além dos domínios dos terreiros.

> Assim, se a cidade passa a ser pensada como parte integrante do cosmos do candomblé, uma extensão do domínio do terreiro, é porque ela não se apresenta aos olhos do religioso apenas como o lugar da convivência dos homens entre si, mas também dos deuses criados por eles e invocados nela através dos sacrifícios, dos ebós (Silva 1992: 220).

c.) A cidade do futebol

O trabalho *Torcidas organizadas de futebol; lazer e estilo de vida na metrópole*, dissertação de mestrado de Luiz Henrique de Toledo, defendida em1994, tratou da identificação e análise de determinadas práticas dos agrupamentos de torcedores organizados que, a partir de suas relações com os times, produzem padrões específicos de sociabilidade em torno do futebol profissional (1994: 4). Tais padrões, expressos em símbolos, comportamentos e manifestações verbais, demarcam formas de apropriação, uso e ressignificação de espaços físicos da cidade. A pesquisa de

campo foi realizada, no primeiro momento, dentro dos estádios, a partir da observação direta de diversas torcidas organizadas, para posteriormente concentrar-se em apenas três agrupamentos: Torcida Tricolor Independente, Camisa 12 e Serponte, sendo que esta última, da cidade de Campinas, serviu de contraponto para a análise das duas primeiras. O futebol e o comportamento torcedor não foram analisados de maneira isolada pelo autor, mas remetidos a outras instituições e papeis sociais. A identificação torcedor-futebol foi pensada como um estilo de vida pautado em projetos coletivos, estruturados em termos espaciais, materiais e simbólicos no âmbito das Torcidas organizadas.

A profissionalização do futebol e o aumento do público torcedor refletiram, segundo Toledo, o processo de urbanização e diversificação populacional pelo qual passou a cidade de São Paulo desde os primeiros anos do século XX (1994: 20). Tendo se iniciado como esporte de elite, diante do crescimento do número de trabalhadores nas indústrias e da formação de vilas e bairros operários, o futebol rapidamente se expandiu, sendo adotado também por membros de camadas populares, etnicamente bastante diversificados devido à realidade da imigração estrangeira.

Paralelamente à organização do “futebol elitista”, desenvolvia-se o “pequeno futebol”, denominado desta forma em virtude da precariedade das condições em que era jogado – em campos de várzea e à margem dos campeonatos oficiais (1994: 21). O primeiro instalou-se em áreas da cidade como o antigo Campo do Velódromo, espaço anteriormente utilizado para a prática do ciclismo, introduzido pelos ingleses, o Parque Antártica e nas dependências de clubes, como o Clube de Regatas Tietê; o segundo, em bairros operários como Brás, Mooca, Belenzinho e Pari. Assim, os próprios times e agremiações surgiam e organizavam-se a partir de bases sociais distintas. Nos anos 1940, a construção de estádios, como mostrou Toledo, indicava a transformação do futebol em esporte de massas no contexto da metrópole (1994: 24). O surgimento de agrupamentos de torcedores uniformizados ou organizados é contemporâneo à inauguração destas praças esportivas. O imaginário popular que identificava o Brasil como “país do futebol” também associava os primeiros torcedores organizados às características de espontaneidade, paixão e ausência de interesse monetário (1994: 29). Não só ocorria a especialização dos profissionais deste campo esportivo –

dirigentes, técnicos, imprensa – como se diversificava a oferta de lazer e entretenimento nas grandes cidades, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro.

Na década de 1970, marcada por certa visão ufanista dos governos militares, o futebol “torna-se um grande investimento e um poderoso polo para se obter recursos governamentais e benefícios políticos (1994: 31). Como esporte de massa, mobiliza a mídia especializada, ampliando-se o número de revistas, cadernos de jornais, bem como o espaço nas emissoras de rádio e televisão. Segundo Toledo, as Torcidas Organizadas fizeram parte desta expansão pela qual passou o futebol brasileiro nos anos 1970 , caracterizando-se “enquanto organizações burocratizadas, com certa autonomia em relação aos clubes” (1994: 34).

Para muitos estudiosos, as Torcidas Organizadas, entre outras características, foram vistas como canais de participação popular em um contexto de ausência de partidos políticos e formas de expressão e representação. Toledo referiu-se a estas interpretações, que enxergaram no surgimento das Torcidas Organizadas a necessidade de se ocupar um espaço político no âmbito do clube, de modo correspondente à formação das Sociedades Amigos de Bairro e outras tantas associações de cunho popular em relação à sociedade mais abrangente. Entretanto, ressaltou que, ao contrário das SAB’s e CEB’s, as agremiações de caráter esportivo e recreativo não tinham sido criadas a partir do incentivo da Igreja ou mesmo dos governos democráticos (1994: 39). Não estando associadas diretamente a bairros e regiões da cidade, as Torcidas Organizadas também não se envolviam diretamente nas reivindicações mais prementes por saneamento, educação, transporte, saúde ou moradia. Embora não mantivessem essa relação direta com a comunidade, dialogavam, por exemplo, com agremiações carnavalescas, transformando-se muitas vezes em blocos e escolas de samba (1994: 41).

Em dias de jogos, principalmente quando ocorrem os chamados clássicos, “parte das regras cotidianas, que imprimem ritmo à cidade, são alteradas” (1994: 49). Como bem descreveu Toledo, há uma mobilização no sentido de adequar a cidade ao evento futebolístico, principalmente em função do deslocamento das Torcidas Organizadas: ônibus, trens e metrôs são tomados por grupos que se identificam através de cores, símbolos, bandeiras, distintivos, cantos de guerra etc. Os espaços públicos e

equipamentos urbanos são, assim, apropriados de maneiras diferenciadas em relação ao uso rotineiro e diário. Os comportamentos são os da disputa e a violência, que não é exclusiva do futebol, pode irromper. O próprio poder público delimita os trajetos para cada torcida, de modo a evitar confrontos entre rivais.

A sede de uma torcida constitui, segundo o estudo de Toledo, importante espaço de sociabilidade. Aí ocorrem festas, almoços etc., agregando indivíduos de diferentes regiões da cidade, com origens de classe, visões de mundo e expectativas diversas, o que não exclui a possibilidade de identificação. É muito frequente a associação de torcedores com os bairros ou áreas da cidade de onde provêm, demarcando posições sociais: os ZL's são vistos como pobres, violentos e "maloqueiros"; os ZS's, como "mauricinhos" etc. Os apelidos individualizam e, ao mesmo tempo, aludem a comunidades externas, como, por exemplo, o "Vila Maria". As pichações projetam, nas ruas da cidade, alteridades e identidades ("Xerife Gaviões Z/O"), reproduzindo disputas também existentes entre bairros.

Se há a possibilidade de irrupção da violência entre torcedores de times diferentes da mesma cidade, quando o jogo se dá "fora de casa", ou seja, no interior, em outros estados ou países, todo espaço é perigoso, pois se desconhecem as regras do lugar (1994: 104). Segundo Toledo, as Torcidas organizadas ramificam-se por todo o Brasil, formando uma rede de sociabilidade que "depende de certos arranjos que se sobrepõem em termos de prestígio, reciprocidades, conflitos, territorialidades" (1994: 130). Não são somente os times que competem entre si, mas também as torcidas, pois disputam por influência política junto aos clubes e às torcidas de outros Estados, principalmente quando recepcionam, providenciam hospedagem e transporte para as agremiações aliadas. Toledo analisou estes relacionamentos em termos da posse de um "capital simbólico", que envolve reciprocidade, prestígio, poder e visibilidade (1994: 131). Em seu trabalho, o futebol foi tratado como constituindo um "estilo de vida" próprio e a participação em uma Torcida Organizada como extrapolando a lógica do binômio "tempo de trabalho – tempo livre" (1994: 148).

Na pesquisa *Lógicas no futebol; dimensões simbólicas de um esporte nacional*, defendida como tese de doutorado em 2000, Toledo abordou a atuação de um conjunto mais amplo de atores sociais vinculados ao universo do futebol profissional, a saber,

técnicos, cronistas, jogadores e, também, torcedores, cujas práticas no campo esportivo possuem uma variedade de sentidos quanto a processos de identificação nacional. Ao tratar dos modelos do torcer, o autor ressaltou a dimensão das disputas simbólicas que, por sua vez, "respondem, na escala torcedora, às configurações específicas, modos de organização e representações em diálogo com as mudanças observadas nos outros domínios do 'socius' esportivo, dos fundamentos técnicos às mudanças mais institucionais" (2000: 242). Às formas mais coletivizadas do "torcer" corresponderia, como o autor analisou, a disseminação de regras e técnicas de jogo, por sua vez, também mais coletivizadas, ficando no passado as performances mais individuais que caracterizaram o cenário do futebol até o fim da década de 1930. A construção de grandes praças esportivas para cerca de 60 mil torcedores teria impulsionado, simultaneamente, a maior participação popular nestes eventos e a necessidade da organização dessa assistência, cujo potencial de gerar distúrbios aumentava nas mesmas proporções. Torcidas uniformizadas e, posteriormente, organizadas assumiriam condutas com funções reguladoras, integrativas e preventivas, no sentido de controlar possíveis comportamentos disruptivos (2000: 252).

O modelo das Torcidas Organizadas permitiu maior autonomia em relação ao clube, formando "comunidades de pressão mais efetivas" (2000: 254) e abrindo espaço para uma participação na esfera pública que ia além dos limites do universo do futebol, como, por exemplo, no âmbito do carnaval, como Toledo já havia ressaltado em seu mestrado. À maior participação de segmentos jovens no mundo do futebol corresponderia também, principalmente a partir de fins dos anos 1980, um aumento das estatísticas sobre delitos envolvendo torcedores, o que gerou representações negativas produzidas pelos meios de comunicação de massa de maneira geral. Toledo recorreu, na busca de referenciais explicativos para este fenômeno, às análises de Alba Zaluar, que tratou do enfraquecimento das formas populares tradicionais de estabelecimento de vínculos permanentes, como as religiões afro-brasileiras, as associações de bairros e o próprio samba, diante do avanço da organização do tráfico de drogas, do crescimento das relações neopentecostais e do funk (2000: 257-258).

> As ações transgressoras entre torcedores, e parece pouco razoável explicá-las como sendo, exclusivamente, demandas conscientemente orquestradas pelas

> coletividades de torcedores organizados, indicam um processo, senão, de esgotamento, ao menos de impasses e crises na formação de identidades coletivas nesse contexto de recuo de sensibilidade participativa dos agrupamentos populares ante novos contextos sociais (2000: 265).

Neste ponto, o trabalho de Toledo dialoga com um dos conjuntos de pesquisas analisadas no Capítulo 3 cuja temática predominante remetia às organizações populares e movimentos de reivindicação urbana do período anterior à restauração da democracia em nosso país.

De uma perspectiva mais sincrônica e etnográfica, Toledo privilegiou algumas práticas cotidianas que constituem um rol variado de relações de sociabilidade, como as que ocorrem nas "mesas dos bares" da cidade, em contraponto às "mesas redondas" das discussões especializadas, que têm lugar nos meios de comunicação de massa (2000: 242). O autor trabalhou com a categoria nativa "higiene mental", relacionada a vivências situadas, simbolicamente, entre as esferas do trabalho e do lazer: a "higiene mental" remetia ao desfrute do tempo do "não trabalho" sem se caracterizar exatamente como o tipo do lazer realizado nos finais de semana, entre familiares e amigos (2000: 295). A noção de "higiene" era reveladora de relações e espaços – sociabilidade entre amigos nos bares – a partir dos quais era possível limpar-se "das imposições e constrangimentos do trabalho (...) sem, contudo, suprimi-las" (2000: 295). Por fim, os bares podiam receber inúmeras significações, promovendo ordenações que remetiam a posição social, filiação torcedora, atividade profissional, entre outras, sendo classificados como "de periferia", "de pobres", "de ricos", "de palmeirenses", "de corintianos", "de bancários" etc. (2000: 296).

d.) O circuito clubber na cidade: gosto e produção estética

O tema pesquisado por Marinês Antunes Calil em seu mestrado foram os fashion clubs do início da década de 1990 na cidade de São Paulo e seu papel de "rearranjadores das diretrizes do gosto metropolitano" (1994: 13) no que dizia respeito, principalmente, a moda, música, novos modismos de comportamento, transgressões de linguagem e produção estética de maneira geral, "na era em que a eletrônica parece

ter tomado conta da vida cotidiana" (idem). O universo da Club Culture incluía, entre outros espaços, os Dance Clubs, tipo específico de casa noturna onde a música eletrônica era o traço predominante.

À época da pesquisa, a maioria dos fashion clubs de São Paulo localizava-se no bairro dos Jardins (América, Paulista, Paulistano, Europa), uma área que se estende da Rua Estados Unidos à Avenida Paulista, da Avenida Rebouças à Rua Augusta, configurando, segundo a categoria de análise utilizada por Calil, uma *mancha* urbana.

> A mancha dos jardins conserva reminiscências do comércio vivo e inquieto dos anos 70s, do deslocamento do prestígio da Rua Augusta, como centro direcionador da moda das camadas médias paulistanas, e do estabelecimento notório de lojas de sucesso na Rua Oscar Freire e, ainda em curso, na Rua Dr. Melo Alves. Enfim, uma parte importante do "centro novo" de São Paulo, próxima à Avenida Paulista (1994: 78).

Embora houvesse fashion clubs fora dessa área, o público frequentador os colocava, como mostrou a pesquisa de Calil, dentro do percurso dos Jardins, construindo *trajetos* não aleatórios que os interligavam.

Das descrições de Calil ressaltam as calçadas em frente aos fashion clubs como uma atração à parte: as filas que se formavam para a entrada podiam perdurar por horas, mas constituíam um momento de intensa sociabilidade e troca de informações entre os frequentadores. Os arredores das casas de sucesso ficavam sempre lotados de gente pelas ruas, o que incrementava a vida noturna e o comércio subsidiário, como bares, lanchonetes e pequenos restaurantes. Estabelecimentos mais antigos do que os clubs haviam mudado de aspecto, colocando mesas e cadeiras na parte externa, não raro praticando preços mais caros do que no passado. Barraquinhas também ofereciam opções de alimentos e bebidas, como hot dogs, churrasco, pipoca, refrigerantes, cerveja e destilados. As especificidades dos Dance Clubs, em termos de sua decoração, atrações e festas, foram tratadas em um capítulo intitulado "Cenário". A lista de clubs noturnos fornecida por Calil é bastante extensa e inclui o Massivo, o Sra. Kravitz, o Colúmbia, a Limelight, a Samantha Santa, a Ursa Maior, o Nation Disco Club, o Allure, o Azê 70, o Cha Cha Cha, entre outros.

Na entrada de um fashion club ficavam os recepcionistas, os “juízes de estilo”, além, é claro, dos seguranças. Nem todos passavam pela aprovação dos organizadores do evento e eram admitidos no espaço; outros, por já serem conhecidos no mundo fashion e divulgarem o estilo da casa, conseguiam entrar sem pagar. No interior da casa, os corredores, as escadas, as passagens, os mezaninos, as plataformas suspensas e até algumas “gaiolas” eram utilizados como espaços de encontro, paquera, abordagem e exibição, permitindo o ver e o ser visto. A decoração incluía sofás, mesas, banquinhos, objetos de design arrojado, instalações de artistas plásticos etc. Pelas paredes, mostras de arte – fotografia, pintura, escultura, grafite e itens de moda – ou exibições de slides, filmes e vídeos. A pista de dança era o local principal da exposição do corpo e das novidades da indumentária. Os banheiros também constituíam pontos de encontro e sociabilidade, sendo muitos deles unissex.

Dentre os profissionais que trabalhavam nos Dance Clubs, mereceram destaque no trabalho de Calil os promoters, recepcionistas e porteiros, sendo estes últimos “juízes de estilo”. Os promoters, além de organizarem a programação e realização das festas, eram responsáveis pela obtenção de patrocínio e divulgação dos eventos. Os “juízes de estilo” não só decidiam quem estava vestido de acordo, ou seja, “de maneira a defender numa síntese visual alguma posição estética relevante” (1994: 161), mas deviam conhecer os “amigos da casa” para facilitar-lhes a entrada, retirando-os da fila e entregando-lhes convites-cortesia da programação futura na hora da saída (1994: 101).

Os DJs ou disk-jockeys definiam o estilo de um Dance Club a partir das músicas que executavam com a aparelhagem. O público de um DJ acompanhava-o para todos os clubs da cidade onde se apresentava. Alguns DJs estabeleciam interligações do universo clubber com o mundo dos espetáculos por serem coreógrafos, modelos, produtores musicais, artistas plásticos ou designers gráficos. Por sua vez, o próprio Dance Club era um local frequentado por estilistas, publicitários, videomakers, jornalistas, fotógrafos, donos de agências de modelos e lojas de roupas.

Calil ofereceu, no capítulo “Atores”, uma tipologia dos frequentadores dos Dance Clubs: as “bonequinhas de luxo”, com suas citações a personagens do cinema ou da literatura; as “drag-queens”, rapazes que se vestem de mulheres não raro de maneira exagerada e fazendo muitas brincadeiras; as “gamines”, um tipo feminino magérrimo

de aspecto pré-adolescente, olhar blasé e pele pálida; os “garotos”, que se comportavam de maneira romântica, sensível e despojada, não molestando ninguém de maneira ostensiva; as “meninas”, mais preocupadas em falar do que em paquerar abertamente; e, finalmente, aqueles personagens ligados ao tráfico ou à prostituição, rapidamente identificados e tolerados pelos demais usuários.

No quadrilátero dos Jardins, conforme as descrições de Calil, ocorriam festas nos Dance Clubs todos os dias da semana. Muitos frequentadores compareciam a até três festas em uma mesma noite, indo primeiramente às casas que esvaziavam mais cedo e por último àquelas que ofereciam o “after hours”. Os clubbers conseguiam pegar convites com promoters e DJs – que distribuíam entradas não só das festas que organizavam, mas de eventos promovidos por amigos – em balcões de bares, lojas, restaurantes e casas noturnas, formando-se, assim, uma rede de divulgação de informações pela cidade.

Segundo Calil, a festa em um club dancing era a produção de uma “noite de clímax”. O tema da festa, exposto em designativos bastante originais, subsidiava não só a elaboração da arte gráfica dos convites e da decoração da casa, como oferecia sugestões de indumentária para o público frequentador. Seguem-se exemplos de festas de datas comemorativas: “Bye Bye Portugal” (7 de Setembro), “Minha querida mamãe – segredos de uma dona de casa feliz” (dia das mães), “Papai sabe nada” (dia dos pais e referência ao seriado de TV “Papai sabe tudo”), “Nossa Senhora do Make-Up é Drag”, “Caipira Chic”, entre outras. Além das festas de data comemorativa, Calil listou os tipos mais comuns de festa nos clubs pesquisados por ela: aniversários, festas sazonais (“Noite dos Piscianos”), festas eventuais (“A noite do Lurex”), festas de promoção (“Universo em Desfile convida”), festas de campanhas beneficentes (“Se aqueça neste inverno... e que nem tudo mais vá pro inferno – troque um agasalho velho por uma noite de ferveção”) e festas de inauguração.

O Dance Club foi analisado, no trabalho de Calil, como um local de produção e divulgação de novas tendências para a moda (1994: 266). Por exemplo, no início dos anos 1990, chegava aos clubs paulistanos a influência da moda *rap* norte-americana, com suas blusas e bonés esportivos. O gênero *street*, que combinava traços provenientes do grafite, hip hop, skate, basquete e patins, práticas que ocupavam as

ruas das periferias das metrópoles norte-americanas e caracterizavam o estilo de vida dos grupos negros jovens, passou a predominar, como traço estilístico, nos comportamentos e indumentárias dos fashion clubs paulistanos. Outras tendências foram as das marcas esportivas (Adidas), “t-shirts” transgressoras, estampas de pop art e optical art (produzindo embaralhamento da visão e efeitos hipnóticos), “traje turístico” (calça capri, saint-tropez, camisa havaiana, “look de brechó”, “instant revival”, entre outros.

Festas e trajes utilizados nos Dance Clubs remetiam à mistura de elementos de vários países e tradições culturais. Do Brasil, apareciam referências às festas juninas, festas nacionais, ao aniversário da cidade de São Paulo ou a algum fato político, como o impeachment do Presidente Collor, com uma matinê para os Caras Pintadas. O Club Massivo recebeu a cantora Elza Soares para uma homenagem a Carmem Miranda e, na época da Copa do Mundo, uma drag-queen foi à Festa da Seleção Canarinho vestida de jogador de futebol (1994: 361).

e.) Cinema e cidade

O tema central do trabalho de Heloisa Buarque de Almeida, *Cinema em São Paulo; hábitos e representações do público (anos 40/50 e 90)*, dissertação de mestrado defendida em 1995, foi o cinema enquanto parte da vida social na cidade de São Paulo, reconhecidamente uma opção de lazer e sociabilidade.

Com as grandes mudanças ocorridas nas tecnologias de produção, distribuição e consumo de imagens no século XX, principalmente com o advento da televisão, do videocassete e da TV a cabo, o cinema foi sendo afetado em sua capacidade de atrair o público consumidor, dando-se o fechamento de salas tradicionais de rua e sua transformação em estacionamentos, lojas, templos religiosos, casas de espetáculos e até depósitos. Muitos espaços que sobreviveram aos tempos áureos das décadas de 1940 e 1950, como mostrou Heloisa de Almeida, acabaram sendo subdivididos em duas ou mais salas, quando não foram destinados para a projeção de filmes pornográficos, atraindo frequentadores que circulavam pelas áreas mais degradadas da região central da cidade de São Paulo. A diminuição numérica do público de cinema foi um dado relevante com o qual a autora trabalhou, entretanto, sua pesquisa

mobilizou a memória dos informantes na medida em que se centrou nas décadas de 1940 e 1950, época de maior afluxo aos cinemas na cidade, buscando como contraponto o início dos anos 1990. As mudanças urbanísticas pelas quais São Paulo passava emergem da narrativa simultaneamente à transformação das enormes salas da região central, à abertura de cinemas dentro de shopping-centers e ao aumento das opções ligadas a um circuito mais alternativo, como o dos cineclubes e das mostras sazonais, com suas projeções em ambientes menores para um público amante de filmes de arte. O cinema também foi abordado pela autora como um meio de classificação, demarcando, através de horários, dias da semana e regularidade quanto à frequência, a faixa etária ou classe social dos grupos de consumidores.

A cidade de São Paulo nos anos 1940 e 1950 crescia e se transformava em metrópole moderna, ampliando suas opções culturais com a criação de instituições como o Museu de Arte de São Paulo, o Museu de Arte Moderna, a Fundação Bienal e a Companhia de Cinema Vera Cruz (Almeida 1995: 15).

> No discurso dos informantes, toma forma a lembrança de um ambiente moderno, com as construções e edifícios, as vitrines e compras, os filmes e produtos importados – o chá (inglês) das cinco, as “fitas” (americanas), a moda (de Paris, Londres ou Hollywood), as salas de cinema e as lojas com nomes estrangeiros.
>
> O cinema constituía uma das principais opções de lazer na região do centro, mas também se passeava pelas lojas, vendo as vitrines, e com a possibilidade de tomar um lanche, fazer o footing, encontrar conhecidos, pegar o bonde, andar pelos bares da Avenida São Luiz, usar um vestido azul da cor da piscina de Escola de Sereias (Almeida 1995: 14).

Como ressaltou Almeida, as salas de cinema representavam uma medida do progresso da cidade de São Paulo, juntamente com os altos edifícios e as fábricas. Nos anos 1920 São Paulo já se transformara em polo cultural com editoras, galerias de arte, exposições nacionais e internacionais na Pinacoteca e no Palácio das Indústrias, óperas no Theatro Municipal (Almeida 1995: 18). Nas décadas de 1940 e 1950, época abordada na pesquisa da autora, se desenvolverá no Brasil uma indústria cultural e,

com a expansão da classe operária e das camadas médias da população, uma concomitante cultura popular de massa.

Como nas décadas de 1940 e 1950 as grandes salas de cinema situavam-se na região central, apareceram nas falas dos entrevistados de Almeida as transformações sucessivas pelas quais passou essa área da cidade de São Paulo. Ao “antigo centro”, situado nas proximidades do triângulo formado pelas ruas XV de Novembro, São Bento e Direita, onde estavam até o final dos anos 1930, as melhores lojas, cinemas, restaurantes, hotéis, bancos consultórios e escritórios, sucedeu o “centro novo”, do outro lado do vale do Anhangabaú, entre as Praças Ramos de Azevedo e República, cujo espaço mais moderno era representado pela Rua Barão de Itapetininga. Porém a expansão da cidade não parou aí e, na sequência, a Rua Augusta e o espigão da Avenida Paulista surgiram como novas centralidades em São Paulo. A percepção dos entrevistados de Almeida das possibilidades destes espaços urbanos era bastante variada: os de classe média teriam notado a decadência do “centro velho” em relação ao “novo”, enquanto os de camadas populares lembrar-se-iam dos dois lados com nostalgia; os primeiros usufruíram de todas as possibilidades de lazer e comércio, tendo utilizado bonde e automóveis como meios de locomoção; os segundos tinham feito um uso seletivo do espaço, de acordo com suas posses, e conseguiriam acessar a região, a partir dos bairros operários ou locais mais distantes, a pé ou de trem (Almeida 1995: 28-32). Almeida descreveu toda a dinâmica de circulação pelo centro de São Paulo, principalmente quanto aos espaços para compra e lazer: o Mappin, a primeira loja de departamentos da cidade, que migra da Rua XV de Novembro para a Praça Patriarca e, posteriormente, para a Praça Ramos de Azevedo, em frente ao Theatro Municipal, com Sala de Leitura, Salão de Chá, Salão de Beleza e, mais tarde, um American Bar e uma sala para banquetes; a Casa Alemã, a Slopper, o Durval, a Clipper, a Casa Fretin e mais confeitarias, leiterias, bares, parques, praças e jardins.

A Cinelândia era, no centro de São Paulo, a partir do final dos anos 1930, a região onde se concentravam as melhores salas de projeção, que comportavam, no mínimo, 1000 espectadores (Almeida 1995: 48-49). A implantação das salas de cinema seguiu a própria história da urbanização da cidade, migrando do “centro antigo” para o “novo”, com várias situadas na região das avenidas Ipiranga e São João, eixos simbólicos do crescimento e progresso de São Paulo. Fora desse circuito havia os

cinemas do Brás, os maiores da cidade, com algumas salas chegando a ter mais de 4000 lugares. Estas salas costumavam ficar nas ruas mais movimentadas, perto de lojas e igrejas, compondo uma espécie de “centrinho” local (Almeida 1995: 64).

Almeida ressaltou em sua pesquisa as múltiplas utilizações das salas de cinema, tanto as do centro como as de bairro, reforçando sua importância como opção de lazer na cidade: nelas podiam ocorrer apresentações de peças de teatro, bailes de carnaval, recitais de música; rapazes e moças marcavam encontro na calçada em frente ao cinema para dali seguir para bares, confeitarias ou leiterias. Muitas famílias cumpriam uma programação dominical: “missa, cinema, confeitaria e o almoço, que saía mais tarde do que nos outros dias” (1995: 81). Para muitos a passagem para a juventude, uma fase da vida marcada por uma maior independência, dava-se a partir da primeira sessão noturna de cinema (1995: 83). Ir aos cinemas do centro significava, também, dominar a cidade, fazer deslocamentos mais longos e utilizar meios de transporte coletivos (1995: 87). Para os jovens, o cinema ocupava “o espaço de liberdade individual entre a escola e o casamento” (1995: 91). Muitos entrevistados de Almeida que, durante a juventude, trabalhavam de dia e estudavam à noite, encaixavam a sessão de cinema entre o trabalho e a aula, ou até mesmo faltavam à escola, o que diferenciava os programas de final de expediente daqueles feitos no fim de semana (1995: 93). O cinema aparecia, também, associado a lugar de namoro e paquera.

A parte final do trabalho de Almeida, sobre cinema em São Paulo nos anos 1990, trouxe dados sobre a maior diversificação das opções de lazer na cidade, a diminuição inequívoca do número de salas de projeção, a abertura de salas dentro de shopping-centers e o circuito voltado para filmes de arte. Retrocedendo aos anos 1950 e 1960, a autora relembra que o mercado exibidor de São Paulo já tinha começado a oferecer produtos alternativos em relação aos estúdios de Hollywood, principalmente filmes europeus, no Cine Jussara, localizado na Cinelândia, no Coral, que ficava na Rua 7 de Abril, no Bijou, na Praça Roosevelt, e na Cinemateca do Museu da Arte Moderna. Nestas salas passavam filmes, inclusive, do Cinema Novo nacional (Almeida 1995: 172-173). Nos anos 1960 começaria uma especialização entre as salas de cinema da cidade, sendo os filmes de arte dirigidos para algumas salas do centro, já citadas, e da região da Rua Augusta e Avenida Paulista, como os cines Picolino, Marachá, Astor, Belas Artes e Cine Rio. Também nesta década foi inaugurado, em

1968, o primeiro cinema de shopping, o Cine Iguatemi, com 870 lugares. O mercado exibidor passaria a colocar em salas de shopping tanto grandes produções americanas como filmes considerados mais alternativos. No início dos anos 1980 surgiriam cineclubes como o do Bixiga, o da Fundação Getúlio Vargas, o Carbono 14 e o Oscarito, todos na região central (1995: 176). Assim, o "crescimento das pequenas salas de shopping e o aumento da oferta de cinema alternativo" pareciam estar associados (1995: 175).

Nos anos 1990, Almeida observava que o público dos cinemas da região central de São Paulo era basicamente de camada popular, ao contrário do circuito da Avenida Paulista ou dos shoppings, embora muitos estudantes e intelectuais se sentissem atraídos pelo "ar" histórico das salas do centro da cidade. Em relação aos cinemas de shopping, as salas da região da paulista pareciam manter "certo charme por serem mais antigas e maiores que as mais novas" (Almeida 1995: 181). Por outro lado, os cines de shopping "são os novos cinemas de bairro, mas com uma particularidade: longe da rua" (1995: 182). Suas salas tinham a conveniência de estar localizadas perto das residências dos frequentadores, oferecer a segurança e a comodidade do estacionamento no local e proporcionar uma programação de filmes integrada com área de alimentação e compras (1995: 185).

A Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, como evento anual, integrava-se, como demonstrou Almeida, ao circuito de cines de arte da cidade, compondo uma noção de cosmopolitismo. A polarização centro/bairro já não era a única nem a mais importante nos anos 1990, havendo outras como "cinemas de rua e de shopping, da Paulista e do centro, de arte ou comercial" (1995: 221).

f.) Moradia e representações depreciativas

Um tipo específico de moradia, conhecido popularmente como "cortiço", denominado pelo governo como "habitação coletiva", porém referido pelos próprios ocupantes pelas designações "pensão" ou "casa de cômodos", constituiu o tema do trabalho de mestrado de Maria das Graças Furtado, defendido no ano de 1995. O objeto de estudo da autora voltou-se para as representações depreciativas que repousavam sobre estes espaços de residência, mais especificamente sobre uma

construção pertencente ao estado, o casarão da Alameda Cleveland. Localizado no bairro de Campos Elíseos, zona central da cidade de São Paulo, o casarão da Cleveland transformou-se habitação coletiva após a concordância da Prefeitura quanto à sua ocupação por famílias despejadas de um imóvel cuja reintegração de posse havia sido requisitada pelo proprietário.

O material coletado por Furtado, no início da pesquisa de campo, indicava que as imagens negativas atribuídas “de fora” somadas às representações elaboradas pelos próprios moradores instituíam fronteiras sociais e espaciais, marcavam as práticas residenciais internas e classificavam moradores e dependências do casarão, agrupando ou opondo seus ocupantes de acordo com valores da sociedade envolvente (1995: 5-6). As visões produzidas na “exterioridade” do casarão foram coletadas principalmente através de entrevistas com agentes sociais de instituições diversas localizadas no bairro de Campo Elíseos, como uma escola estadual, um colégio, um batalhão da Polícia Militar e a Casa da Solidariedade, que desenvolvia atividades junto às famílias carentes da região.

Quanto à análise histórica da emergência dos cortiços na cidade de São Paulo, o trabalho de Furtado remete-se ao processo de urbanização e industrialização que, impulsionado pela atividade cafeeira, gerou a diversificação das formas de apropriação do espaço. A necessidade mais premente desde fins de 1880, quando se intensificou a imigração estrangeira, era por moradias de aluguel de caráter popular (Furtado 1995: 17). O modelo de urbanização da cidade dava-se de forma concêntrica em relação à área de ocupação original e as fábricas instalaram-se em bairros próximos ao centro. Neste contexto, a casa própria constituía um privilégio das elites, as residências unifamiliares tinham sido direcionadas para a moradia de aluguel de operários qualificados e setores de baixa classe média e, por fim, as vilas operárias não existiam em número suficiente nem eram oferecidas por todas as empresas industriais (Furtado 1995: 18-19). Entre o final do século XIX e o início do XX, os cortiços tornaram-se a principal opção de habitação para as camadas de mais baixa remuneração da população trabalhadora. Como neste momento não havia uma separação social e espacial na cidade, estas formas de moradia foram vistas como focos epidêmicos e de criminalidade pelos estratos mais abastados.

A periferização da cidade de São Paulo, como bem analisou Furtado, decorreu do avanço da industrialização e alteração do sistema de transporte, com a substituição da rede de trilhos para bondes elétricos pela malha viária para ônibus, o que permitiu a ocupação de áreas mais distantes do centro. À abertura de mais ruas e avenidas seguiu-se a migração das classes de maior poder aquisitivo para bairros novos, a transformação e ampliação do antigo centro comercial com a consequente valorização desses espaços, expulsando a população pobre para regiões mais distantes.

Como anteriormente analisado por Caldeira em seu trabalho de 1982, iniciou-se na cidade de São Paulo, principalmente em fins dos anos 1930, um novo padrão de habitação popular "baseado no trinômio loteamento periférico-casa própria-autoconstrução" (Furtado 1995: 24). O congelamento do aluguel promovido pela lei do inquilinato, decretada em 1942, tornou desinteressante a construção de novas casas com esta finalidade, promovendo um uso mais intensivo das moradias já existentes nas áreas centrais da cidade. Simultaneamente, o encarecimento do preço da terra impediu a expansão da construção popular nas áreas periféricas. Segundo dados presentados por Furtado, até os anos 1980 a população residente em cortiços na cidade de São Paulo suplantava a das favelas, situação que se inverteu na década seguinte (1995: 33-34).

O bairro de Campo Elíseos foi o primeiro loteamento na cidade de São Paulo, a partir da divisão da antiga Chácara Mauá, destinado a residências para a classe abastada, principalmente fazendeiros de café, em fins da década de 1870 (Furtado 1995: 37).

> A abertura de Campos Elíseos representou uma inovação em termos urbanísticos: a paisagem urbana de tipo europeu, bem diversa da tradicional do centro velho. As casas são isoladas entre si, com áreas verdes bem distribuídas e uma variedade imensa de terraços, mirantes, torres, balcões, corpos salientes e galerias. Já não havia a massa compacta de sobrados construídos lado a lado, com fachadas mais ou menos uniformes (1995: 41).

A tentativa de isolamento da burguesia, no entanto, não surtiria efeito, pois a área não era exclusivamente residencial e muitos terrenos haviam sido ocupados com a construção de casas de cômodos para aluguel, como visto anteriormente. Com a migração da aristocracia do café para outras áreas da cidade consideradas mais nobres, aumentou o número de imóveis passíveis de se transformarem em cortiços na região de Campo Elíseos. Em meados do século XX, avenidas foram alargadas, uma estação rodoviária foi construída em frente à estação ferroviária Júlio Prestes e o fluxo de pessoas, inclusive migrantes de outros Estados, aumentou exponencialmente. O casarão da Alameda Cleveland, à época de sua ocupação pelas primeiras famílias de desabrigados, em 1983, já passava por intenso processo de deterioração. Durante o período da pesquisa de Furtado, seu entorno abrigava um comércio popular variado, prédios de repartições públicas (muitas funcionando em antigos casarões dos barões do café), hotéis, supermercados e bancos. Havia várias confecções e lojas de roupas nas áreas vizinhas do Bom Retiro e Brás, o que, conjugado com a proximidade das estações rodoviária e ferroviária, causava intensa movimentação de pedestres (Furtado 1995).

Os moradores do casarão, em sua maioria (48%) provenientes da região Nordeste, já haviam habitado outros cortiços da cidade ou favelas. De modo geral eram trabalhadores não especializados com baixo nível de escolaridade – faxineiros, vigias, porteiros, serventes de pedreiro, pintores, motoristas, marreteiros, carregadores, contínuos, entre os homens; as mulheres exerciam predominantemente as funções de empregadas domésticas, costureiras e balconistas (1995: 60). Chamava a atenção da pesquisadora a porcentagem de trabalhadores com registro, 42,7% do total, divididos entre assalariados e autônomos, dado que os igualava a moradores da Zona Leste de São Paulo (1995: 61).

O casarão, embora denominado no singular, era formado por um conjunto de três edificações, um grande pátio interno, casinhas construídas pelos próprios moradores, banheiros, tanques externos e salões. Tinha duas entradas: uma pela Alameda Cleveland e outra pela Alameda Nothmann. Os equipamentos de uso coletivo faziam convergir para o quintal quase todos os moradores, dando-se aí uma vigilância constante dos comportamentos e regras que orientavam a convivência no local. Não só as mulheres ocupavam o quintal com atividades de trabalho (lavar roupa, por exemplo),

mas também os homens, com seus carrinhos de pipoca, raspadinha, doces e frutas, que frequentemente precisavam de limpeza ou reparos. Atividades de lazer, como jogos de dominó, rodas de samba e pagode, marcavam as relações de sociabilidade neste espaço (Furtado 1995).

O fato de haver tantos espaços internos diversos era propício ao estabelecimento de distinções de acordo com a ocupação: “os de cima”, “os de baixo”, “os do salão”; “os novos”, “os antigos”, “os do galpão”; “os do corredor”, “os dos fundos”, “os da frente” (Furtado 1995: 178). As divisões e representações do espaço também eram acompanhadas por atribuições negativas feitas sobre o “outro”. Como o casarão possuía dois lados, o da Cleveland e o da Nothmann, mais controles simbólicos ocorriam. O lado da Cleveland tinha sido o primeiro a ser ocupado e as famílias que aí se estabeleceram foram vistas como liderança local pelos moradores posteriores (“os novos”). Mais tarde, as categorias “antigos” e “novos” foram resignificadas, sendo denominados “antigos” aqueles que estavam a mais tempo residindo no local, mas que não necessariamente tinham participado da ocupação inicial do casarão. Aos que se enquadravam nas categorias “drogados”, “viciados” e “vagabundos” eram destinados os espaços do “salão”, no lado Nothmann, e do “galpão”, no lado Cleveland, separando e, ao mesmo tempo, incluindo estes moradores (1995: 191).

Paralelamente a estas representações produzidas internamente, que incluíam, além das categorias citadas anteriormente, os designativos “trabalhadores” e “desocupados”, o discurso externo engendrava correlações frequentes entre encortiçados, vício e crime.

> A imagem negativa elabora-se através da generalização, da redução e da ocultação da totalidade da realidade. Focaliza, exagera, oculta, toma a parte pelo todo: todos os cortiços são antro de vício e escola de crime, consequentemente todo encortiçado é, em potencial, um criminoso e um viciado.
>
> (...)

> Os moradores são categorizados a partir de um conjunto de atributos que, relacionados entre si, produzem significados. A pobreza, associada à ausência de normas e valores, é o elemento constituinte da degenerescência social e moral. Despreparados para o estudo e o trabalho, destituídos de família, os moradores de cortiço vivem uma vida de ócio (Furtado 1995: 113-114).

Os administradores do colégio vizinho ao casarão atribuem à instalação da rodoviária no bairro a atual situação de deterioração e a saída dos antigos moradores da área. Para a Polícia Militar, trabalho e estudo opõem-se a roubo, tráfico e crime, sendo que estes últimos atributos predominariam entre os ocupantes do casarão. As famílias e relações familiares são frequentemente relacionadas à desagregação que, por sua vez, produz mais desordem. Para explicar este sistema de classificação, Furtado remeteu-se a Pierre Bourdieu, na medida em que este autor propõe que a eficácia das crenças não se encontra nas categorias engendradas, mas na estrutura, que lhes confere sua significação. Desta forma, “o estigma que recai sobre os cortiços não pode ser compreendido isolando-o das situações em que ocorre concretamente, isto é, abstraindo-o das relações de comunicação” (Furtado 1995: 121).

É assim que os moradores do casarão adotaram formas de classificação mais favoráveis, se auto representando como ocupantes de uma “casa de cômodos para aluguel” ou “pensão”, ao que “os de fora” reagiam com outras valorações: a pensão é um tipo de hotel, é paga, é usada por um período curto, tem um senhorio e normas claras de convivência (Furtado 1995: 124). A autora também recolheu representações que ressaltavam as relações de sociabilidade entre os moradores, que, às vezes, se viam como “unidos num tipo de família”. Tais representações internas positivas, entretanto, não excluíam o reconhecimento de que ali também havia “sujeira”, “drogas”, “roubo” e “vagabundagem”, categorias que definiam fronteiras entre o “nós” e os “outros” dentro do casarão (1995: 174). Indivíduos e grupos “lançam mão das diferenças dadas pelo nível de escolaridade, trajetória social e inserção no mercado de trabalho para se distinguir, para exprimir suas diferenças” (1995: 227). O trabalho não só assegurava a sobrevivência da família, como implicava autonomia moral e

liberdade, pois, segundo diziam os moradores do casarão, o traficante morria cedo, vivia sob um medo constante e estava sempre sujeito a ser preso (1995: 246).

Na parte final de seu estudo, Furtado abordou o lazer no cotidiano dos moradores do casarão. Nas atividades de lazer e entretenimento podiam ser observadas clivagens por sexo, idade e até situação social. No quintal ocorriam as brincadeiras infantis, as conversas entre mulheres e os jogos masculinos, mas na análise das apropriações do espaço era preciso sempre levar em conta os dois lados do casarão, bem como as separações entre “os de cima”, “os de baixo”, “os da frente” e “os dos fundos”. Nos sábados à tarde e nos domingos o dia todo, o Colégio Sagrado Coração de Jesus se abria para que os jovens do bairro fizessem uso das quadras e salões para jogos de vôlei e futebol. Assim, o lazer dos adolescentes dava-se tanto no casarão como nas cercanias e em outros espaços da cidade (1995: 280).

Quanto ao ciclo de festas, as de Natal e Ano Novo eram as mais importantes do ano, momentos em que havia um maior consumo de alimentos, roupas novas, presentes, enfeites e produtos de limpeza para a casa. As festas de aniversário que ocorriam no casarão, segundo Furtado, eram, geralmente, de crianças e jovens, dadas as dificuldades econômicas daquelas famílias para comemorar esta data para todos os seus membros (1995: 302). Enquanto as festas de crianças evocavam um sentimento de coletividade, reunindo os pequenos independentemente do “lado” ou da “parte” do casarão em que moravam, as dos jovens eram mais restritas ao círculo de conhecidos (1995: 305). Festas que celebravam uniões conjugais, legitimadas ou não pelos ritos no civil e religioso, eram mais circunscritas à família, amigos e vizinhos próximos.

Quanto às apropriações do espaço urbano, os moradores do casarão abriam-se para o bairro e a cidade, segundo Furtado, principalmente através do uso de equipamentos coletivos – creches, escolas, hospitais, centros de saúde, farmácias, feiras, supermercados, parques etc. – atividades de trabalho e visitas a parentes ou amigos, estas ultimas, porém, limitadas pelos gastos com transportes.

g.) Cidade e sertão: família, trabalho, lazer e cultura popular entre migrantes nordestinos

Surpreendentemente, dado que nosso recorte para a análise dos trabalhos do último grupo foi temporal (abrangendo a primeira década das orientações de José Guilherme Cantor Magnani), esta tese vai se encerrando com uma pesquisa que se remeteu, quase 40 anos depois, ao tema da migração interna estudado por Eunice Ribeiro Durham em fins dos anos 1950 e início de 1960, já analisado no Capítulo II. Não só Durham (1966; 1984), mas Caldeira (1982) e Magnani (1984) constituíram referências teóricas e metodológicas importantes para as reflexões de Rosani Cristina Rigamonte sobre "práticas de lazer e sociabilidade dos migrantes nordestinos no contexto da metrópole paulistana" (2001: 239).

Em *Sertanejos contemporâneos: entre a metrópole e o sertão*, dissertação de mestrado defendida em 1997, Rigamonte mostrou como estes dois polos, aparentemente antagônicos, interligavam-se através de práticas sociais e culturais num plano mais amplo: diferentemente dos modos de inserção dos primeiros migrantes nordestinos no contexto metropolitano, quando eram maiores as dificuldades para manter contatos regulares com o local de origem, a autora analisou formas inusitadas de relacionamento entre estes universos, engendradas por estratégias que envolviam laços de parentesco, amizade e trabalho, bem como modos de desfrutar o tempo de lazer no espaço urbano. Como se poderá notar, o enfoque da autora não recaiu predominantemente sobre o econômico ou o político, mas sobre as estratégias de construção de redes de sociabilidade que levavam em conta não só relações constituídas na região de origem – o sertão – mas também na cidade, neste caso São Paulo, a maior metrópole industrializada do país.

Na pesquisa de Rigamonte, embora não tenha sido feita uma opção direta pela análise da família enquanto unidade de cooperação e consumo, como na investigação de Durham, os dados etnográficos foram, paulatinamente, indicando a importância dos laços de parentesco quanto à segurança do migrante para o deslocamento e a chegada à grande cidade, a orientação no novo ambiente urbano, o uso de equipamentos e serviços, a obtenção de uma posição no mercado de trabalho, bem

como a manutenção dos referenciais de origem regional através do estabelecimento de um fluxo constante de notícias, presentes, mercadorias, dinheiro e pessoas.

O lazer e a cultura popular constituíram um recorte privilegiado do trabalho de Rigamonte, através da interligação de dois espaços urbanos bem diferentes entre si no que se refere aos equipamentos e às práticas de entretenimento e sociabilidade: o CTN, Centro de Tradições Nordestinas, situado no bairro do Limão, na Zona Norte da cidade, e a Praça Sílvio Romero, no bairro do Tatuapé, Zona Leste de São Paulo. O primeiro local foi analisado como um centro de lazer voltado especificamente para a população migrante nordestina da cidade, onde os frequentadores podiam encontrar conterrâneos e amigos, participar de Forrós, comer comidas típicas e assistir a shows de cantores e bandas de sua predileção, sem ter que pagar pela entrada; no segundo, uma praça urbana, funcionava um sistema de transporte rodoviário concebido por antigos migrantes que, através de um serviço de entregas feito com caminhões, transportavam, de São Paulo para o sertão (Minas Gerais e Bahia), uma diversidade de bens, na maioria das vezes eletrodomésticos, roupas, alimentos, materiais de construção, móveis, bicicletas, motos, utensílios, ferramentas e, principalmente, cartas e dinheiro. Em ambos os locais, uma sólida rede de informações e sociabilidade se instaurava, baseada em laços de parentesco, vizinhança e amizade, permitindo a manutenção, através de alternativas criadas pela própria população, da identidade e cultura de origem. O Forró e a festa de São João, por sua vez, permitiram a Rigamonte refletir sobre as possibilidades do diálogo não só entre campo e cidade, mas entre o tradicional e o moderno, apontando “o que a cultura de massa reflete das tradições e o que a cultura popular absorve daquilo que é considerado moderno” (2001: 33). O Forró do CTN e o das festas de São João do interior da Bahia guardavam entre si relações quanto às tradições perpetuadas e às influências provocadas pelo mercado fonográfico urbano, causadas pelo “ir e vir destes migrantes, que carregam consigo pedaços da cidade e pedaços do sertão, ‘contaminando’ ambos os lados da rede” (2001: 241).

Além do trabalho de campo realizado no CTN e na Praça Sílvio Romero, Rigamonte realizou duas viagens a Piripá, município localizado no sul da Bahia em área de sertão, e pôde acompanhar de perto, já que percorreu o itinerário de carona com um dos caminhoneiros do grupo estudado, a rede de entregas estabelecida por

esta população, bem como assistir a uma das festas mais importantes do Nordeste, a festa de São João.

Ao logo do trabalho de Rigamonte, as marcas da presença do migrante nordestino e sua cultura vão emergindo e constituindo um tipo de mapa com seus pontos de referência, aglutinação e passagem: o Largo da Concórdia, a Estação da Luz, a Baixada do Glicério, os terminais rodoviários, todos na região central; e mais, casas do Norte, salões de baile, mercados, feiras, parques, pontos finais de ônibus, lojas de discos e barracas de venda de alimentos, bebidas, roupas, acessórios, eletrônicos e fitas cassete – espaços de comércio e lazer espalhados por toda a cidade.

A implantação do CTN trouxe à região onde foi instalado muitas transformações, configurando-se, segundo Rigamonte, uma *mancha nordestina*: nos três quarteirões das proximidades deste centro de lazer podiam ser encontrados mais cinco salões de baile e cerca de vinte barracas de lanches e bebidas, gerando um movimento de frequentadores que se estendia madrugada adentro. Além das linhas normais de ônibus que serviam o bairro, havia uma especial que saía do terminal rodoviário anexo à Estação Barra Funda do Metrô rumo ao CTN todos os finais de semana, já que por ali circulavam em torno de 5 mil pessoas (2001: 69-70). No interior do CTN funcionava, também, a Rádio Atual, que, além de tocar os ritmos tipicamente populares e regionais, oferecia serviços de utilidade pública, como orientação de profissionais das áreas médica ou jurídica e auxílio na localização de pessoas. Um dos programas mais conhecidos, o “Forró em casa”, transmitia ao vivo os bailes de sábado e domingo, das 20h às 24h, permitindo que os ouvintes realizassem festas em suas próprias residências valendo-se da transmissão radiofônica (2001: 75). A rádio também transmitia mensagens de ouvintes e o CTN oferecia um serviço telefônico a preços subsidiados, o Telenordeste (idem).

A dinâmica de funcionamento do CTN apresentava diferenças quanto aos dias da semana: às sextas-feiras o baile era mais curto e propício para quem apreciava dançar; aos sábados, o CTN recebia o maior fluxo de pessoas e, a partir das 16h, iniciava-se o playback, “pegando fogo” após as 22h com shows ao vivo; aos domingos, por fim, a programação visava a família, começando com uma missa, depois almoço,

shows e diversões tanto para crianças como para adultos (Rigamonte 2001: 101-102). O CTN, desde sua inauguração em 1991 até a época em que a pesquisa de Rigamonte estava sendo realizada, passou por mudanças, cresceu e teve, também, que dialogar com outros espaços semelhantes que abriram na cidade, como o Centro de Lazer Patativa, na Zona Sul, o Gigantão e o Centro de Tradições Brasileiras, ambos na Zona Leste (2001: 110-111).

> O pequeno "mundo" nordestino construído ali tem de enfrentar agora as vicissitudes do seu crescimento. Para tanto está abrindo mão de um pouco do seu regionalismo, para escancarar suas portas e refletir, assim, os contrastes e conflitos vividos em meio à dinâmica das grandes cidades (2001: 111).

O Forró do CTN tinha um pouco a cara da metrópole, com seus equipamentos eletrônicos, grande número de pessoas e serviços variados, contudo continuava a permitir "uma aproximação dos referenciais de origem, um reconhecimento entre a população frequentadora, além de reafirmar a cultura regional nordestina" (Rigamonte 2001: 115).

Na metrópole as redes de comunicação e sociabilidade, como mostrou Rigamonte, não seguem um padrão homogêneo e outros espaços oferecem dinâmicas específicas de encontros e trocas para o grupo considerado. Este foi o caso da Praça Sílvio Romero, "onde uma rede de indivíduos é movida pelo seu relacionamento prévio, reafirmando laços de confiabilidade e mecanismos de conhecimento, vizinhança e parentesco, provenientes do local de origem" (2001: 115). Localizada próximo ao metrô Tatuapé, esta praça compunha um centro de bairro que se modernizava em meados dos anos 1990, mas ainda conservava "um ar de cidade interiorana" (2001: 117). Aos jovens, que ali mantinham um ponto de encontro nos fins de semana à noite, sucediam-se usuários de diferentes idades que, nos domingos pela manhã, para lá afluíam à espera de caminhões carregados de encomendas provenientes do sertão baiano.

> A relação é de confiabilidade e cumplicidade entre os organizadores e os receptores desta "rede informal de comunicação". Em meio à metrópole e às relações tão

> distanciadas há um espaço preservado que reproduz as relações vividas na região de origem, garantindo sua continuidade.
>
> Trata-se, evidentemente, de uma lógica que pouco tem a ver com a que regula as atividades e negócios próprios da sociedade moderna; tem antes a ver com as relações de tipo comunitário, cuja base de confiabilidade é dada pela referência a vínculos familiares e às redes mais amplas que delas derivam (Rigamonte 2001: 121-122).

Assim, contrariamente às interpretações sobre a impessoalidade, o anonimato e a monetarização das relações sociais no meio urbano, a pesquisa de Rigamonte oferecia a oportunidade de se vislumbrar uma situação em que, ao invés da perda da identidade e desagregação das relações, o que se presenciava era a manutenção de laços, referências, formas de comunicação e práticas até certo ponto tradicionais – no ambiente da metrópole. Sendo em sua maioria trabalhadores da construção civil e empregadas domésticas, atividades profissionais sem vínculos empregatícios muito rígidos, os migrantes logravam participar de ambos os polos deste universo: quando era época de estiagem no Nordeste, aproveitavam as oportunidades de trabalho na cidade de São Paulo; nas estação das chuvas, ao contrário, rumava-se para a terra natal a fim de preparar o solo para o plantio. Aqueles que não eram casados ou eram autônomos podiam viajar duas vezes por ano: na época das chuvas, em Janeiro, para abrir sua roça, e no período da colheita, em Junho, para celebrar a fartura obtida e participar da festa de São João. Os demais geralmente trabalhavam por empreitada e conseguiam voltar a tempo de participar das grandes festas juninas. E, assim, o ritmo da vida se alternava entre a metrópole e o sertão.

Conclusão

A atitude antropológica implica, afinal, uma viagem que desvenda os outros para nós e, no processo, permite o reencontro de nós mesmos num novo sentido de alteridade. Às vezes, a viagem é geograficamente curta e o novo continente está do outro lado da margem de um rio familiar e citadino, mas o mérito da viagem reside na habilidade de ser argonauta quando a ilha é próxima e o vizinho é o mesmo "brasileiro" que, na busca da cidadania, permite a identificação, preservada, entretanto, a diferenciação. Democracia ao largo, visão de terra prometida. Velo de Ouro? (Macedo, Tempo de gênesis, p. 25-26).

De fato, vistos através da distância, ao fim da viagem, os espaços da cidade ganham feição de ilhas raras, ora povoadas de gente mais conhecida – cujo cotidiano, todavia, observado agora de perto e de dentro, se nos afigura de repente paradoxalmente remoto, como povo de quem jamais tivéramos notícias – ora habitadas por estranhas tribos em cujos costumes, decididamente exóticos, quase temos dificuldade em reconhecer nossos vizinhos, pessoas que partilham conosco uma experiência comum, enquanto habitantes da metrópole (Montes, Posfácio, p. 302).

Se, como defendem alguns autores, o conhecimento antropológico vai deixando de ser definido pelo distanciamento geográfico e cultural entre o estudioso e o grupo estudado, mudanças ocorridas na dimensão da construção da alteridade – com investigações sendo realizadas em realidades cada vez mais "próximas" do pesquisador – foram um dos fatores que ajudaram a produzir rupturas no interior da própria disciplina, causando novas diferenciações em termos das antropologias nacionais: nos Estados Unidos, como já citado anteriormente, as pesquisas "at home" passaram a fazer parte dos "Cultural Studies" (feminist studies, science studies etc.); no caso europeu,

este tipo de investigação continua a compor o campo de trabalho da Antropologia (Peirano 1999: 225-226).

No Brasil, a passagem do estudo da alteridade considerada “radical” – a tribal – para uma alteridade “próxima” deu-se em tempo relativamente curto comparando-se aos centros onde a Antropologia primeiramente adquiriu abrangência internacional, como Estados Unidos, Inglaterra e França (Peirano 1999: 227). Em nosso país, a composição dos departamentos nas universidades acabou por reunir pesquisadores de diversos campos – indígena, rural, urbano, afro-brasileiro entre outros – abrigando certo estilo local diferenciado em relação, por exemplo, a contextos onde as divisões administrativas se definem por especialidades em áreas geográfico-culturais (idem).

Quanto às “viagens geograficamente curtas”, mencionadas na primeira epígrafe desta conclusão, alcançar o continente a ser pesquisado a partir da travessia de “um rio familiar e citadino” não retira nem diminui o mérito do viajante, como enfatiza Carmen Cinira Macedo, porém pede o desenvolvimento de habilidades específicas no ato de “estranhar” o habitual e produzir o distanciamento contrastante, seja a alteridade “próxima” ou “mínima”. Longe de tomar a dimensão do exotismo como essencial ao saber antropológico, esta Antropologia que se faz “em casa” tende a ser “não só aceitável quanto desejável” (Peirano 1999: 225). Peirano sustenta que a dimensão da alteridade mudou, porém o princípio não desapareceu, podendo ser mantido como aspecto fundante da Antropologia. Para a autora, “a diferença cultural pode assumir (...) uma pluralidade de noções”, traduzindo-se a alteridade em diferenças relativas e não propriamente exóticas (idem 226).

Alguns autores abordados neste trabalho refletiram sobre a questão da proximidade do pesquisador com o grupo estudado e o problema da construção da alteridade, bem como sobre as condições em que se deu o recorte do objeto de pesquisa. Não raro, vivências pessoais apareceram como fator importante no processo de escolha do tema e na definição dos problemas analisados nas investigações, sendo tratadas de modo renovador. Embora

nenhuma das circunstâncias narradas abaixo remeta à “alteridade mínima” no sentido de Peirano (1999) e que caracterizou o presente estudo, ou seja, tratar como objeto de pesquisa o próprio campo científico a que pertence o pesquisador, não deixa de ser instigante acompanhar os processos de “reencontro” dos antropólogos com eles mesmos na descoberta de “um novo sentido de alteridade”.

Geraldo Romanelli, que em meados dos anos 1970 pesquisou o tema do trabalho e das aspirações entre bancários na cidade de São Paulo, tinha sido ele próprio bancário. Este segmento constituía, à época, um símbolo da grande e diversificada categoria dos empregados de escritório, a qual se configurava como um setor profissional em expansão voltado principalmente para as camadas médias urbanas por exigir um maior grau de escolarização. Quanto aos bancários, pelo seu prestígio, peso numérico e atuação político-sindical, fazia-se sentir a necessidade de um estudo voltado para suas práticas sociais. Romanelli lançava mão, assim, da experiência de trabalhador de classe média “como elemento auxiliar da investigação de sua própria camada social, convertendo-se em material que enriquece (...) a análise” (1978: 10). Remetia-se às pesquisas de Clark, Hoggart e, no Brasil, Gilberto Velho, centrando seu estudo nos escriturários e administradores do mesmo banco onde trabalhara por oito anos, o Banco do Estado de São Paulo S. A. (1978: 13-14).

Ao contrário do que se poderia supor, mesmo sendo ex-funcionário e conhecendo pessoas em posições de prestígio na cúpula administrativa da empresa, Romanelli não conseguiu obter do Banco dados numéricos consistentes para fazer um sorteio aleatório de trabalhadores a serem entrevistados. Deste modo, as informações que ainda detinha sobre a estrutura interna de funcionamento da organização e os contatos estabelecidos no passado revelaram-se fundamentais para esta seleção. Por outro lado, embora partilhando vivências de trabalho com seus informantes, a posição de antropólogo gerou receios de que o material obtido pudesse ser utilizado, de alguma forma, contra eles. Percebe-se que, para o Banco, Romanelli era considerado alguém “de fora” não mais sujeito aos controles institucionais e, para os funcionários, sua posição afigurava-se ambígua na medida em que,

como pesquisador, não estava mais “dentro” das relações de troca e lealdade próprias daquele grupo de interesse.

Em outra situação em que experiência profissional cruzou-se com atividade de pesquisa, Helena Maria Sant’Ana Sampaio iniciou a coleta de dados sobre a organização e o funcionamento de cozinhas comunitárias quando ainda atuava como “técnica social” na Secretaria de Promoção Social do município de Osasco. Definiu o tipo de observação que empreendeu nesta fase como “observação distante”, pois as tarefas exigidas por sua atividade de trabalho não permitiam a realização de uma pesquisa de campo nos moldes clássicos: ao cuidar da concepção, implantação e supervisão do programa, Sampaio estava associada à equipe responsável pela operacionalização das cozinhas (1988: 3). Somente depois de começar sua pós-graduação, passou “a desempenhar o ofício de ‘antropólogo’, aproveitando a experiência como material preliminar para a realização da pesquisa” (1988: 4).

Refletindo sobre sua própria história de vida “enquanto membro da classe média católica do Rio de Janeiro e moradora da Zona Sul (onde se encontravam favelas)” (1984: 22), Ana Maria de Niemeyer questionava-se acerca da reprodução, até certa fase de sua trajetória, de representações depreciativas ou assistencialistas sobre áreas de habitação popular, geralmente formuladas pelo seu extrato social de origem. Por residir naquela região da cidade, havia acompanhado, a partir de meados da década de 1960, várias remoções violentas, o que influenciou sua decisão de estudar tal realidade. Um dos questionamentos que trouxe para seu trabalho referia-se ao fato de ter saído “do papel previsto para um observador participante ao fazer uma escola na favela” (1984: 20), na qual passou a dar aulas.

Na pesquisa *O militante homossexual no Brasil da Abertura*, Edward MacRae refletiu sobre a relação pesquisador-pesquisado e o modelo de trabalho científico que pressupõe distanciamento em nome de posturas neutras e imparciais (1985: 10-11). Recorrendo às reflexões de Eunice Durham (1986) sobre as influências da politização da sociedade brasileira da época na situação de pesquisa, momento em que muitos proclamaram a necessidade de

engajamento do cientista concomitantemente à sua responsabilidade social, MacRae se dizia “passando da observação participante para a participação observante e até militando ativamente” (1985: 11).

Se Romanelli conhecia “de dentro” o mundo do banco por ter sido escriturário e haver compartilhado valores e aspirações com seus pesquisados, se MacRae identificava-se com seus informantes militantes, Marinês Antunes Calil autoproclamava-se uma das “fundadoras” da Cultura Cluber na cidade de São Paulo. Sobre seus nativos, sublinhava certo conflito entre as posições de “informantes” e “interessados” – interesse, principalmente, em auferir prestígio e certos benefícios decorrentes do contato íntimo e constante com a “antropóloga clubber” (1994: 16).

Outra pesquisadora, Heloisa Buarque de Almeida, assumiu-se como “cinéfila” estudando o comportamento e as representações do público frequentador de cinema (1995: 13). Tal como MacRae, Heloisa de Almeida refletia sobre “o risco de fazer mais ‘participação observante’ do que ‘observação participante’” (1995: 13), mesmo não sendo militante de movimento social. Adotou um distanciamento temporal em relação a sua própria geração, optando por pesquisar, prioritariamente, os anos 1940 e 1950, construindo, assim, uma posição de estranhamento. No caso de Maria Filomena Gregori, que investigou uma instituição de atendimento a mulheres de camadas populares vítimas de violência doméstica, o SOS Mulher de São Paulo, só foi aceita como pesquisadora diante das militantes do grupo depois de assumir a posição de plantonista, ou seja, atendente, tendo analisado, inclusive, os conselhos que deu às mulheres que orientou (1988: 5-7). Em certo trecho de seu texto chegou a se autointitular militante também.

Rosani Rigamonte, que pesquisou o tema dos sertanejos contemporâneos na metrópole, era nascida e criada na Mooca, bairro operário e conhecido reduto de descendentes de italianos da cidade de São Paulo que passou por muitas mudanças sociais a partir da chegada dos migrantes nordestinos: viu os Ninos, Carmelas e Enzos darem lugar aos Severinos, Josefas e Zuínas; presenciou a macarronada e a bocha serem substituídas

pelo caldo de mocotó e os bailes animados pelo som de sanfonas e zabumbas (2001: 30). Neste caso, Rigamonte saiu de seu bairro de origem em busca de outros espaços da cidade de São Paulo caracterizados pela presença nordestina, como o Centro de Tradições Nordestinas, os Forrós e a Praça Silvio Romero, onde, como visto neste trabalho, ocorria um inusitado sistema de comunicação da metrópole com o sertão.

Em “Observando o observador”, item do texto de sua dissertação de mestrado, Vagner Gonçalves da Silva contou como, a partir do convite de um colega do curso de graduação em Ciências Sociais da USP, foi introduzido no ambiente de um terreiro no qual se mesclavam práticas de umbanda e candomblé, sendo assim que, a partir da inserção ao mesmo tempo na universidade e no candomblé, acabou por se transformar em um estudioso deste campo religioso (1992: 12). Ao conhecer um segundo terreiro no qual os frequentadores tinham, em sua maioria, formação universitária, Silva passou a compartilhar com alguns de seus membros o interesse por pesquisas. Entretanto, foi em um terceiro local que o antropólogo assumiu uma posição propícia ao desenvolvimento de sua investigação, recebendo o título honorífico de *Agbá* (conselheiro) de Ogum e, assim, tendo acesso aos ritos mais secretos do grupo. Tempos depois, seria designado como *Oju Obá* (“Olhos do Rei”), o que aludia à sua condição de “olhador”, ou seja, observador (1992: 16).

Rita de Cássia Amaral, antes de começar seu curso de pós-graduação, atuou como membro da equipe de pesquisadores do Professor Reginaldo Prandi, da USP, o que “lhe permitiu conhecer o candomblé paulista em todas as regiões da cidade, nos seus vários ritos, linhagens e práticas” (1992: 8). Em sua segunda visita a uma das casas, na companhia, inclusive, de Vagner Gonçalves da Silva, foi “suspensa” (escolhida pelo orixá) para ser *Ekede* (espécie de aia) (idem). Mesmo sem ter sido iniciada, o cargo de *Ekede* concedeu-lhe acesso à cozinha e às dependências íntimas do terreiro, bem como ao pai-de-santo. Aparecem no texto de Amaral referências a amizades com pessoas ligadas ao candomblé mesmo antes de cursar a pós-graduação. Suas ligações com membros das casas que estudou perduraram anos,

provavelmente por causa de sua predisposição em participar dos serviços religiosos sem impor limites ou regras.

Quanto às indagações formuladas na Introdução deste trabalho, sobre a construção do distanciamento interpretativo adequado a empreendimento que envolveu bastante proximidade com o grupo de professores e alunos da área de Antropologia da USP, mas que não se configurou como uma história do Departamento (abordagem de cunho institucional) nem da Antropologia, a estratégia principal foi seguir trajetos e nexos de e entre conceitos, categorias e modelos de análise, não só empregados ou produzidos pelos membros mais estáveis da instituição, como seus docentes, mas também por estudantes de diversos períodos. Foram valorizadas, deste modo, pesquisas de campo de antropólogos experientes com trajetórias consolidadas e de antropólogos em formação, em diferentes momentos da existência do Departamento, da relação da Antropologia com os outros campos das Ciências Sociais, da realidade política, econômica e social do país bem como da vida da cidade. Cada período considerado não foi tratado como representando desenvolvimento intelectual internamente homogêneo, mas envolvendo trocas e diálogos teóricos e temáticos dentro de um conjunto de referências relativamente compartilhado. Observou-se que períodos subsequentes representavam alargamentos do espectro de temas, questões e teorias tratados pelas gerações anteriores, sendo os novos objetos de estudo frutos principalmente dos contextos sociais, políticos e culturais em relação aos quais os pesquisadores se mostraram não só sensíveis, mas comprometidos.

Quanto às categorias levantadas a partir da leitura deste conjunto de pesquisas destacaram-se *trabalho*, *família* e *mobilidade social*, para os anos 1960 e 1970, estando todas interligadas através da noção de *projeto*; *periferia* e *classes populares*, para as décadas de 1970 e 1980; e *pedaço*, para os trabalhos orientados por José Guilherme Magnani a partir de meados da década de 1980 até o ano 2000, segundo o recorte aqui escolhido. A seguir apresentam-se as considerações finais sobre os “trajetos” destas noções e seus rendimentos à época, bem como sobre as possibilidades de desdobramento ainda em aberto.

Dentre as pesquisas analisadas neste trabalho e desenvolvidas durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, a categoria *projeto*, no sentido de um conjunto de orientações produzidas no âmbito do grupo familiar e direcionadas para objetivos determinados coletivamente, foi empregada por Eunice Durham em seu estudo sobre os processos de migração do campo para a cidade, abrindo novas possibilidades de interpretação para as investigações de seus orientandos, principalmente Gilberto Velho (com a noção de *projeto individual*). *Projeto de ascensão social* (Durham 1984: 205), *projeto familiar* (1984: 210) e *projeto de consumo* (1984: 218) referiam-se às aspirações a serem realizadas principalmente através da escolarização e do ingresso de alguns membros da família em profissões não manuais, o que propiciava, por sua vez, o acesso a novos bens de consumo disponíveis na cidade e a melhoria geral das condições de vida do grupo. Envolvendo as representações que a família elaborava sobre si própria e sobre suas relações com a sociedade mais ampla, a categoria *projeto* remetia, segundo Durham (1966; 1984), Moraes (1977) e Romanelli (1986), ao plano da *ideologia*.

Para Carmen Cinira Macedo P. de Moraes, que estudou a família operária, *projeto* expressava tanto uma consciência sobre a situação de classe quanto certa noção das possibilidades futuras, levando-se em conta as relações hierárquicas a que aqueles trabalhadores estavam submetidos. No trabalho de Romanelli, o emprego desta categoria referia-se a grupos familiares de camadas médias, que nem sempre aspiravam à manutenção do modelo de família nuclear tradicional (1986: 36), não se apresentando o *projeto* como algo fixo e determinado de uma vez por todas, mas, em um clima de maior liberdade e autonomia individuais, como passível de mudanças, abrindo-se a família para rearranjos e inovações em termos das orientações prévias acordadas por seus membros (1986: 322).

Ao assumir o desafio de estudar as relações entre vida familiar, trabalho e consumo no contexto urbano-industrial, Moraes adentrava a senda já percorrida por sua orientadora, Eunice Durham, e por antropólogos que estavam ampliando seu campo de atuação ao analisar experiências sociais do ponto de vista do modo de vida em uma sociedade de classes, lançando nova

luz sobre as formas de reprodução das desigualdades geradas pelo sistema capitalista. Ao optar pela observação da família operária da época, o interesse da autora voltou-se para a maneira como aqueles grupos familiares organizavam objetivamente a satisfação de necessidades, projetando-se no futuro.

Analisada enquanto elemento de mediação entre a esfera da produção e a do consumo, a família operária aparecia propiciando a seus membros, através do gerenciamento da renda obtida coletivamente, a experiência concreta do acesso, também coletivo, aos bens e às facilidades da vida urbana moderna. Ou seja, a vivência da situação de classe operária definia, segundo a pesquisa de Moraes, um padrão regular de organização familiar, o que permitiu à autora empregar a categoria *projeto de vida*, central em sua análise. As prioridades determinadas por tais grupos familiares direcionavam-se para a aquisição da casa própria ou do terreno que propiciaria a construção da mesma, permitindo alcançar a independência em relação aos gastos com aluguel. No caso da compra do imóvel estar muito distante das possibilidades reais do grupo familiar, colocava-se como objetivo mais imediato a ampliação da capacidade de consumo de bens que ofereceriam novo status e melhores condições de vida aos seus portadores (eletrodomésticos, mobiliário, roupas etc). Reiterando a importância da categoria *projeto familial*, Moraes analisava os significados atribuídos pelos operários não só à sua posição no sistema social relativamente a outros agentes, mas também às diferentes possibilidades de participação na estrutura de consumo. A característica básica do *projeto de vida* era a percepção de que a renda obtida através do trabalho fabril manual, por ser muito restrita, dificultava o acesso aos bens e serviços necessários para fazer frente às necessidades criadas pela situação urbana. Naquelas circunstâncias, a crítica empreendida pelos operários, segundo a autora, não se dirigia diretamente contra o sistema capitalista ou o patrão, mas à defasagem entre a riqueza produzida e o salário efetivamente recebido. O *projeto de vida operário* expressava, assim, uma avaliação negativa das condições de vida presentes e a aspiração de aumento da renda salarial futura.

Outra categoria que assumiu importância central nos trabalhos orientados por Eunice Durham e Ruth Cardoso nos anos 1970 e 1980 foi *periferia*. A periferia adquiria visibilidade menos enquanto espaço urbano específico, com uma determinada gênese e características definidas a partir do referencial das áreas centrais da cidade, e mais como "um cenário privilegiado para o estudo de um contexto cultural emergente que caracteriza o modo de existência [das] classes populares" (Macedo 1986: 23).

Nestas áreas da cidade, segundo tais análises, a consciência crescente da exclusão tornava a população mais receptiva "a certas formas de ação conjunta que são de natureza política e envolvem um enfrentamento com o Estado" (Macedo 1986: 23). Tanto o padrão de constituição deste tipo de espaço quanto os comportamentos políticos de seus habitantes entravam nas considerações analíticas dos pesquisadores, entretanto eram os processos culturais que constituíam o centro dos interesses. Esta foi a marca distintiva dos estudos antropológicos realizados na USP naquele período, principalmente o enfoque da relação entre o modo de vida das classes populares e a questão dos movimentos sociais urbanos, o que equivale a ressaltar a importância do método etnográfico, com observação participante, permitindo a abordagem dos "padrões sócio-culturais e sócio-psíquicos do cotidiano" (idem). A relação entre Antropologia e Ciência Política era considerada desejável e frutífera, na medida em que, nos espaços abertos pelas novas práticas sociais – reivindicação de direitos, vigilância civil, ações identitárias, entre outras – os elementos culturais não eram elaborados nem se exprimiam exclusivamente em termos de simbolismos políticos, havendo, então, largo terreno para reflexões conjuntas sobre ideologia e poder.

Associada às problemáticas da periferia e dos movimentos sociais urbanos, o uso da categoria *classes populares* indicava, ao longo dos anos 1970 e 1980, um alargamento da noção de *classe operária* e uma crítica do paradigma do Estado enquanto campo de constituição das classes. O interesse em pesquisar o caráter de espontaneidade – ou não – destas organizações populares unia todas as Ciências Sociais. Entretanto, será no campo da Antropologia, através principalmente do método etnográfico, que a leitura

economicista dos processos sociais daria lugar à priorização do vivido e do simbólico.

> A idéia de “popular” nesse período não tem como referência a formação de uma classe operária, tal como se colocava no período da industrialização. A presença dos movimentos sociais urbanos e rurais e das novas formas de associações populares no cenário político brasileiro, fato que também se observa em alguns países latino-americanos (...), exigiu dos intelectuais das ciências sociais a tarefa de interpretá-los (Sampaio 1988: 18).

Dos diálogos entre as pesquisas de Durham, Cardoso e seus orientandos emergiam novas possibilidades de partilha de instrumentos de análise, com enriquecimentos mútuos que apontavam não só para o alargamento do campo da Antropologia na direção do estudo das *alteridades próximas* (Peirano 1999), mas para a complexidade e diversificação de uma metrópole como São Paulo em um país que, nos anos 1980, já abrigava uma população majoritariamente urbana. Não era uma casualidade que, em vários trabalhos das décadas de 1970 e 1980, fosse central a preocupação com o estudo das condições de vida em bairros mais afastados do centro da cidade, com população constituída por uma maioria de migrantes.

Desde as pesquisas de Eunice Durham, Ruth Cardoso e João Baptista Borges Pereira, a temática da migração interna vinha sendo abordada no campo da Antropologia da USP. Pereira, por exemplo, ao estudar a implantação de um ginásio na periferia de São Paulo, tema só indiretamente vinculado à questão da migração, não só se mostrou atento às configurações espaciais próprias destas regiões mais afastadas e carentes de infraestrutura e serviços, como trouxe para seu trabalho indicações sobre formas de sociabilidade, condições concretas de vida e valores compartilhados por uma população de fixação recente na cidade. O tema da mobilidade dentro da escala social também foi recorrente nos estudos destes três autores e a família cumpria, como visto no Capítulo II, um papel central nos mecanismos que

embasavam o “melhorar de vida”. O trabalho aparecia como a condição fundamental, mas não suficiente, para a ascensão do indivíduo e do grupo, com fatores como apoio familiar, estudo, formação profissional e alargamento das experiências através do modo de vida urbano compondo as demais características necessárias.

As discussões sobre trabalho e família, presentes em grande parte das pesquisas orientadas por Durham e Cardoso, geraram desdobramentos enriquecedores, principalmente em termos da análise das representações coletadas junto à população ou grupo estudado.

José Ricardo G. P. Ramalho, em *Mundo do crime; a ordem pelo avesso*, de 1978, pesquisa realizada na Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru, referia-se às categorias nativas *mundo do trabalho* e *mundo do crime*, ou *vida do crime*, como fundamentais dentre as representações dos presos na cadeia (1978: 80). Ao procurar se desvincular, em suas falas, do *mundo do crime* e dos estigmas a ele associados, os presos sempre se referiam às suas ligações com o trabalho e a família, sendo estas dimensões indicadoras, para eles, da possibilidade de recuperação e volta ao *mundo legítimo*. Em sua investigação, Ramalho abordava os processos sociais através dos quais a noção de delinquência remetia a formas de controle social, com grupos inteiros sendo colocados permanentemente sob suspeição – favelados, pobres, desempregados, negros, drogados etc. – o que justificaria uma vigilância constante sobre as parcelas excluídas e marginalizadas da população “em nome da perseguição ao crime” (1978: iv).

Ao discutir a expressão “bairro dormitório”, que aludia ao local de moradia dos trabalhadores e, simultaneamente, à representação do tempo que não era o de trabalho (ou de locomoção casa-trabalho-casa) como sendo só o suficiente para se dormir, Teresa Caldeira (1982) conferia visibilidade e importância à dimensão das relações de sociabilidade baseadas nas redes de parentesco, vizinhança e coleguismo, que configuravam as identidades e estruturavam a vida social (1982: 141). Se São Paulo era “outro mundo”, com suas características de movimento, barulho, muita gente e correria, o Jardim

das Camélias propiciava, segundo seus moradores, modos de comunicação fundados no conhecimento direto, prolongado e íntimo, ou seja, em um estilo de vida assentado sobre trocas sociais cotidianas e um sentimento de solidariedade menos presentes em regiões centrais da cidade – manifestações de formas de sociabilidade próprias do *pedaço*, que já havia sido analisado por José Guilherme Magnani (1984) em sua pesquisa sobre cultura popular e lazer.

Ao tratar da natureza das tarefas domésticas, Caldeira também analisou os sentidos atribuídos à atenção e disponibilidade dispensadas para "arrumar", "por ordem" e "arranjar" objetos, recursos e pessoas (panelas, roupas, comida, filhos) que configuravam uma miríade de ações repetitivas e inacabáveis a ocupar praticamente todo o dia, sendo representadas pelas entrevistadas como *trabalheira* (1982: 155).

Maria Filomena Gregori também tomou da linguagem coloquial de seus nativos, os "meninos de rua", o termo *viração* e utilizou-o como categoria analítica. *Viração* referia-se à prática de "se virar" para sobreviver, "circulando" constantemente sem se fixar em algum lugar nem estabelecer relações muito permanentes, lançando mão de uma série de expedientes para obter comida, roupas e dinheiro para pequenos gastos pessoais. A autora partiu da hipótese de que a "circulação" era recorrente nas famílias das quais estes jovens e crianças provinham, tratando-se de um padrão popular de deslocamentos existente, principalmente, entre os mais pobres devido às "oportunidades limitadas de trabalho e fixação" (1997: 101).

A *viração* também implicava adotar várias posições de forma não excludente, comportando-se ora como "trombadinha", ora como "avião" (passando drogas), "menor carente", "sobrevivente", adulto ou criança, de acordo com a situação e as relações estabelecidas (1997: 20-21). A análise das regras de convivência presentes nos diferentes grupos de "meninos de rua" trouxe à luz o que podia ser considerado "um mínimo para que a sociabilidade seja garantida" (1997: 130). Em muitos casos, eles lançavam mão de comportamentos mais convencionais vinculados à reprodução de estruturas familiares, por exemplo, nos relacionamentos que envolviam "mães de rua",

“filhos” e “filhas de rua”. Estas meninas, as “mães de rua”, detinham uma posição de liderança e proteção, funcionando como “substitutas” da mãe biológica, segundo o que estes jovens representavam como sendo a relação mãe-filho (1997: 130-138).

Uma categoria que também se remetia às análises sobre trabalho e família, e que apareceu na pesquisa de Luis Henrique de Toledo (2000), orientando de José Guilherme Magnani, foi *higiene mental*. Esta categoria nativa, como foi visto no Capítulo IV, aludia a vivências situadas, simbolicamente, entre as esferas do trabalho e do lazer: a *higiene mental* referia-se ao desfrute do tempo do “não trabalho” sem caracterizar-se exatamente como o lazer realizado nos finais de semana, entre familiares ou amigos (Toledo 2000: 295). A noção de “higiene” era reveladora de relações e espaços – a sociabilidade entre amigos nos bares – a partir dos quais era possível limpar-se “das imposições e constrangimentos do trabalho (...) sem, contudo, suprimi-las” (2000: 295).

Dentre as categorias tratadas ao longo deste texto e que derivam do palavreado nativo – como *trabalheira*, *viração*, *higiene mental*, entre outras – a noção de *pedaço*, empregada por Magnani (1984) em seu doutorado, gerou uma “família” de categorias e um modelo de análise que encontraram, principalmente nos trabalhos de seus orientandos, aplicações e desenvolvimentos fecundos, desde meados dos anos 1980 até o momento atual, abrangendo contextos que variam da grande cidade globalizada, como no caso de São Paulo, até cidades médias, capitais do Nordeste, da Amazônia e regiões ribeirinhas.

Como visto no Capítulo III, Magnani testou a categoria *pedaço* em áreas mais centrais da cidade de São Paulo, detectando certos padrões de uso e ordenação do espaço, bem como de relações de sociabilidade, o que lhe permitiu elaborar sua “família” de categorias – *pedaço*, *mancha*, *trajeto*, *circuito* e *pórtico* – e ampliar o espectro das análises sobre as práticas de lazer e sociabilidade no meio urbano. No contexto do bairro, as formas de uso e apropriação do espaço mantinham como referência as redes de relações já

existentes – família, vizinhança, origem – resultando na sociabilidade característica do *pedaço*. Em outros pontos da cidade, para onde afluíam grupos bastante heterogêneos entre si para práticas de encontro, troca e lazer, também ocorria a partilha de gostos, valores e interesses, mas a partir de mecanismos específicos de identificação, envolvendo o reconhecimento de símbolos, linguagens, vestimentas, hábitos de consumo, crenças religiosas, estilos de vida etc. Eram os *pedaços* do centro, onde os frequentadores, embora desconhecidos entre si, se percebiam enquanto portadores de simbolismos semelhantes (2008: 38-39).

As noções que se seguiram a *pedaço*, possibilitaram a Magnani ampliar suas reflexões sobre o modo de vida de diversos segmentos da população urbana, pois ao ultrapassar a ambiência dos bairros de periferia para pesquisar em regiões mais centrais da cidade, a abordagem passou a considerar, teórica e metodologicamente, fluxos maiores e mais heterogêneos, relações intergrupais nem sempre isentas de tensões e conflitos, possibilidades de encontros entre estranhos com partilha de gostos, valores e interesses, enfim, apropriações do espaço e trocas sociais mediadas por diálogos e negociações que envolviam processos identitários não mais ligados diretamente aos locais de origem, vínculos de parentesco e vizinhança ou laços de amizade.

Quanto à aplicação daquela “família” de categorias em áreas mais centralizadas, as pesquisas desenvolvidas pelos orientandos de Magnani privilegiaram, também, a dimensão da sociabilidade realizada sob múltiplas formas. No caso das investigações feitas na cidade de São Paulo a partir de meados da década de 1980 e durante os anos 1990, as interações foram abordadas em contextos como shopping centers, terreiros de candomblé, estádios de futebol, cinemas, forrós, *fashion clubs*, festas de cunho religioso ou laico e moradias de uso coletivo, permitindo aos autores transitar por campos marcados por apropriações, códigos e regras heterogêneos, no interior dos quais foi necessário investigar representações, padrões de comportamento e redes de relações específicas. Na medida em que a interpretação antropológica destes espaços, instituições e práticas não pretendia se esgotar neles próprios, encontrava-se nestes trabalhos a necessidade do

estabelecimento de mediações em relação à dinâmica cultural urbana, buscando variáveis e referenciais mais abrangentes a fim de que as análises obtivessem maior relevância dentro de um plano social e histórico mais amplo.

A etnografia cumpriu (e cumpre) um papel metodológico fundamental nos trabalhos orientados por José Guilherme Magnani, incorporando aos contatos aprofundados com sujeitos e realidades investigados estratégias que ajudam a superar possíveis distorções advindas de uma *alteridade próxima* que se torna necessário "estranhar" – por exemplo, estabelecendo uma distância temporal, como no caso de Heloísa Buarque de Almeida, que estudou a frequência às salas de cinema dos anos 1940 e 1950 a fim de não se restringir ao público com o qual ela própria se identificava em termos de faixa etária, e, também, no caso desta pesquisa, que analisa trabalhos realizados nos anos de formação da área de Antropologia Urbana da USP bem como seus desdobramentos, abrangendo as décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990. O recorte espacial que caracteriza a investigação da autora que aqui está escrevendo – a cidade de São Paulo como *campo* para os antropólogos da USP – também implica a construção de um distanciamento em relação a sua experiência anterior no mestrado, pois a coleta de dados para a pesquisa sobre o serviço telefônico de encontros "Disqueamizade 145", tema de dissertação defendida em 1991, foi realizada nas cidades de Maringá, no Paraná, e Campinas, no interior do estado de São Paulo.

Nas pesquisas orientadas por Magnani nos dez primeiros anos de sua atuação no Departamento de Antropologia da FFLCH da USP, as referências à sua "família de categorias" foram se sucedendo, apontando, ao mesmo tempo, para um rendimento analítico enriquecedor da investigação original sobre lazer e cultura popular (1984) e para os nexos entre temas de pesquisa tão variados como os tratados por seus alunos.

Em seu trabalho sobre as formas de sociabilidade presentes nos shopping centers, ao abordar a multiplicidade de usos destes espaços para além do consumo de mercadorias e serviços, o que constituía um alargamento da função projetada por seus criadores e planejadores, Heitor Frúgoli Jr.

analisava os diferentes significados atribuídos pelos usuários às suas próprias práticas bem como as relações destas instituições com o contexto urbano mais amplo.

Como locais de interação para diferentes segmentos da população, cujos objetivos e comportamentos variavam de acordo com a faixa etária, o sexo, a classe social, a inserção profissional, o poder aquisitivo e a região de proveniência, os shopping centers permitiam desde o consumo simbólico do espaço até a experiência multiforme da aquisição de bens aliada à fruição do estilo de vida metropolitano permeado pela heterogeneidade. Interpretando o contexto urbano contemporâneo como marcado pela fragmentação dos antigos centros, em cujo processo eram produzidas “novas centralidades”, Frúgoli Jr. abordou a apropriação dos shopping centers sob a ótica do *pedaço*, fazendo o contraponto com praças, parques, ruas de comércio, calçadões e galerias, bem como com o local de moradia. Jovens provenientes de áreas periféricas da cidade de São Paulo, segundo a pesquisa do autor, valorizavam o espaço do shopping marcadamente pelas experiências de urbanidade e modernidade ali oferecidas, embora muitas vezes ocorresse uma reafirmação e continuidade dos laços sociais estabelecidos no bairro: o novo *pedaço* abria possibilidades de encontro, paquera e diversão em um ambiente de fruição estética e social cujas referências não eram encontradas nos locais de moradia e trabalho, sem que isso implicasse, entretanto, em rompimento com as experiências anteriores.

Não apenas os jovens da periferia faziam dos shopping centers um *pedaço* para a vivência da sociabilidade, como mostrava a permanência no estacionamento do Shopping Ibirapuera de um grupo de classe média com estilo mais atlético e, no seu interior, de rapazes e moças em geral magros, cabeludos e com roupas rasgadas, que preferiam os espaços fechados a ficar ao ar livre. *Pedaços* masculinos também se formaram no Shopping Center Norte, com indivíduos sozinhos ou reunidos em pequenos grupos praticando uma circulação semelhante ao tradicional *footing* das cidades do interior, principalmente após as 22h, atraindo garotas que andavam igualmente desacompanhadas ou junto com amigas (Frúgoli Jr. 1989: 149).

Como contraponto àqueles shoppings situados nas proximidades das avenidas marginais, o Center 3, por ser menor e ter estrutura de lazer mais modesta, fazia parte de um *circuito* composto por estabelecimentos comerciais situados em suas cercanias, como bares, restaurantes, livrarias, cinemas, galerias e boates da região da Avenida Paulista, comunicando-se com opções de lazer também presentes na Avenida Consolação (Frúgoli Jr. 1989: 190). Os frequentadores destes estabelecimentos faziam pequenos *trajetos* a pé interligando-os (idem).

No trabalho de Frúgoli Jr., primeiro orientando de José Guilherme Magnani, a influência da "família" de categorias desenvolvida por seu orientador já se fazia sentir, como visto acima. A noção de *mancha*, entretanto, ainda não aparece e as demais categorias são utilizadas sem uma definição precisa de seu conteúdo. É necessário lembrar que apenas a categoria *pedaço* havia sido, no início dos anos 1980, bem delimitada por Magnani no estudo *Festa no pedaço* (1982), sendo as demais resultantes das pesquisas que se desenvolveriam a partir de projeto cujo trabalho de campo se efetuou nas áreas mais centrais da cidade de São Paulo e ocorreu quase simultaneamente à própria pesquisa de Frúgoli Jr.

No início dos anos 1990, outros dois orientandos de Magnani que pesquisavam na cidade de São Paulo defendiam seus mestrados na FFLCH da USP – ambos em torno da temática do candomblé urbano – já sob influência mais direta das discussões desenvolvidas no Núcleo de Antropologia Urbana, criado em 1988: Vagner Gonçalves da Silva e Rita de Cássia de Mello Peixoto Amaral. As categorias *pedaço* e *trajeto*, com ênfase semelhante à que foi encontrada no trabalho de Frúgoli Jr., apareceram citadas diretamente apenas no trabalho de Silva. *Pedaço* foi empregado em relação ao trecho da Praia Grande onde a Festa de Iemanjá começou a ser realizada, na década de 1960, configurando um espaço sagrado, reconhecido por autoridades e moradores como local de culto das religiões afro-brasileiras (Silva 1992: 184). Na cidade de São Paulo e em sua região metropolitana, os adeptos destas religiões, segundo o autor, demarcavam pontos apropriados para a execução de oferendas aos orixás em locais como a represa Billings, o Caminho do Mar

(antiga Estrada de Santos), a Guarapiranga e tantos outros rios, córregos, cachoeiras, lagos, que, juntos, formavam um sistema de posições estabelecendo *trajetos* específicos de acordo com as necessidades dos rituais (Silva 1992: 190).

Nos trabalhos defendidos em meados da década de 1990, como os de Toledo (1994) e Calil (1994), as categorias da "família" elaborada por Magnani já apareciam acompanhadas de definições referidas ao texto "Da periferia ao centro: pedaços e trajetos" publicado em 1992. Na pesquisa sobre torcidas organizadas de futebol, Toledo abordou os usos, concepções e ressignificações dos torcedores em relação a espaços públicos como ruas, avenidas e demais logradouros ao levarem "consigo as marcas e o ethos de seus respectivos *pedaços* e regiões" (1994: 53). O autor enfatizou os dois elementos básicos constitutivos do *pedaço*, sendo o primeiro de ordem espacial sobre o qual se estende uma rede de relações, instaurando-se códigos capazes de separar, classificar e ordenar o pertencimento a um território particular, o que diferencia seus membros em relação aos integrantes de outros *pedaços* (idem). O *trajeto* percorrido pelos torcedores comuns – do local de moradia até o estádio de futebol – distinguia-se daquele realizado pelos membros das torcidas organizadas e que consistia em ir da casa para a sede da torcida e, somente então, desta para o estádio (1994: 55). A sede da torcida organizada configurava-se como um espaço de partilha de valores bem como de vivência de uma memória e identidade coletivas. Sendo a rua o espaço do encontro entre estranhos, visto como lugar de ocorrência de potenciais conflitos e tensões, o próprio poder público estabelecia *trajetos* para separar torcidas contrárias em dias de clássicos, delimitando os percursos a fim de prevenir interações caracterizadas pela violência (1994: 96-97).

Para Marinês Antunes Calil, a *dance culture* seria um "fenômeno-instituição" que produzia uma rede de relações envolvendo as esferas do lazer, do trabalho e da produção estética (1994: 15). A autora identificou o quadrilátero onde ficava a maioria dos *fashion clubs* da cidade de São Paulo, formado pela Avenida Paulista, Rua Augusta, Rua Estados Unidos e Avenida Rebouças, denominando-o em sua pesquisa de "Manhattan paulistana". Nele

encontrava-se um complexo de lojas, galerias, cinemas, casas noturnas, bares, restaurantes, ateliers de costura, galerias de arte, antiquários, um teatro, tudo em meio a prédios de apartamentos residenciais, escritórios, consultórios, bancos etc, com um nível de concentração de estabelecimentos relacionados à *club culture* que permitiu a Calil utilizar a categoria *mancha*, por ser tratar de um espaço urbano contíguo caracterizado como ponto de referência para frequentadores dos *fashion clubs* (1994: 78). No interior desta *mancha*, os clubbers faziam alguns *trajetos* a pé ou de carro entre clubs e, também, ligando clubs a restaurantes, bares, lanchonetes ou padarias (1994: 82-83). Os arredores de um *fashion club* ganhavam, por causa deste intenso movimento de público, uma dinâmica particular, na medida em que tais casas noturnas funcionavam até altas horas da madrugada e praticamente todos os dias da semana.

Em seu trabalho sobre residências populares deterioradas, Maria das Graças Furtado empregou a categoria *pedaço* ao analisar as relações entre os moradores de um grande sobrado situado no centro da cidade de São Paulo e transformado em casa de cômodos para aluguel. No local, a pesquisadora detectou a partilha de um sentimento de solidariedade que assegurava proteção contra o mundo exterior. As representações do lugar de moradia enquanto espaço “familiar” qualificavam os indivíduos como “pessoas” pertencentes a redes de relações que combinavam laços de parentesco, procedência e vizinhança. Estas redes também ficaram evidenciadas na análise das formas de lazer empreendida por Rosani Cristina Rigamonte em sua pesquisa sobre sertanejos na metrópole. Para Rigamonte, nos momentos de fruição e entretenimento, mais do que se divertindo, as pessoas estariam mantendo contato com suas origens, reforçando formas de convivência e valores, compartilhando referências. No bairro ou fora dele, como no centro de lazer estudado pela autora, onde migrantes nordestinos se encontravam para dançar forró e consumir comidas típicas de sua região de origem, o pertencimento ao *pedaço* permitia reconhecer laços e reafirmar a identidade. As marcas da cultura nordestina configuravam, em várias áreas da cidade, *manchas* que atraíam grande quantidade de pessoas para estabelecimentos

como Casas do Norte e salões de baile, bem como para praças, mercados e feiras (Rigamonte 2001: 48).

Retomando o contraponto antropologia *da* e *na* cidade, referências às possibilidades abertas por uma antropologia da cidade apareceram, dentre o conjunto de dissertações e teses aqui analisado, em Frúgoli Jr. (1989) e Silva (1992).

Na relação que estabeleceu entre os objetivos de sua pesquisa sobre shopping centers e uma antropologia *da* cidade, Frúgoli Jr. priorizou a dimensão da heterogeneidade constitutiva do contexto urbano através da abordagem de aspectos como a complexidade institucional, as distâncias sociais, a diferença entre as concepções de quem produz a cidade e quem se apropria dela, a diversidade de formas de sociabilidade, as particularidades da elaboração simbólica de códigos e representações etc. Trabalhos como os de Gilberto Velho e Eduardo Viveiros de Castro (lembrar do texto de 1978, publicado no jornal Artefato, *O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas*), que trataram da antropologia das sociedades complexas como uma etapa importante no desenvolvimento da disciplina, constituíram referências fundamentais, no final dos anos 1970 e início da década de 1980, para antropólogos que se dedicaram a analisar os processos de diferenciação e descontinuidade em uma realidade dotada de certa familiaridade para eles, como as grandes cidades (Frúgoli Jr. 1989: 51). Na medida em que não se encontrava definida de antemão no campo da Antropologia, a noção de heterogeneidade constitutiva do meio urbano foi construída principalmente através de pesquisas *in loco*, contrapondo-se, inclusive, a correntes teóricas que priorizavam o caráter homogeneizante e massificador da vida metropolitana. Deste modo, o estudo da dinâmica cultural urbana sob a ótica das apropriações heterogêneas do espaço e redefinições simbólicas da diferença, umas e outras apreendidas fundamentalmente através das relações de sociabilidade, apontaria, como indicava Frúgoli Jr. em sua pesquisa, para uma antropologia *da* cidade.

Vagner Gonçalves da Silva ressaltava que, ao trabalhar com o universo cultural das sociedades urbanas, os antropólogos não puderam transpor os postulados clássicos da disciplina para contextos heterogêneos “nos quais os limites da observação não refletiam os da investigação” (1992: 7). Isto resultava em uma dificuldade – e até impossibilidade – de tratar a cidade e o fenômeno urbano como “unidades de pesquisa” (idem). Para o autor, uma antropologia *da* cidade deveria abordar não a cidade “genérica”, mas os múltiplos sentidos produzidos pelos sujeitos sociais, que atuam em instâncias culturalmente diversificadas, e possibilitar a análise da constituição das redes de significados (1992: 8). Seguindo esta orientação, o candomblé foi abordado em seu diálogo dinâmico com a sociedade brasileira, sobressaindo-se como manifestação religiosa legítima para parcelas diversificadas da população urbana, principalmente por sua capacidade de adaptação e renovação ao se implantar nas cidades.

Michel Agier, autor que há mais de uma década vem discutindo conceitos e modelos de análise na área de estudos urbanos, dentre eles o contraponto antropologia *da* e *na* cidade, contesta as abstrações teóricas sobre a cidade, generalizantes e referidas ao modelo ocidental de assentamento urbano, particularmente o europeu. Para a construção de uma antropologia *da* cidade, Agier coloca no primeiro plano de suas interpretações os moradores da cidade, com suas experiências cotidianas e concretas (2011: 38). Sua abordagem parte, como ele próprio define, de uma mudança epistemológica: em primeiro lugar, o deslocamento do ponto de vista da cidade para os citadinos; em segundo, a transferência da problemática do objeto para o sujeito da ação (idem). Tomar a cidade como objeto de investigação, segundo Agier, seria andar na contramão da perspectiva etnográfica de valorização das práticas microssociais, singulares e relacionais. O antropólogo, por uma questão de método, deve se emancipar das definições de cidade construídas a priori e de forma externa – sejam elas urbanísticas, estatísticas, administrativas ou normativas – para apreender os processos vividos (2011: 37-38). Para o autor, esta antropologia *da* cidade é relacional e situacional.

No artigo *O circuito: proposta de delimitação da categoria*, publicado no número 15 da revista eletrônica Pontourbe, José Guilherme Magnani referiu-se à necessidade de retomada das categorias *pedaço*, *mancha*, *trajeto*, *pórtico* e *circuito* à luz dos resultados advindos principalmente das experiências de campo dos pesquisadores do Grupo de Etnologia Urbana (GEU), do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana (LabNAU/USP), em Manaus e outras cidades amazônicas. As razões para tal questionamento vinculam-se ao fato dos novos contextos de investigação não mais se caracterizarem pela escala de uma metrópole como São Paulo, pela participação de moradores de periferia prioritariamente em redes de sociabilidade do bairro ou ainda pelas formas de apropriação e ressignificação dos espaços e equipamentos urbanos por parte de habitantes de regiões mais centrais das cidades, situações que serviram de referência para a construção daquela "família" de categorias por Magnani. Tratava-se, agora, de povos indígenas e "de transformações que sua presença acarretava na própria dinâmica urbana" (Magnani 2014).

No caso das pesquisas realizadas pelos integrantes do GEU, foi escolhida inicialmente a etnia Sateré-Mawé em Manaus, cujos membros são protagonistas de diferentes *trajetos*, como migrações, invasões e deslocamentos, compondo um *circuito principal* formado por quatro comunidades em Manaus, a sede da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé, duas Casas de Trânsito e algumas aldeias na terra indígena (Magnani 2014). Englobados pelo *circuito* maior, existem vários *subcircuitos*, como o do ritual da Tucandeira, o do artesanato e o do futebol amador, o Peladão.

Tomando como exemplo o *subcircuito* do artesanato, cujas interações envolvem tanto os índios que moram na cidade quanto os que permanecem na floresta, encontram-se interligados um mercado municipal, uma praça, o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas), terrenos baldios e parques (onde é possível colher sementes para a fabricação de itens comercializados pelas mulheres através de sua associação), bem como aldeias mais distantes. Seguindo estes *trajetos*, fica mais claro que os deslocamentos ultrapassam as fronteiras da própria cidade e rompem com a ideia de "índios urbanos",

envolvendo a circulação entre diferentes pontos durante períodos de tempo mais ou menos longos (Magnani 2014). A categoria *circuito* assume, assim, uma dimensão espaço-temporal, que a diferencia, por exemplo, da noção de rede (idem), remetendo à ideia de que o tratamento da cidade como unidade de análise precisa ser repensado.

O propósito da reflexão desenvolvida ao longo deste trabalho era acompanhar as diversas formas como as pesquisas antropológicas realizadas na Universidade de São Paulo foram se desdobrando em novas perspectivas a partir do trabalho pioneiro de duas professoras, Ruth Corrêa Cardoso e Eunice Ribeiro Durham. Um registro completo dos caminhos por elas abertos precisaria incluir as trajetórias continuadas por seus orientandos nas diferentes instituições onde ingressaram e passaram a desenvolver, eles próprios, suas investigações. Tal empresa é trabalho mais longo, a ser abraçado por mais de um pesquisador. Espera-se que, nos limites desta reflexão que ora vai chegando ao seu término, os questionamentos lançados estimulem outros trabalhos neste sentido.

Se o senso comum, diante de tão grande diversidade e fragmentação de práticas urbanas, raramente enxerga além de círculos mais ou menos restritos de relações, a Antropologia pode lançar luz sobre o alcance e os significados mais profundos de atividades, formas de sociabilidade e estilos de ser, que se organizam em lógicas apreensíveis por seus instrumentos de análise, “permitindo compreender a cidade a partir do lugar de onde ela é raramente observada” (Montes 2008: 310). De forma geral, o que se convenciona chamar de Antropologia Urbana mantém-se ainda, em nosso campo, como denominação abrangente “espécie de ‘guarda-chuva’ que inclui a imensa variedade de objetos e questões possíveis de se recortar no espaço compreendido pelos termos ‘da’ e ‘na’ cidade” (Magnani 2012: 325). O que não se pode negar, é que as reflexões aí produzidas possuem especificidades teóricas, metodológicas e temáticas. E por que não dizer “linhagens próprias”.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade;** lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora terceiro Nome, 2011.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. **Cinema em São Paulo:** hábitos e representações do público (anos 40/50 e 90). Tese (Mestrado), Departamento de Antropologia, FFLCH das USP, 1995.

ALMEIDA, Márcia Mendes de. **Sindicato dos têxteis em São Paulo;** História, 1933-1957. Tese (Mestrado), Departamento de Ciência Política, FFLCH da USP, 1981.

ALMEIDA, Ronaldo R. M. de; CUNHA, Edgar T. da; DIAS JR., Carlos M.; EL FAR, Alessandra; FREHSE, Fraya. *Entrevista com Ruth Cardoso.* **Cadernos de campo**, São Paulo, ano 8, n. 7, p. 149-166, 1997/98.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. **Povo-de-santo, povo de festa;** estudo antropológico do estilo de vida dos adeptos do candomblé paulista. Tese (Mestrado), Departamento de Antropologia, FFLCH da USP, 1992.

_____. **Festa à brasileira:** significados do festejar no país que "não é sério". Tese (Doutorado), Departamento de Antropologia, FFLCH da USP, 1998.

ARANTES, Antonio A. A guerra dos lugares; mapeando zonas de turbulência. In: ARANTES, Antonio A. **Paisagens paulistanas;** transformações do espaço público. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, p. 105-129.

BASTOS, Elide Rugai. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira;** 1970-2002. São Paulo/Brasília: ANPOCS/Editora Sumaré/CAPES, vol. 4, 2002, 183-230.

BILAC, Elizabete Dória. **Trabalho e família:** análise das relações entre o modo de inserção no mercado de trabalho e a organização da vida familiar em grupos de trabalhadores de uma cidade paulista. Tese (Mestrado), Departamento de Sociologia, FFLCH da USP, 1977.

_____. **Família e trabalho feminino:** a ideologia e as práticas familiares de um grupo de 'trabalhadores manuais' de uma cidade do interior paulista. Tese (Doutorado), Departamento de Ciência Política, FFLCH da USP, 1983.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Imagens do poder e da sociedade;** o mundo cotidiano de moradores da periferia. Tese (Mestrado), Departamento de Ciências Sociais, FFLCH da USP, 1982.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (org.). **Ruth Cardoso;** obra reunida. São Paulo: Mameluco, 2011.

CALIL, Marinês Antunes. **A aventura do estilo:** um pequeno estudo dos "fashion-clubs" do gênero "Dance Music" na cidade de São Paulo. Tese (Mestrado), Departamento de Antropologia, FFLCH da USP, 1994.

CARDOSO, Ruth Corrêa L. *O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses.* In: **Revista de Antropologia/Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo,** Secção de Publicações, Série Monografias, São Paulo, vol. 7 (Revista de Antropologia) ou número 1 (CRPE), 1959, p. 101-122.

CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica**; teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica**; teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 95-105.

_____. Os movimentos populares no contexto da consolidação da democracia. In: REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, Guilhermo (orgs.). **A democracia no Brasil;** dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice/Ed. dos Tribunais, 1988, p.368-382.

_____. *A sociedade em movimento; novos atores dialogam com o Estado.* In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.32, jun/1991, p. 129-134.

_____. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 81-90.

_____. Mudança sociocultural e participação política nos anos 80. In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (orgs.). **Lições da década de 80.** São Paulo: EDUSP/UNRISD, 1995, p. 193-200.

_____. **Estrutura familiar e mobilidade social**; estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

CARDOSO, Ruth; SAMPAIO, Helena Sant'Anna de. **Bibliografia sobre juventude.** São Paulo: EDUSP, 1995.

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA FFLCH/USP 1942-1997. São Paulo: Xamã Editora e Gráfica, 1998.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **O Estado e os movimentos pró-moradia:** a construção de uma relação democrática. Tese (Mestrado), Departamento de Ciência Política, FFLCH da USP, 1992.

CONSORTE, Josildeth G. Os estudos de comunidade no Brasil: uma viagem no tempo. In: FALEIROS, Maria Isabel L.; CRESPO, Regina A. (orgs.). **Humanismo e compromisso**: ensaios sobre Octávio Ianni. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

CORRÊA, Mariza (org.) **História da Antropologia no Brasil (1930-1960)**; testemunhos; Emílio Willems; Donald Pierson. São Paulo: Vértice/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.

_____. A Antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995, p. 25-106.

_____. **Antropólogas & Antropologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DEBERT, Guita Grin. **Representações políticas no período populista.** Tese (Mestrado), Departamento de Ciência Política, FFLCH da USP, 1977.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento popular no Brasil pós-70:** formação de um campo ético-político. Tese (Doutorado), Departamento de Ciência Política, FFLCH da USP, 1993.

DURHAM, Eunice R. *Mobilidade do imigrante italiano na zona rural.* In: **Revista do Museu Paulista,** nova série, vol. XIV, São Paulo, 1963, p. 299-310.

_____. **Assimilação e mobilidade;** a história do imigrante italiano num município paulista. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1966.

_____. **Migração, trabalho e família**; aspectos do processo de integração do trabalhador de origem rural à sociedade urbano-industrial. Tese de doutoramento, FFCL da USP, 1966.

_____. **A reconstituição da realidade;** um estudo sobre a obra etnográfica de Bronislaw Malinowski. São Paulo: Ática, 1978.

_____. *Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil.* In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 25, 1982, p. 159-170.

_____. **A caminho da cidade;** a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

_____. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica**; teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 17-37.

_____. **A dinâmica da cultura**; ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

_____. A família operária: consciência e ideologia. In: DURHAM, Eunice R. **A dinâmica da cultura**; ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 237-253.

_____. Cultura e ideologia. In: DURHAM, Eunice R. **A dinâmica da cultura**; ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 257-279.

_____. Movimentos sociais: a construção da cidadania. In: DURHAM, Eunice R. **A dinâmica da cultura**; ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 281-294.

_____. A sociedade vista da periferia. In: DURHAM, Eunice R. **A dinâmica da cultura**; ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 377-407.

_____. Ruth Corrêa Leite Cardoso: minha parceira intelectual. In: CALDEIRA, Teresa P. do Rio (org.). **Ruth Cardoso;** obra reunida. São Paulo: Mameluco, 2011. p. 42-48.

ECKERT, Cornelia. Cidade e política; nas trilhas de uma Antropologia *da* e *na* cidade no Brasil. In: MARTINS, Carlos Benedito (Coord.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia**. São Paulo: ANPOCS/Ciência Hoje/Discurso Editorial/Editora Barcarolla, 2010, 155-196.

EVERS, Tilman; MULLER-PLANTENBERG, Clarita; SPESSART, Stefanie. Movimentos de bairro e Estado; lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, José Álvaro et al. **Cidade, povo e poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção CEDEC, vol. 5), 1982, 110-164.

FIGUEIREDO, Érika; OLIVEIRA, Isabela; DAMASCENO, Janaína. *Entrevista com Josildeth Gomes Consorte: os 60 anos do Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia e Universidade de Colúmbia.* In: **Cadernos de campo,** São Paulo, v. 18, n. 18, jan/dez 2009, p. 201-215.

FREHSE, Fraya; LEITE, Rogério Proença. Espaço urbano no Brasil. In: MARTINS, Carlos Benedito (Coord.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil:** Sociologia. São Paulo: ANPOCS/Ciência Hoje/Discurso Editorial/Editora Barcarolla, 2010, 203-251.

FRÚGOLI JR., Heitor. **Os shopping-centers de São Paulo e as formas de sociabilidade no contexto urbano.** Tese (Mestrado), Departamento de Antropologia, FFLCH da USP, 1989.

_____. A cidade no diálogo entre disciplinas. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de cidade:** novos léxicos urbanos. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2009, p. 53-67.

FRY, Peter. Prefácio. In: **A dinâmica da cultura**; ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 9-17.

FURTADO, Maria das Graças. **O casarão da Cliveland:** representações depreciativas e práticas sociais em espaço deteriorado de moradia. Tese (Mestrado), Departamento de Antropologia, FFLCH da USP, 1995.

GEERTZ, Clifford. **Vidas e obras**; o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

_____. **O saber local;** novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

GORDINHO, Margarida Cintra. **Livro de Ruth.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/FECAP, 2009.

GREGORI, Maria Filomena. **Violência contra a mulher:** a prática do SOS mulher (SP), queixas e cenas. Tese (Mestrado), Departamento de Ciência Política, FFLCH da USP, 1986.

_____. **Meninos nas ruas:** a experiência da viração. Tese (Doutorado), Departamento de Antropologia, FFLCH da USP, 1997.

IANNI, Octavio. *Estudo de comunidade e conhecimento científico.* In: **Revista de Antropologia,** São Paulo, v. 9, ns. 1 e 2, p. 109-119, 1961.

JACKSON, Luiz Carlos. *Divergências teóricas, divergências políticas: a crítica da USP aos "estudos de comunidades".* In: **Cadernos de campo,** São Paulo, v. 18, n. 18, jan/dez 2009, p. 273-280.

JACOBI, Pedro; NUNES, Edison. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In: MOISÉS, José Álvaro et al. **Cidade, povo e poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção CEDEC, vol. 5), 1982, 165-199.

KOFES, Maria Suely. As pedras e o arco: os estudos de comunidade e a atualidade de antigas questões. In: FALEIROS, Maria Isabel L.; CRESPO, Regina A. (orgs.). **Humanismo e compromisso**: ensaios sobre Octávio Ianni. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

KOWARICK, Lúcio. O preço do progresso; crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: MOISÉS, José Álvaro et al. **Cidade,**

povo e poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção CEDEC, vol. 5), 1982, p. 30-48.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, p. 257-275.

MACEDO, Carmen Cinira de Andrade. **Tempo de gênesis;** o povo das Comunidades Eclesiais de Base. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MACRAE, Edward John Baptista das Neves. **O militante homossexual no Brasil da "abertura".** Tese (Doutorado), Departamento de Ciências Sociais, FFLCH da USP, 1985.

MAGNANI, José Guilherme C. **Festa no pedaço**; cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Os pedaços da cidade. Relatório final de pesquisa. USP/CNPq, 1991.

_____. *Da periferia ao centro: pedaços e trajetos.* In: **Revista de Antropologia**, Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, São Paulo, n. 35, 1992.

_____. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de L. (Orgs.). **Na metrópole**; textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2008, p. 12-53.

MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de L. (Orgs.). **Na metrópole**; textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2008.

MAGNANI, José Guilherme C. **Mystica urbe;** um estudo antropológico sobre o circuito neoesotérico na metrópole. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

_____. *De perto e de dentro; notas para uma etnografia urbana.* In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 49, São Paulo, jun. 2002.

_____. *Os circuitos dos jovens urbanos.* In: **Tempo social**, vol. 17, n. 2, São Paulo, nov. 2005.

_____. *Trajetos e trajetórias; uma perspectiva da antropologia urbana. Entrevista.* In: **Revista Sexta-feira**, n. 8, Periferia, Editora 34, 2006, p. 30-43.

_____. **Memorial** (disponibilizado pelo autor). 2010.

_____. **Da periferia ao centro;** trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: FAPESP/Editora Terceiro Nome, 2012.

_____. *O circuito: proposta de delimitação da categoria*. In: **Pontourbe** [Online], 15/2014. URL http://pontourbe.revues.org/2041.

MAIO, Marcos Chor. *Estudos de comunidade e relações raciais: o convênio Columbia University-Estado da Bahia/UNESCO na década de 1950.* In: **Cadernos de campo,** São Paulo, v. 18, n. 18, jan/dez 2009, p. 257-271.

MARTES, Ana Cristina Braga. **A institucionalização dos movimentos de reivindicação urbana:** as Secretarias de Saúde e a participação popular, 1979-1989. Tese (Mestrado), Departamento de Ciência Política, FFLCH da USP, 1990.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MENDOZA, Edgar S. Gutierrez. Sociologia da Antropologia Urbana no Brasil; a década de 70. Tese (Doutorado em Sociologia), IFCH/UNICAMP, Campinas, 2000.

_____. *Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950).* In: **Sociologias,** Porto Alegre, ano 7, n. 14, jun/dez 2005, p. 440-470.

MELATTI, Julio Cezar. A Antropologia no Brasil: um roteiro. **Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, nº 17, p. 3-52. 1984.

MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

MOISÉS, José Álvaro et al. **Cidade, povo e poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção CEDEC, vol. 5), 1982.

MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: MOISÉS, José Álvaro et al. **Cidade, povo e poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção CEDEC, vol. 5), 1982, p. 14-29.

MONTES, Maria Lúcia. Posfácio. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de L. (Orgs.). **Na metrópole**; textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2008, p. 299-318.

MORAES, Carmen Cinira Macedo Pinto de. **A reprodução da desigualdade:** o projeto de vida familiar de um grupo operário. Tese (Mestrado), Departamento de Sociologia, FFLCH das USP, 1977.

MUTZENBERG, Remo. A questão dos movimentos sociais na atualidade. In: MARTINS, Carlos Benedito (Coord.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil:** Sociologia. São Paulo: ANPOCS/Ciência Hoje/Discurso Editorial/Editora Barcarolla, 2010, 405-440.

NIEMEYER, Ana Maria de. **O lugar da pobreza;** moradia e controle de espaço na favela. São Paulo: 1972-1977. Tese (Doutorado), Departamento de Ciências Sociais, FFLCH da USP, 1984.

NOGUEIRA, Oracy. *Os estudos de comunidade no Brasil.* **Revista de Antropologia,** São Paulo, v. 3, n. 2, 1955.

OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos.** Petrópolis: Vozes, 1985.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: In: VELHO, Otávio Guilherme. (org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

PEIRANO, Mariza. “In this context”; as várias histórias da antropologia. In: PEIXOTO, Fernanda Arêas; PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia M. (Orgs.). **Antropologias, Histórias, Experiências.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 99-121.

_____. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).** São Paulo/Brasília: editora Sumaré, ANPOCS, CAPES, vol. 1, 1999, p. 225-266.

PEIXOTO, Fernanda Arêas; PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia M. (Orgs.). **Antropologias, Histórias, Experiências.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. As cidades nas narrativas sobre o Brasil. In: FRÚGOLI JR.; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Orgs.). **As cidades e seus agentes;** práticas e representações. Belo Horizonte: PUC Minas/EDUSP, 2006, p. 177-197.

PEREIRA, João Baptista Borges. **A escola secundária numa sociedade em mudança:** interpretação socioantropológica de uma experiência administrativa. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. **Cor, profissão e mobilidade**; o negro e o rádio de São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2001 (1967).

PULICI, Carolina. **Entre sociólogos**; versões conflitivas da 'Condição de Sociólogo' na USP dos anos 1950-1960. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2008.

RAMALHO, José Ricardo Garcia Pereira. **Mundo do crime;** a ordem pelo avesso. Tese (Mestrado), Departamento de Ciências Sociais, FFLCH da USP, 1978.

RIGAMONTE, Rosani Cristina. **Sertanejos contemporâneos:** entre a metrópole e o sertão. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/FAPESP, 2001.

ROMANELLI, Geraldo. **O provisório definitivo;** trabalho e aspirações de bancários em São Paulo. Tese (Mestrado), Departamento de Ciências Sociais, FFLCH da USP, 1978.

_____. **Famílias de camadas médias;** a trajetória da modernidade. Tese (Doutorado), Departamento de Ciências Sociais, FFLCH da USP, 1986.

RUBIM, Christina de Rezende. **Antropólogos brasileiros e a Antropologia no Brasil**: a era da pós-graduação. Tese (Doutorado em Antropologia), Departamento de Antropologia Social do IFCH da UNICAMP, 1996.

SAKURAI, Célia. **Estudo de associação de bairro da cidade de São Paulo.** Tese (Mestrado), Departamento de Ciência Política, FFLCH da USP, 1988.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. **Uma experiência de participação popular:** o Programa *Cozinha Comunitária.* Tese (Mestrado), Departamento de Ciência Política, FFLCH da USP, 1987.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O candomblé na cidade;** tradição e renovação. Tese (Mestrado), Departamento de Antropologia, FFLCH da USP, 1992.

_____. **O antropólogo e sua magia;** trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. São Paulo: EDUSP, 2000.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: In: VELHO, Otávio Guilherme. (org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. **Trajetórias intelectuais**: professoras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Tese (Doutorado em Sociologia), Departamento de Sociologia da FFLCH da USP, São Paulo, 2008.

STOCKING JR., George W. (org.). **A formação da antropologia Americana 1883-1911**; antologia; Franz Boas. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2004.

STOCKING JR., George W. Antropologia em Chicago; a fundação de um departamento independente 1923-1929. In: PEIXOTO, Fernanda Arêas; PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia M. (Orgs.). **Antropologias, Histórias, Experiências.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 15-59.

TOLEDO, Luiz Henrique de. **Torcidas organizadas de futebol;** lazer e estilo de vida na metrópole. Tese (Mestrado), Departamento de Antropologia, FFLCH da USP, 1994.

_____. **Lógicas no futebol:** dimensões simbólicas de um Esporte Nacional. Tese (Doutorado), Departamento de Antropologia, FFLCH da USP, 2000.

TORRES, Lilian de L. *Entrevista com Antonio Augusto Arantes.* In: **Pontourbe**, São Paulo, ano 2, versão 3, julh/2008. Disponível on-line via http://pontourbe.revues.org/1804.

_____. *Entrevista com Eunice Ribeiro Durham.* In: **Pontourbe**, São Paulo, ano 3, versão 4, julh/2009. Disponível on-line via http://pontourbe.revues.org/1713.

_____. *Entrevista com Alba Zaluar.* In: **Pontourbe**, São Paulo, ano 3, versão 5, dez/2009. Disponível on-line via http://pontourbe.revues.org/1598.

_____. *Entrevista com Josildeth Gomes Consorte e João Baptista Borges Pereira.* In: In: **Pontourbe**, São Paulo, ano 4, versão 6, agosto/2010. Disponível em http://pontourbe.revues.org/1584.

TRINDADE, Hélgio. **Ciências Sociais no Brasil;** diálogos com mestres e discípulos. São Paulo/Brasília: ANPOCS/Liber Livro Editora Ltda., 2012.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura;** notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 19981.

VELHO, Otávio Guilherme. *Antropologia para sueco ver*. In: **Dados**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 23, n1, p. 79-91, 1980.

VILA NOVA, Sebastião. O singular e o universal nos estudos de comunidade. In: FALEIROS, Maria Izabel Leme; CRESPO, Regina A. (Orgs.). **Humanismo e compromisso:** ensaios sobre Octavio Ianni. São Paulo: Editora da UNESP, 1996, p. 69-76.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional: 1946.

_____. **A ilha de búzios**; uma comunidade caiçara no sul do Brasil. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB/CEC, 2003 (1952).

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme. (org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**; as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.